

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima.
Tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do
Norte-RS**

Gianpaolo Knoller Adomilli

Orientação: **Cornelia Eckert**

Porto Alegre, maio de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima.
Tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do
Norte-RS**

Gianpaolo Knoller Adomilli

Orientação: **Cornelia Eckert**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de doutor em Antropologia Social.

Porto Alegre, maio de 2007

Banca examinadora

Profa. Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha _____

Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues _____

Profa. Dra. Cornelia Eckert (presidente) _____

Prof. Dr. Dário de Araújo Lima _____

Prof. Dr. Sérgio Baptista da Silva _____

Agradecimentos

À Cornelia Eckert, pela leitura atenta durante a construção desta tese, por sua presença e empenho intelectual marcado pelo incentivo e pela troca durante toda minha formação junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS.

Aos professores da banca de qualificação, Ana Luiza Carvalho da Rocha, Bernardo Lewgoy e Sérgio Baptista, pelas valiosas indicações teóricas e metodológicas, cuja responsabilidade pela utilização adequada cabe inteiramente a mim. Juntamente com a orientação de Cornelia Eckert, suas contribuições formaram minha bússola para navegar no mar agitado dos dados etnográficos.

Aos Núcleos de Pesquisa do PPGAS-UFRGS: BIEV e NAVISUAL, pelas jornadas de seminários, discussões e construção do conhecimento através da produção imagética.

À Ana Luiza Carvalho da Rocha, com quem tive diálogos instigantes sobre a questão ambiental por ocasião de minha militância junto ao Instituto Anthropolos durante o ano de 2003. Esse agradecimento se estende também aos demais companheiros do instituto, pelo respeito e trocas intelectuais.

Aos demais professores do PPGAS-UFRGS, por seus ensinamentos, provocações e incentivos durante o curso.

Aos funcionários do PPGAS-UFRGS, Rose e Alexandre, pela relação de amizade, e pela postura solidária e atenciosa.

Aos colegas de doutorado e mestrado com que convivi durante esses anos, agradeço o companheirismo, as trocas intelectuais e os momentos de alegria durante o curso.

Aos familiares e aos amigos mais próximos, que atenuaram a vida solitária de um homem mergulhado em sua tese.

Ao CNPq e à Capes, pela bolsa de doutorado que possibilitou a realização do estudo.

Aos personagens deste trabalho, por sua acolhida e por tudo o que deram e ensinaram, especialmente Laís e Cláudia, pela grande amizade que foi construída durante a pesquisa. À mestre Cláudio, figura central neste trabalho, assim como Nibo, Carlinhos, Seu Russo (*in memoriam*), Vaninho e tantos outros, por sua generosidade e amizade. Essa pesquisa é dedicada a vocês.

“... Debaixo de suas vagas de águas, que se vêem, há outras vagas de forças, que não se vêem. Compõem-se de tudo. De todas as misturas, a do oceano é a mais invisível e mais profunda.”

Vitor Hugo

“Há duas maneiras de se alcançar Despina: de navio ou de camelo. A cidade se apresenta de forma diferente para quem chega por terra ou por mar. O cameleiro que vê despontar no horizonte do planalto os pináculos dos arranha-céus, as antenas de radar, os sobressaltos das birutas brancas e vermelhas, a fumaça das chaminés, imagina que é um navio; sabe que é uma cidade, mas a imagina como uma embarcação que pode afastá-lo do deserto, um veleiro que esteja para zarpar, com o vento que enche as suas velas ainda não completamente soltas, ou um navio a vapor com a caldeira que vibra na carena de ferro, e imagina todos os portos, as mercadorias ultramarinas que os guindastes descarregam nos cais, as tabernas em que tripulações de diferentes bandeiras quebram garrafas na cabeça umas das outras, as janelas térreas iluminadas, cada uma com uma mulher que se penteia. Na neblina costeira, o marinheiro distingue a forma da corcunda de um camelo, de uma sela bordada de franjas refulgentes entre duas corcundas malhadas que avançam balançando; sabe que é uma cidade, mas a imagina como um camelo de cuja albarda pendem odres e alforjes de fruta cristalizada, vinho de tâmaras, folhas de tabaco, e vê-se ao comando de uma longa caravana que o afasta do deserto do mar rumo a um oásis de água doce à sombra cerrada das palmeiras, rumo a palácios de espessas paredes caiadas, de pátios azulejados onde as bailarinas dançam descalças e movem os braços para dentro e fora do véu. Cada cidade recebe a forma do deserto a que se opõe; é assim que o cameleiro e o marinheiro vêem Despina, cidade de confim entre dois desertos.”

Italo Calvino

Resumo

(Palavras-chave: antropologia, tempo, espaço, pescadores, memória, imaginário, risco)

Este estudo antropológico trata do universo cultural do trabalho na pesca marítima, em águas salgadas, através de uma experiência etnográfica junto a pescadores de São José do Norte, município situado no sul do Brasil, entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico. A pesquisa de campo foi pautada pela procura em dar sentido às ações e narrativas dos pescadores, sobretudo no que se refere às dimensões de tempo e espaço que orientam o viver entre a terra e o mar. Tais narrativas revelam a problemática acerca da dinamicidade do modo de vida, da questão ambiental e da condição de vulnerabilidade dos pescadores enquanto categoria social, analisadas sob o enfoque da memória e do imaginário em relação a configuração local.

Abstract

(Key-words: anthropology, time, space, fisherman, memory, imaginary, risk)

This anthropological study deals with cultural meaning of maritime fishing, in salty waters; through an ethnographic experience with the fishermen of São José do Norte, town situated in South of Brazil between the Lagoon (Lagoa dos Patos) and the Atlantic Ocean. The field research was conducted aiming at attribute meaning to the fishermen's narratives and actions, especially focuses on their spatial-temporal dimension that guide life between land and sea. Such narratives revealed the problematic of fishermen's life-style dynamics, the environmental issues related to fishing practice and the fishermen' social vulnerability, and was analyzed based on their memory and imaginary to the local figuration.

Sumário

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 17 |
| PARTE I | |
| OS CAMINHOS DA PESQUISA ETNOGRÁFICA..... | 29 |
| 1. O RITUAL DE INSERÇÃO..... | 35 |
| 1.1. Interação social no do âmbito pesqueiro e seu caráter extrovertido..... | 35 |
| 1.2. Percorrendo o ambiente da doca: redeiros, embarcados e pescadores da Lagoa dos Patos..... | 38 |
| 1.3. Onde morar?..... | 46 |
| 1.4. Caminhadas etnográficas..... | 51 |
| 1.5. A negociação do embarque..... | 71 |
| 1.6. A viagem..... | 76 |
| 1.7. As safras e as pescarias..... | 81 |
| 2. O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE..... | 91 |
| 2.1. Em meio às águas, uma cidade letárgica..... | 91 |
| 2.2. Os turistas, as guerras e as cebolas | 101 |
| 2.3. A foto de Iemanjá..... | 105 |
| 2.4. A cidade avançando sobre a areia..... | 108 |
| 2.5. A Croa do Cemitério..... | 112 |
| 2.6. A história do homem que pulou da igreja e a pesca de beira de praia..... | 115 |
| 2.7. O interior e as paisagens dos campos e das praias..... | 120 |
| 2.8. Festas de Santos e integração..... | 128 |
| PARTE II | |
| AS IMAGENS DA DEFORMIDADE E AS VELADURAS DO TEMPO..... | 133 |
| 3. A PAISAGEM DO ISOLAMENTO NA CONFIGURAÇÃO DOS MITOS DE FUNDAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO NORTE..... | 135 |
| 3.1. As costas retilíneas, os cemitérios de navios e a melancolia da areia..... | 135 |
| 3.2. Um lugar do diabo..... | 144 |
| 3.3. Bunse e a Estrada do Inferno..... | 147 |

| | |
|---|-----|
| 4. DOS TEMPOS DA FARTURA AOS TEMPOS DE CRISE: COMUNICAÇÃO LITORÂNEA E EVOLUÇÃO DO SETOR PESQUEIRO..... | 151 |
| 4.1. O Processo de transformação na pesca e a dinâmica do contato entre poveiros e descendentes de açorianos..... | 151 |
| 4.2. Entre a lagoa e o oceano, portugueses, catarinas e gaúchos..... | 159 |
| 4.3. A Ilha da Feitoria..... | 171 |
| 4.4. O trabalho das mulheres..... | 175 |
| 4.5. A morte da lagoa..... | 176 |
| 4.6. O surgimento da pesca costeira marítima com rede de emalhe e seu contexto..... | 179 |
| 4.7. Os barcos com emalhe de fundo..... | 183 |
| 4.8. “O peixe morre pela boca: sempre vem”..... | 186 |
| 4.9. A arte de viver: “onde uma ovelha furou uma cerca, sempre passam os passarinhos”..... | 190 |
| | |
| 5. HOMENS, PEIXES, “APARELHAGEM” E O RISCO DE SUMIR DO MAPA.... | 193 |
| 5.1. O caso do “remolho” na safra da corvina..... | 193 |
| 5.2. “A evolução da aparelhagem”..... | 200 |
| 5.3. Seu Russo e as espécies em “estado catastrófico”..... | 203 |
| 5.4. Conhecimento e tecnologia..... | 209 |
| 5.5. Uma conversa sobre a pesca predatória..... | 213 |
| 5.6. As noções de risco e confiança na configuração local..... | 217 |
| 5.7. Varrendo o chão..... | 219 |
| 5.8. A barata do mar..... | 222 |
| | |
| PARTE III | |
| A TERRA DENTRO DO MAR E O MAR DENTRO DA TERRA..... | 227 |
| | |
| 6. CORPO, AMBIENTE E TRABALHO..... | 235 |
| 6.1. Do tempo embarcado na pescaria de emalhe oceânico..... | 235 |
| 6.2. Comer para não enjoar..... | 238 |
| 6.3. Descrição da divisão social do trabalho dos embarcados..... | 244 |
| 6.4. O sistema de divisão dos ganhos por partes..... | 250 |
| 6.5. A comparação do trabalho entre barcos grandes e pequenos..... | 252 |
| 6.6. A dimensão das relações hierárquicas na pesca embarcada..... | 254 |
| 6.7. “Levando uma sacanagem”..... | 257 |

| | |
|--|-----|
| 6.8 O jogo de canastra..... | 262 |
| 6.9. Territorialidade e segredo: a comunicação entre os mestres através do rádio..... | 263 |
| 6.10. Incidente com traineira..... | 266 |
| 6.11. Na costa e no fundo, à procura do peixe..... | 268 |
| 6.12. Na “divisa”..... | 270 |
| 6.13. “Tudo o que tem na terra tem no mar”..... | 271 |
| 6.14. Uma pane corriqueira..... | 276 |
| 6.15. Desfiando os fios: a relação tempo/espaço na pesca embarcada..... | 279 |
| 7. A TRAMA DO VIVER ENTRE A TERRA E O MAR SOB AS CONDIÇÕES DE RISCO E PERIGO..... | 283 |
| 7.1. Do ir e vir: a dinâmica das relações de afinidade e parentesco no âmbito pesqueiro..... | 283 |
| 7.2. Proeiros, mestres, armadores: solidariedade, reciprocidade e conflito..... | 285 |
| 7.3. “O barco é minha segunda casa”: da relação de tempo/espaço na configuração local..... | 293 |
| 7.4. A elite dos mestres..... | 302 |
| 7.5. Mestre Amarildo - uma história de sorte e infortúnio..... | 306 |
| 7.6. O cigarro, o balde e outras histórias..... | 310 |
| 7.7. O incêndio no mar..... | 316 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 319 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 323 |
| ANEXO 1..... | 333 |
| ANEXO 2..... | 335 |
| ÍNDICE DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES..... | 337 |

INTRODUÇÃO

Esta tese resulta de uma pesquisa antropológica realizada junto a pescadores de São José do Norte, município situado no extremo sul de uma península, na planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul. As investigações foram realizadas durante os anos de 2003 a 2007 e consistem, de modo geral, em uma etnografia do e no cotidiano desses habitantes em suas lidas diárias. Privilegiadamente é junto aos trabalhadores da pesca em suas práticas sociais e simbólicas que interagi nesse encontro etnográfico. A pesquisa de campo foi pautada pela procura em dar sentido às ações e narrativas dos pescadores, sobretudo no que se refere às dimensões de tempo e de espaço que orientam o viver entre a terra e o mar.

Os estudos sócio-antropológicos sobre comunidades pesqueiras no Brasil e em outros países são hoje profícuos. Temos assim acesso a diversas experiências de pesquisa que nos elucidam sobre as especificidades das práticas econômicas, sociais e simbólicas singulares a essas comunidades. Cada estudo que nos precede aponta, pois, aspectos históricos, políticos, econômicos, ambientais, sociais e culturais que permitem compreender como cada comunidade vivencia elementos específicos ao grupo e/ou plurais e diversos em relação à sociedade envolvente.

Dessa riqueza, entendemos estar aderindo à linha de preocupação da antropologia voltada para as sociedades vivendo da prática da pesca e, neste trabalho, mais especificamente, da pesca no mar, em águas salgadas, buscando propor este trabalho em diálogo com as demais produções que caracterizam uma antropologia marítima. Assim, considero vários autores como meus pares nessa empreitada reflexiva. Segundo esses autores, tais estudos são vistos de acordo com a perspectiva da antropologia marítima, campo de investigação que trata de forma específica da relação de grupos humanos com o mar, principalmente no que se refere à pesca realizada barra afora. Tais práticas são ligadas ao ambiente aquático, sendo consideradas sob o enfoque no modo de produção e na organização espacial.

O recorte temático é igualmente apreendido como da antropologia da pesca, onde se inclui uma gama de estudos sobre comunidades humanas marítimas e suas singularidades em relação às terrestres, sobretudo no que diz respeito aos seus valores e ideologias (Breton

& Labrecque, 1981; Diegues, 1983; Pascual Fernández, 1991).

Minha iniciação ao tema da pesca ocorreu em 2000, quando ainda estava na graduação do curso de Ciências Sociais da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), ao estabelecer contato com pescadores de beira de praia, residentes no Parque Nacional da Lagoa do Peixe/RS¹. Posteriormente ingressei no mestrado em Antropologia Social dessa Universidade, passando a dedicar-me à questão da construção da identidade social daqueles pescadores em um contexto de conflito entre a política de gestão de Parques Nacionais e a população local².

Tratar da construção da identidade social em um contexto de conflito implicou no tratamento de questões ligadas a temas e dimensões como problemática ambiental, mudança social, memória, representações, organização do trabalho, gênero e parentesco. A questão da política de Parques Nacionais foi abordada em um contexto onde estavam em jogo os conceitos de Tradição e de Modernidade, em uma perspectiva re-semantizada, relativa à condição ecológica dos pescadores se situarem em área de proteção ambiental. Dessa forma, a construção da identidade social baseada no “valor-trabalho” dizia respeito, entre outras coisas, à relação com a natureza que se constituía frente à situação de encontro da comunidade local com técnicos e pesquisadores (portadores de outra visão acerca da apropriação dos recursos naturais) em um processo de injunções de mudança. Durante

¹ Esse primeiro contato ocorreu através de um projeto desenvolvido pela Pró-reitoria de Extensão da UFRGS chamado de “Convivência Rural”, cujo objetivo consistia em proporcionar uma interação entre a comunidade acadêmica e populações rurais de regiões do estado consideradas com baixos índices de desenvolvimento humano e econômico. Sob a coordenação de integrantes desse projeto, acampeei no Parque Nacional da Lagoa do Peixe em fevereiro de 2000, junto com quatro estudantes de biologia, tendo acompanhado durante uma semana a pesca do camarão. Durante aqueles dias, presenciei o contexto de conflito entre os pescadores locais com a política de gestão de Parques Nacionais, executada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), o que motivou a realização de uma monografia, apresentada como requisição à obtenção de grau de Bacharel em Ciências Sociais, intitulada “Meio ambiente, conflito e identidade social: um estudo antropológico sobre os pescadores do Parque Nacional da lagoa do Peixe - RS”. A monografia foi apresentada no final de 2000, sob orientação de Cornelia Eckert, iniciando uma parceria que durou até o presente momento. Naquele mesmo ano, havia cursado a disciplina de Antropologia Visual, ministrada por Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, tanto na graduação quanto no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (neste último como ouvinte, uma vez que ainda era aluno de graduação), além de ter me aproximado do NAVISUAL (Núcleo de Antropologia Visual). Assim, desenvolvi uma narrativa visual sobre Cigano, um pescador da Lagoa do Peixe que alternava as pescarias com a atividade de palhaço em um pequeno circo. Uma primeira versão consistia em uma instalação que foi apresentada na disciplina da graduação. Depois, uma narrativa fotográfica foi elaborada e exposta na Galeria Olho Nu, do IFCH/UFRGS, em novembro de 2000, e na “Mostra livre de fotografias”, ocorrida na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em junho de 2002, tendo sido ambas organizadas pela equipe do NAVISUAL.

² Dissertação de mestrado em Antropologia Social, intitulada “Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS” (Adomilli, 2002).

aquela pesquisa, algumas informações colhidas em conversas com pescadores do Parque apontavam para a existência de um pequeno porto, distante cerca de 100 km dali - localizado no perímetro urbano de São José do Norte -, bem como enseadas na Lagoa dos Patos, local de vilas de pescadores. Tais referências despertaram minha curiosidade científica sobre aqueles lugares e seus habitantes, na possibilidade de conhecer os limites mais ao sul da península e dar continuidade ao tema da pesca, dessa vez com um olhar voltado para a relação dos pescadores com o ambiente marítimo.

Em São José do Norte, as pescarias eram outras, com a utilização de embarcações e supondo uma vida fortemente ligada ao meio aquático. As práticas pesqueiras eram voltadas para a Lagoa dos Patos - na pesca de incursões diárias através de botes e canoas motorizadas - e/ou para o Oceano Atlântico - na navegação barra afora, cujas pescarias estendiam-se por mais de uma semana. O cotidiano de trabalho e suas configurações espaço-temporais apontavam para uma condição singular do viver que diz respeito à unidade da terra com o mar enquanto construção social e simbólica.

Assim, fui inicialmente motivado pela experiência, ligada a minha trajetória na antropologia, retomando questões referentes às temáticas e dimensões citadas anteriormente. Na medida em que as atitudes e percepções dos pescadores iam sendo desveladas, esse resgate de velhos temas foi adquirindo maior clareza e profundidade, de acordo com as disposições relativas ao viver sob uma condição marítima diferenciada³.

³ Convém lembrar o diálogo que tive com a banca durante a defesa da minha dissertação de Mestrado, formada por Ana Luiza Carvalho da Rocha, Isabel Carvalho e Sérgio Baptista da Silva, no qual fui instigado a pensar sobre a questão da condição de vida instável dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e sua mobilidade enquanto categoria social, apontando para o dilema das continuidades, descontinuidades e rupturas sociais e simbólicas que dizem respeito ao modo de vida e ao “manter-se pescador”. Tais questionamentos foram importantes para que fosse dado, nesta tese de doutorado, um enfoque específico sobre a dinamicidade do modo de vida dos pescadores. Assim, ao ingressar no doutorado em Antropologia Social, meu projeto de pesquisa propunha inicialmente tratar dessa questão a partir da abordagem do tema do risco e da problemática ambiental em que estava inserida essa categoria social. Contudo, foi necessária uma correção dos rumos durante a pesquisa, uma vez que para a qualificação da tese, a versão que apresentei à banca estava, entre outras coisas, estruturada em torno da Teoria da Hierarquia, fundada por Louis Dumont (1996), que demonstrou ser pertinente em algumas circunstâncias, mas problemática enquanto ponto de partida e fundamento da tese, de modo que toda a riqueza do material etnográfico encontrava-se “engessada”, impedindo a realização de uma narrativa fluida. Além das conversas que tive com Cornelia Eckert, que reivindicava uma tese sobre memória, tive um diálogo extremamente construtivo com a banca de qualificação formada pelos professores Sérgio Baptista da Silva, Bernardo Lewgoy e Ana Luiza Carvalho da Rocha. Assim, após certo isolamento no campo, pude identificar com maior clareza os entraves em relação ao processo individual de interiorização de minha vivência em São José do Norte para a escrita etnográfica, possibilitando uma mudança radical na intriga da tese que deve-se muito à retomada do contato com minha comunidade lingüística.

No âmbito da academia e da comunidade antropológica por ocasião de diversos eventos científicos ou em cursos especializados, as condições de vida dos trabalhadores da pesca conheciam novos questionamentos em face de outras complexidades sociais: a questão ambiental, as políticas relacionadas à pesca, as demandas globais e de transformações industriais⁴. A já clássica atenção antropológica encontrada em Bronislaw Malinowski ou Raymond Firth sobre os pescadores na Melanésia, Franz Boas sobre esquimós ou Marshall Sahlins sobre os havaianos, encontra assim, no contexto contemporâneo, antigas e novas problemáticas instigantes à prática da antropologia.

Em São José do Norte, iniciei contatos e fui, gradativamente, inserindo-me no contexto da comunidade, no convívio do cotidiano de trabalho e também no lazer e na vida familiar. Acompanhar os ritmos locais implicou desenvolver uma interação sistemática com os pescadores através do método etnográfico. A realização de uma experiência de campo foi orientada através da relação dialógica entre pesquisador e pesquisado, proporcionada pelo encontro entre as representações locais e o conceitual da pesquisa. Assim, este trabalho apresenta um olhar voltado para o sentido do que me foi dado seguir, nas versões dos pescadores, acerca de seus conhecimentos, representações e estratégias de vida.

A partir da vivência dos ritmos locais, fui navegando no mar de imagens do universo da territorialidade marítima, buscando - através da memória coletiva e do imaginário dos pescadores - compreender a configuração das paisagens de terra/mar e os fios que unem esses lugares através do ato narrativo. Nesse ínterim, o diálogo com os pesquisadores de antropologia visual do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS instigavam-me a tratar do tema da imagem, imaginário e memória na experiência da pesquisa etnográfica⁵. Portanto, a imagem da tessitura dessa tese forma-se através de uma

⁴ Refiro-me tanto aos Grupos de Trabalhos em que tive oportunidade de participar, por ocasião da RAM (Reunião de Antropologia do Mercosul) em 2003 e 2005, e da RBA (Reunião Brasileira de Antropologia) em 2002 e 2006; quanto a leituras de publicações sobre o tema, que foram realizadas nesses e também em outros eventos científicos, como o encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais) e SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Também devo esclarecer a importância para minha formação nessa área que teve o curso de “Antropologia Marítima” do NUPAUB/USP (Núcleo de Apoio à Pesquisa de Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras - Universidade de São Paulo), ministrado por Antônio Carlos Diegues e Simone Maldonado, em 2003 e do simpósio “Pesca e Turismo”, organizado por Carmen Rial e Matias Godio, ocorrido em Florianópolis, em 2005. O simpósio resultou ainda em um livro intitulado “Pesca e Turismo, Etnografias do Atlântico Sul”, e que reúne os artigos dos participantes desse evento.

⁵ O contato e participação junto aos núcleos de pesquisa organizados por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, respectivamente BIEV (Banco de Imagens e Etnografias Visuais) e NAVISUAL (Núcleo de

imbricada trama de eventos e sentidos. Busco situar o leitor na experiência antropológica que imprime sua singularidade através dos momentos compartilhados com os personagens deste trabalho, de forma a adentrar no mundo complexo de suas narrativas e da dinamicidade do seu modo de vida. Nesse sentido, convido também ao leitor, em suas interpretações, a interagir com os diálogos teóricos, metodológicos e epistemológicos que trazem à tona a trama da formação do antropólogo na prática de seu ofício, mesmo que não de forma explícita.

Os personagens principais desta tese são pescadores “embarcados”, trabalhadores da pesca em alto mar, formando comunidades que vivem dos recursos do ambiente marítimo, com práticas econômicas, sociais e simbólicas ligadas ao oceano.

A vida em alto mar, relacionada à vida na terra, diz respeito à visão de mundo e ao *ethos* dos pescadores. Portanto, procurei partir de sua organização social e das relações produtivas, marcadas pelas noções de risco, confiança, cooperação, competição e hierarquia, relacionando-as com o viver entre esses dois meios. Tais temas são recorrentes nos estudos sobre comunidades pesqueiras de outros estados do Brasil, centradas sobre o espaço e a territorialidade na organização da pesca. (Kottak, 1966; 1983; Cunha, 1998; Cordell, 1989; Maldonado 1994).

Dessa forma, busquei apreender, desse grupo social específico, determinadas relações de gênero, solidariedade e reciprocidade. A dinâmica do viver entre a terra e o mar foi observada nos ritmos da vida social e familiar, assim como no cotidiano de trabalho dos pescadores, no qual considerei suas especificidades enquanto grupo que detém determinadas tradições e práticas sócio-culturais, voltando-me para o estudo das representações que estruturam suas ações coletivas, no que diz respeito à organização da pesca, a vida familiar, a rede de relações sociais, ao lazer, memória coletiva e individual, aos seus valores e projetos.

A vida social ligada à apropriação econômica e simbólica do ambiente marítimo foi abordada de acordo com a perspectiva de sua construção histórica, no sentido dado por Marshall Sahlins (1990) de uma reordenação constante entre história e cultura por meio da

Antropologia Visual), assim como a disciplina de Antropologia Visual ministrada por ambas no primeiro semestre de 2003, foram fundamentais para minha compreensão acerca da teoria da memória e do imaginário, bem como as discussões fecundas sobre a utilização e produção imagética (vídeo e fotografia) na pesquisa etnográfica.

ação criativa dos indivíduos. Pensando no processo de rearticulação que forma a unidade entre a terra e o mar, enquanto ponto de inflexão entre sociedade, cultura e natureza em seus aspectos geográficos e simbólicos, busquei analisar a questão da formação de uma “cultura marítima” a partir do conceito de “maritimidade” proposto por Antônio Carlos Diegues (1998) e que reúne essas questões em torno de estudos sobre as tradições sócio-culturais em comunidades pesqueiras.

Um ponto importante sobre a construção da maritimidade entre os pescadores de São José do Norte passa pela questão dos fluxos migratórios entre pescadores, obedecendo a uma lógica de territorialidade produtiva com base em sua sazonalidade. O contato entre pescadores de diferentes localidades e regiões vem ocorrendo em espaços de acesso comum que caracterizam as praias oceânicas e a Lagoa dos Patos, assim como em áreas pesqueiras localizadas na porção austral do oceano Atlântico. Esse contato ocorre principalmente através de deslocamentos ao longo da faixa litorânea, assim como em relação a grupos envolvidos na safra do camarão na Lagoa dos Patos. Tal situação envolve os pescadores locais com os dos municípios vizinhos e também com aqueles que vêm do estado de Santa Catarina. A estes somam-se agricultores da região que têm se voltado à atividade pesqueira, sendo possível compreender que o elo de comunicação mais ampla consiste em um grande evento de importância social, econômica e simbólica, formador de uma rede de comunicação entre grupos diversos.

Em relação à pesca embarcada, esse contato diz respeito ao trânsito e apropriação dos recursos pesqueiros tanto pelas embarcações locais, como de outras regiões, estados e países. Nesse sentido, o acesso e a ordenação do espaço marítimo dizem respeito a conflitos territoriais decorrentes das intervenções desses diferentes atores sociais, relacionados principalmente às atividades industriais portuárias e ao mercado da pesca, envolvendo questões ambientais, sobretudo no que se refere a uma dinâmica ampliada das capturas em nível mundial e a execução de políticas de gerenciamento costeiro. Portanto, devo esclarecer a existência de um universo multifacetado do âmbito pesqueiro, no sentido em que se refere às diversas práticas de pesca e de ambientes, assim como uma dinâmica do contato que diz respeito à relação entre o local, o regional e o global.

São José do Norte é um território ocupado por grupos de pescadores que mantêm práticas tradicionais de trabalho e organização social, ao mesmo tempo em que apresentam

grande mobilidade e mantêm relações entre si, levando a pensar na questão do homem litorâneo enquanto portador de uma tradição cultural, sobretudo em relação a uma memória coletiva do litoral, e o processo de mudança que gera articulações e rupturas entre estes grupos. Tais questões remetem ao problema da unidade e descontinuidade social e simbólica, pensando de que forma tem operado mudanças entre os pescadores e quais são as estratégias de sobrevivência que estão em jogo. É importante considerar que, ao lidar com o dilema entre as possibilidades que se descortinam na experiência etnográfica acerca da ruptura e continuidade de determinados grupos sociais, busquei privilegiar a perspectiva do encontro entre as diferenças que causa rupturas e produz a instabilidade, inspirado em Gaston Bachelard (1996), na dialética da ruptura e da descontinuidade, enquanto processo criativo, evoluindo através do diálogo permanente entre a razão e a experiência.

Tendo em vista que uma tradição existe porque se transforma, a idéia de “duração” no tempo, termo cunhado por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2001), diz respeito à memória, enquanto lembranças ou reminiscências de um tempo vivido que são revividas porque encadeiam um tema afetivo através da intenção presente, conforme a perspectiva de Gaston Bachelard (1996). Assim, a tese segue a linha de pesquisa inaugurada por Cornelia Eckert (1993), que trata da teoria Bachelardiana, de forma apropriada para uma etnografia da memória, da identidade e dos ritmos da duração⁶.

No Brasil, a ênfase dada ao tema da pesca está ligada à antropologia sobre sociedades tradicionais e suas práticas de trabalho, sendo que muitos estudos contemplam questões acerca do modo de vida tradicional⁷ de comunidades pesqueiras, principalmente no que se refere à relação homem/natureza, sendo que boa parte desses estudos está centrada sob o enfoque da tensão entre o modo de vida tradicional e as transformações vivenciadas por esses grupos. De modo geral, tais transformações revelam a questão da dinamicidade do modo de vida dos pescadores e do contexto de mudanças que dizem respeito à relação entre o local e o global. Nesse sentido, a temática relativa às práticas de trabalho vista a partir do modo de intervenção do homem na natureza apresenta uma interface com estudos sobre a

⁶ Devo esclarecer minha filiação e formação junto aos estudos de Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, ao apropriarem-se de Bachelard (1996) para as vozes narrativas constituídas na etnografia. Conforme ensinam as autoras, o passado é reconstruído através do presente, apresentando uma continuidade através de uma temporalização do próprio ato que encerra o tempo pensado, possibilitando a configuração da memória enquanto ato de duração (Eckert & Rocha, 2001).

⁷ O conceito de modo de vida ligado ao tradicional é trabalhado por Antônio Cândido (2001) em seu estudo sobre famílias caipiras do interior São Paulo na década de 1950.

questão ambiental, ressaltando, entre outras coisas, problemáticas que dizem respeito à forma de interação e socialização do ambiente marinho na exploração e apropriação social dos recursos naturais, como peixes e crustáceos.

Por outro lado, esses grupos de pescadores fazem parte, em maior ou menor grau, da sociedade urbano-industrial, ao mesmo tempo em que apresentam determinada herança cultural baseada em práticas sociais e simbólicas consideradas tradicionais. Assim, a antropologia das sociedades complexas, ao situar a problemática da continuidade e descontinuidade das representações e ações simbólicas (Velho, 1999) possibilitou um avanço nas análises sobre a mudança social entre esses grupos, especialmente no que se refere às práticas humanas na exploração dos recursos naturais.

Os pescadores locais têm vivenciado um contexto de crise econômica e social relacionada a uma expansão desordenada da atividade, destacando-se a pesca industrial, como também em casos de transformações na pesca artesanal, que vem sendo cada vez mais incorporada ao mercado. A pesca predatória praticada em larga escala e a poluição do ambiente marítimo são apontadas como as principais causas para o quadro de escassez dos estoques de peixes, impactando as comunidades pesqueiras dessa região.

Conforme indicam estudos sobre o tema, a nível mundial essa categoria se depara com um grau de instabilidade que seus predecessores não viveram, na referência à segurança pessoal e econômica, tendo em vista que a atividade caracteriza-se pelos riscos e incertezas (McGoodwin, 1990:12). Nesse sentido, os pescadores embarcados têm se deparado com um contexto de riscos sociais relativos à adoção de inovações tecnológicas, que os compelem a permanecerem mais tempo no mar, criando conflitos pelo distanciamento da vida em terra. Maiores riscos territoriais também se fazem sentir pelo fato de que as pescarias tornaram-se mais numerosas e competitivas. Mudanças ocasionadas pela permanência prolongada no mar têm o efeito, entre outras coisas, de potencializar riscos de acidentes, inclusive naufrágios, que são comuns nessa atividade⁸.

Paradoxalmente, as inovações tecnológicas também proporcionam melhorias nas

⁸ Nesse sentido, James R. McGoodwin (1990:30) analisa questões referentes aos riscos na pesca, chamando a atenção para as estatísticas à este respeito que mostram que a atividade supera o trabalho em minas de carvão, uma das mais altas do mundo em termos de perigos e perda de vidas.

condições das embarcações, como o sistema de rádio PX e o GPS⁹. A segurança com base nos instrumentos e nos avanços de pesquisas em climatologia, bem como o desenvolvimento e investimento tecnológico em pesquisas e mecanismos de precisão climática, têm ajudado pescadores a evitarem riscos como, por exemplo, enfrentar tempestades inadvertidamente.

Os instrumentos passam a ter também um papel importante na mudança dos conhecimentos da pesca, como é o caso da utilização de ecossondas¹⁰ nas pescarias, aprofundando uma relação onde o conhecimento do ambiente marítimo não pode ser separado do domínio de uma determinada tecnologia.

Em face desse contexto que evoca uma série de dimensões acerca das condições de risco e de perigo a que os pescadores estão sujeitos - e cujo pano de fundo é o universo cultural litorâneo e seus processos de mobilidade e comunicação -, procurei abordar a questão relativa ao viver sob uma condição marítima diferenciada a partir das narrativas dos pescadores, tratando da memória individual e coletiva desse grupo para compreender sua territorialidade marítima enquanto condição de vida pautada pela noção de risco e de perigo¹¹. Portanto, este é o fio condutor da tese, cuja perspectiva da territorialidade é tencionada enquanto condição de risco e de perigo a partir das narrativas e da questão da dinamicidade do modo de vida dos pescadores.

Assim, convido o leitor a adentrar tanto nas imagens do texto, como nas fotografias, montagens e ilustrações que são apresentadas nesta tese, formando uma urdidura textual que foi sendo costurada através dos diálogos, encontros e configurações que permitem a construção do conhecimento antropológico¹².

Na primeira parte da tese, busco situar o leitor no cenário etnográfico a partir do

⁹ GPS (*Global Positioning System*) é um sistema de posicionamento através da captação de sinais emitidos por satélite, sendo amplamente utilizado na aviação e navegação marítima.

¹⁰ Ecossonda consiste em uma tecnologia para detectar peixes e submarinos através da acústica na coluna de água.

¹¹ Nesse sentido, convém destacar a influência da sociologia processual de Norbert Elias (1994a, 1994b, 1997, 1998, 2000), uma vez que as questões centrais desta tese, sobretudo no que diz respeito ao tema da mobilidade e da transformação em relação à configuração local, foram desenvolvidas sob um enfoque analítico inspirado no pensamento desse autor.

¹² Sobre as imagens utilizadas nesta tese, é importante fazer menção a apropriação de trabalhos de outros autores, entre os quais destaca-se José Américo Roig (Zémeco), habitante de São José do Norte que desenvolve uma produção pictórica identificada com a cidade e seu entorno. Juntamente com o texto e outras imagens, procuro interferir e dialogar com parte dessa produção na construção de uma narrativa visual. Todas as referências e alguns esclarecimentos constam no índice de imagens e ilustrações.

encontro intersubjetivo, decorrente do convívio com o “outro”. À condição de alteridade desencadeada no processo de interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, sucede uma busca em transcender a superfície das trocas sociais através do mergulho na narrativa imagética, resultando da experiência temporal de interiorização do antropólogo em relação à configuração local.

O primeiro capítulo diz respeito ao ritual de inserção no âmbito pesqueiro, através do processo de acompanhamento dos pescadores em seus percursos cotidianos, baseado em negociações, trocas e mediações enquanto construção etnográfica. A relação do diálogo com o “outro” consiste em uma experiência de duplo sentido em termos do estranhamento/familiarização, assim como na criação etnográfica através do encontro que produz a experiência de campo. Nesse sentido, busco apresentar as paisagens, personagens, situações e dramas que orientaram os rumos da pesquisa.

No segundo capítulo, trato de prosseguir com a perspectiva acerca do processo de colocação do antropólogo e dos personagens, através da vivência dos ritmos locais, que ocorre, principalmente, através de incursões pelo panorama da cidade e suas imediações. A perspectiva da vida na cidade e imediações forma um caleidoscópio, cuja multiplicidade de paisagens e caminhos descortinam-se a partir da experiência etnográfica e da desordem criativa do meio urbano. Partindo dessas imagens que se formam a partir do encontro com as pessoas do lugar, começo a situar a questão da memória para tratar da territorialidade marítima, da condição de risco, perigo e gênero, em uma cidade tida como “letárgica” - ao mesmo tempo em que vive determinados contextos de globalização - e que se apresenta, através dos discursos de seus habitantes, de forma tensional e diferenciada em relação à cidade vizinha de Rio Grande, para onde gravita toda a produção pesqueira e onde se situa um complexo portuário.

A segunda parte é composta por três capítulos que tratam da questão da memória enquanto “espaço de construção do conhecimento” (Eckert & Rocha, 2000), seguindo a linha de pensamento da fenomenologia Bachelardiana e a teoria do imaginário de Gilbert Durand (2002)¹³. Assim, procuro tratar da relação entre o símbolo e a imaginação pela via

¹³ A teoria do imaginário desenvolvida por Gilbert Durand (2002) é apropriada por Ana Luiza Carvalho da Rocha na perspectiva de uma antropologia urbana, em sua tese de doutorado em Antropologia Social, intitulada “Le Sanctuaire de désorde: L’art de savoir vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques (1994)”.

das imagens poéticas locais, utilizando, entre outras coisas, o conceito de “trajeto antropológico” (Durand, 2002) para aprofundar a questão da relação local entre as sensibilidades subjetivas com o meio em físico, histórico e social envolvente. Para isso, no capítulo 3, busco demonstrar como tal fenômeno diz respeito a um fundo de imagens que remete à visão do colonizador europeu e dos viajantes do século XIX na formação da paisagem e sua relação com as imagens que surgem através das narrativas dos personagens, e que falam sobre o cenário local.

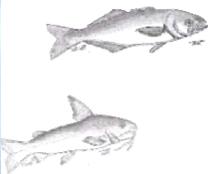
Nos capítulos 4 e 5, essa perspectiva é aprofundada através da memória coletiva e individual, principalmente na identificação dos pescadores do presente como um “tempo de crise” e sua sobreposição temporal na referência ao passado enquanto “tempo de fartura”, remetendo às transformações da vida social e das práticas de trabalho. No capítulo 5, a identificação dos “tempos de crise” revela de forma mais específica questões relativas aos dilemas ambientais, no contexto de tensão dos pescadores relativamente ao mercado da pesca e à política nacional de gerenciamento costeiro, no qual procuro demonstrar como esses grupos apresentam determinadas estratégias de vida e práticas de controle com vistas a possibilitar sua reprodução social e sua identidade de pescadores.

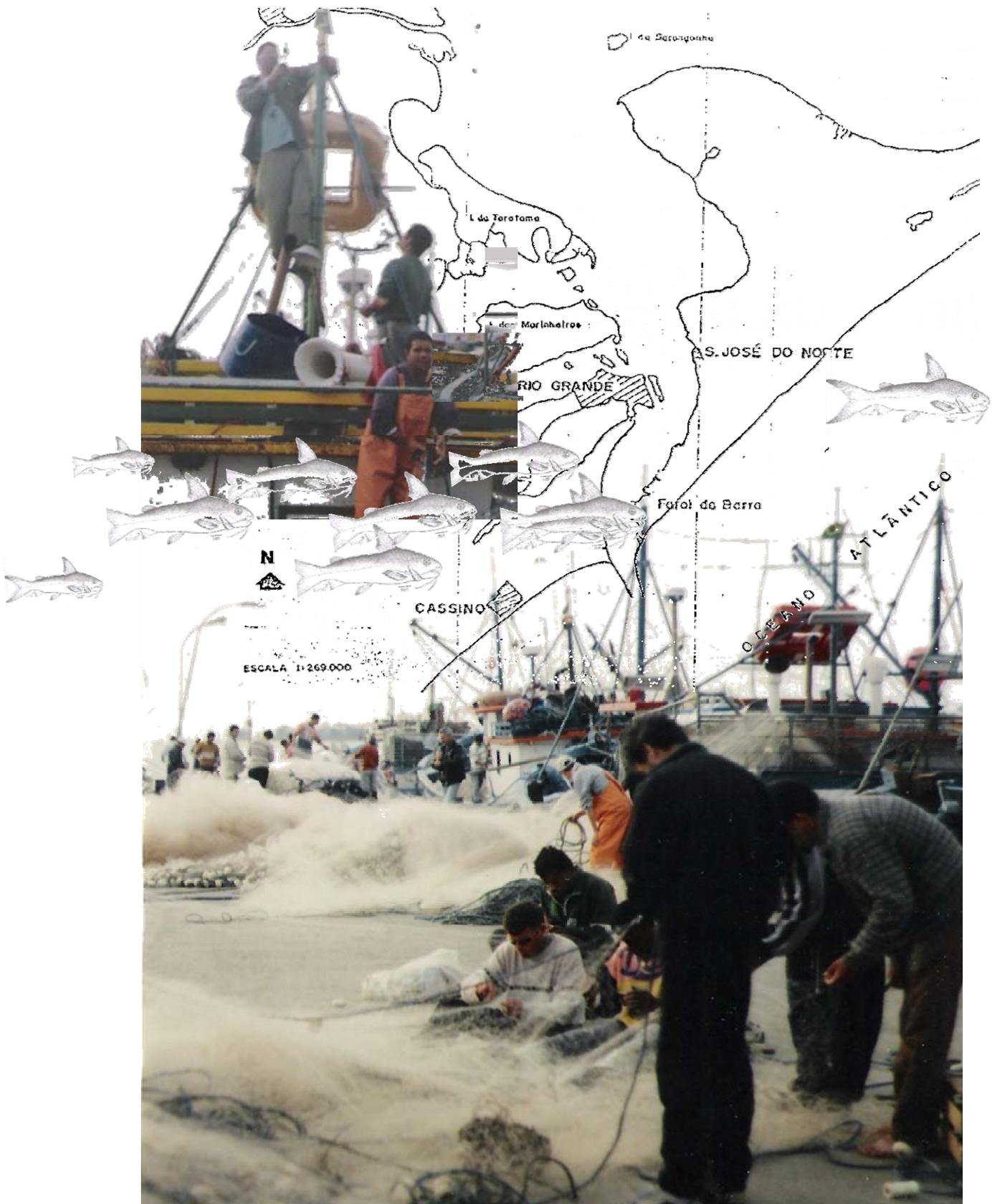
Na terceira parte, trato da questão da unidade da terra com o mar, sendo que a vida no barco é tratada no capítulo 6, onde trabalho com a questão das ações e representações dos pescadores frente ao ambiente marítimo. Tais questões são abordadas sob o prisma do espaço, da territorialidade produtiva e das noções de risco ligadas à instabilidade e imprevisibilidade que representa o mar, principalmente em face às súbitas mudanças climáticas e a mobilidade dos estoques pesqueiros. Entrelaçado à vida no barco, a competição, cooperação, sorte, prestígio e conhecimento são abordados no último capítulo, formando um conjunto de noções que se relacionam para compreender os conflitos vivenciados em um processo de ascensão e crise de uma geração de mestres da pesca embarcada. Dessa forma, retomo as discussões anteriores, sobretudo a questão que permanece em aberto acerca dos conflitos e das discontinuidades sociais e simbólicas, fazendo uma costura marcada pela extensão dos conflitos no mar para a terra e seus desdobramentos e paradoxos que representam o viver entre dois meios.

PARTE I

OS CAMINHOS DA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA













CAPÍTULO 1

O RITUAL DE INSERÇÃO E AS PISTAS ETNOGRÁFICAS



1.1. Interação social no âmbito pesqueiro e o seu caráter extrovertido

A pesquisa de campo iniciou em janeiro de 2003, quando foi realizada a primeira incursão a São José do Norte, tendo permanecido alguns dias no local. O núcleo urbano do município forma uma pequena cidade, situada às margens do canal que comunica a Lagoa dos Patos com o Oceano Atlântico.

Quem chega a São José do Norte atravessando o canal pode avistar o porto pesqueiro, no qual se destaca uma plataforma, o cais, paragem de barcos que pescam no Oceano Atlântico. Praticamente ao lado do cais, também se avista um par de cabanas de madeira, construídas sobre trapiches, onde botes e canoas motorizados descarregam o peixe capturado na Lagoa dos Patos. Toda esta área, local de trabalho dos pescadores, faz parte da doca municipal, juntamente com os galpões de redeiros, espaços destinados ao depósito e reparo das redes de pesca.

Principal entrada da cidade e forma de acesso ao continente, o terminal de passageiros (hidroviária) encontra-se incrustado na doca, separando o cais dos trapiches. Entre este terminal e outro, situado na margem oposta do canal, na cidade portuária de Rio Grande, trafegam embarcações, chamadas pela população local de “lança”, um serviço regular de transporte entre as duas cidades.

Ao desembarcar da lanca, detive-me especialmente no cais, atraído pelos barcos e pela movimentação de pescadores. Agrupamentos de homens, trabalhadores da pesca embarcada, estavam em volta de redes emboladas. Os rostos, enrugados precocemente pelo sol e pelo sal, contrastavam com o vigor físico que exige a atividade pesqueira. Uns

entretidos na troca de redes ou no reparo dos pequenos remendos; outros, apenas conversando e olhando o trabalho, falavam sobre as pescarias e os companheiros. Em certos momentos, apareciam carroças carregando redes. As mais danificadas eram retiradas dos barcos, sendo levadas para os galpões de redeiros.

Durante aqueles dias, e em boa parte do período da pesquisa em que fiquei na cidade, dediquei-me ao acompanhamento sistemático do embarque e desembarque das tripulações e seu movimento cotidiano em função dos barcos em terra.

Já nesse primeiro encontro, a situação de alteridade fazia-se presente, apesar da relativa familiaridade com o tema, na referência a um universo em que expressões novas chamavam minha atenção, configurando uma “linguagem da pesca”, no sentido em que mencionavam lugares e situações de pescarias, assim como nomes de apetrechos, aparelhos e artes próprias da atividade, indícios que levavam a pensar questões acerca da territorialidade produtiva destes grupos e suas práticas de trabalho.

Nas visitas que se sucederam, seguindo a proposta do “paradigma indiciário” de Ginzburg (1989), procurei juntar pistas, surgidas nas diversas formas de expressão, em atos e emoções dos pescadores, advindas tanto das relações estabelecidas entre eles, como as estabelecidas comigo, procurando ver o que elas possivelmente indicavam e qual caminho a seguir através do encontro proporcionado pela experiência de campo.

No início, percebia que, ao mesmo tempo em que se ocupavam com os seus afazeres, os pescadores observavam, com um olhar de esguelha, minha presença curiosa e às vezes inconveniente. Contudo, essa mistura de curiosidade e desconfiança dissipou-se logo, devido à forma muito particular de aproximação por parte deles, baseada no tom de brincadeira. Ao percorrer o cais, tirando fotografias, tal aproximação foi observada em certas reações por parte deles, em perguntas como “vai sair no jornal?” Geralmente era alguma voz alta que ecoava de algum barco ancorado, ou em meio ao burburinho dos agrupamentos. Também faziam poses engraçadas, demonstrando a veia cômica em relação aos outros, mas também a si próprios. Ao verem as primeiras fotos, alguns pescadores fizeram os seguintes comentários:

- Ah, essa câmara faz milagre!

- Aquele ali é muito feio! Bah, não queimou o filme? Não, a câmara não faz milagre! .

- Mas comigo fez milagre! Olha como eu saí bem! Dessa vez, saí careca, mas da próxima vez vô tá com cabelo... É. Da próxima vez, vou botar uma peruca!

As brincadeiras e a curiosidade que se sucedia acerca do pesquisador e da pesquisa animavam os diálogos e se mostravam como um modo particular de sondagem. Mais do que diálogos iniciáticos, pude constatar que, no decorrer da pesquisa, o caráter de receptividade e afetividade consistia em uma conduta recorrente na vida social, sobretudo no ambiente de trabalho.

Em pouco tempo, circulava pelo cais, entrava nos barcos e conversava com os pescadores com bastante naturalidade. Mantive contatos mais próximos com a tripulação do barco Santana, principalmente com Everaldo e Cláudio, este último com 50 anos, mestre da embarcação¹⁴. Everaldo, com cerca de 30 anos, era, dentre os tripulantes, talvez aquele que inspirava maior confiança em Cláudio, espécie de braço direito do mestre. O olhar desconfiado e o rosto sisudo, um pouco envelhecido pelos anos de mar, disfarçavam um homem de personalidade afável e solidária.

Já os mestres dos barcos pareciam ter uma postura de certa reserva, se comparados ao restante dos embarcados, devido à posição de autoridade que assumiam perante os tripulantes. Em terra, constatava esta posição quanto à responsabilidade e tensão em comandar o trabalho da tripulação e, ao mesmo tempo, providenciar os detalhes acerca da organização para as viagens. Contudo, Cláudio demonstrou ser muito receptivo já nos primeiros encontros. Entre os pescadores, era considerado um dos melhores mestres de barco, porém com fama de exigente e severo com seus homens. De certo modo, esta fama, associada ao fato de ser considerado “matador” de peixe conferia-lhe considerável respeito na doca. O modo bastante enérgico, no qual desempenhava sua rotina de trabalho, sempre atarefado, era intercalado com o lado amigável e paciente que demonstrava nas conversas comigo. Esta empatia foi determinante para que, posteriormente, conhecesse seus familiares, seguindo, ao longo da pesquisa, uma rede de parentesco e solidariedade.

¹⁴ Os nomes dos pescadores e demais personagens que constam neste trabalho são verdadeiros, e sua utilização só foi possível mediante autorização dos mesmos, obedecendo a critérios de conduta ética na pesquisa, no qual procurei expor os objetivos e os métodos de investigação.

Além da tripulação do Santana, aproximei-me de outros pescadores em idas sucessivas ao cais. Assim, aos poucos, relacionava-me com quase todos, sendo que mantive contato, principalmente, com as tripulações dos barcos Dom Caetano IV, Rio Piracicaba e Alexandre II.

Devo esclarecer que os barcos são de madeira, cabinados. A tripulação varia entre 7 e 10 homens, a depender do tamanho da embarcação, entre 15 e 30 metros de comprimento e com motor a diesel, entre 120 e 400 HP de potência. Durante o tempo em que permanecem no mar, os tripulantes dormem em beliches no interior do barco. Ao lado, fica a cozinha, que pode ser separada ou junto aos beliches. O banheiro fica separado, em uma das laterais do barco. Na proa, existe um porão onde se armazena o peixe capturado. Outro porão fica entre os beliches e a cozinha, local onde se abriga o motor. Esses barcos caracterizam-se pela pesca com rede de emalhe. De forma simplificada, o processo de trabalho nas pescarias ocorre da seguinte maneira: redes são atadas a bóias de sinalização e lançadas no mar, em determinada área de pesca (pesqueiro). Após várias horas, os cardumes de peixes, ao se chocarem com as redes, ficam presos. Então as redes são içadas por um guincho ao convés, onde a tripulação dedica-se a “safar” o peixe, ou seja, retirá-los da rede (ato de despesca). Outros dois homens puxam as redes já esvaziadas através de uma calha, recolhendo-as na popa do barco. Depois ocorre uma separação prévia, de acordo com as espécies capturadas, que são colocadas em caixas de 25 quilos e acondicionadas junto ao gelo, no porão da embarcação (câmara fria). Com exceção do mestre, que permanece no comando da tripulação e do barco, o restante da tripulação executa a despesca e reveza-se no recolhimento das redes, atendendo à denominação geral de “proeiros”, relativo àqueles que trabalham na proa.

1.2. Percorrendo o universo da doca: redeiros, embarcados e pescadores da Lagoa dos Patos

O cenário do cais tornar-se-ia uma constante no acompanhamento da rotina de trabalho em terra dos pescadores. No entanto, eles nem sempre estariam ali. Foi o que ocorreu em diversos momentos ao longo da pesquisa. Intercaladas com o trabalho em terra, as pescarias estendiam-se de uma semana a quinze dias no mar.

Portanto, impunha-se o problema do acompanhamento do trabalho no espaço marítimo, para que a observação participante fosse completa. A situação do cais vazio demonstrava as dificuldades iniciais da pesquisa. Convém esclarecer que o ambiente extrovertido, conforme foi mencionado a pouco, em um contexto de contatos ainda escassos e sem conhecer suficientemente os familiares dos pescadores, restringia-se ao cenário da doca, caracterizado como espaço público, de trabalho e de sociabilidade.

Ao término de uma jornada no cais ou em algum galpão de redeiros, os pescadores freqüentemente dirigiam-se para seus lares. Algumas vezes os acompanhava, dando continuidade às conversas que tínhamos durante o trabalho. Contudo, ao se aproximarem das casas, eles despediam-se e cada um ia para o seu lado. O contato com as famílias consistia em um espaço privado, de acesso difícil, relacionado em parte com questões de gênero. Se, por um lado, o caráter eminentemente masculino do âmbito pesqueiro facilitava minha inserção; por outro, no universo familiar, ocorria o contrário, indicando a existência de barreiras e a necessidade de certa cautela na aproximação em relação às mulheres, principalmente em face do contexto de ausência prolongada dos homens no mar. Nessas condições, ficava literalmente “a ver navios”, uma vez que, além das dificuldades em me inserir no ambiente familiar, também o acompanhamento das pescarias, descritas como viagens longas, recheadas de perigos e agruras, na referência ao ambiente inóspito da vida no mar, implicava em um grau de aceitação e confiança que seriam conquistados muito lentamente.

A alternativa encontrada foi freqüentar alguns dos galpões de redeiros, sempre abertos durante a semana. Assim, quando não encontrava a tripulação do Santana, freqüentava seu galpão, procurando me informar sobre quando voltariam.

De modo geral, cada armador, dono do barco e das redes, dispõe de um galpão. No mar, quando um barco estava retornando, o mestre costumeiramente entrava em contato com o armador pelo rádio, informando sobre o resultado da pescaria, se havia alguma avaria na embarcação e o provável dia da chegada. Essas informações eram repassadas pelo armador, nas conversas cotidianas que tinha com seus redeiros.

Anteriormente, já havia entrado no galpão do Santana algumas vezes, acompanhando

Cláudio e Everaldo. Dessa forma, estabeleci contato com o armador, também chamado de Santana, e seus principais redeiros: Toninho e Seu Nelson, apelidado de “Bagre” pelos colegas de trabalho. Santana não se incomodava com minha presença no galpão. Embora amigável, conservava certo distanciamento, decorrente de seu temperamento retraído. Já os redeiros mantinham o mesmo tom jocoso do cotidiano do cais, fazendo com que me sentisse à vontade entre eles. Cláudio ia seguido ao galpão. Ficava conversando com Santana sobre o barco, os preparativos para viagem seguinte, o preço do peixe, entre outras coisas. Por vezes, aparecia com seus proeiros para buscar alguma rede ou bóia. Estes também permaneciam em algumas ocasiões no galpão, ajudando os redeiros, sobretudo quando havia “rebojo” intenso, nome dado ao vento sul, responsável pelas frentes frias e tempestades. Nessas situações, boa parte dos barcos ficava retida no cais, na espera de uma melhora no tempo. Em casos de tempestades como algum ciclone extra-tropical, a Marinha alertava pelo rádio as embarcações e proibia a saída da barra, como medida de segurança.

Seu Nelson, ou Bagre, assim como a maioria dos redeiros, é um velho pescador que, com a idade avançada, trocara o esforço físico intenso e o desconforto ao qual se impõe a vida no mar pelo trabalho rotineiro e seguro de costurar redes em terra firme. Sem aposentadoria, tem nesta atividade o seu único ganha pão, cerca de um salário mínimo por mês. Toninho, uma geração mais jovem que Seu Nelson, além de redeiro, trabalha como “vigia” do barco Santana, durante o período em que este fica ancorado no cais. Nessas ocasiões, passava o dia remendando redes no galpão. Ao anoitecer, recolhia-se para o barco, onde pernoitava.

Santana e seus redeiros, ao me avistarem da rua, convidavam para entrar. Enquanto remendavam, de vez em quando os redeiros olhavam para o portão aberto. Viam o movimento na rua. Subitamente, davam algum brado de saudação aos amigos e conhecidos que por ali passavam, muitos dos quais veteranos, boa parte deles sexagenários, que apareciam para um bate-papo. Quando se reuniam, ficavam contando histórias carregadas com o ar de brincadeiras e gozações, muitas das quais entremeadas por fofocas e comentários apimentados acerca de aventuras sexuais.

Com um ar tranqüilo, Seu Nelson ficava no galpão, sentado em um banquinho, remendando. A peça, ampla - mas sem janelas - era iluminada pelo sol que entrava por um portão. Seu Nelson ficava estrategicamente na penumbra, porém próximo a uma fresta do portão, por onde entravam raios de sol. Estes incidiam sob o pedaço de rede que estava costurando. Dessa forma, obtinha-se a iluminação ideal para enxergar o que estava rasgado. Apenas mudava de lugar o banquinho no decorrer do dia, de acordo com o deslocamento do sol através da fresta.

Uma das primeiras perguntas que fiz a Seu Nelson foi sobre seu apelido. Um nome de peixe parecia um indício bastante sugestivo, talvez um bom mote para poder escutar algumas narrativas a respeito de sua trajetória ligada à pesca. No entanto, em algumas ocasiões, costumava reagir de forma muito particular às minhas indagações: não respondia, apenas mostrava um largo sorriso, com a cabeça baixa, a examinar um pedaço de rede. Depois, mudava de assunto. O mistério daquele silêncio inicial contrabalançava com o sorriso amável, gerando em mim a percepção de que talvez algumas perguntas fossem inconvenientes, ou mesmo incompreensíveis. Porém, de alguma forma, tudo era contornado com a naturalidade pela qual ele retomava a conversa depois de uma pergunta sem resposta. Foi Toninho que interveio, quando quis saber sobre a origem do apelido, contando que bagre era o manjar predileto de Seu Nelson, e que, quando jovem, “matava bagre à reviria” em um bote na Lagoa dos Patos. O bagre representa uma iguaria para pescadores como Seu Nelson, sobretudo no contexto de viagens longas, no qual se alimentavam basicamente do que era capturado na lagoa. Peixes de “carne gorda” como o bagre, a anchova e a tainha, além de serem muito apreciados, são espécies tradicionalmente capturadas por estes pescadores.

A partir dessas referências, a conversa, inevitavelmente, girou em torno de um assunto recorrente nas rodas dos pescadores: a situação de crise na pesca, cujo efeito se faz sentir através da diminuição e até desaparecimento de espécies de peixes, e suas conseqüências. Este “tempo de crise” contrapunha-se ao “tempo da fartura”, presente nas narrativas acerca de um passado de grandes pescarias e abundância de peixes. “O bagre anda sumido, desapareceu aqui da lagoa” diziam os pescadores, situação atribuída, entre

outras coisas, a práticas sucessivas de pesca predatória, tanto na lagoa como no oceano.

A escassez conferia uma valoração a peixes como o bagre, enquanto iguaria difícil de ser encontrada. Os comentários frequentes, entre os velhos pescadores, sobre “o desaparecimento do bagre”, uma espécie muito apreciada por eles, sobretudo na forma de ensopado, revela-se, portanto, como sintomático de uma conjuntura de problemas ambientais relacionados à pesca.

Toninho e Santana são oriundos da Várzea. Seu Nelson é de Capivaras. Ambos os vilarejos localizam-se no interior de São José do Norte, à beira da Lagoa dos Patos. Em comum, a trajetória de pescarias em botes e o posterior deslocamento para a cidade, na conjuntura de mudanças que culminaram na pesca embarcada.

Santana, originalmente pescador de bote, tornou-se dono de “parelha”, um conjunto de duas ou mais embarcações, nesse caso, botes¹⁵. Atuava na pesca do camarão e de peixes como a corvina, o bagre e a tainha. A diminuição de peixes na Lagoa fez com que, em um segundo momento, investisse na pesca no oceano, barra afora, já no final da década de 1980. Na pesca do camarão na lagoa, Santana conta que “juntou dinheiro”. Dessa forma, adquiriu um barco, deixando a administração da parelha para o filho.

Seu Nelson, como parte dos pescadores de sua geração, retirava seu sustento dos recursos naturais da Lagoa. Posteriormente, passou à pesca embarcada. Ao lhe falar que pretendia acompanhar os pescadores em alto mar, sorriu e limitou-se a dizer: “Lá fora, só se passa trabalho!”. Então contou, rindo que, no primeiro barco em que havia trabalhado, a tripulação era chamada de “os piratas”. Era um barco de madeira, pequeno e bastante

¹⁵ Encontrei três significados para o que vem a ser parelha. Primeiramente, considera-se pesca de parelha, quando duas embarcações utilizam uma mesma rede, que é arrastada (pesca de arrasto). Porém, muitos pescadores locais quando dizem: “Eu tenho uma parelha”, estão se referindo ao fato de serem proprietários de um bote/canoa e disporem de um galpão, no qual reparam suas redes. Um terceiro significado, que aplica-se à situação do filho de Santana, consiste em denominar de “parelha” um conjunto de botes ou canoas, cada qual com suas redes, mas que pescam para um mesmo dono. Essa variação fazia com que inicialmente a referência dos pescadores a esse termo me parecesse um tanto vaga e de significado ambíguo. Tornou-se usual chamar um bote/canoa de parelha. Em alguns casos, trata-se de uma ressignificação do termo, relativo a um passado em que as pescarias eram realizadas em conjunto com várias embarcações. Conforme será demonstrado no decorrer da pesquisa, essa aparente confusão do termo revela uma sobreposição de diferentes formas de organização do trabalho na pesca, em um período considerado recente de introdução de inovações técnicas e tecnológicas desencadeadas pela indústria e pelo mercado pesqueiro.

danificado pelas intempéries sofridas no mar. Na época não dispunham dos equipamentos básicos de navegação, como a ecossonda e o rádio. Apenas a bússola e o barômetro auxiliavam a navegação.

As referências à pesca na Lagoa dos Patos não se resumiam ao passado dos velhos pescadores. Na doca, mais precisamente em alguns dos trapiches, botes e canoas motorizadas descarregavam o peixe capturado na Lagoa dos Patos e na saída do canal para o oceano¹⁶. Ali mesmo, parte dessa produção era comercializada. Nesse espaço, ocupado por pescadores considerados artesanais, também atuavam alguns intermediários, chamados de “compradores”, uma vez que compravam a produção junto aos pescadores e as vendiam por valores maiores a empresas do setor pesqueiro, algumas com sede em Rio Grande.

O movimento desses compradores na doca deixava entrever a existência de relações que vinculavam a pesca artesanal a empresas do setor pesqueiro. Por sua vez, a organização espacial da doca era um indício que apontava para a existência de uma série de relações entre pescadores de barcos e aqueles dos botes e canoas. As pescarias eram diferenciadas, mas até certo ponto. Os botes e canoas são de madeira, sem cabina, apresentam, no máximo, 10m de comprimento e dispõem de motores de 10 a 24 HP. Essas embarcações são tripuladas por 2 ou 3 homens. Assim como os barcos do cais, utilizam rede de emalhe.

No decorrer da pesquisa, constatou-se que os grupos misturavam-se, revelando a existência de redes de parentesco e afinidade, as quais convergiam na ordem dos valores sociais. Levando em conta este universo mais abrangente da pesca, o recorte dado na definição do universo de pesquisa, centrado nos pescadores embarcados, não significou, contudo, deixar de lado as relações e articulações entre esses e aqueles vinculados à pesca artesanal, tendo inclusive me aproximado destes últimos, acompanhando também seu cotidiano.

¹⁶ Os botes e as canoas utilizados no estuário realizam a mesma pescaria. As diferenças entre ambos residem no formato e no tamanho. Na comparação com os botes, as canoas, embora em número reduzido, são maiores, dispendo de mais espaço para acondicionar o pescado e acomodar redes mais extensas.



Na cidade, havia a presença constante de um vento úmido e salgado que, no entanto, apresentava certas variações. Nas manhãs ensolaradas, mesmo nos dias quentes, soprava uma brisa fresca, bastante agradável. Nas primeiras horas do dia, essa brisa era um ar frio que vinha do oceano e se misturava ao cheiro orgânico, inefável, da lagoa, encanando pelas ruelas da cidade. Às vezes, a brisa tornava-se inconveniente, transformando-se em uma ventania interminável, criando redemoinhos nas calçadas e encrespando o mar do estuário Lagoa dos Patos. Quando reinava a calmaria, novas lufadas eram comuns apenas no final da tarde e no meio da madrugada. Este tão peculiar ar frio marinho, elemento natural do começo de uma bela jornada, ia se arrefecendo com o passar das horas. Nesses dias, era comum encontrar pequenos agrupamentos de homens na doca. A maioria, pescadores de botes e canoas, que tinham por hábito ficarem ao sol, encostados nas paredes de uma esquina, entre uma casa lotérica e dois bares. O lugar era um dos pontos de encontro da cidade. Em frente ao Café Brasil e à Lancheria Ponto, com frequência os avistava no habitual degelo matinal, ao qual se seguiam discussões animadas com o aumento da temperatura. Ou então, ficavam no interior dos bares, jogando sinuca, alternando as baforadas de cigarro com doses de cachaça.

Durante certas safras de peixes, esses bares ficavam às moscas, exceto pela presença dos bêbados de plantão. Porém, nos meses em que não havia peixe, parte desses pescadores entrava em um “tempo ocioso”, conferindo maior movimento aos bares e à vida noturna. A pesca de botes e canoas caracteriza-se, entre outras coisas, por incursões diárias na lagoa e por períodos de estagnação.

Passei a considerar dois grupos principais: um vinculado à pesca embarcada e outro vinculado à pesca em botes e canoas motorizadas, cujas diferenças apresentavam-se de forma bastante clara e definida em termos de uma classificação quanto às embarcações e redes empregadas. Nessa perspectiva, um primeiro ponto a considerar seria a diferença entre duas modalidades de pesca: uma considerada pesca artesanal, outra apresentando maior envolvimento com o mercado da pesca em termos da produção e da tecnologia empregada.

Contudo, as fronteiras em relação aos grupos e suas práticas de trabalho mostraram-se bastante móveis. A porosidade entre os grupos tornou-se evidente ao constatar,

primeiramente, que a maioria dos embarcados havia inicialmente, senão na maior parte da vida, se dedicado à pesca em botes. Em segundo lugar, se a existência de um processo de injunções de mudança apontava para um fluxo de pescadores artesanais em direção à pesca embarcada; por outro, a questão relativa à combinação entre as estratégias individuais e as possibilidades encontradas de acordo com a sazonalidade da pesca, enquanto parte de um conjunto de variáveis que determinavam os ritmos e temporalidades da atividade, não poderia ser negligenciada. Nesse universo, muitos dedicavam-se somente à pesca na lagoa ou somente à embarcada, porém a maior parte, de uma forma ou de outra, alternava ambas as modalidades, demonstrando a existência de uma movimentação pesqueira orientada pelas safras, no qual se abria um leque de articulações e oportunidades de trabalho tanto nos barcos quanto nos botes e canoas.

Embora menos freqüente, pude observar a ocorrência de um período de fluxo inverso àquele em direção à pesca embarcada, como é o caso da safra do camarão na lagoa. Esse mesmo período coincidia com certa estagnação na pesca embarcada. Assim, quando se confirmavam determinadas condições climáticas, juntamente com outros indícios, que geravam previsões de uma safra promissora do crustáceo, a maior parte dos embarcados retornava à lagoa. No final de dezembro, os barcos iam para o estaleiro, a fim de se executarem os reparos necessários para o próximo ano, como a pintura e a manutenção do casco. Com a perspectiva de uma safra de camarão, boa parte dos barcos parava durante uma temporada que se estendia de janeiro a março, liberando suas tripulações para a pesca do camarão. Geralmente, os poucos barcos que, após a pausa no estaleiro, continuavam com as pescarias, notadamente aqueles considerados os maiores do cais, e que podiam permanecer mais tempo do que os outros em alto mar, acabavam tendo que substituir parte dos seus homens por conta da safra do camarão.

1.3. Onde morar?

Nas primeiras idas a campo, hospedei-me em um hotel localizado próximo ao terminal de passageiros. Na cidade, as acomodações são poucas e precárias.

Em janeiro de 2004, percorri a cidade em busca de uma casa para alugar, mas não obtive êxito. Contatei alguns pescadores e demais moradores, geralmente pequenos comerciantes, à procura de indicações. Nessas andanças e contatos, percebia que o fato de

ser pouco conhecido na cidade conferia certo empecilho. Alguns deles me explicaram que dificilmente conseguiria encontrar uma casa disponível naquela época do ano, em razão do movimento da safra da cebola, principal produto agrícola da região. Entre janeiro e março, as cebolas são estocadas em depósitos. Ficam praticamente apodrecendo à espera dos compradores, que então se instalam na cidade para negociar o preço e levar a produção.

Considerada uma atividade tradicional na região, a produção de cebolas sofreu uma grande desvalorização no mercado. Localmente, essa situação passou a adquirir contornos dramáticos a partir da década de 1990. Os agricultores da região apontam a concorrência com outras regiões produtoras, como sendo a principal causa da queda do preço. No entanto, juntamente com a pesca, essa atividade mantém a economia local. Não é à toa que o município é conhecido como “a terra da cebola”. A colheita inicia em novembro, enquanto a comercialização ocorre principalmente entre os meses de janeiro e março. Numerosas famílias, vindas da zona rural, somam-se aos da cidade para trabalharem nos depósitos, dedicando-se à triagem e ensacamento da produção.

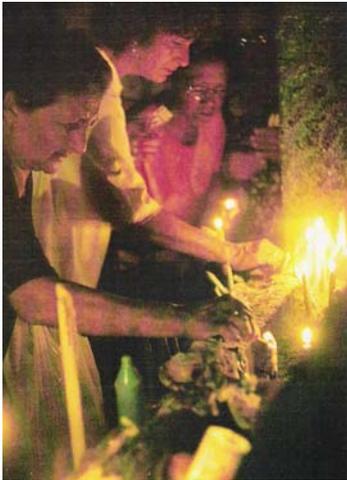
À esquerda da doca, existem balsas que transportam veículos e caminhões de carga. Assim como a lancha, a balsa realiza o vai e vem entre uma margem e outra do canal, ligando São José do Norte a Rio Grande. A entrada dos mais diversos produtos que abastecem a cidade depende totalmente desse meio de transporte, assim como o escoamento das safras da cebola, que precisa cruzar o canal para chegar aos centros urbanos do país. A balsa dispõe de apenas três horários diários para fazer a travessia do canal, sempre com atrasos. À noite, não há como sair de automóvel da cidade para Rio Grande. Antes da meia noite, a lancha também pára. A morosidade da balsa irritava os caminhoneiros. Em certos horários, havia grandes filas de veículos, sobretudo caminhões abarrotados de cebolas. Ficavam retidos ali, esperando a chegada da balsa.

No final de janeiro, acabei por me instalar em uma casa situada na praia do Mar Grosso, na costa oceânica, distante seis quilômetros do centro da cidade. Permaneci cerca de dois meses no Mar Grosso, sendo que, durante o verão, a linha de ônibus que percorre esse trecho possibilitou um deslocamento cotidiano para a cidade.

A paisagem do trecho é formada por campos e alguns eucaliptos. Como toda a região, caracteriza-se por ser completamente plana. Nos dias mais aprazíveis, deslocava-me de bicicleta. Poder-se-ia supor facilidades nesse deslocamento, não fosse o vento, que na planura não encontra obstáculos que o impeçam de correr livremente. Logo percebi que deveria examinar as condições do tempo antes de sair com a bicicleta, uma vez que, em certos dias, pedalar contra o vento forte era como enfrentar uma resistência que se equipara à subida de uma longa e íngreme ladeira. Entretanto, no sentido favorável, o vento ajudava bastante. Outra dificuldade consistia em vencer os trechos arenosos. Metade da estrada até a entrada do Mar Grosso é tomada por uma areia que dificulta inclusive a passagem de alguns veículos. No fim do dia, quando estava quase anoitecendo, tornava-se necessária certa atenção no trajeto entre a praia e a cidade para não ser atropelado. Nesse horário, manadas de gado e cavalos, conduzidos por algum peão, atravessavam repentinamente a estrada para chegar a outras pastagens.

Existem poucos moradores no Mar Grosso. Estes deslocam-se cotidianamente para a cidade. Suas casas concentram-se na entrada do balneário, mais precisamente, nas proximidades da estrada de areia que desemboca na praia. São duas quadras apenas. As demais construções encontram-se tomadas por dunas. Na entrada, encontram-se dois bares-restaurantes, que permanecem abertos o ano inteiro. Chamam-se, respectivamente, Atalaia e Caramujo. Localizados de frente um para o outro, os dois bares-restaurantes são separados pela estrada de areia. Atalaia é originalmente o nome de uma torre, construída em 1820, situada há alguns quilômetros dali, porém nas margens do canal da Lagoa dos Patos. Esta torre chama-se Atalaia do Norte, e consiste no primeiro farol da região.

Seguindo pela praia, ao lado do balneário, há duas vilas de pescadores. No outono e no inverno, dedicam-se ao arrastão de beira da praia. Também catam marisco. No verão, as pescarias tornam-se mais escassas, levando muitos a encontrarem trabalho em outras atividades, como na safra da cebola. Alguns se deslocam para os centros urbanos mais próximos, geralmente se empregando temporariamente na construção civil.



No fim da estrada do Mar Grosso, já na praia, encontra-se uma estátua de Iemanjá. Nesse local, acompanhei a festa de Iemanjá, que ocorre na noite do dia primeiro de fevereiro. No fim da tarde, inúmeras pessoas, vindas da cidade e demais localidades do município, já se aglomeravam ao redor da estátua. Acendiam velas e depositavam as oferendas, como garrafas de champanha, flores, fitas e velas. Faziam pedidos, rezas e agradecimentos à divindade. No entorno, formou-se um pequeno comércio ambulante. Os dois bares-restaurantes ficaram lotados de gente. Os donos beneficiaram-se com o movimento. O Atalaia transformou-se em uma danceteria, enquanto no Caramujo houve apresentação de uma banda de *reggae*. Passadas algumas horas, caminhões e ônibus, cada qual levando grupos de umbanda da cidade e de algumas vilas, chegaram à praia. Lembro de ter visto quatro ou cinco caminhões. Cada grupo seguiu para o espaço demarcado, levando uma miniatura de um barco com Iemanjá, decorado por pequenas lâmpadas e bandeirinhas. Imagens de Iemanjá também foram levadas e colocadas nos espaços demarcados de cada grupo, que formou sua roda, ao ritmo dos atabaques.

Encontrei Cláudio, acompanhado por seus familiares e inúmeros outros pescadores que via na doca. A noite de céu limpo e de lua crescente aumentou ainda mais a beleza da festividade, que adentrou a madrugada. Na beira da praia, familiares e amigos acompanhavam e socorriam aqueles que, após os ritos de possessão, entravam na água e desmaiavam.

Na tarde do dia seguinte havia a procissão marítima de Nossa Senhora dos Navegantes. Antes do meio-dia, já havia uma multidão concentrada na praça da cidade. Trata-se de uma praça pequena, bastante arborizada. No centro, destaca-se um chafariz. Ao fundo, a poucos metros de distância, está a belíssima Igreja Matriz, pintada em azul e branco. Após a missa, as estátuas de Nossa Senhora (com a réplica da caravela), de São Pedro e de São José foram levadas da igreja até a doca, acompanhadas por uma multidão. A imagem de Nossa Senhora foi colocada na proa do barco Dom Caetano IV, que conduziu a procissão marítima. Na entrada da embarcação, conheci o mestre, Seu Ivo, e alguns dos homens que formavam a tripulação do Dom Caetano IV: Ivonésio, Leandro e Quinho. Uma centena de embarcações de São José do Norte e de Rio Grande, decorados com

bandeirolas em azul e branco, carregadas de gente, contornou o canal, margeando as duas cidades. Uma multidão assistia dos dois lados do canal toda a procissão.

Quinho ofereceu-me uma cerveja. Conversamos um bocado. Leandro, o outro tripulante, embora bastante jovem, já é casado e tem uma filha pequena. Embarcou recentemente no Dom Caetano, tendo realizado, até o momento, apenas três viagens.

Na festa de Iemanjá e na procissão de navegantes, tirei várias fotografias. Após alguns dias, retornei à doca com as fotos reveladas. Dessa forma, conheci os demais proeiros do Dom Caetano IV, já que alguns deles não haviam participado da procissão. Entre estes, Vaninho, irmão mais velho de Leandro. Vaninho pediu-me uma fotografia da estátua de Iemanjá. O episódio deu início a uma relação de amizade. Contudo, não o via com muita frequência, uma vez que o barco Dom Caetano VI permanece em torno de duas semanas no mar, enquanto o tempo em terra se resume a dois ou três dias.

1.4. Caminhadas etnográficas

O acompanhamento da procissão marítima ocorreu graças às negociações e contatos com Frei Natalino e outras pessoas vinculadas à Igreja Matriz. Assim, tornei-me conhecido dessas pessoas, uma das quais dispunha de uma casa para alugar nas imediações da doca, possibilitando meu estabelecimento na cidade no mês de março.

A estratégia de alugar uma casa nas proximidades da doca facilitou o acompanhamento do cotidiano em terra dos pescadores, sobretudo em relação ao cais, no movimento de ir e vir por ocasião da chegada e saída das embarcações. Esta proximidade contribuiria de forma decisiva para que eu pudesse viver os ritmos locais da comunidade, na vida cotidiana da vizinhança daquela área.

Acostumado ao ambiente urbano de Porto Alegre, percebia a vida cotidiana na cidade de São José do Norte como ao convívio com a vizinhança de um bairro. Podia me deslocar, caminhando, até qualquer ponto da cidade. A rua, enquanto importante espaço de sociabilidade dos moradores, em uma cidade pequena, onde pessoas inevitavelmente se encontravam em seus deslocamentos cotidianos, foi determinante para que desenvolvesse uma aproximação maior através de caminhadas. Seguindo a proposta de Eckert & Rocha

(2003), procurei realizar uma “etnografia na rua”, através de encontros ocasionais com as pessoas, os quais criavam as condições e possibilidades de interação¹⁷.

A rua em que havia me instalado se chama Marechal Deodoro. Também é conhecida por “Rua da Prefeitura”, por se encontrar ali a sede da prefeitura, em uma esquina, próximo à doca. Essa rua faz parte de uma área da cidade muito identificada com a doca, quase um prolongamento dela, principalmente por abrigar vilas de pescadores em seu entorno e por sua história de ocupação ligada à atividade pesqueira. A rua, bastante ampla, margeia o canal. A maioria das casas situa-se no lado oposto à beirada do canal, ocupada por um cordão de edificações antigas, a maioria em ruínas, formando uma paisagem fantasmagórica, entrecortada por espaços vazios, no qual se vê ao fundo o estuário da Lagoa dos Patos. Essas ruínas formam o cenário de um território-mito da cidade, que remete a duas camadas distintas do tempo.

Algumas dessas edificações, localizadas quase na entrada da plataforma, são sobrados antigos, construídos entre fins do século XVIII e meados do século XIX. Remetem ao período de fundação da cidade, quando esta era a área central do povoado. Estas edificações também revelam um período ligado aos primórdios da coroa portuguesa no atual Estado do Rio Grande do Sul. O primeiro núcleo de povoamento do estado ocorreu neste município, na área onde se localiza a atual vila do Estreito, distante há alguns quilômetros da cidade. Toda a região, principalmente a cidade, teve grande importância no contexto das ocupações militares e guerras ao longo dos séculos XVIII e XIX, período caracterizado pela instabilidade e mobilidade das fronteiras do extremo sul do Brasil.

Outros prédios fazem alusão a um passado recente, vivenciado por moradores da cidade: as ruínas das “salgas”, antigas fábricas de conservas, na qual se salgava o camarão e o peixe. Considerada uma atividade tradicional, as salgas remontam ao início do século passado. Já as fábricas de congelamento de pescado surgiram na década de 1970, na conjuntura da implantação de uma indústria nacional da pesca, substituído as antigas salgas.

¹⁷ Partindo do filósofo alemão Walter Benjamin, que inspira-se na obra de Charles Baudelaire (sobretudo no que se refere ao personagem “o *flâneur*”), juntamente com uma série de trabalhos científicos e literários sobre o caminhar e o passear, as autoras desenvolveram a proposta de uma “etnografia na rua”, onde “o ato simples de andar torna-se estratégia para igualmente interagir com elementos da população com os quais cruzamos nas ruas. [...] todos são bons momentos para se retrair os cenários onde transcorrem suas histórias de vida e, a partir deles, delinear as ambivalências das inúmeras províncias de significado que abrigam os territórios de uma cidade” (Eckert & Rocha, 2003:1-2).

A intensificação da atividade pesqueira, através da modernização e do aumento de barcos e pescarias de forma desordenada, resultou na diminuição significativa dos estoques pesqueiros, sendo que, após exaurirem os recursos naturais da região, grande parte dessas empresas de pesca transferiu-se, juntamente com as fábricas de congelamento, para a região norte do país. Estas ruínas são ponto de referência a lugares onde haviam trabalhado, durante anos, inúmeras famílias de pescadores, sobretudo mulheres. Nesse sentido, o tempo das salgas e fábricas de congelamento associa-se ao tempo da fartura, anteriormente referido nas conversas dos redeiros, remetendo à questão do esgotamento dos recursos naturais da Lagoa dos Patos e também da porção austral do Oceano Atlântico, onde atuam os barcos de emalhe.

Em frente à casa alugada, do outro lado da rua, encontra-se uma dessas antigas fábricas. Alguns prédios são reaproveitados, de acordo com as transformações da cidade e a diversidade dos grupos que nela habitam. Apesar do aspecto de abandono, com as paredes quase sem pintura e alguns vidros quebrados, o prédio mantém sua estrutura intacta. Destaca-se um enorme pavilhão, transformado em abrigo de automóveis. É chamado de “garajão”. Ao lado, um pátio com outros espaços, um dos quais é utilizado como galpão de redeiros. Ainda parte da antiga fábrica, há um espaço destinado à Nortense, escola de samba dessa área da cidade. Desde o garajão até a Nortense, tal estrutura ocupa um lado inteiro de um quarteirão, à beira do canal.

O sol nasce no oceano e se põe ao lado do canal. No verão, é possível ver os moradores da vizinhança nas ruas. Nas tardes em que o calor atingia seu auge, algumas famílias de moradores cruzavam a rua, carregando cadeiras de praia e se abrigavam na sombra do muro do garajão, passando algumas horas fora de suas casas e interagindo entre si. Geralmente eram mulheres e crianças. Nas idas e vindas entre a plataforma e a casa, passava em frente a este muro. As pessoas não me davam atenção, pareciam bastante arredias, porém sempre havia o cumprimento cordial que faz parte das relações vicinais.

Nesse local, fiz contato com Zequinha, encarregado de cobrar o aluguel do *box* e cuidar dos automóveis. Em sua rotina de trabalho, pouco se afastava do garajão. Costuma permanecer encostado no muro, ou sentado em uma cadeira de praia como fazem os

vizinhos, durante boa parte do dia. Ao ver que havia me instalado na casa do outro lado da rua, Zequinha quis saber se tinha parentes em São José do Norte, tendo em vista que, na configuração local, os laços de parentesco são extensos e parecem envolver boa parte das pessoas. Ficou clara a busca de algum referencial familiar por parte de Zequinha, como forma de aproximação e sondagem. Também perguntou se minha mudança era definitiva.

Levemente encurvado pela idade, com um pouco mais de setenta anos, Zequinha, assim como Seu Nelson, foi pescador. Primeiro de botes, depois embarcado. Contou-me que desembarcou em 1986.

Trabalhei, até 86. Aí, vi que já não dava mais, e a idade tava chegando... Então vi que tava na hora de parar. Aí parei e comecei a trabalhar em terra, trabalhei com redes, fazia redes pra fora, de redeiro.

Já há alguns anos, trocara o trabalho de redeiro pelo de vigia do garajão. Apenas ocasionalmente executava algum trabalho de reparo de redes para complementar a renda.

Avançando algumas quadras a partir da casa, se tem acesso à Prainha, uma faixa de praia ao longo do canal, considerada vila tradicional de pescadores da lagoa. A extensão da praia encontra-se ocupada por centenas de botes e canoas. No geral, bem cuidadas e pintadas com cores vivas, essas pequenas embarcações são parte da paisagem da lagoa. Ao longo de uma estreita e longa faixa de areia, formam uma imagem infundável, interrompida, de vez em quando, por alguma enseada ou entrada de um velho trapiche.

Morar na praia significa, para estes pescadores, estar em melhores condições de seguir o ritmo das incursões diárias na lagoa em busca do peixe. Tais condições dizem respeito a uma interação com a beira da praia, de onde analisam o regime de ventos e a correnteza, através de um sistema de prognósticos. Dessa forma, determinam se haverá ou não pescaria.

O ir e vir entre a casa e o bote faz pensar em dois espaços: o do convívio familiar e o da vida social. Este último se refere à rotina de trabalho, que ocorre tanto no mar, entre o grupo de pescadores dentro do bote, quanto nas interações na beira da praia, em conversas

animadas, na troca de impressões acerca do andamento das pecarias, na realização de prognósticos sobre a safra, no conserto de redes e no trabalho de manutenção dos botes.

Antigamente a Prainha era chamada de “Praia do Norte”. Devido à formação da praia do Mar Grosso, no oceano, esta passou ser chamada por alguns de praia do Norte, em uma mudança de referencial para um local considerado de lazer e férias, em uma conjuntura voltada ao turismo (embora ocorra de forma ainda incipiente nessa região). Essa transformação aponta para a mudança de identidade em relação à praia. Conforme disse um pescador em relação ao Mar Grosso, “Lá é a praia das mulhé”, diferença clara entre as praias: uma onde predomina o trabalho, outra, onde predomina o lazer durante os meses de verão.

Durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2004, o movimento no cais havia se reduzido consideravelmente, por ocasião da safra do camarão. Segundo os pescadores, a safra não estava correspondendo às expectativas. Isso porque o camarão capturado era “miúdo”, fazendo com que os compradores estipulassem preços abaixo do valor desejado pelos pescadores. Contudo, havia uma grande mobilização na Prainha. Em uma dessas ocasiões, acompanhei uma saída de bote na lagoa, junto com Camarão, Coró e Durão. Camarão era o dono do bote. O barulho do motor impediu que desenvolvêssemos conversas ou mesmo que gravássemos alguma entrevista em áudio.

É importante considerar que, desde o início da experiência etnográfica, as técnicas de observação participante foram colocadas em prática, como a utilização do caderno de campo e entrevistas gravadas em áudio. No entanto, em viagens como essas, não foram realizadas entrevistas. As conversas, breves, transcorriam aos gritos e gestos, devido ao ruído incessante do motor. Para mover-se dentro do bote, era necessário certo cuidado, uma vez que movimentos bruscos, ou passos em falso, poderiam virá-lo, jogando todos na água.

Tratei de, na medida do possível, não sair do lugar o qual me havia sido indicado. Depois de uma hora de viagem, chegamos a um ponto do canal onde se encontravam os “paus”, estacas que haviam sido cravadas por eles, semanas antes. Chama-se de “pesca de andana”. Os paus medem entre seis e dez metros, são cravados em determinados lugares do canal, no qual apenas uma parte fica na superfície, possibilitando sua localização. A

depende das condições do vento e da correnteza, uma rede é amarrada entre as estacas. A “força d’água” (correnteza) arma a rede, que fica como um saco aberto. Este saco fecha-se à medida que vai enchendo, em um sistema no qual o camarão é empurrado pela correnteza, ficando aprisionado dentro da rede. Na época de safra do camarão, o entorno do canal fica tomado por conjuntos de paus. Estes são demarcados por um pedaço de pano, amarrado em um dos paus, para que seja reconhecida enquanto sinal de que pertence a determinado grupo. Toda a manobra para colocar a rede, bastante extensa, prendendo-a rapidamente às estacas, requer certa habilidade. Em determinado momento, percebi que haviam feito alguma manobra equivocada, pois o bote deu uma volta inesperada, surpreendendo a todos. Quase colidimos contra uma das estacas, enquanto Coró gritava com Camarão para manter o bote na posição correta. Subitamente, ouvimos um sibilo, quando tivemos que nos abaixar rapidamente devido a uma das cordas, que passou rente às nossas cabeças. No auge da tensão, houve uma rápida discussão entre eles, sendo que em seguida a empreitada foi finalizada com sucesso. Em outro lugar, em vez de colocarem redes, examinaram uma outra rede, na qual acreditavam haver capturado camarões. Porém constataram que estava vazia. Após algumas horas, retornamos à Prainha, já ao entardecer.

Atravesso o Beco da Corsan para entrar e sair da Prainha, uma rua estreita, pavimentada por paralelepípedos, assim chamada por estar localizada atrás do posto da Corsan (Companhia Rio-grandense de Saneamento). Estende-se cerca de 300m, transformando-se, em seguida, em um labirinto de ruelas estreitas e enviesadas, formadas por casebres amontoados entre dunas de areia. Seguindo em direção à entrada da barra, no molhe leste, pelo contorno do canal, passando o posto da Corsan, existe outra vila - o Bumba - que se estende até os limites do perímetro urbano¹⁸.

Nas vilas da cidade, como a Prainha e o Bumba, todos parecem ter acesso à água tratada. Entretanto, o mesmo não ocorre em relação ao esgoto doméstico, que corre a céu aberto, através de valos que desembocam na lagoa. Além do acúmulo de lixo, os restos de peixe e de cascas de camarão são jogadas na beira da praia, conferindo um cheiro muito peculiar de matéria orgânica marinha em decomposição, que também é comum no cais.

¹⁸ A entrada no canal se dá através dos Molhes da Barra. O Molhe leste fica em São José do Norte, enquanto na outra ponta, situa-se o Molhe Oeste, na praia do Cassino, que faz parte do município de Rio Grande.





O Beco é a única passagem da vila da Prainha com calçamento e esgoto encanado. As demais casas encontram-se no meio da areia. A maioria canaliza o esgoto para fossas. Uma das entradas do Beco para a Prainha consiste em um portão, no qual se encontra pendurada a caveira de um boi. Alguém colocou uma lingerie preta sob um dos chifres, talvez roubada de algum varal das redondezas. Uma demarcação do território feita por determinado grupo de pescadores, que se apresenta nessa imagem com o habitual tom de brincadeiras. Em seguida, a poucos metros da praia, fica um galpão, onde geralmente encontro Prego e Zé, dois pescadores de bote que utilizam o local para preparar o material de pesca em geral. Avançando alguns metros adiante, chega-se à praia.

Após algumas saídas de bote na safra do camarão, estreitei as relações com os pescadores da Prainha. Entre eles, Prego. Diferente dos galpões da doca, neste galpão os donos dos botes é que reparam suas redes. Assim, encontrava Prego às voltas com pescarias e com a manutenção e reparo do seu equipamento de pesca. O período de estagnação das pescarias fazia com que permanecesse mais tempo em casa e no galpão do que na lagoa. Prego mora no Beco. Alguns vizinhos freqüentam o galpão, como Tartaruga, que aparece com menos freqüência porque está embarcado em Rio Grande. Coró, que também mora no Beco, aparece quando está retornando de alguma pescaria.

A casa de Coró fica ao lado do “Bar do Pena”. O local é bem pequeno. Não há quase nada para consumir, apenas bebidas alcoólicas. Coró não bebe há alguns anos. Passa apenas alguns minutos no bar para conversas breves com os amigos. Costuma se recolher cedo, junto à esposa e filha, nas primeiras horas da noite.

Em um balcão, Pena, o dono do bar, tem o hábito de ouvir rádio. Por vezes, coloca fitas cassetes. Aprecia canções antigas de Roberto Carlos, que são escutadas com freqüência no bar. Em um canto, do lado de trás do balcão, uma gaiola com uma caturrita faz companhia a Pena nas manhãs solitárias em que os pescadores estão na lagoa. Isaura, sua esposa, fica em casa, cuidando dos afazeres domésticos. Durante o dia, quando não há movimento, substitui o marido. À noite, Pena liga uma pequena TV, que fica pendurada em uma das paredes, e assiste o jornal da TV. Nesse horário, e também um pouco antes do meio dia, os pescadores de botes da Prainha aparecem no bar. Lá ficam falando sobre pescarias, mas também sobre brigas e confusões ligadas ao alcoolismo, comuns nas

histórias cotidianas de vários pescadores. As chacotas de uns em relação aos outros predominam nesse ambiente. Nestes horários de movimento mais intenso, raramente alguma mulher entra no bar. Exceto nos casos daqueles que são casados, quando alguma esposa, ou filho pequeno, aparece na porta do bar para avisar que voltem para casa porque está ficando tarde. Nã, Zé, Zé Petega, Prego e Capenga entre outros, são moradores desta área e freqüentadores assíduos do bar. Pena faz parte da “turma”. É gordo e bonachão. Usa óculos de grau. As lentes são bastante espessas. O modelo, de armação retangular preta, tamanho grande, confere-lhe um estilo anos 1960. Fala alto e brinca com todos. Às vezes, é alvo das gozações, mas na maioria das vezes é um dos primeiros a incitar algum pescador. As bebidas são anotadas no “caderninho”- o fiado - no qual a dívida é descontada quando os pescadores recebem o dinheiro do fim da safra, ou então algum adiantamento do comprador.

No galpão da Prainha, observo uma gata e seus filhotes, enquanto Prego e Zé remendam algumas redes. A gata é a mascote do galpão. Amamenta os filhotes e come os restos de peixe (quando há peixe). Provavelmente caça os ratos, mantendo o local livre de roedores. Na Prainha, há vários cães e gatos. As fezes destes animais, juntamente com o esgoto e o lixo acumulado, criam focos de zoonoses. Os pescadores andam descalços ou de chinelos até no inverno. Inicialmente também ia à praia de chinelos até ser atacado por bicho-de-pé (Tunga Penetrans) em várias ocasiões, o que me levou a optar pelo uso de tênis, inclusive quando entrava na água. O lugar, sobretudo nos arredores do galpão, é infestado por carrapatos e bichos-de-pé, que podem ser vistos pulando na areia. Os pescadores são indiferentes a estes insetos. Certa vez, durante uma conversa com Nã, comentei que havia pego bicho-de-pé e da dificuldade em extraí-lo, sua reação foi soltar uma gargalhada, para depois me avisar: “Ah, isso aí a gente tá acostumado, eu tiro com ponta de faca. Olha, nem fala isso pra turma...”.

Nã circula bastante pela cidade, sobretudo entre a doca e a Prainha. Costuma sair à noite com os amigos, mesmo quando está em meio às pescarias e precisa acordar cedo. É gordo, alto e de pele muito branca. Percebi que, quando saía para o mar, voltava com a pele muito vermelha, o nariz quase roxo, devido a longas horas de exposição ao sol durante as pescarias. Usa apenas um boné como proteção. Na mão esquerda, um pouco abaixo do

polegar, exibe uma tatuagem. Pergunto sobre a tatuagem. Conta que fez com uma máquina de costura. Alguns colegas utilizam uma ponta de faca. Colocam a ponta da faca no fogo, deixando-a incandescente. Então inscrevem o nome (apelido). Muitos pescadores tatuam o nome/apelido. Explicam que, em caso de afogamento no mar, a tatuagem permite identificá-los, caso sejam encontrados, uma vez que o corpo se dilata de tal forma, pela absorção de água, que se torna irreconhecível. A morte no mar, o desaparecimento do corpo, o fato de não haver um enterro, é uma possibilidade que perturba.

Lembrei da conversa com um pescador, amigo de Nã, que disse não gostar de comer siri. Este pescador contou-me que, certa vez, andando pela beira da praia, encontrou um homem morto, arrastado pelo mar. Afogara-se no oceano. O corpo estava “cheio d’água”; o rosto, além de dilatado, estava desfigurado pelos caranguejos, que se alimentavam da carcaça. Nestas condições, era impossível o reconhecimento. Entretanto, descobriu que era um amigo seu, identificando-o pela camiseta que usava.

Nã pesca na canoa do pai, conhecido como Pé. Ambos costumam passar em frente ao galpão de Prego, mas seguem em direção ao seu galpão, um pouco mais adiante.

Certa noite, fui ao *trailer* de cachorro-quente, localizado bem em frente à praça da cidade e de costas para o cais. A proximidade do centro faz com que o *trailer* permaneça aberto à noite. Alguns pescadores, recém desembarcados, fazem ali seu *happy-hour*. Contudo, o público que frequenta o *trailer* é bastante diversificado: famílias inteiras, mulheres, crianças e anciões.

Estava no balcão, observando esse movimento, na espera de um cachorro-quente, quando fiz contato com Laís, despachante de barcos e filha de Dona Neida, uma vizinha. Laís mora no centro da cidade. Durante a semana, após o expediente de trabalho, costuma passar algumas horas na casa da mãe. Em seu trajeto rotineiro, faz uma parada obrigatória no *trailer*, no qual trabalha sua irmã e a proprietária do estabelecimento, que também é sua tia, meia-irmã de Dona Neida.

Bastante interessada na pesquisa, se dispôs a ajudar no que fosse necessário. Fui surpreendido positivamente por sua solicitude, já no primeiro encontro, sobretudo em um contexto em que me era difícil o contato com as mulheres da cidade. Nesta mesma noite, propôs que a acompanhasse até a casa de Dona Neida. Ao chegarmos, a porta estava

aberta. Entramos e fui apresentado a Dona Neida. Simpática e extrovertida, assim como Laís, dissera ter me visto andando pela rua: “A gente queria saber: quem é aquele rapazinho que, volta e meia, passa aqui na frente? Eu perguntei por aí, mas ninguém conhecia”. Sentamos no sofá da sala. O marido, Seu Luis, preparou uma “laranjinha”, mistura de cachaça com suco de laranja. O jeito tímido não impede que participe das conversas. Seu Luis foi pescador e agora trabalha como redeiro, em um dos galpões que ficam em frente ao cais.

Na sala, há várias fotografias de familiares. Fotos de casamentos, churrascos e outros eventos em que os familiares reuniam-se. Fotos de desfiles em escolas de samba, durante o carnaval da cidade, bem como das crianças, netos e filhos. Em um canto, o brasão de um time de futebol local, do qual Seu Luis é torcedor: o Barrense. Pendurado sob o brasão, uma faixa, com a inscrição: “Campeão 2003”, referente ao campeonato municipal de futebol. Em certos momentos, a sala ficava pequena com a chegada de outras pessoas. Alguns são parentes, outros, amigos que, ao verem a porta aberta, entravam e saíam sem fazer cerimônia.

O ambiente acolhedor e a relação de amizade com Laís levaram-me a uma aproximação crescente com pessoas de sua rede de parentesco e afinidade. Dada a condição de vizinhança com Dona Neida, passei a visitá-la seguidamente, em encontros sistemáticos com Laís. Assim, também conheci um jovem casal: Nadinho (sobrinho de Dona Neida) e sua esposa, Cláudia (filha de Cláudio).

Laís contou-me que Cláudio já havia-lhe informado a meu respeito. Laís tem grandes amizades com mestres de barco e armadores. Em visitas posteriores à sua casa, conheci alguns deles e gravei entrevistas. Introduziu-me no universo dos mestres de barco, além de elucidar uma série de questões que, com frequência, trazia-lhe, sobretudo acerca da condição dos mestres e dos armadores.

O universo eminentemente masculino da pesca não é empecilho para Laís. A maioria dos pescadores reconhece a importância do trabalho burocrático que ela executa na liberação de barcos, principalmente quanto à legalização profissional de pescadores junto à capitania dos Portos de Rio Grande. Este reconhecimento diz respeito às dificuldades e

preconceitos vivenciados por parte dos pescadores em sua relação com o Estado, especialmente ao lidar com o mundo da escrita (papéis e documentos), devido à baixa escolaridade ou analfabetismo, e com o “mundo do relógio”¹⁹, já que o cotidiano de trabalho implica no afastamento da vida em terra por ocasião das pescarias, da sazonalidade da pesca, remetendo ao conflito entre diferentes temporalidades.

A fiscalização da Marinha exercia um controle sobre as embarcações para que mantivessem a aparelhagem mínima necessária em condições de funcionamento, como salva-vidas, rádio e equipamento de primeiros-socorros, entre outros, prevenindo acidentes. Afora estes itens básicos, todos os tripulantes deveriam portar a carteira de pescador profissional, para que pudessem ser identificados.

A porta da casa de Dona Neida ficava aberta, exceto quando saíam ou estavam dormindo. Essa condição era um convite para que entrasse e tivesse uma breve conversa.

Pela manhã, estava atarefada com os trabalhos domésticos: a limpeza da casa, ir à feira e, depois, preparar o almoço. No final da tarde, as visitas eram mais frequentes, já que muitos retornavam do expediente de trabalho. Nesse horário, Seu Luis estava retornando do galpão. Encontrava também Cláudia e Nadinho. Não tardavam a formar uma roda de chimarrão na sala. Em seguida, Laís aparecia. Nas noites quentes de verão, tinham o hábito de colocarem as cadeiras na calçada, em frente à casa. Seu Luis, como de costume, preparava uma laranjinha. Na rua, parte dos transeuntes era conhecida deles. Enquanto alguns paravam para uma conversa, ia identificando os moradores da vizinhança.

Alguns são moradores da Rua da Borracheira, cuja entrada situa-se no mesmo quarteirão da casa de Dona Neida. A entrada consiste em um arco, que foi o que sobrou da fachada de uma das salgas. O nome desta rua tem como referência uma Árvore-da-borracha (*Ficus elástica*) com mais de vinte metros, localizada algumas quadras para dentro, da qual se contam histórias sobre espíritos e tesouros escondidos entre suas extensas raízes.

¹⁹ As noções de tempo e espaço se conformam entre os pescadores tanto em sua significação concreta como em seus esquemas mentais e no seu imaginário, levando a pensar na noção de tempo como criação cultural, de acordo com Lucia Helena de Oliveira Cunha (1998, apud Thompson, 1967), ao considerar duas categorias principais de tempo: o tempo natural - relativo às práticas cotidianas em conformidade com o ambiente - e o tempo do relógio - relativo às sociedades capitalistas.

Moradores mais antigos revelam que, em uma ocasião, há muitos anos, cavaram túneis entre as raízes da árvore em busca de um suposto “tesouro” que teria sido enterrado ali. Segundo um dos vizinhos, o insucesso da empreitada é atribuído ao labirinto que existe embaixo da terra, formado pelas raízes, que se estendem até a beira do canal.

Através dos contatos diretos com as pessoas que por ali passavam, ou pelas informações de Nadinho e Cláudia, inteirava-me cada vez mais sobre os moradores e o cotidiano daquela área. Na cidade pequena, segundo Cláudia, praticamente todos se conheciam e sabiam uns da vida dos outros.

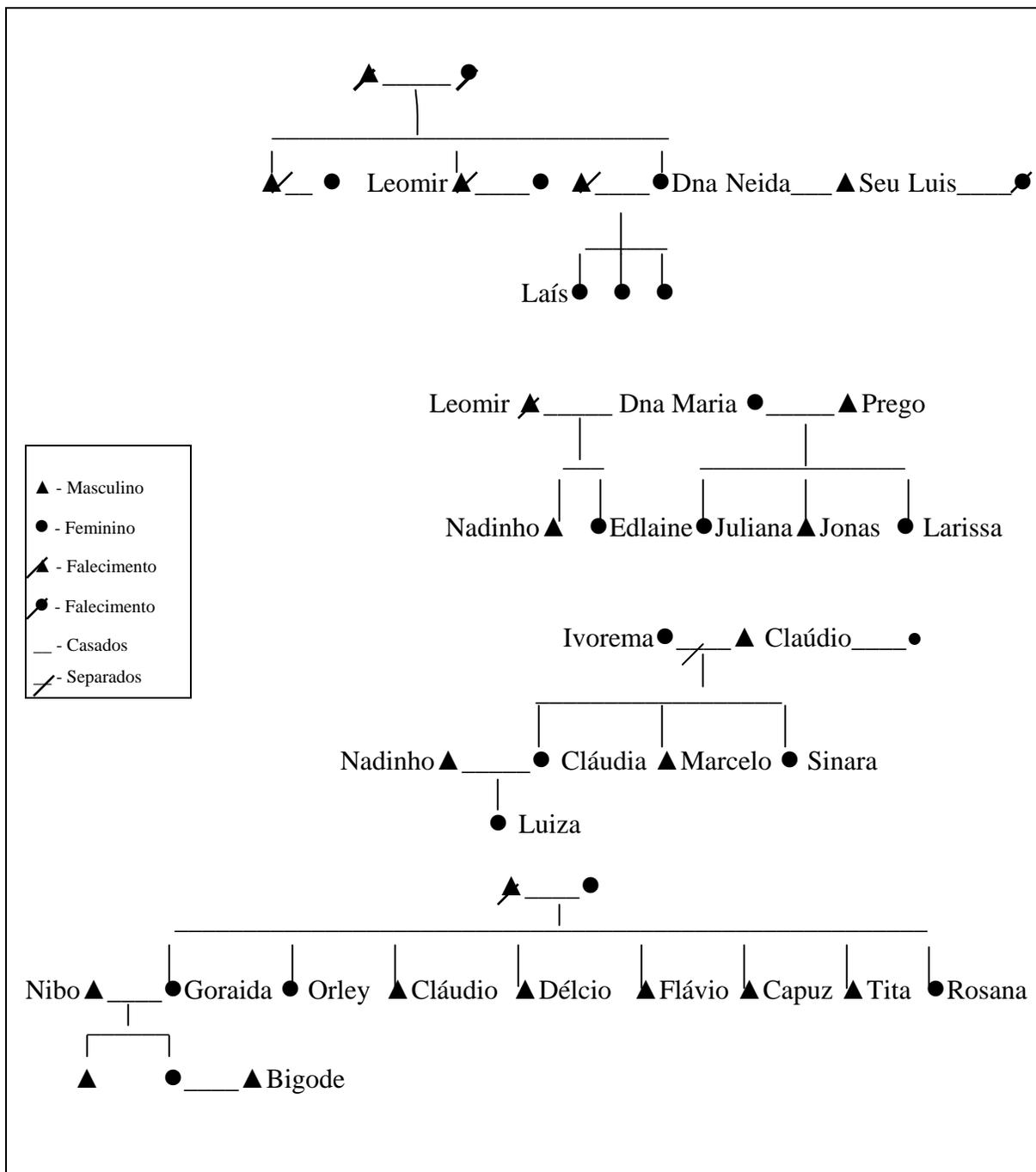
Edilaine, a irmã de Nadinho, moradora da vila da Barra, também freqüenta a casa de Dona Neida. A morte precoce do pai deles (irmão de Dona Neida) fez com que Nadinho fosse criado por Dona Neida, enquanto Edilaine permaneceu com a mãe, Dona Maria. Na época, Dona Maria trabalhava em uma fábrica de congelamento e não tinha condições para ficar com as duas crianças. Nadinho tem uma relação bastante afetuosa com as “duas mães”. Sua filha, Luiza, uma menina de 7 anos, fica na casa das “avós” do lado paterno, sendo que Nadinho e Cláudia sempre passam algumas horas nas duas casas. Edilaine é mais próxima de Dona Maria, mas também freqüenta a casa de Dona Neida.

Algumas vezes, encontro os dois filhos de Edilaine, em alegres correrias, vindos da casa de Dona Maria. Edilaine trabalha como empregada doméstica em Rio Grande. O marido é pescador embarcado. Costuma deixar os filhos na casa de Dona Maria. Murilo, o menor deles, tem cerca de cinco anos de idade e é extremamente simpático. O outro se chama Tiago (11 anos). Diz que quer ser jogador de futebol. Na casa, ouço comentários sobre Tiago, a quem os familiares e amigos consideram que joga muito bem. Ouço seguidamente o mesmo comentário por parte de Nadinho, na forma de incentivo: “O Tiago é craque!”. O menino joga na rua e também no campo de um dos clubes de futebol da cidade.

Certa vez, acompanhei Cláudia e Nadinho até a casa de Dona Maria, que é casada com Prego (segundo casamento). O casal tem três filhos: Juliana, Jonas e Larissa. Esta última tem quase a mesma idade de Luiza. As duas meninas brincam juntas. Juliana é a filha mais velha, estuda Letras na FURG (Fundação Universidade de Rio Grande) em Rio

Grande. Jonas tem 19 anos e ingressou recentemente na tripulação do Rio Piracicaba. Trabalha junto com Coró e Durão. Na safra do camarão, pesca com Prego.

RELAÇÕES DE PARENTESCO ENTRE ALGUNS DOS PERSONAGENS PRINCIPAIS (fig. 1)







No decorrer da pesquisa, fui convidado inúmeras vezes para almoços e jantas na casa de Cláudia e Nadinho. Quando em terra, Cláudio participava. Geralmente selecionava alguns dos melhores peixes do barco para o preparo da refeição. Nessas ocasiões, pouco se falava em pescarias. As conversas giravam em torno dos parentes e de amigos. Cláudio contou-me que uma de suas irmãs, Orley, mora há muitos anos em Porto Alegre. A experiência de urbanidade vivida por ele, ao visitar a irmã, assemelha-se a relatos que ouvi de outros pescadores e habitantes da cidade em geral acerca das impressões sobre Porto Alegre como uma cidade “nervosa”, de tráfego intenso, na qual “a pessoa fica tonta com tanto movimento”. Cláudio disse ter se sentido “tonto”, em referência à vertigem causada pelo sistema de pistas e viadutos da entrada da cidade, a situação caótica do desembarque na estação rodoviária e os deslocamentos pelo centro da cidade até a periferia. Em contraposição a esse sentimento de “confusão” gerado pela cidade grande, São José do Norte é considerado por eles um lugar tranquilo e agradável.

Cláudia não deseja sair da cidade, apesar de haver poucos empregos. Participa de um projeto governamental de alfabetização de adultos. Antes do início da pesquisa, dava aulas de português para séries iniciais, em uma escola da cidade. Nadinho trabalha no centro de Rio Grande, no almoxarifado de uma loja de eletrodomésticos.

Tendo conhecido Dona Neida, em seguida estabeleci contato com Salete, vizinha ao lado. Mora com a filha única, que tem 15 anos, e com o sobrinho, que aparenta ter em torno de 17 anos. No fim de semana, Salete recebe a visita de suas amigas e, eventualmente, de algum dos irmãos. Um deles é pescador de bote, o outro trabalha em uma pequena loja, no centro da cidade. Uma de suas amigas, sua “comadre”, trabalha como empregada doméstica em Rio Grande. Salete faz algumas faxinas em São José do Norte.

No final do expediente, essa amiga reúne-se com Salete. Em algumas ocasiões, participei desses encontros. Geralmente, as conversas são acompanhadas de várias doses de laranjinha e de alguns petiscos preparados por Salete, como bolinhos e pastéis de carne ou de peixe. Algumas vezes, fomos todos a uma casa noturna, chamada de “Bailão Borboleta”, exceto o sobrinho e a filha de Salete, que não podiam entrar por serem menores de idade. Lá encontrei vários pescadores e seus familiares. No bailão predominam músicas influenciadas pelo vanerão, ritmo típico do Rio Grande do Sul. Certa vez, fui barrado na

entrada do Borboleta por trajar uma bermuda. O segurança explicou que bermudas e calções são expressamente proibidos no local. Os homens só podem entrar vestindo calças, por ser “mais respeitoso”. Dona Neida e Seu Luis também vão ao Borboleta, porém de forma ocasional. Preferem se divertir em outro bailão, situado nas imediações do cais.

Ao entardecer e à noite, a área do cais tornava-se um importante espaço de lazer e sociabilidade. Nos dias secos de verão, o local era freqüentado não apenas por jovens, mas também por famílias inteiras que iam passear pela beira do canal, sobretudo durante as domingueiras²⁰. Ao término do dia sucedia o movimento no *trailer* Paraguai, localizado em frente à plataforma. Os embarcados faziam ali seu *happy-hour*. À noite, agregavam-se alguns pescadores da Prainha e demais moradores da cidade.

Nessa área, também se encontram algumas casas noturnas. Entre elas, o bailão Tia Eva é o que atrai maior público, uma vez que o ingresso é mais acessível, custa um real.

Dentre os bailões, Borboleta é considerado “mais tradicional”. Seu dono andava sempre trajando botas, bombachas e um chapéu de couro preto. O local tinha fama de “respeitoso” e “ordeiro”, era um ambiente mais seletivo na comparação com os outros bailões. O preço do ingresso já não é considerado tão acessível, custando entre três a cinco reais. Algumas vezes, fui ao bailão Tia Eva junto com Cláudia e Nadinho. Entre os ritmos musicais destacavam-se aqueles do grupo paraense Calipso, que mistura ritmos regionais do Pará ao calypso caribenho, a lambada e o merengue. No *trailer* Paraguai, o CD deste grupo é tocado exaustivamente. Quem não sabe dançar tem dificuldades em aprender este estilo, que mistura dois ritmos: o forró e o vanerão. Nos bailões da Tia Eva e do Borboleta, a multidão de casais dançando forma um belo espetáculo, praticamente uma coreografia. O bailão da Tia Eva, um dos mais animados da cidade, também é considerado lugar de brigas e confusões. Embora tenha encontrado por vezes alguns pescadores e moradores da vizinhança em geral, fui poucas vezes nesse bailão, tendo presenciado algumas brigas.

Embora o público seja predominantemente de jovens, chama a atenção a presença de crianças no bailão Tia Eva, em festas que adentram a madrugada, inclusive no meio da semana. Pessoas de meia idade e idosos, mesmo em número reduzido, misturam-se aos

²⁰ Domingueira é uma referência ao ambiente festivo, de movimento nos bares e nas imediações do cais que, como indica essa expressão, ocorria aos domingos, a partir do meio da tarde até o início da noite. Já nos vilarejos do interior do município, as domingueiras eram festas onde reuniam-se as pessoas desses lugares, sendo geralmente realizadas em um galpão espaçoso ou salão da igreja local.

jovens nos bailões. Existe ainda um bailão específico para terceira idade. Chama-se Ferro Velho, sendo freqüentado por alguns dos redeiros que conheci na doca.

Na cidade, existe ainda um clube, chamado de Clube Sócrates. Os pescadores não freqüentam este clube. Para eles, que não são sócios, o ingresso custa muito caro. Além de as festas, para eles, não serem muito animadas, “por causa da panelinha”, referência ao fato de o clube ser praticamente restrito aos sócios, que fazem parte dos círculos sociais da elite da cidade, formada principalmente por fazendeiros, comerciantes endinheirados e políticos.

Outro vizinho, ao lado da casa, chama-se Marco Antônio. Possui um bote na Prainha, no qual pesca junto com o filho mais velho e um garoto que mora nos arredores. Foi pescador da “praia do oceano”, atuando nos arrastões de beira de praia e nas pescarias de canoa com rede de cerco. Morou por muitos anos na Praia do Mar Grosso. Depois trabalhou como motorista de caminhão durante uma temporada. Posteriormente, retornou à pesca, estabelecendo-se na cidade.

Por vezes, encontrava-o na frente de casa, consertando o motor do bote, ou no pátio dos fundos, salgando peixe. A técnica consiste, basicamente em “escamar” o pescado, cortar a cabeça, a cauda, e abrir a barriga. Depois, “limpar” o pescado, retirando-lhe as vísceras. O peixe fica aberto, formando uma “manta” onde se fazem alguns cortes perpendiculares. A seguir, é utilizado bastante sal, que penetra nos cortes, para então estendê-lo em um varal, onde permanece secando no sol.

Antigamente, quando os pescadores ainda dispunham de gelo para conservação, o camarão e os mariscos também eram salgados, em um processo um pouco diferente, no qual eram fervidos antes.

Uma cerca de madeira, em estado precário, dividia o pátio dos fundos da casa de Marco Antônio com o da casa que havia alugado. As generosas brechas da cerca tornaram-se passagem entre os dois terrenos para uma porção de galinhas, filhotes de gato e um cão que atende por Bradock. Todos são bichos de Marco Antônio. Às vezes, um cavalo que pertence a outro vizinho também entrava no pátio para comer grama. Certa vez, tendo me ausentado por alguns instantes, deixei a porta dos fundos encostada. Ao retornar, fui surpreendido com as galinhas, os gatos e Bradock passeando pelas dependências da casa.

Bradock é um vira-lata que se assemelha a um pastor alemão, porém de menor tamanho e pêlo amarelado. Companheiro habitual do café da manhã, logo se familiarizou comigo, tendo passado a me seguir nas andanças pela cidade, talvez em razão da ausência do dono, envolvido com as pescarias. Achei divertida a idéia de ser acompanhado pelo cão. Entretanto, algumas vezes sua presença tornava-se inconveniente. Em uma ocasião, seguiu-me até a biblioteca municipal da cidade, onde estava coletando dados sobre o município, tendo entrado no recinto e urinado discretamente em um dos estandes. Por sorte, as bibliotecárias não se aperceberam que Bradock havia entrado no recinto, poupando-me do constrangimento. Quando entrava em uma vila da vizinhança ou passava pela Rua da Borracheira, Bradock criava um alvoroço, relativo a brigas com outros cães. Quando isso acontecia, podia ver algumas janelas das casas se abrindo, com um ou outro vizinho olhando para fora, querendo saber o que estava acontecendo. Afugentá-lo era inútil, apenas fazia com que me seguisse, porém mais afastado. Na doca ou na Prainha, alguns pescadores perguntavam: “Ué! Mas esse não é o cachorro do Marco Antônio?”

No inverno, Marco Antônio contou-me que aquela rua era a mais fria da cidade, e que sempre que podia entrava em uma das ruas perpendiculares para fugir do frio e do vento. Quando fazia isso, parecia que o clima havia mudado. Descobri que não estava exagerando. No inverno, por vezes soprava o rebojo. Em dias frios e chuvosos, na beira do canal, embalados pelo rebojo, era inútil utilizar guarda-chuva na Rua Marechal Deodoro. Estes envergavam e se rompiam com facilidade, à mercê das ventanias. Nesses dias, a chuva quase horizontal, fina, batia no rosto de forma insistente. As pessoas andavam inclinadas contra o vento da rua.

1.5. A negociação do Embarque

Passar da rua para o barco exigiu muita insistência de minha parte junto aos pescadores, porém sempre buscando construir esta possibilidade através de uma relação de confiança e reciprocidade consentidas²¹.

²¹ Conforme Geertz (1999b), a perspectiva de realizar uma etnografia como “descrição densa” baseou-se em jornadas de negociação constante, na produção de um conhecimento negociado. Esta proposta de tradução foi orientada pela procura de um sentido construído na relação entre o pesquisador e o pesquisado, de acordo com

As negociações passavam pela permissão do mestre e do armador. Uma primeira tentativa de embarque ocorreu junto à tripulação do barco Dom Caetano IV que, no entanto, esbarrou na recusa do armador, desconfiado de minha presença e pouco sensibilizado com a proposta da pesquisa.

Em relação ao barco Santana, os proeiros, todos já acostumados com meu acompanhamento da rotina de trabalho em terra, como ocorrera com o barco Dom Caetano VI, apoiavam minha proposição de participar de uma viagem com eles.

Santana não se opunha, delegando a decisão para Cláudio. No entanto, encontrava forte resistência de Cláudio em me levar, o que era natural, já que o mestre é responsável pela vida da tripulação no mar e as condições do barco exigiam muito de quem não tinha essa experiência.

Os pescadores concediam-me a participação apenas em jornadas de bote ou canoa no estuário da Lagoa dos Patos. Segundo eles, o oceano era diferente, as viagens muito longas, e havia a preocupação com a possibilidade de que viesse a enjoar. Relatavam então, de forma dramática, casos de companheiros que não se adaptaram, ficando muito enjoados, com dificuldades em se alimentarem ou mesmo caminharem no convés.

Ao me fazer conhecido, procurei explicitar minha identidade de antropólogo, tendo manifestado meu interesse em acompanhar as pescarias em alto mar em função dos objetivos da pesquisa, entretanto sem nunca ter navegado no oceano. Pairava sobre Cláudio e outros mestres dúvidas sobre minha capacidade de adaptação às condições de vida no barco. Cláudio explicava que todos os gastos eram computados e descontados dos ganhos com as pescarias, entre estes, o combustível. Seu receio era de que, acometido de forte enjoão, definhasse, obrigando-o a retornar antecipadamente, prejudicando a pescaria e acarretando prejuízos por conta do combustível desperdiçado.

Everaldo era um dos mais entusiasmados com minha intenção de embarcar no Santana. Mora no Cocuruto, uma vila localizada há sete quilômetros do centro da cidade. Quando retornava das viagens, caminhávamos até sua casa. Nessas ocasiões, além de

possibilidades advindas do encontro entre ambos em determinado contexto histórico, assim como na construção de práticas e narrativas.

falarmos sobre as possibilidades de realizar uma viagem junto ao Santana, costumava lhe trazer questões relativas ao trabalho dos embarcados. Sua casa fica na beira do canal. Nos fundos da casa, observo o bote de Everaldo, que fica ali guardado, à espera de uma safra do camarão. Desse local, se vê um navio abandonado. Ao largo passam botes, que se tornam minúsculos no contraste com o tamanho do navio. Everaldo explica que se trata de um navio iraquiano que fora deixado ali temporariamente, após a morte de um dos tripulantes. Após investigações, soube-se que a morte do homem ocorreu por contaminação de produtos químicos que o navio transportava. A tripulação foi detida e o navio investigado, sendo constatado que havia uma série de irregularidades que colocavam em risco a vida da tripulação, além da possibilidade de vazamento da carga tóxica no canal. O navio foi esvaziado, sendo que a Capitania dos Portos planeja rebocá-lo até alto mar, onde será afundado²².

Passando o Cocuruto, encontra-se o Pontal da Barra, onde fica o estaleiro dos irmãos de Everaldo. São, ao todo, sete irmãos. O mais velho é o dono do estaleiro. Chama-se Meio-quilo. Everaldo explica que tem esse apelido porque nasceu de parto prematuro, com o peso muito abaixo do normal. Certa feita, acompanhei Everaldo até o estaleiro dos irmãos. Fui apresentado a Meio-quilo e a Mancha, outro irmão. Mancha e Everaldo são irmãos gêmeos, mas Mancha apresenta um sinal no rosto. Everaldo é o único dos irmãos que optou pela pesca embarcada.

Uma outra dificuldade para o acompanhamento imediato consistia no espaço reduzido das embarcações. Geralmente todos os beliches eram ocupados, sendo necessário esperar uma vaga em um barco que estivesse, momentaneamente, com um homem a menos.

As tentativas e negociações com Cláudio, que na ocasião estava com um proeiro a menos, prosseguiram. A relação de empatia, tanto com o mestre quanto com a tripulação, estendia-se também ao armador e aos redeiros do Santana, o que me fazia pressentir que a

²² Um desastre ecológico ocorreu em relação a outro navio, o Bahamas, de bandeira maltesa, que encalhou próximo ao porto de Rio Grande em 1998, derramando uma grande quantidade de ácido sulfúrico no canal. Alguns pescadores de São José do Norte lembram desse incidente que comprometeu as principais safras da Lagoa dos Patos, impedindo a realização das pescarias durante uma longa temporada. Felizmente, a correnteza do canal fez com que a maior parte dessa substância tóxica fosse empurrada para o oceano, reduzindo sensivelmente os níveis de contaminação local. Após remoção de parte da carga tóxica que ainda estava em seu interior, o navio foi rebocado e afundado no oceano.

recusa era devida menos ao desinteresse do que a uma reação prudente e, no fundo, generosa, cabendo a espera de um momento em que me fosse então feito um convite para participar das pescarias. Esta situação continuou em aberto até que, junto com Everaldo, pressionamos Cláudio para que me levasse. Novamente, não houve uma recusa em definitivo, apenas um silêncio constrangedor. Não obstante, posteriormente tive uma conversa reservada com Cláudio, que explicou que me levaria, não fosse a condição precária do barco a preocupar-me. Segundo dizia, o barco apresentava “pouca estabilidade”. Referência clara ao balanço e, portanto, novamente à questão do enjôo, verdadeiro impasse naqueles dias, mas que, por outro lado, revelava uma série de representações acerca da disciplina e controle corporal e do conhecimento sobre o ambiente marinho.

Durante a temporada de pesca do camarão, quando o barco Santana havia parado, Cláudio voltou à rotina de longas viagens no mar e de momentos extremamente atarefados em terra. Quando o acompanhava, estávamos sempre em correrias, o que dificultava uma conversa mais aprofundada. Reconhecendo esta situação, convidou-me para que almoçasse em sua casa. Naquele dia, Cláudio havia pego uma corvina que estava guardada no barco. Quando cheguei em sua casa para o almoço, ele preparava a corvina ensopada, prato que afirmava ser uma iguaria incomparável. Utilizava uma receita portuguesa que havia aprendido, na qual condimentava o peixe à base de cebola e pimentões. Para beber, um vinho branco. Nessa ocasião, quando foi possível uma boa conversa, Cláudio comprometeu-se em ajudar-me a embarcar, de preferência em um barco que apresentasse melhores condições.

Após algumas semanas, no retorno de uma pescaria, nos reencontramos no cais, onde fui apresentado a Nelinho, mestre do barco Alexandre II. Maior do que o Santana, este barco, além da vantagem de ser mais espaçoso, havia sido construído com um beliche a mais, o que facilitava minha participação.

De acordo com os padrões locais, o Santana é considerado uma embarcação de tamanho médio a pequeno. Mede quase 18 metros a distância da popa até a proa. O porão apresentava capacidade de armazenamento em torno de 30 toneladas. Já o barco Alexandre

II é considerado um dos quatro grandes do cais. Os outros três são o Camboriú III, o Sinuelo do Mar II e Dom Caetano IV. Em média, esses barcos apresentam comprimento em torno de 20 metros e capacidade de armazenamento de aproximadamente 60 a 70 toneladas. Segundo os pescadores, a capacidade de armazenamento está diretamente relacionada à largura dos barcos²³. Em compensação, os barcos grandes permaneciam mais tempo no mar, entre quinze e vinte dias, avançando em águas mais profundas do que os barcos como o Santana, cujas viagens duravam cerca de dez dias.

A relação de amizade que foi sendo construída com Laís e com Cláudio dava respaldo perante outros mestres e armadores para uma inserção consentida, possibilitando o acompanhamento em alto mar. Alexandre dividia com o pai, proprietário da embarcação, a função de armador do Alexandre II. Dentre os armadores, Alexandre era o mais disposto a conversar e demonstrava bastante interesse sobre o andamento da pesquisa. Assim como Santana, delegava a decisão de me levar ou não, ao mestre Nelinho. A personalidade bastante comunicativa, a imagem de pessoa compreensiva para com os pescadores, tornava este armador bastante popular entre eles. Em face dessa condição, não hesitou em candidatar-se a vereador nas eleições municipais de 2004, conquistando uma vaga na Câmara de vereadores da cidade.

As tratativas deveriam ser realizadas diretamente com Nelinho. Ao expor meus objetivos em embarcar, Nelinho perguntou se já havia navegado no oceano. Com um sorriso sarcástico, aconselhou: “É melhor levar uma caixa de Dramim”, um remédio contra enjôo. Assegurei-lhe que levaria o medicamento. Nestas circunstâncias, Nelinho colocou como condição para o acompanhamento que lhe entregasse uma carta de apresentação do Programa de Pós-Graduação ao qual estava vinculado, com o intuito de evitar problemas com a fiscalização da Marinha. Com a carta em mãos (outros mestres haviam feito as mesmas ponderações, fazendo com que providenciasse a carta de imediato), acertamos que integraria a tripulação na próxima viagem. Nelinho então me informou que partiríamos no dia seguinte, às 10 horas da manhã. Entretanto, um dos proeiros ouviu a conversa e me alertou que o barco sairia, de fato, naquela noite, às 23 horas. O procedimento ardiloso do

²³ Segundo alguns pescadores, o Santana é considerado um barco de bom comprimento, mas não é “bojudo” na proa e nas laterais, como, por exemplo, o barco Alexandre II, o que explica a menor estabilidade a que se referia Cláudio, na comparação com os barcos grandes.

mestre refletia os mesmos receios e constrangimentos frente a minha decisão em acompanhá-los, porém a situação agora se apresentava mais favorável, pois o mestre havia se comprometido. Decidido a não perder a oportunidade, fui ao cais no horário indicado pelo proeiro, munido, entre outras coisas, de uma caixa de remédio para enjôo e a carta de apresentação. Nessas circunstâncias, Nelinho não teve outra escolha senão me aceitar no barco, pois havia dado sua palavra.

1.6. A viagem

Embora circulasse com frequência pelo cais, até então desconhecia a tripulação do barco Alexandre II. Face aos curtos intervalos com que os embarcados permaneciam em terra, havia optado por aprofundar os contatos com as tripulações dos barcos Santana, Dom Caetano IV e Rio Piracicaba. Contudo, além de ter sido bem recebido pelos proeiros do Alexandre II, como o fato de haver contado com a ajuda de um deles no episódio do alerta sobre o horário em que a embarcação sairia, indicava que a tripulação aprovava a idéia de que os acompanhasse em uma viagem. Era visto como “novidade” no barco, com minhas perguntas e conversas “diferentes”, frente à perspectiva da rotina de trabalho de vários dias no mar.

Saímos no horário estipulado, uma noite de inverno, no mês de julho. Céu limpo e pouco vento. Ao deixar o cais e atravessar o longo canal da barra, o Alexandre II passou a navegar em mar aberto. A tripulação era formada por nove homens: Nelinho, Piti, Carlinhos, Claudinho, Bigode, Da várzea, Neri, Cadeado e Tiago. No barco, todos conversavam animadamente. Notei que faziam sempre a mesma pergunta: se eu já havia navegado. Ao responder, percebia aqueles sorrisos que faziam alusão ao enjôo. Com a ajuda dos remédios, consegui superar em parte o mal-estar, evitando vomitar, o que demonstraria uma fraqueza perante o grupo.

O convívio com a tripulação, durante o período de 13 dias em que passamos embarcados, foi bastante intenso, sobretudo com Carlinhos, sempre disposto a conversar e trocar observações. Nas pescarias, Nelinho comunicava-se com outros mestres através do rádio, sendo que alguns ficavam curiosos acerca das minhas atividades de pesquisador em meio à tripulação e, em especial, à adaptação ao ambiente do barco. As gozações habituais

da tripulação giravam em torno do modo como me deslocava pelo convés, a passos largos e cambaleantes, sempre apoiado em algo para não ser surpreendido e cair. Andava “como um pato”, diziam.

Nas conversas pelo rádio, ocorria a troca de informações sobre a situação da pesca, sobretudo referências acerca de coordenadas geográficas e comentários onde possivelmente encontrariam peixe. Tais informações eram compartilhadas, mas colocadas de forma parcial, pois havia maior comunicação entre alguns mestres, enquanto outros apenas escutavam, trazendo à luz a questão dos paradoxos entre a competição e o companheirismo, que remetiam à questão do jogo de revelação e ocultamento das estratégias de pesca entre os mestres.

Em princípio, o planejado seria ficarmos 15 dias ou mais. Entretanto, o retorno fora antecipado em um par de dias devido às avarias sofridas pela embarcação no decorrer da viagem e do alerta, recebido pelo rádio, de previsão de mau tempo. Ao desembarcarmos no cais, percebi que a relação com os pescadores havia mudado: a “aventura” conferiu-me certa notoriedade entre eles, tendo recebido inúmeros convites para acompanhar as pescarias em outros barcos.

Os primeiros dias de viagem foram de adaptação às condições de vida em alto mar, quando procurei superar as dificuldades em andar pela embarcação com o forte balanço causado pelas ondas, mais especificamente ao esforço em me manter em pé e, principalmente, não ficar abatido pela sensação de enjôo. A forte sonolência, reflexo do desconforto e dos efeitos colaterais do remédio contra enjôo, também se constituía em obstáculo a ser superado com determinação. No retorno, quando do desembarque, havia uma readaptação à terra firme que demonstrava a condição de sentidos alterados. Nos primeiros passos no cais, continuava andando de forma cambaleante, como se ainda estivesse embarcado. Naquelas condições, dormir o primeiro dia em terra era como se ainda estivesse embarcado, pois a percepção era que a cama balançava.

O sofrimento causado pela adaptação ao barco mostrou ser um verdadeiro estorvo para mim. O remédio contra enjôo apenas atenuava os efeitos frente às sensações provocadas pelo espaço físico reduzido do barco e sua “instabilidade”, na referência ao

balanço causado pelas ondas e ventos. Essa situação fazia parte da experiência de vários pescadores. Para alguns novatos, “agüentar” passava primeiramente por vencer o enjôo, como relatava Tiago, o mais o mais jovem do grupo:

Várias vezes já enjoiei. Quando saía pro mar eu trabalhava no bote. A primeira vez que saí pro mar. Saímos pro lado sul. Na tainha. Aí saímos pro mar... Aí batemo rede de curvina, tudo certinho, e saímos pro mar de novo. Aí foi indo, indo... Aí saímos de novo, pro Norte. Aí lá no farol de Bujuru, vomitava direto... Chegou um ponto em que iam ter que me mandar embora. Não tava trabalhando mais direito... Era aprendiz, né? Iam me mandar embora. E eu: “Bah, tenho que arranjar um jeito de trabalhar” Tinha que dá um jeito de aguentá lá fora. Aí foi indo... Aí me disseram: “Ó, Dramim é bom”. Aí fui na farmácia e comprei duas caixas. Tomava de três em três horas Dramim. Tomava direto. Aí um dia resolvi parar de tomar, pra ver se ia acostumar. Tomei às três horas. Aí parei... De noite, minha Nossa Senhora! De novo! Sempre vomitando, direto, direto. Era bote no oceano, mas o dono não pagava direito, então saí fora. Aí fui num barquinho, o Ideal, do Grande (mestre do barco). Trabalhei com o Grande e não levei Dramim pra fora. Vomitei um dia. Aí trabalhei o resto da viagem e não vomitei mais. Foi que acostumei. Graças a Deus! Bom, né? O cara acostuma.

Assim como toda a tripulação, Tiago iniciara na pesca em botes. Sua primeira saída ao mar, em um bote, fora “na tainha”, referência aos meses de março, abril e maio - período do ano em que os pescadores capturam esse peixe. Embarcou, após uma temporada de bote, em um barco pequeno, o Ideal. Após outra temporada, passou para um barco grande, o Alexandre II. Com dezoito anos, trabalhava no Alexandre II há alguns meses. Tiago contava sua experiência de adaptação ao barco. A compreensão dos pescadores em relação às dificuldades de adaptação ao ambiente do barco passava pela questão do enjôo, que era vivenciado por parte deles.

Um tripulante que estivesse enjoando teria dificuldades em trabalhar, prejudicando a tripulação, que ficaria com um homem a menos. Dessa forma, todos eram sempre solícitos

e se preocupavam com aquele que enfrentava uma situação dessas. A sugestão era tomar Dramim. A compreensão das agruras de enjoar estava contida na fala de pescadores que haviam passado por essas situações em suas primeiras pescarias ou presenciado inúmeras dessas situações entre os companheiros no mar. Depois “acostumavam”. Esse tratamento entre eles estendia-se a mim sempre que apresentava indícios aos pescadores de que estava começando a enjoar. Percebia que a tripulação acompanhava de perto meu processo de adaptação ao ambiente do barco e, na medida do possível, era solidária, dando conselhos e contando suas experiências nos primeiros embarques.

A sensação de alteridade referente aos cheiros e odores comuns àquele ambiente fechado: a fumaça de cigarros, causada pelas baforadas intermináveis de quase toda a tripulação, misturava-se ao cheiro de óleo diesel queimado, proveniente do motor do barco, e as frituras que, às vezes, exalavam da cozinha. Essa combinação potencializava a sensação de enjoar, ao passo que respirar o ar marinho, no convés, era revigorante. Para os pescadores, esse ar tinha a ver com o enjoar.

Passados alguns dias, fui ao galpão da Prainha. Conversei com Zé, Prego e Tartaruga, relatando como havia sido a viagem. Então, Tartaruga explicou o que era o enjoar, ajudando a elucidar a questão da relação das atitudes corporais dos pescadores no ambiente do barco em alto mar:

O enjoar é o seguinte: o camarada que... Que vai pro oceano, porque aqui em terra, o... O fígado (fígado), o ferro manda uma porção pro sangue, né! E quando chega no oceano, com o cheiro do mar, que é o iodo, em vez de ele mandar pra carne e pro sangue, manda pro estômago e aí o cara enjoa. É isso aí, é. Enjoa por causa de isso aí, porque quando o cara tá em terra, tá normal. Mas com o cheiro do iodo do oceano, aí o ferro investe, e, em vez de mandar pro sangue e pra carne, manda pro estômago. Aí o cara vomita. É isso aí.

Pedi então que explicasse afinal porque algumas pessoas enjoam e outras não, ao qual deu a seguinte resposta:

Ah, mas isso aí é deferente, né! É! Aquele que não faz isso aí é porque o cara se dá no mar. E o cara que não se dá no mar acontece isso.

Passar pela viagem havia sido um ritual de iniciação na pesca marítima. O fato de não enjoar significava que havia me adaptado bem, que havia sido aceito de forma mais aberta pelo grupo, enfim, que havia “me dado no mar”.

Durante a viagem, a difícil adaptação em um espaço limitado, a pouca estabilidade da embarcação (considerada uma das melhores e mais confortáveis da frota local), e a solidude frente à sensação de infinito que causa o oceano foram sentimentos compartilhados mutuamente com a tripulação. “Lá fora é só céu e mar. Tu olha pros lado e só vê céu e mar” diziam os pescadores para descrever essa condição. Lembrei como se fazia sentir inicialmente essa situação em algumas conversas que tive no cais, quando comentei com um pescador como alguns barcos pareciam grandes e seguros, ao qual me respondeu: “É, mas lá fora isso aí é uma caixinha de fósforo”. Essa referência clara às embarcações que se tornavam minúsculas frente a amplitude do mar, também dizia respeito ao ambiente “apertado” da embarcação, aos limites do convés e do interior do barco e a comparação desse espaço com o oceano, mostrando o paradoxo da mistura entre a sensação de confinamento e a de liberdade.

Juntamente com o reconhecimento desse distanciamento, percebi, nas relações de trabalho nesse espaço reduzido, o companheirismo e a solidariedade da tripulação. O compartilhar da distância a que se fica exposto pela prática da pesca constitui uma relação de camaradagem: vai desde o trabalho em conjunto, que engloba os riscos e as tensões da pesca, até a dimensão das representações simbólicas que o grupo apresenta enquanto elemento identitário.

Assim como ocorrera com os botes, o barulho do motor dificultava a gravação de entrevistas em áudio. A opção foi gravar entrevistas quando barco estava “no ferro” (ancorado), situação mais freqüente em viagens longas. Além das entrevistas e das anotações de campo, a observação participante também implicou no acompanhamento e participação no trabalho realizado no convés do barco, quando o mar não estava agitado. A tripulação ficava entretida com as atividades realizadas no convés. Dessa forma, a relação baseada na reciprocidade foi construída também em um envolvimento do

pesquisador, ajudando nas pescarias, mais precisamente na despesca, a partir da concordância e mesmo convite dos pescadores.

Tendo utilizado, com o consentimento dos pescadores, a pesquisa com imagem, de forma sistemática, durante todo o campo, é relevante considerar que a fotografia foi usada não apenas como técnica de pesquisa, mas como método de interpretação da situação e de descrição etnográfica. Através da fotografia, foram estabelecidas formas de interação e aproximação, ressaltando que os pescadores gostavam muito de ser fotografados, incentivando esta prática. O ato de devolução das fotografias constituiu-se em uma forma de retorno à comunidade, sendo que esse processo de interação permitiu que se estabelecesse uma relação de maior reciprocidade entre pesquisador e pesquisado.

Durante a viagem, tirei várias fotos. A que mais chamou a atenção dos pescadores foi a de uma baleia. Para minha surpresa, Nelinho, ao avistar a baleia, mudou a rota do barco e a seguimos por um tempo, até que estivesse bem próximo e pudesse fotografá-la. Ao desembarcar, os pescadores, já informados pelo rádio do barco, receberam-me com maior receptividade e ao mesmo tempo curiosidade sobre como fora a viagem, sendo que muitos deles pediram cópias da foto.

Nesse sentido, o retorno da viagem também dizia respeito às fotos reveladas, despertando grande interesse, tanto dos pescadores, quanto dos redeiros e vigias. Estes últimos não viviam o cotidiano das temporadas no mar, apenas ouviam as narrativas dos pescadores. Assim, mostrava as imagens de como havia sido a viagem. Com muitas conversas iniciadas a partir das imagens, revelando o interesse e curiosidade do grupo.

1.7. As safras e pescarias

Uma segunda viagem foi realizada junto ao Rio Piracicaba. A existência de barcos pequenos e grandes chamava a atenção. O tipo de pesca, a divisão do trabalho e a trajetória da tripulação pouco diferiam em relação ao tamanho das embarcações.

A diferença entre barcos pequenos e grandes é considerada pelo tipo de pescaria, no qual a pesca de emalhe apresenta uma subdivisão entre “emalhe costeiro” e “emalhe oceânico (ou de fundo)”²⁴. A primeira pode ser caracterizada como uma pesca realizada por

²⁴ Esta subdivisão da pesca de emalhe é empregada por alguns pesquisadores do Departamento de Oceanologia da FURG e do CEPERG (Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Lagunares e

barcos pequenos, com capacidade em torno de 15-20 toneladas, uma média de 15m de comprimento e motor com potência em torno de 120 HP, atuando a uma profundidade de até 40m. A tripulação varia em torno de 6 a 8 homens e o tempo de permanência no mar dura menos de uma semana.

A pesca de emalhe de fundo é realizada por barcos médios e grandes, com capacidade em torno de 30 a 70 toneladas e tamanho médio de 30 metros de comprimento. O motor tem potência em torno de 350 HP. Esses barcos atuam a uma profundidade acima de 60m. A tripulação é formada por 8 a 10 homens e o tempo de permanência no mar varia de uma semana a 15 dias.

BARCOS GRANDES E PEQUENOS NA PESCA EMBARCADA COM REDE DE EMALHE (fig. 2)

| BARCOS | PEQUENO (EMALHE COSTEIRO) | GRANDES (EMALHE DE FUNDO) |
|--|---|--|
| TIPO DE REDE E PROFUNDIDADE EM QUE OPERAM | Rede de emalhe “rede alta” Navegação: de 10 a 40 metros de profundidade. | Rede de emalhe de fundo Navegação: de 20 a 100 metros de profundidade |
| PERMANÊNCIA NO OCEANO | 4 a 7 dias | 10 a 15 dias |
| QUANTIDADE DE TRIPULANTES | 6 a 8 homens | 8 a 10 homens |
| CAPTURA – PRINCIPAIS SAFRAS DE PEIXES | Tainha, anchova, castanha, pescada, corvina | Castanha, pescada, olhuda |

A pesca costeira ocorre de acordo com a sazonalidade de determinadas safras de peixes: tainha no outono, anchova, castanha e pescada no inverno, e corvina na primavera. Já a pesca de emalhe de fundo é realizada o ano inteiro.

Convém esclarecer que barcos de tamanho intermediário, como o Santana, apresentam capacidade de permanência de mais de uma semana no mar. Parte desses barcos também utiliza rede de fundo em algumas ocasiões. Por outro lado, enfrentam certas dificuldades em acompanhar os barcos grandes em águas mais profundas durante um largo tempo, voltando após uma semana ou dez dias. A condição intermediária destes barcos faz com que alternem os dois tipos de pescarias, conforme a conveniência. Os barcos grandes

Estuarinos)/IBAMA. Trata-se, portanto, de uma definição utilizada em trabalhos científicos que envolvem essas pescarias.

também podem alternar o uso de redes, embora seja menos freqüente, uma vez que a pesca de fundo é mais regular, enquanto que a pesca costeira caracteriza-se por sua irregularidade e maior movimentação dos barcos para localizar os cardumes. Peixes como a tainha e anchova são consideradas “de curso”, portanto, espécies sazonais de grande mobilidade.

RELAÇÃO ENTRE EMBARCAÇÕES, REDES EMPREGADAS E AS SAFRAS PESQUEIRAS (Fig. 3)

| EMBARCAÇÃO | SAFRAS / ESTAÇÃO DO ANO | REDES EMPREGADAS |
|--|--|--|
| Bote/canoa | Camarão rosa (verão/outono) Tainha (outono) Anchova (inverno) Corvina (primavera) | Redes para a pesca de camarão (aviãozinho, andana, prancha) Rede para peixes: de emalhe (rede alta) |
| Barcos pequenos (emalhe costeiro) | Tainha (outono) Anchova (inverno) Corvina (primavera) | Rede alta |
| Barcos intermediários (emalhe costeiro e oceânico) | Tainha (outono) Anchova (inverno) Corvina (primavera) Castanha (inverno) Pescada-olhuda (inverno) Cação (primavera) | Rede alta e rede de fundo |
| Barcos grandes (emalhe oceânico e costeiro) | Anchova (inverno) Corvina (primavera) Castanha (o ano todo) Pescada-olhuda (o ano todo) Cação (primavera) | Rede alta e rede de fundo |

Em relação à pesca de emalhe costeiro, as safras são praticamente as mesmas dos botes/canoas. No verão, barcos pequenos e médios param e suas tripulações desembarcam para se dedicar à captura do camarão. Por sua vez, os barcos grandes praticam a pesca de emalhe oceânico. Capturam a castanha e a pescada-olhuda praticamente o ano inteiro. A depender da safra, também podem vir a se dedicar às espécies costeiras ou desembarcar parte dos tripulantes para pescar camarão.

O tempo de permanência no oceano apontava para diferenças relevantes, envolvendo questões acerca da produção e das condições de trabalho. A dinâmica do viver entre a terra

e o mar relacionava-se também com o tamanho da embarcação, o que me levou a optar por realizar uma nova viagem, dessa vez em um barco considerado pequeno.

Há alguns meses, já vinha acompanhando a tripulação do Rio Piracicaba. Ficavam poucos dias no mar, em comparação com os barcos grandes. Assim, ao contrário da tripulação do Alexandre II, freqüentemente encontrava-os em terra. Boa parte da tripulação era formada por moradores do Beco e da Prainha, portanto já conhecidos. Entre eles, Coró e Durão. Na ocasião, fiquei com a vaga de Jonas. Adoentado, não embarcaria na próxima viagem. Flávio, o mestre da embarcação, é irmão de Cláudio. Nibo é casado com Goraida, uma das irmãs de Flávio e Cláudio. Dentre os embarcados no Rio Piracicaba, é o mais velho. Tem 55 anos. A tripulação varia entre 20 e 30 anos. Encontrei-o no cais na primeira ida a campo, quando trabalhava em outra embarcação. Nibo mora no Bumba, junto com a esposa e os filhos, estes já casados. Visitei-o algumas vezes. A filha é casada com Bigode, embarcado no Alexandre II. O filho, pescador de botes, posteriormente, também embarcaria no Alexandre II, preenchendo a vaga de um dos proeiros que haviam desembarcado para pescar camarão. Ao lado de sua casa, moram ainda uma cunhada e a sogra (respectivamente, uma das irmãs e a mãe de Cláudio). Os outros proeiros do Piracicaba são dois irmãos: Volnei e Bandido. Volnei mora na Rua da Borracheira e Bandido, no Beco.

Saímos numa sexta-feira pela manhã. Quando atravessávamos o canal da barra, a tripulação ficou apreensiva: uma lancha da marinha aproximava-se do Rio Piracicaba. Mestre Flávio explicou que provavelmente iriam nos abordar e averiguar se a tripulação estava munida dos documentos de identificação, principalmente a carteira de pescador profissional. A expectativa também era de que fariam uma revisão para saber se o barco apresentava condições de deixar a barra: deveria estar munido de coletes salva-vidas, extintor de incêndio, caixa de primeiros socorros e outros itens indispensáveis para uma viagem em alto mar. Caso contrário teriam que regressar.

Enquanto a lancha aproximava-se, Flávio averiguava tudo muito rapidamente, revirando uma caixa que estava na cabine, onde ficavam guardados os documentos dos pescadores e parte do equipamento de primeiros-socorros, constatando que o barco não estava munido de todos os itens de segurança exigidos pela marinha. Faltava uma série de

equipamentos. Não tínhamos sequer alguns dos itens básicos de primeiros-socorros a bordo. Mas o que poderia realmente agravar a situação era o fato de que faltavam as carteiras de pescador profissional de dois embarcados. As condições do Rio Piracicaba eram muito precárias em comparação ao Alexandre II. No entanto, a abordagem não ocorreu, a lancha passou ao largo da embarcação. Os militares, ao longe, acenaram e perguntaram o rumo que tomaríamos e se estava tudo em ordem com o rádio do barco. A assertiva de Flávio fez com que se afastassem e então prosseguimos.

O dia estava abafado e com sol. O mar, tranqüilo. Na cozinha do Rio Piracicaba, Nibo fritava pasteis de carne, enquanto contava sua trajetória:

Quando era garoto, comecei pescando com o velho. Aí depois... como a parelha não cresceu, a gente pegou e foi trabalhar com pessoas que davam maiores condições de desenvolver a pesca. Pra gente ganhar mais algum. Mas eu pescava com meu pai. Aí depois, de 73 pra 74, embarquei em barco pesqueiro, mas de grande porte. Barco industrial. Embarquei num pra 45 toneladas, depois passei pra um de 90. E depois, dali eu agarrei e saí da área pesqueira, mas fiquei na área marítima. Em 77. Aí fui pra trabalhar no porto, na estiva. A estiva não é muito pesado. É até malandro, mas é muito sacrificoso na parte da saúde. Trás enxofre, pedaço de osso, produtos que vêm lá do Iraque e do Irã. Aí saí da estiva e vim pra pesca novamente, pra barco de malha, que são esses barquinho aí. Decidi de novo trabalhar fora da barra.

Os pastéis eram apenas petiscos. O almoço foi um carreteiro com feijão. Após essa refeição, encostei-me em um amontoado de redes, na proa do barco, próximo aos demais tripulantes. Ficamos ali, tomando sol, enquanto Flávio controlava o barco. O balanço na proa causou-me a primeira sensação de enjôo. O espaço desse barco era mais reduzido do que o do Alexandre II, criando uma sensação de desconforto ainda maior. Diferentemente do Alexandre II, no Rio Piracicaba os beliches onde se acomodavam os embarcados ficavam junto à cozinha. Não havia uma mesa ou encosto sequer. Abaixo, a casa de máquinas, por onde subiam os vapores do motor, principalmente o cheiro de óleo diesel

queimado. Desta vez, havia decidido não tomar Dramim, acreditando em minha capacidade de adaptação às viagens e, sobretudo, pelo fato de que a tripulação já havia me aceitado por conta do convívio em terra e, principalmente, quando da viagem no Alexandre II, que havia sido bem-sucedida.

Apesar do mar calmo, o fato de o barco estar bem mais instável e precário do que imaginara tornou inevitável que vomitasse um pouco. Nibo falou: “Ih! Tem um que tá dando de comer pras pardelas”, referindo-se às aves que seguiam o barco, alimentando-se dos restos da despesca que eram jogados ao mar. Percebi que Bandido também não estava bem, a expressão do seu rosto era clara, procurava vencer a sensação de enjoô. Depois contou que também havia ficado enjoado, mas o desconforto havia sido superado: “Quando vou aqui pra fora, às vezes dá uma vontade de enjoá, é brabo! Mas tá muito na cabeça do cara, não pode se entregá, guerreiro!”

Embora os pescadores considerassem que havia me dado no mar, percebi que em cada viagem iria me deparar novamente com o sofrimento da adaptação. Nem mesmo os pescadores se “acostumavam” totalmente ao ambiente do barco, mas travavam uma luta constante no controle das adversidades.

A viagem durou apenas uma jornada. Não nos afastamos muito da costa. Foram realizadas inúmeras tentativas, lançando as redes ao mar, mas recolhendo-as praticamente vazias. Mestre Flávio comandava o barco na procura de outras áreas de pesca sem, contudo, obter sucesso. Já no fim da tarde, começamos a jogar cartas, o tradicional jogo de canastra, “para passar mais rápido o tempo”, em um banquinho improvisado no meio da cozinha. A maioria acomodou-se no chão e alguns na parte inferior dos dois beliches. As tentativas se estenderam até a noite, até a decisão de Flávio em retornar.

Uma estimativa realizada em 2001 aponta para a existência de 1.700 pescadores considerados artesanais em São José do Norte²⁵. Entretanto, em relação aos embarcados, o fato de os pescadores apresentarem grande mobilidade entre botes/canoas e barcos, além da situação de irregularidade de muitos deles, torna difícil uma estimativa adequada do contingente de pescadores locais. Na Colônia de pescadores Z-2, iniciei uma busca por

²⁵ Cf. dados de Garcez & Sánchez-Botero (2005).

estatísticas de órgãos oficiais que revelassem o contingente de embarcados em São José do Norte, tendo constatado a inexistência desses dados. A falta de um cadastro que pudesse oferecer uma estimativa do número de pescadores no município parece supor pouco diálogo entre a Colônia e aqueles que executam as políticas governamentais em relação ao setor pesqueiro.

A atuação do posto da Marinha em Rio Grande, em suas atividades de socorro e averiguação das condições necessárias para navegação, é voltada para o controle da entrada e saída de embarcações, circunspecto a plataforma marítima do sul do Brasil. Este território é atravessado por inúmeras embarcações, que vão desde barcos pesqueiros de outras regiões do país até navios estrangeiros que se destinam ao porto de Rio Grande. A carteira de pescador profissional é emitida pelo IBAMA. Não foi possível averiguar se o IBAMA dispunha de um cadastro de pescadores por município. O controle ficaria, a princípio, sob responsabilidade das colônias de pescadores. Por sua vez, na colônia de São José do Norte (Z-2), há uma grande precariedade de equipamentos e funcionários, o que inviabiliza um banco de dados mínimo. Lá encontrei um caderno, no qual constava uma lista dos pescadores matriculados na Colônia Z-2 desde a década de 1970. Para minha surpresa, constatei que neste cadastro não haviam sido excluídos os pescadores já falecidos, tornando-o enorme e inócuo.

Em um esforço para obter uma estimativa aproximada do número de embarcados na doca municipal de São José do Norte, fui auxiliado por Laís, tendo contado em torno de 43 embarcações e calculado o contingente de tripulantes em cerca de 370 homens. Neste cálculo, foi deixado de lado outro porto pesqueiro, localizado fora do centro da cidade, na Vila da Barra. Nesse porto, de menor fluxo, não foi possível acompanhar o cotidiano dos pescadores, por se localizar mais distante, há 17 quilômetros da cidade. No entanto, arriscaria dizer que, somando o contingente de embarcados da Barra com os da doca, que esta estimativa não seria inferior a 500 pescadores²⁶.

²⁶ Também é importante mencionar a existência de uma parcela de pescadores locais que trabalham nos barcos de Rio Grande e que ficaram de fora dessa estimativa. Na verdade há uma mobilidade significativa desses pescadores entre um barco e outro. A diferença é que raramente encontra-se algum pescador de Rio Grande nas tripulações dos barcos de São José do Norte, enquanto que a situação inversa é bastante comum.

TABELA DE BARCOS DA DOCA MUNICIPAL (Fig. 4)

| BARCOS | TRIPULAÇÃO | COMPRIMENTO | TAB (TONELAGEM DE ARQUEAÇÃO BRUTA) |
|----------------------|------------|-------------|------------------------------------|
| Cometa | 08 | 15 | 15 |
| Cometa II | 10 | 18,80 | 50 |
| Rio Piracicaba | 08 | 14,22 | 15 |
| Dom Caetano III | 09 | 16 | 30 |
| Dom Caetano IV | 10 | 19,50 | 60 |
| Duna I | 09 | 17 | 30 |
| Sinuelo do Mar | 08 | 13,30 | 20 |
| Sinuelo do Mar II | 10 | 21,20 | 70 |
| Pereira | 08 | 17 | 30 |
| Lírio do Vale | 10 | 19 | 30 |
| Lírio do Vale II | 08 | 14,25 | 20 |
| Manu | 08 | 19,95 | 40 |
| Celebridade | 08 | 16,50 | 20 |
| Ana Teles | 08 | 14 | 15 |
| Tio Chico | 08 | 14,50 | 10 |
| Renato I | 08 | 15,50 | 10 |
| Vitória Filha | 07 | 14 | 15 |
| Vitória da Conquista | 07 | 13,73 | 10 |
| Santo do Mar I | NI | NI | NI |
| Santo do Mar II | NI | NI | NI |
| Camboriu III | 10 | 20 | 70 |
| Sabor de Mel I | NI | NI | NI |
| Sabor de Mel II | NI | NI | NI |
| Campeão | NI | NI | NI |
| Verde Mar | 08 | 14,50 | 20 |
| Santana | 08 | 17,80 | 30 |
| Santa Rita I | 08 | 15 | 20 |
| Hepp V | NI | NI | NI |
| J. Motta | NI | NI | NI |
| S. Junior | 07 | 14,48 | 15 |
| Higna dos Mares III | 10 | 18 | 40 |
| Alexandre I | 08 | 13,43 | 30 |
| Alexandre II | 10 | 21,20 | 60 |
| Caroline | NI | NI | NI |
| Da Hora I | NI | NI | NI |
| Da Hora II | NI | NI | NI |
| Samantha I | 08 | 15,60 | 15 |

| | | | |
|--------------|----|-------|----|
| Bagé | 07 | 14,60 | 10 |
| Maksuel | 08 | 14,50 | 30 |
| Luz | NI | NI | NI |
| Ana Paula I | NI | NI | NI |
| Ana Paula II | NI | NI | NI |

NI: Não informado

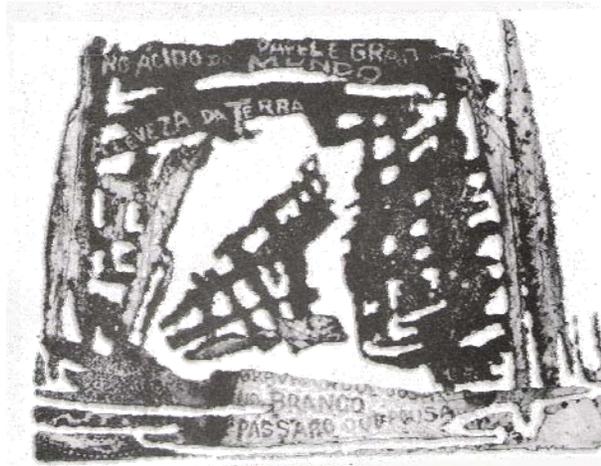
Obs: Onde consta NI, calculei 8 tripulantes para cada embarcação. Desse modo, a estimativa do total de tripulantes dos barcos da doca seria de 370 pescadores.

A intensificação da vida em terra alternada com vida no mar implicou no acompanhamento de pescarias e, no conviver com maior proximidade, no cotidiano, com os ritmos locais e de integração à comunidade, procurando entender os significados conferidos à dinâmica dos momentos em que estavam no mar ou em terra. Assim, para além das pescarias, tratei de acompanhar, em especial, o ritmo da vida da cidade e da problemática referente ao espaço urbano.

Os deslocamentos dos pescadores ocorriam de acordo com tais condições, não apenas definindo os locais onde viviam e trabalhavam, mas estando intimamente ligada aos seus referenciais de tempo e espaço, seus valores e ideologias.

Dentro desse contingente, foram contatados tanto homens como mulheres, procurando dar conta da vida cotidiana de trabalho, mas também da vida familiar e do lazer. Juntamente com os pescadores, outros agentes foram também incluídos na pesquisa, embora de forma secundária, como alguns habitantes de São José do Norte, funcionários da prefeitura, agricultores, professores e comerciantes. Entre os pescadores e seus familiares, foram realizadas, ao todo, 31 entrevistas gravadas em áudio.

Nas entrevistas e no desenvolvimento da etnografia em geral, trabalhei com as trajetórias individuais dos pescadores, mas procurando também elementos em comum para traçar uma história coletiva. Nessa perspectiva, a abordagem das trajetórias individuais, assim como a história do grupo como um todo, constituiu-se em um recurso imprescindível para entender o contexto de significados, conflitos e ambigüidades existentes na organização social dos pescadores. Condição pautada na busca em apreender seus significados, padrões culturais e focos de ruptura quanto às relações de trabalho, representações da saúde, o jogo de papéis familiares e a relação com as instituições e códigos dominantes.



CAPÍTULO 2

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE



2.1. Em meio às águas, uma cidade letárgica

As primeiras impressões que tive sobre São José do Norte foram de impacto com a singularidade de suas paisagens. Sobretudo no que se refere à imagem de uma “cidade-ruína”, entre o mar e o estuário da Lagoa dos Patos. Havia uma atmosfera de “cidade letárgica”, estagnada pelo declínio econômico, que se materializava na arquitetura do centro urbano e imediações da doca, tomadas por edificações antigas, parte delas em ruínas. Já no início do trabalho de campo, estas imagens suscitavam questões referentes à metáfora da corrosão do tempo pela natureza, proposta por Georg Simmel (1935), e que se mostra com muita força na estética urbana deste território.

Nas conversas com os habitantes, sobressaía a visão de uma “cidade velha”, sob o estigma do fracasso econômico. Mais especificamente, giravam em torno da situação de crise na pesca e na agricultura. Tal visão associava-se à questão de um relativo isolamento do município, que se ressentia da falta de estradas para efetivar a ligação com outros centros urbanos. Existe uma única via terrestre, porém extremamente precária.

Os velhos sobrados do século XIX e as ruínas das salgas e das fábricas de congelamento mostravam as camadas do tempo. Permaneciam como fraturas expostas de um passado “honroso”, uma referência à cidade enquanto palco de batalhas importantes durante o período colonial e na Guerra dos Farrapos (esta última, rendeu à cidade o título de “Mui heróica vila”, outorgado por Dom Pedro II), mas também a um ciclo de crescimento econômico através da pesca e do cultivo de cebolas. A pesca encontra paralelo com uma fase próspera da cebola. Essa “idade do ouro” de ambas as atividades refere-se

principalmente às décadas de 1960 e 1970²⁷. O período entre fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 coincide com a fase desenvolvimentista implantada pelo Estado brasileiro, com uma série de financiamentos e incentivos fiscais no setor agrícola e também no pesqueiro²⁸. Esse passado contrastava com certo sentimento de “desonra”, marcado pela condição de relativo isolamento e da estagnação da cidade, causada pelo declínio econômico.

O município move-se de acordo com o ciclo anual das safras de peixes, do camarão e da cebola. A sensação é que se vive o mesmo ritmo de trinta ou quarenta anos atrás, quando plantar cebolas em São José do Norte era considerado um negócio próspero. O ritmo da cidade é aquele das safras da agricultura e da pesca, assim como o do cavalo nas estradas arenosas. Em relação aos centros urbanos do país, essa pequena cidade apresenta uma temporalidade diferenciada, mais lenta, que, em certa medida, acompanha, através das estações do ano, os ciclos da natureza.

Ao desembarcar na doca, há um ponto de carroças, cerca de dez ou mais, que transportam passageiros pela cidade e executam ordens de entrega, as mais variadas, desde ranchos de supermercado até fretes para mudança de residência. As carroças são as mesmas que transportam as redes no cais. Pescadores, carroceiros e ceboleiros reportam ao “tempo de fartura” enquanto memória coletiva, permitindo a reinvenção do cotidiano em

²⁷ Segundo Jacques Le Goff (2006), determinada época imaginada como uma “Idade do Ouro” diz respeito a uma idade mítica que traz em seu bojo a idéia de progresso, de civilização e de periodização na história. Nesse caso, refere-se a um passado idealizado, o tempo de fartura, que se contrapõe ao tempo presente de decadência, conforme será demonstrado de forma mais clara no capítulo 4.

²⁸ No contexto da chamada “revolução verde”, marcada pela expansão do plantio de soja em larga escala no estado, a produção de cebolas, atividade tradicional em São Jose do Norte desde o século XIX, foi ampliada em detrimento de uma agricultura familiar diversificada, através da difusão do uso de agrotóxicos nas lavouras e financiamento de implementos agrícolas, voltados para a monocultura. Segundo os agricultores locais, após décadas utilizando agrotóxicos e plantando cebolas em larga escala, a produção ficou mais suscetível ao ataque de pragas, destacando-se uma praga chamada de “Sete Vorta”, que arruinou as plantações de uma série de pequenos agricultores no final da década de 1980, muitos dos quais perderam suas terras. No setor pesqueiro, ocorre um processo semelhante de modernização, no sentido de que o modelo de desenvolvimento patrocinado pelo Estado brasileiro vem privilegiando a indústria da pesca em detrimento da produção familiar dos pescadores artesanais, tendo gerado uma grande produção durante as décadas de 1960 e 1970, mas resultando em uma série de impactos sócio-ambientais nas décadas seguintes, relacionados à escassez de pescado.

consonância rítmica com a continuidade do modo de viver, da duração no tempo de comunidades que, de uma forma ou de outra, vêm se adaptando aos “tempos de crise”²⁹.

Há ainda uma outra atividade econômica no município: o “reflorestamento” através do plantio de *Pinus elliottii* para produção de madeira, que vem se consolidando desde a década de 1980. Boa parte da madeira é exportada, sendo que, assim como ocorre com a produção de cebolas, caminhões carregados com pinus deparam-se com a morosidade da balsa. Essa atividade apresenta um retorno pouco expressivo para a economia local, se comparada à produção de cebolas e de pescado. Entretanto, não se pode negligenciar sua importância, visto que emprega uma parcela da população nas madeiras situadas no entorno da cidade. Em algumas áreas próximas às praias do oceano, as plantações de pinus tornaram-se também local de lazer devido à sombra das árvores. Na safra do camarão, parte dos pescadores acampa em meio aos pinus, sendo que alguns deles relataram que, antes do surgimento dessas árvores, era difícil encontrar abrigo do sol, das chuvas e do vento.

Contudo, para os fazendeiros que arrendaram suas terras para reflorestamento, o resultado tem sido invariavelmente solos estéreis, apontando para um série de problemas ambientais e discussões acerca da expansão dessas plantações na região, que são chamadas por alguns agricultores de “inço brabo”³⁰.

²⁹ Essa condição de vida remete ao estudo de Cornelia Eckert (1993) sobre a vida e o trabalho presentes na memória da comunidade de mineiros de La Grand-Combe na França. Apesar do fim das atividades da mina de carvão, o trabalho permanecia como referência na memória coletiva daquele grupo. Assim como os mineiros, os pescadores representam uma categoria em estado vulnerável, ou seja, em risco de extinção devido principalmente a questões ambientais. Entretanto, diferentemente dos velhos mineiros, que tinham seu referencial da mina na memória, uma “memória do seu fim”, os pescadores seguem pescando. Assim, sobrevivem, enquanto atividade, no presente e nos projetos de futuro, embora a reprodução social desse grupo se coloque em risco.

³⁰ O *Pinus elliottii* é uma espécie proveniente do Canadá e dos Estados Unidos. Em climas subtropicais, desenvolve-se com extrema facilidade, tomando o espaço da vegetação nativa, que tende a se extinguir através desse contato. As sementes são disseminadas pelo vento, sendo que nos campos e dunas ao longo da estrada do município, germinam inúmeros brotos. Em um contexto mundial de preocupação com a redução dos recursos hídricos, outro problema diz respeito ao grande consumo de água dessas plantações, que possuem raízes muito extensas. Finalmente, convém mencionar que tais plantações tendem a atrair indústrias ligadas à produção de papel, que são altamente poluidoras. Nesse sentido, o interesse de grandes grupos econômicos em ampliar a produção em toda a metade sul do estado faz parte de um projeto que inclui a instalação de fábricas de celulose nas margens da Lagoa dos Patos. A esse respeito, ver o relatório intitulado “Considerações sobre os possíveis efeitos da instalação de uma indústria de celulose em Rio Grande-1989” – FURG-NEMA-CEA, que mostrou-se desfavorável à implantação. O relatório apontou uma série de problemas ambientais que impactariam a região, principalmente em relação à pesca local, que seria afetada através da emissão de uma grande carga de poluentes na Lagoa dos Patos. A condição de estagnação econômica em que se encontra toda a metade sul do estado, a mão-de-obra barata, a abundância em termos de recursos hídricos e

Uma pequena cidade, envolta por um ambiente de mar e lagoas, cuja ligação tecnológica terrestre com o continente é extremamente precária, parece ser o tipo de território “ilhado”, que sugere a metáfora da ruptura em relação ao ambiente peninsular circundante. A condição de insularidade, para além da fronteira natural das águas, remete à percepção do espaço enquanto movimento circular entre associação/dissociação presentes na noção de paisagem de Georg Simmel (1996a). Nesse sentido, o porto é lugar de partida, mas também do retorno, realizando um movimento que se enquadra na idéia de comunicação que traz o ensaio de Simmel (1996b) sobre a imagem da ponte, através de sua atribuição à função de unidade entre dois pontos.

O problema da estrada e o contexto histórico e geográfico do município, com o centro urbano às margens do canal e de frente para a cidade portuária de Rio Grande, revelam um processo de desenvolvimento voltado para o mar (canal), enquanto principal forma de contato com o continente. Essa ligação com o meio aquático diz respeito à comunicação marítima relacionada à condição de insularidade desse território, vivenciado por seus habitantes de forma mais evidente no ato de “cruzar as águas”, em sua relação com o continente. A comunicação marítima também diz respeito ao contato entre pescadores, que se deslocam para outras regiões em busca do peixe. No porto pesqueiro de Rio Grande encontra-se uma diversidade de embarcações, provenientes de outros estados, sobretudo de Santa Catarina, mas que se deslocam para esta parte do Oceano Atlântico em busca de determinadas espécies de peixes.

Na Lagoa dos Patos, a situação não é diferente em relação ao movimento de pescadores catarinenses que vêm para pescar camarão, remetendo ao processo de

a existência de áreas extensas e pouco valorizadas, forma um quadro vantajoso para a instalação dessas empresas. O incentivo à monocultura de pinus em áreas extensas diz respeito à visão da região como um “território vazio”, tanto por parte das grandes empresas desse setor, quanto pelo governo do estado. Este último considera que um complexo de produção de madeira/celulose poderia alavancar o desenvolvimento econômico da metade sul do estado. Para isso, tem incentivado a ampliação das áreas de plantio através de financiamentos para as empresas do setor, que vem expandindo-se rapidamente, principalmente nos municípios de Rio Grande e Pelotas. Um caso bastante elucidativo a respeito da força política dessas empresas em relação ao governo do estado foi a demissão do Presidente da FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) e da Secretária Estadual de Meio Ambiente no primeiro semestre de 2007, logo após terem anunciado um plano de zoneamento ambiental. A medida implicaria limitação de áreas para a implantação de uma fábrica de celulose, assim como frearia a expansão do reflorestamento (Jornal Zero Hora, 04/05/2007, “Impasse florestal: acordo abre caminho para liberar plantio”).

desenvolvimento da atividade pesqueira em São José do Norte e Rio Grande através desses fluxos. O processo de comunicação e fluxos através da atividade pesqueira remonta ao estabelecimento de um grande contingente de pescadores portugueses, vindos principalmente de Póvoa do Varzim (poveiros), entre fins do século XIX e meados do século XX.



As dimensões do presente e do passado, ligadas à pesca e ao desenvolvimento da cidade, encontram-se na vivência de seus habitantes. Giram em torno do conceito de insularidade proposto por Antonio Carlos Diegues (1997), demonstrando, para além das condições geográficas deste território, a demarcação de fronteiras simbólicas calcadas na experiência com um espaço terrestre demarcado pelas águas. O mesmo ocorre na relação dos pescadores em relação ao espaço marítimo, supondo uma territorialidade que diz respeito a lugares de pesca e de navegação. Portanto, a ambivalência das águas, paradoxalmente, fronteira e extensão territorial, refere-se ao *ethos* que se inscreve nas interações cotidianas dos habitantes de uma cidade às margens do canal. Fato que pode ser observado nas brincadeiras das crianças nos botes, na pesca do camarão em águas rasas, no ato de travessia do canal para se chegar ao continente, no trabalho das embarcações e nas pescarias. Todas são formas de interação com o ambiente do mar e da lagoa.

Tornar-se pescador está relacionado diretamente a esse contato com o mundo aquático. Caminhando pela Prainha, podia observar garotos saltando dos trapiches e brincando próximos aos botes e canoas, durante as tardes ensolaradas. Não apenas o lazer, mas a lida de trabalho nos botes e canoas fazia parte do tornar-se pescador. Alguns observavam atentamente o trabalho dos pais, inclusive auxiliando no que fosse preciso, demonstrando certos rituais de aprendizado, ao manusear os apetrechos de pesca, assim como seu reparo.

Há algumas décadas, foi realizada uma dragagem do canal, para permitir a entrada de embarcações de maior calado, como navios e cargueiros, no porto de Rio Grande. Tal medida tornou uma parte do canal perigosa para o banho, devido a sua profundidade. Moradores da Prainha contam que, após essa obra, ocorreram muitos afogamentos. Hoje, as crianças do entorno, a maioria delas filhos de pescadores, dificilmente se afastam das beiradas onde ficam os botes. Contudo, na margem há grande movimento. Quem mora na Prainha, habitualmente desloca-se pela beira da praia ou mesmo pela água. A captura do camarão com “rede de coca” é bastante popular, sendo realizada nas partes rasas da lagoa. Trata-se de uma pescaria tradicional, envolvendo grande parcela da comunidade local, pescadores ou não. Trabalhadores da construção civil, comerciários e desempregados, entre outros, não se arriscam nos botes, mas praticam essa pesca a pé pelas águas da lagoa

durante o verão. Sua prática é bastante simples e não requer técnica alguma. Consiste em uma espécie de saco, arrastado por dois ou mais homens, munidos de pequenos calões, os quais são amarrados à abertura da rede, que assim permanece aberta. Essa pesca ocorre à noite, com os pescadores munidos de lampiões a gás (liquinhos), cuja luminosidade atrai os camarões para dentro da rede.

Aurélio, primo de Vaninho, trabalha como auxiliar em uma oficina mecânica próxima à Prainha. Enquanto os pescadores saíam com seus botes e canoas, ele combinava com amigos que iriam puxar coca à noite, nas margens do canal.

Para boa parte da população local, cruzar o canal consiste em uma atividade cotidiana. Nas primeiras horas da manhã, bem como no final do dia, há um movimento maior, por ocasião do fluxo de passageiros. É o chamado horário “de pico”, que indica a existência um grande contingente de homens e mulheres que encontraram maiores possibilidades de serem empregados em Rio Grande. Entre os pescadores e seus familiares, é comum alguém exercer alguma atividade do outro lado do canal. Muitos deles trabalham em atividades ligadas ao comércio em lojas do centro da cidade.







Entre as mulheres, existe certo receio em pegar a lancha sob mau tempo. Boa parte dos homens, sobretudo aqueles envolvidos com a pesca, acham graça quando a lancha balança sob as ondas do canal. Nessas ocasiões, torna-se necessário tomar cuidado com alguma janela aberta, uma vez que as ondas batem nos vidros, podendo atingir algum viajante inadvertido.

Quatro lanchas revezam-se no transporte dos passageiros: Élide, Bethânia, Rainha do Mar e Noiva do Mar. Inicialmente ouvia esses nomes, em comentários do tipo, “Ah, hoje peguei a Bethânia”, sem saber do que se tratava. Bethânia, a embarcação mais antiga, era considerada “a pior” delas, uma vez que essa lancha apresentava um histórico de perdas de rumo em meio à noite escura ou às brumas no inverno, tendo algumas vezes encalhado em bancos de areia. Fato que, embora pareça pouco provável, as mulheres revelavam ter ocorrido inúmeras vezes. Em certa ocasião, tive uma conversa breve com uma senhora quando estávamos a bordo dessa lancha. Ela revelou que, alguns anos atrás, a Bethânia sofreu uma perfuração no casco durante uma viagem, fazendo com que os passageiros chegassem a Rio Grande “com a água a lamber as canelas”.

Existem também aquelas pessoas que raramente, ou nunca, cruzam o canal. As justificativas pautam-se em um discurso, bastante frequente entre os pescadores e seus familiares e afins, de que São José do Norte é um lugar tranquilo, em oposição à cidade de Rio Grande, considerada violenta, e situada fora do território das relações de sociabilidade vividas por eles. Para boa parte dessas pessoas, a imagem negativa de Rio Grande apresenta como ponto de referência a zona portuária, onde “juntou tudo o que tem de ruim”, ou seja, os perigos de agressões, assaltos e assassinatos, além do fato de ser considerada área de prostituição e tráfico de drogas ilícitas. A percepção de transformações e de desestruturação do padrão de vida tradicional, no qual a violência e a miséria são algum desses expoentes, é em parte atribuído ao contato com Rio Grande, onde essas problemáticas ocorrem devido ao fato de se tratar de uma cidade de maior envergadura do que São José do Norte ³¹.

A proximidade e dependência de São José do Norte em relação a Rio Grande criam um contexto de tensão, uma vez que a pequena cidade busca diferenciar-se do centro urbano em expansão situado na outra margem. Nesse sentido, alguns moradores da cidade

³¹ Conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - censo 2006, Rio Grande apresenta uma população de 196.982 habitantes, sendo a terceira maior cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul.

consideram que “o grande engole o pequeno”, demonstrando não apenas uma percepção de que São José do Norte poderia ser absorvida por Rio Grande, mas também a existência de relações políticas e econômicas desiguais entre as cidades. Tal condição torna-se evidente no cotidiano de dependência de São José do Norte em relação a Rio Grande, tanto em relação à maior demanda de empregos e à centralização da administração de serviços públicos e de órgãos governamentais do outro lado do canal, quanto à entrada de produtos e ao escoamento da produção do município através da balsa.

2.2. Os turistas, as guerras e as cebolas

Os forasteiros que chegavam à cidade pela travessia do canal geralmente se deparavam com Eguimar (10 anos), filho de Tartaruga. Quando não estava na escola, ele procurava estabelecer contato com as pessoas que desembarcavam da lancha para conhecer São José do Norte: os “turistas”. De personalidade expansiva e muito perspicaz, Eguimar logo arrancava alguns sorrisos e gargalhadas dessas pessoas ao imitar, com surpreendente talento, os trejeitos e modo de falar de qualquer morador da cidade que se encontrava por perto. Depois revelava algumas imitações famosas, entre as quais a voz do Pato Donald. Em meio a essas brincadeiras, ele apresentava-se e revestia-se de guia turístico da cidade, quando começava a desfiar acontecimentos históricos sobre o município relativos à Guerra dos Farrapos e ao período colonial, à medida que passavam por locais que eram referência para essas histórias. Os contatos com as pessoas “de fora”, além de serem estimulantes para ele, também proporcionavam alguns trocados. Geralmente, Eguimar acompanhava os visitantes até o Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte, localizado no centro da cidade. Trata-se do museu municipal, administrado por Fernando Costamilan, de quem ele aprendeu essa história oficial, tendo decorado uma porção de datas históricas. Conheci Fernando ao visitar o museu, que contém antigos jornais, boletins e uma série de objetos relativos ao município. As pessoas que vão ao museu ficam especialmente interessadas pelos armamentos e outras peças referentes aos embates que ocorreram na região durante o período colonial e na Guerra dos Farrapos.

Fernando aparenta ter cerca de 30 anos, talvez um pouco mais. Sempre o vejo trajando vestimenta gaúcha: botas, bombachas, uma camisa branca e um lenço vermelho no pescoço. Mora com os familiares na zona rural. Pertence a uma família de fazendeiros,

criam gado e plantam arroz. Em todas as visitas que fiz ao museu, sempre fui bem-vindo, geralmente recebido com o gesto cordial do convite para tomar um chimarrão.

Nas conversas que tivemos, esclareceu que desempenha a atividade de produtor cultural na cidade, inclusive sendo o criador do museu, recolhendo objetos que se encontravam espalhados nas salas e depósitos da administração municipal, assim como recebeu vários objetos que, durante anos, foram guardados por fazendeiros e por moradores da cidade. Além de administrar o Instituto, criou, no ano de 2004, o Jornal do Norte, único jornal da cidade.

O prédio que abriga o museu é uma dessas edificações construídas durante o século XIX. Tem dois andares, sendo que o primeiro andar é ocupado por uma pizzaria. Ao lado, uma escadaria leva ao museu. Não há muito espaço. O local é freqüentado principalmente por alunos de escolas do município, organizados em turmas acompanhadas pelos professores. Muitas pessoas que vêm à cidade pela primeira vez também costumam visitar o museu.

Eguimar costumava visitar-me durante as manhãs. Ele morava com Tartaruga e um irmão mais velho, que trabalhava como engraxate. Os pais separaram-se quando era muito pequeno. Pouco falava de sua mãe, de quem tinha uma lembrança muito vaga. Sabia apenas que ela morava em Rio Grande. Eles não mantinham contato algum desde a separação, que havia causado uma ruptura definitiva na família. Tartaruga, por sua vez, permanecia pouco tempo em casa porque estava embarcado. Apesar disso, quando os via juntos ou referiam-se um ao outro, demonstravam ser bastante apegados.

O ambiente aquático, com inúmeras praias, assim como a cidade pitoresca, com seu passado histórico, revelavam o “potencial turístico” dessa região. Para a população local, o turismo seria o caminho natural para a retomada do crescimento econômico, embora a cidade não dispusesse de projetos concretos para isso. A dificuldade de acesso e a falta de uma estrutura mínima, como pousadas e restaurantes, não impediam certo fluxo de pessoas que visitavam a cidade, principalmente durante o verão. Por outro lado, as questões ambientais, principalmente aquelas relativas à diminuição de peixes na Lagoa dos Patos, também atraíam técnicos e cientistas, que vinham realizar pesquisas nessa região.

Assim, entre as pessoas “de fora”, Eguimar identificava os “turistas” e os “cientistas”. Tendo observado meu cotidiano, identificou-me como sendo um híbrido: “meio cientista e meio turista”, pois tinha livros e um computador, mas estava sempre conversando e “passeando” pela cidade. Nos encontros que tínhamos, ele demonstrava especial interesse em meu computador, sendo que em algumas ocasiões ensinei-lhe como utilizá-lo. Disse-me que tinha algum conhecimento porque uma senhora que morava no centro também tinha um computador e também havia lhe ensinado um pouco. Nas escolas, não havia computadores à disposição dos alunos, mas na cidade existiam duas lojas especializadas em informática e, posteriormente, surgiu também uma *lan house*, que passou a ser bastante freqüentada pelos jovens.

Fernando faz parte de um grupo que vem se notabilizando por ações e debates em torno da preservação do patrimônio histórico da cidade³². Entre as ações, consta o tombamento de alguns outros prédios pelo IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado). A necessidade em negociar com a administração municipal acaba inserindo-o no meio político da cidade. A prefeitura vem apoiando parte dessas ações. No entanto, as negociações não impedem o surgimento de conflitos entre políticos locais e o grupo no qual Fernando está vinculado. Tais conflitos fazem parte, entre outras coisas, de um debate existente na cidade, acerca do projeto de tombamento dos prédios. A falta de recursos para as obras de restauro fazem com que boa parte das edificações antigas continue, de forma indefinida, em situação de risco de desabamento. Esses espaços consistem em moradia de várias famílias, que se recusam a sair, como é o caso do sobrado Gibonn, ao lado da igreja Matriz. O prédio tem uma das paredes que está quase desabando, mesmo assim está ocupado e pertence a cinco herdeiros. Durante a pesquisa, parte da rua que passa colada ao prédio foi bloqueada, tendo sido realizado um escoramento ali. Existe a possibilidade de vir a ser demolido, dando lugar à construção de um edifício. O Solar dos Imperadores, construído em 1800, é outro sobrado em condições precárias. Está localizado

³² Neste grupo, destaca-se também a atuação da APHAC-NORTE (Associação Pró-preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural de São José do Norte). Conheci alguns membros dessa associação, que colaboraram com a pesquisa dispondo de material e informações sobre a história do município. No final de outubro de 2004, fui convidado por eles para participar do seminário anual que ocorre na cidade. Trata-se de um seminário organizado pela APHAC-NORTE, no qual participam pesquisadores de diversas instituições, sobretudo da FURG, em palestras que giram em torno da temática sobre cultura e meio ambiente, relacionadas com São José do Norte.

próximo ao cais. Trata-se da edificação mais antiga da cidade, onde se hospedaram os Imperadores Dom Pedro I e, posteriormente, Dom Pedro II.

Segundo Fernando, os dois sobrados sofreram tiros de canhão durante uma batalha da Guerra dos Farrapos. Atualmente, o Solar dos Imperadores é ocupado por uma família. No primeiro andar destaca-se uma loja de peças e conserto de bicicletas.

Também revelou que teve discussões com comerciantes locais, devido ao fato de que, nos locais de tombamento, é proibido o tráfego de veículos pesados, como ônibus e caminhões. A medida visa evitar o impacto desses veículos, uma vez que as trepidações podem comprometer as estruturas dos prédios. No entanto, alguns comerciantes sentiram-se prejudicados e alegaram dificuldades em relação ao transporte de mercadorias, tendo manifestando sua oposição em relação ao projeto. Pelos mesmos motivos, a Estação Rodoviária, localizada no centro da cidade, próximo a esses prédios, também é considerada prejudicial à preservação.

Entre as versões históricas divulgadas por Fernando, Eguimar e outros moradores acerca do período colonial, uma delas diz respeito ao mito de uma ilha, visível durante o trajeto da lancha, que teria sido formada por balas de canhão. Durante o período colonial, em uma das tantas batalhas que marcaram a vida fronteiriça dessa região, espanhóis e portugueses disparavam tiros de canhões uns contra os outros entre Rio Grande e São José do Norte. Contudo, essa artilharia não tinha alcance para cruzar o canal, ficando as balas em uma área equidistante, no meio do canal, a ponto de formar um núcleo duro, dando origem à pequena ilha.

O prédio da Intendência, construído em 1898, que está sendo restaurado, fica na Rua Marechal Deodoro. Este local abrigou a sede da prefeitura até 1985. Problemas com estrutura do prédio levaram a administração municipal a se retirar dali, tendo se mudado para a sede atual, do outro lado da rua.

Fui convidado por Fernando para assistir à inauguração da obra de restauro do prédio da Intendência. O projeto tem parceria com o IPHAE. A CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) está contribuindo com parte do financiamento. Na ocasião, após a

solenidade de abertura, foi exibido um vídeo em fita VHS. Trata-se de um vídeo-documentário/reportagem sobre São José do Norte, filmado em 1969, na cidade. O vídeo traz esse passado, no qual o município vivia sob expectativas de progresso que contagiava o país e que localmente apresentava-se através dos avanços na safra da cebola. “São José do Norte é a terra da cebola”, falava um narrador em *off*. O vídeo mostra cenas inusitadas de um desfile na cidade com carros alegóricos. A “Miss cebola-1969” é transportada em um carro em forma de um grande bulbo. Há também um desfile do concurso da Miss Cebola.

Essas mulheres desfilam com roupas estilizadas, lembrando cebolas. Entre os carros alegóricos, um destaca-se pela referência à chegada do homem à lua. Em forma de foguete, leva alguns astronautas. Outras cenas mostram a produção agrícola e pavilhões com sementes e estufas, onde homens dirigem tratores e colheitadeiras, apresentando “a mais moderna tecnologia a serviço do homem”.

2.3. A foto de Iemanjá

Vaninho, que havia me pedido uma fotografia de Iemanjá, colocou-a em um retrato, deixado em um estande, na sala de sua casa. Depois, soube que participava com frequência de sessões de umbanda, tendo me aproximado dele e de sua família, acompanhando algumas sessões. Na cozinha da casa, há um quadro de São Jorge e duas estatuetas de preto-velho sobre a geladeira.

Mora com Simone (a mulher) e Dieferson (filho único), que tem cerca de dez anos. A casa fica em um beco sem saída, ao lado de um posto de gasolina, em um dos cantos da praça. Vaninho contou que foi Simone quem o convenceu a freqüentar o centro de umbanda Maria Madalena. Depois concluiu que, através da religião, encontra a serenidade necessária para desempenhar seu trabalho. Simone, bastante comunicativa, revela que o marido metia-se em brigas com frequência porque é “estourado”, tem “o pavio curto”, e que agora, freqüentando “o centro”, está mais paciente. Sua entidade é “um Exu-bará bastante briguento”. No último barco em que trabalhou, saiu por desavenças com o mestre, até então considerado seu amigo. Também encontra, em suas crenças, a força e proteção para enfrentar as longas jornadas de pesca em alto mar.

Dieferson freqüenta as seções junto com seus pais, onde se entusiasma com os ritmos e cânticos ali praticados. Inclusive, quando está em casa, ele gosta de cantar os hinos que

aprendeu durante essas sessões. O garoto também costuma praticar percussão em um atabaque. Frequentemente é visto na praça, onde treina com um *skate*, emprestado por um amigo.

Na casa de vaninho, conheci Seu Nenê, a esposa e o filho, que tem cerca de 20 anos. Todos frequentam o centro Maria Madalena e lá se conheceram. Seu Nenê aparenta ter em torno de 70 anos, é funcionário público, trabalha como motorista de um trator da prefeitura, responsável pela jardinagem e limpeza de ruas. O filho do casal recentemente se empregou em uma serraria, situada na saída da cidade em direção à zona rural.

A esposa trabalha como servente em um prédio da prefeitura. Trata-se de uma estrutura que pertencia a uma cooperativa estatal, criada entre as décadas de 1960 e 1970, que fabricava derivados de cebola, sobretudo, cebolas em conservas. Após a falência, o local ficou abandonado, sendo doado à administração municipal, que instalou ali algumas repartições.

Seu Nenê gosta muito de relatar lembranças acerca das mudanças na cidade, inclusive das histórias que o seu pai contava. Procurei entrevistá-lo algumas vezes, mas recusou, sentindo-se intimidado.

Sem o gravador, sentia-se mais à vontade, sendo que, em todos os encontros que tivemos, narrava espontaneamente alguma história referente ao município. Uma delas diz respeito à praça da cidade. A Igreja Matriz foi construída no século XIX, mas a praça é bem mais recente. Seu nenê não sabe precisar a data, porém conta que recorda dos comentários na cidade por ocasião da obra da praça, quando foram achados inúmeros corpos enterrados ali. Segundo ele, a localização - próximo à igreja - faz crer que se tratava de um cemitério antigo.

O centro Maria Madalena fica em frente a uma igreja evangélica. Chama a atenção a quantidade de locais de culto espalhados pela cidade, indicando a importância que ocupa a religiosidade na vida dos habitantes. As igrejas pentecostais e os centros de umbanda e de batuque são numerosos. Os “católico-praticantes” concentram-se nas missas da Igreja Matriz. Há ainda alguns centros espíritas e duas igrejas maçônicas.

A proliferação de igrejas pentecostais junto às camadas populares, especialmente aquelas vindas do interior, é um fenômeno recorrente nas grandes cidades brasileiras. Não é por acaso que em centros urbanos como Porto Alegre, estas igrejas se localizam na periferia e próximas à estação rodoviária, justamente nos pontos de ocupação e deslocamento desses grupos. Paralelamente, em São José do Norte, mantidas as proporções, também se observa um fluxo de famílias que abandonam a zona rural em direção ao núcleo urbano, com a formação de aglomerações nos moldes das vilas urbanas. Examinando a distribuição da população no município, tem-se um indicativo do abandono do campo e concentração na cidade. O território apresenta 1.135,3 km² e uma população de 23.796 habitantes, dos quais 17.294 (73%) são moradores que se concentram na área urbana, enquanto 6.502 habitam a zona rural (27%)³³.

O grande contingente vindo do interior vai-se misturando às antigas vilas de pescadores (que também apresentam trajetórias oriundas do campo, uma ou duas gerações anteriores), outrora lugares amplos e livres de dejetos. Entre aqueles que migram do campo e se estabelecem na cidade, boa parte ingressa na pesca, sobretudo a embarcada. Apesar disso, existe um contingente expressivo de desempregados.

As igrejas mais antigas como a Igreja Matriz e as igrejas maçônicas estão relacionadas a princípio com composição étnica da população local. Essas igrejas são, entre outras coisas, uma referência ao fato de grande parte dos habitantes da cidade ser de descendência portuguesa. Tal presença é marcante ainda hoje. O relativo isolamento e a estagnação econômica deixaram o município de fora das frentes de expansão agrícola, sendo que não houve povoamento de imigrantes de outras partes da Europa, como alemães poloneses e italianos, e que são comuns em outras regiões do estado. Apenas constam fluxos de imigrantes portugueses, que se estabeleceram na região principalmente na primeira metade do século passado. Eles caracterizam-se por serem católicos fervorosos, devotos de Nossa Senhora. Posteriormente, pescadores catarinenses, descendentes dos açorianos, também migraram para essa região.

Em relação aos centros de umbanda e de batuque, ocorre uma situação similar, já que a população de afro-descendentes, assim como a dos descendentes de portugueses, é

³³ Cf. dados do IBGE - Censo 2006.

bastante expressiva. Entre os pescadores, boa parte freqüenta os centros de umbanda e de batuque.

Participei de algumas seções de umbanda e de batuque, acompanhando Bandido e Durão, proeiros do Rio Piracicaba, em um centro localizado na Prainha.

Bandido tem este apelido devido à sua trajetória de certo “banditismo” na cidade, pois realizara alguns assaltos e roubo de gado quando ainda era um menino. O gado roubado era colocado em uma canoa e levado para uma área distante. Bandido revelou ainda que possuía um revólver, mas que nunca chegou a utilizá-lo. O momento crítico dessa história ocorreu quando todos os integrantes da quadrilha a qual ele fazia parte foram presos. Nesse período, ele passou a freqüentar um centro de batuque na Prainha, onde conta que recebeu ajuda e orientação das pessoas do centro. A fé e a solidariedade das pessoas foi determinante para que mudasse de vida, tendo se livrado da arma e ingressado na pesca embarcada. Revelou também que, antes de entrar para este centro, conhecia sua atual namorada apenas de vista, e que ela confessou que antigamente tinha medo dele. A mudança de comportamento de Bandido possibilitou a aproximação com a atual namorada. Ela é uma das filhas de Delei, o Pai-de-Santo do centro freqüentado por ele.

Durão, Vaninho e muitos outros pescadores também freqüentam esses centros e levam no pescoço um colar, chamado de “guia”. A guia dá proteção, sobretudo nas viagens pelo oceano. Quando arrebenta, significa que repeliu algum perigo ou força negativa. Então se deve fazer outra guia. Para tanto, participa-se de sessões nos centros, com o intuito de pedir uma nova “proteção” ao Pai-de-Santo.

2.4. A cidade avançando sobre a areia

A partir da doca, o centro da cidade forma um conjunto de quarteirões no qual se destacam duas avenidas paralelas. Uma delas, a Rua Direita, inicia na doca, atravessando o centro e subindo por uma elevação, chamada de “cidade alta”. A doca, a cidade alta, o centro e áreas circunvizinhas apresentam calçamento e as ruas são pavimentadas por paralelepípedos. As demais áreas da cidade são formadas por vilas que vão avançando sobre a areia.

Na primeira vez em que fui à sede da administração municipal, deparei-me com alguns painéis pendurados na sala de entrada. São fotografias ampliadas de vistas aéreas da cidade, realizadas cerca de dez anos atrás. Examinando atentamente as fotografias, passei a compará-las com a situação atual, na qual percebia claramente as transformações do núcleo urbano. Em pouco mais dez anos, o centro e as áreas circunvizinhas haviam permanecido quase sem alteração. Contudo, a cidade havia praticamente dobrado de tamanho, avançando com a construção de casas sobre uma área onde outrora havia uma floresta de eucaliptos, entre dunas de areia e um pequeno banhado. Lembrei da conversa que tive com Seu Nenê, que havia contado algumas histórias acerca do avanço da cidade sobre a areia. Entre elas, revelou que a cidade alta não passa de uma duna gigantesca. Segundo Seu Nenê, as casas e a pavimentação foram construídas sobre essa duna. Lembrou também da área verde que havia no entorno, com uma floresta de Eucaliptos que foi derrubada para possibilitar a expansão do perímetro urbano.

Outra duna, próxima à cidade baixa, é chamada de “morro”, na referência à sua condição de exclusão social e pelo domínio de um traficante local.

Seguindo pela rua direita, após a cidade alta, o percurso consiste na descida da elevação, chegando a uma ampla área de baixio, denominada cidade baixa. Trata-se de um dos locais para onde a cidade vem se expandindo. O local vem sendo povoado recentemente, através de loteamentos. Sem pavimentação, calçamento e tampouco saneamento básico, predominam os casebres de madeira, construídos em meio à areia.

No início da pesquisa, Cláudio morava nos arredores da doca, em uma casa alugada, com sua nova companheira. Havia se separado recentemente. Ivorema, sua ex-mulher, ficou com a casa onde, anteriormente, morava toda a família, situada nas imediações entre o centro e a cidade alta. Após a saída de Cláudio, permaneceram Ivorema, Cláudia, Nadinho, Marcelo e Sinara. Estes últimos são os outros dois filhos do casal, irmãos de Cláudia. Posteriormente, a casa foi vendida. Cláudia e Nadinho, alguns anos antes, haviam comprado um terreno na cidade baixa. Durante a pesquisa, a construção da casa foi concluída, tendo o casal mudado para aquela área. A casa é de alvenaria, com dois quartos, uma sala e um banheiro. No pátio dos fundos, há um tanque para lavar roupa. No pátio da frente, Nadinho plantou uma Costela de Adão, um ponto verde que se destaca em meio às

areias brancas. Nesse período, Cláudio também adquiriu um terreno na cidade baixa, tendo construído sua casa na mesma rua que a filha e o genro. A casa, também de alvenaria, é bastante espaçosa e possui garagem.

Passsei a visitá-los com freqüência. Nas primeiras vezes, perdia-me no labirinto de ruas e casas. A costela de adão era um dos meus referenciais. Encontrava Cláudia com maior facilidade do que Nadinho. Claudia permanecia mais em casa, envolvida com o cotidiano de levar e buscar a filha na escola e com os afazeres domésticos, como varrer a areia para fora da casa, lavar roupa e preparar o almoço e a janta.

Andar na cidade baixa requer certa paciência, já que a areia fofa dificulta as caminhadas. Um trator da prefeitura era encarregado de manter as ruas abertas. Também é comum espalhar serragem de pinus nas ruas para evitar o atolamento de automóveis.

Devido ao tempo ruim, o local sofria com as tempestades de areia, situação semelhante à verificada na costa oceânica, na praia do Mar Grosso.

Aquela paisagem de casas em meio às dunas brancas causava uma sensação de espanto, de tão peculiar. Ao fundo da casa de Cláudia e Nadinho, avistava-se um bosque de pinus. Em certas noites, a luz do luar realçava a brancura das dunas, entre os pinus e as casas, dando àquele lugar um aspecto semelhante ao de vilarejo em meio à neve.

Ivorema, Marcelo e Sinara mudaram-se para o bairro Veneza, que não difere muito em termos arenosos da cidade baixa. Estive duas vezes na casa de Ivorema, acompanhando Cláudia. Saímos da casa de Cláudia e atravessamos o bosque de pinus, uma propriedade que ainda não se transformou em loteamento e consiste em um atalho para chegar ao bairro Veneza.

Antes da mudança, já conhecia a cidade baixa, mas não o bairro Veneza. Anteriormente, estivera na cidade baixa acompanhando alguns pescadores. Trata-se de um bairro onde mora um grande contingente de embarcados. A doca, a cidade baixa, e o contorno do canal são áreas onde vivem os pescadores. Já o bairro Veneza pertence a uma área ligada à produção agrícola, distante da doca e das vilas do canal, mas caracterizada pela concentração dos depósitos de cebola.

A “crise da cebola” fez com que alguns dos depósitos que se situavam na doca fossem alugados para os armadores da pesca, dando lugar aos atuais galpões dos redeiros, um indício da conjuntura de expansão da atividade pesqueira local.



2.5. A Croa do Cemitério

A Croa do Cemitério é uma outra praia que fica dentro da cidade, às margens do canal. É assim chamada porque ali venta muito e porque é onde se encontra o cemitério da cidade. Croa significa “coroa”, imagem associada à espuma branca no topo da onda, empurrada pelo vento que agita as águas do estuário.

No sentido norte-sul, percorre-se a cidade pela beira do canal, partindo da Croa do Cemitério e passando pelos seguintes lugares: entrada da balsa, área da doca, vila da Prainha e vila do Bumba. Seguindo nesta direção chega-se à saída do canal para o oceano onde se localiza a vila da Barra. Deste ponto em diante, encontra-se o Molhe leste e toda a extensão de praias do Atlântico. Já na outra ponta, passando a Croa em direção ao norte, chega-se à praia do Retiro, fora da cidade. Seguem-se outras praias, povoadas por vilas de pescadores. À medida que se avança nesta direção, são quilômetros intermináveis de praias à beira da Lagoa dos Patos, de difícil acesso, dada as distâncias, nos quais, mesmo para quem se desloca a pé ou bicicleta, os caminhos são interrompidos por campos e matas nativas.

Algumas das vilas à beira da Lagoa dos Patos foram desaparecendo, uma vez que seus habitantes foram se deslocando para a cidade. A praia do Retiro é um desses lugares, outrora local onde moravam alguns pescadores, mas que hoje se encontra abandonado. Em conversa com Cláudia, ela revelou que seu avô materno foi um dos últimos moradores do Retiro. Ele era um pescador que morava à beira da praia, tendo se mudado para a cidade após perder sua casa:

Meu vô era pescador, morava no Retiro. Ele morava lá, tinha bote, tinha parelha, tudo. A mãe contou que deu um temporal muito forte e quebrou os botes do vô, sabes? Até a casa deles. Eles saíram de dentro da casa, e a casa rolou assim, foi horrível. E aí eles vieram embora pra cá. Eles eram crianças, a minha mãe e os meus irmãos. Vieram lá de fora. Aí o vô veio pescar aqui, mas aí já não era a mesma coisa, porque aí já tinha perdido tudo. Aí tiveram mais dificuldade pra adquirir uma casa, né. Adquirir novos botes... Até que fez um bote, mas pequenininho, mais precário... e não conseguiu se reerguer mais.

Diferentemente da Prainha e do Bumba, a Croa do Cemitério é quase uma praia particular. É pequena e ocupada praticamente por apenas uma família que, no entanto, é bastante extensa. São vários pescadores. Essa família é chamada de “Palhaços da Croa”, ou simplesmente “Palhaços”, nome dado devido à fama de serem muito irreverentes, embora não tenha percebido neles tal característica.

Na Prainha e no Bumba, existe uma grande porção de pessoas vindas do campo, muitas das quais ingressam na pesca trabalhando como proeiros nos botes e se relacionando com os pescadores locais. Há uma integração entre agricultores desempregados e pescadores através de laços de afinidade e de parentesco que se entende na escolha da tripulação nos botes e canoas. Essas vilas crescem “para dentro”, ou seja, em um processo recente, avançam sobre dunas e outras áreas antes desabitadas. Na Croa isso não ocorre, uma vez que o tecido urbano daquela área apresenta um espaço de ocupação já consolidada, estruturado em seus limites por casas e ruas com calçamento. Nesse sentido, há um contraste entre a condição de miséria e do “inchaço” da Prainha e do Bumba e a condição mais estável, inclusive economicamente, dos pescadores da Croa do Cemitério. Os Palhaços são donos de suas embarcações, sendo que suas tripulações são geralmente formadas por parentes. Nenhum deles trabalha como embarcado. Dedicam-se à pesca na lagoa, mesmo durante os períodos considerados críticos, quando há pouco peixe. Diferentemente da Prainha e do Bumba, ao invés de utilizarem botes e canoas, os palhaços pescam em chalupas, que são canoas fechadas, dispondo de um porão para guardar o peixe e proteger o motor.

Tive pouco contato com os Palhaços, visto que essa praia se encontra em um local mais distante em relação à Prainha. A distância não era apenas geográfica, mas também se referia às redes de relações entre os pescadores. Pude perceber que se tratava de dois grupos distintos. Dificilmente encontrava algum dos Palhaços nas imediações da Prainha. As presenças de Cocota e seu filho, dois membros dessa família que freqüentavam a casa de Dona Neida, eram exceções. Ambos fazem parte da rede de parentesco de Dona Neida, sendo que uma de suas filhas é casada com Cocota.

Um outro pescador que mora na Croa do cemitério chama-se Tuda. Ele tem sua própria chalupa e não faz parte da família dos Palhaços, mas é vizinho deles. Muitos dos amigos de Tuda são moradores da Prainha, o que faz com que circule entre essas duas praias. A situação de Tuda, assim como da família de Dona Neida, entre outros, revela que, embora distintos, esses grupos da Prainha e os Palhaços acabam comunicando-se de alguma forma através de um ou outro contato de suas redes de afinidade e parentesco.

Em certas épocas do ano, quando a pesca na lagoa ficava estagnada, encontrava Tuda andando de bicicleta pela cidade. Por vezes, ia até a plataforma. Ficava por lá, conversando com os embarcados, sendo que às vezes vinha pedir um peixe. Os embarcados têm o direito de escolher para si os melhores peixes antes de descarregarem toda a produção. Uma parte é consumida por eles, junto aos familiares, enquanto outra é distribuída entre amigos e parentes. É comum um embarcado prometer dar um peixe para este ou aquele amigo, vizinho ou parente. Muitas vezes trata-se de uma retribuição a um favor prestado anteriormente, ou mesmo como ato de solidariedade com pedintes em situação de miséria.

Certa ocasião, fui até a doca para encontrar Quinho, proeiro do Dom Caetano IV. Ele havia me prometido um peixe, gesto de amizade e também de retribuição a algumas fotos que havia lhe entregue semanas atrás. Tuda também estava na doca e então ficamos conversando. Ele revelou um pouco de sua trajetória na pesca, desde a saída do pequeno povoado onde havia nascido, assim como seu sentimento em relação à cidade, comparando o passado de pescarias fartas e do emprego da população na fábrica de congelamento da Confrio com o presente de estagnação econômica, caracterizada pela escassez de peixes e de empregos:

A pesca vem de família. Eu morava lá na Lagoa dos Patos, lá na Ponta Rasa. Eu sou filho de lá. Nasci lá na Ponta Rasa. A vilinha não existe mais, porque os pescadores saíram de lá. Os mais novinhos vieram aqui pra cidade. Aí, da Ponta Rasa, eu vim aqui pras Capivaras. E dali... Eu lembro que tinha uns cinco ou seis anos. Há 38 anos atrás, quando eu vinha chegando a São José do Norte, eu me lembro que não tinha essa Confrio (fábrica de gelo). A Confrio era aquela fábrica da ponta de lá (aponta para as ruínas ao lado do cais). Tinha trapiche, entrava peixe lá... E tinha fábrica

de adubo, de fazer farinha de peixe e tudo... E eu me lembro dessa fase. E, 30 anos depois, o Norte não aumentou. Até diminuiu. Há trinta anos atrás, tinha três postos de combustível. Hoje, 30 anos depois, ainda tem os mesmos três! Não tem nada! Não existe! Tem que ver as toneladas de peixe que nós descarregava! Peixe de pá. Nem faz muito. Acho que faz 15 anos que a Confrio faliu. Não faz muito tempo, faz 12 anos, eu carregava com pá! Mas fechou. Faliu. E agora é essa história que não tem emprego no Norte. E ninguém estuda. Eu mesmo fugi da escola. Acho que, com 7 ou 8 anos.

2.6. A história do homem que pulou da igreja e a pesca de beira de praia

Tuda lembrou também de um episódio que havia marcado sua infância, quando apenas havia se mudado para a cidade, um grande alvoroço e comentários acerca de uma pessoa que havia saltado da torre da igreja Matriz:

Esses dias, eu vinha contando essa história pros caras. Vinha contando na lancha. Eu me lembro quando vinha vindo, pelaqui, vinha vindo um botezinho. E o homem falou que tinha um boato que alguém tinha caído da igreja. Mas aí, eu falando com um tio meu, ele disse: “Não, o cara se soltou, fez umas asas pra voar e se soltou pra baixo!” Mas não se pisou muito. Não tinha calçamento, era tudo areia. Se soltou com umas redes, acho que tipo pára-quadras.

Passado algum tempo, vim saber que a pessoa que havia pulado a igreja, a quem Tuda se referia, era Zémeco, o pintor da cidade, conhecido pela identidade com São José do Norte, expressa em sua obra pictórica. Em suas marinhas, aparecem os pescadores e seus barcos, tendo como cenário as paisagens das praias da lagoa e do oceano. Além das paisagens praianas, Zémeco também é conhecido por seus quadros onde retrata as ruas da cidade e prédios, como a Igreja Matriz e os sobrados antigos.

Aos 16 anos, ele trabalhava como encarregado de tocar o sino da igreja. Como tinha acesso à torre da igreja, colocou em prática seu plano de voar, tendo construído asas com taquaras e cascas de cebola. Ao pular da torre, bateu em um eucalipto, que amenizou a queda, deixando o saldo de um braço e uma perna quebrados.

Durante muitos anos, Zémeco pintou canoas de pescadores e cartazes para o cinema local, atualmente em ruínas. Também fez alguns trabalhos para o carnaval da cidade. Havia dois cinemas na cidade: um deles foi transformado em depósito de cebolas; o outro encontra-se abandonado, com toda sua estrutura comprometida.

Suas pinturas mostram os prédios históricos da cidade e as praias do entorno. Ficam expostas em um ou outro café e nas feiras e eventos que esporadicamente ocorrem durante o ano, apesar de ele morar na praia do Mar Grosso. A casa onde eu havia me estabelecido no início do trabalho de campo ficava em frente à sua. Com a idade de 71 anos e um problema de descolamento da retina do olho direito, ele costumava a caminhar pela praia. Depois ia para seu atelier, nos fundos da casa. Às vezes, Zémeco detinha-se para uma conversa com Suíça, proprietário do bar-restaurant Atalaia e dono de uma parelha de praia. No Caramujo e no Atalaia, encontram-se grandes painéis pintados por Zémeco, a maioria retratando a pescaria de beira de praia no oceano ou algum bote na lagoa. Para além da idéia das praias como lugares ermos, no qual o homem está em contato consigo mesmo, são telas que retratam a pesca artesanal, com suas embarcações e pescarias, algumas em processo de redução drástica por falta de peixes, como é o caso da pesca de parelha de praia no oceano.









2.7. O interior e as paisagens dos campos e das praias

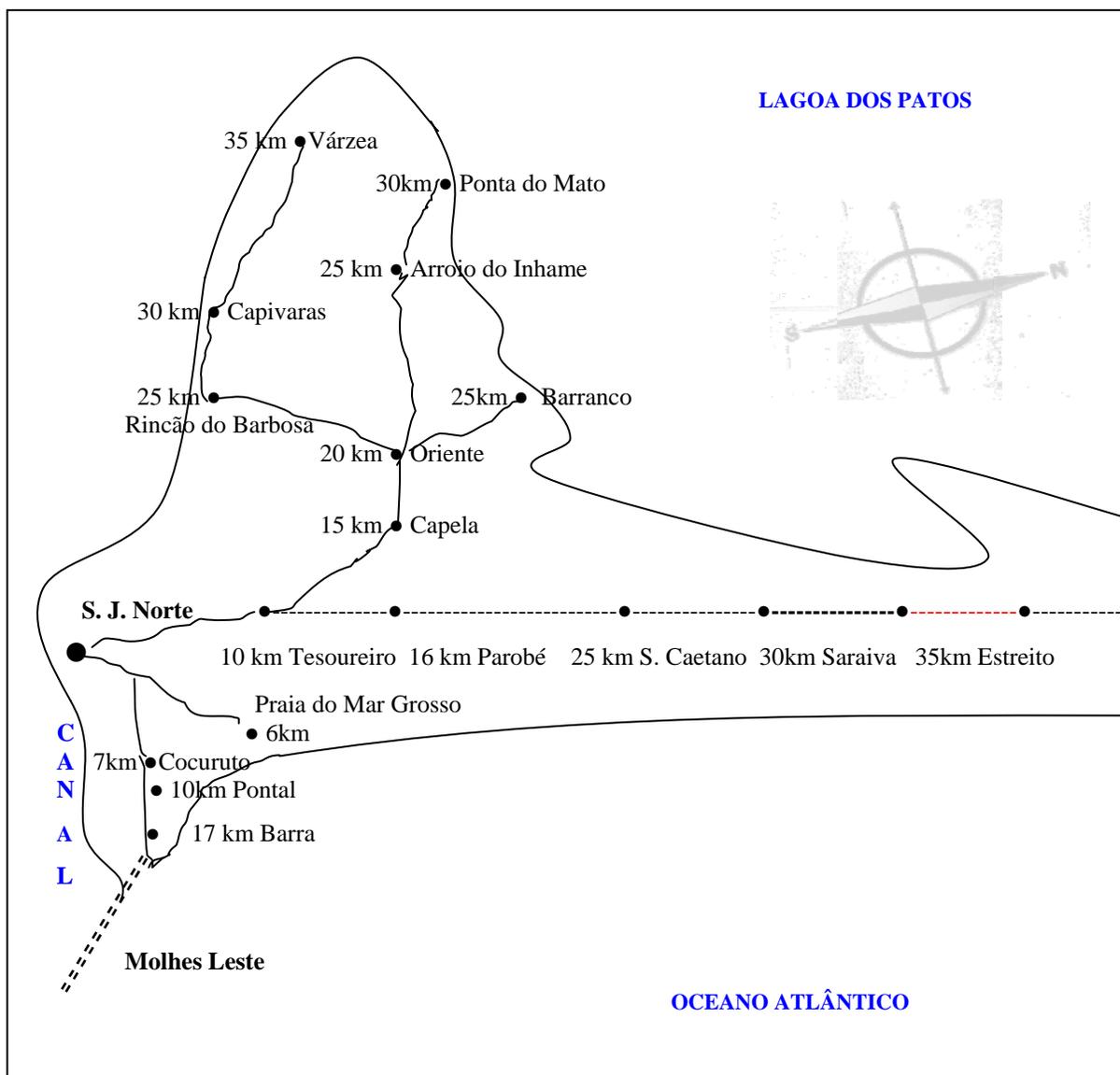
Apesar da crise, os depósitos de cebola ainda são numerosos. Concentram-se no caminho entre a balsa e a entrada terrestre da cidade, que leva à zona rural. A rota da produção agrícola diz respeito à estrada (RST-101), que liga o núcleo urbano à zona rural, a mesma que percorre toda a extensa planície arenosa que constitui a península. Trata-se da única ligação por terra com o continente, ao norte da península. Um corte de aproximadamente 250 km no sentido longitudinal, que passa, respectivamente, pelos municípios de Palmares do Sul, Mostardas, Tavares e São José do Norte. A via terrestre, não por acaso, é conhecida por “Estrada do Inferno”, uma vez que, até a década de 1990, era formada por trilhos de areia que cruzavam o campo, tornando as viagens bastante difíceis.

Segundo relatos de habitantes do município, era fato corriqueiro que veículos atolassem em depósitos de areia fina que o vento incessante acumulava em determinados lugares, durante os meses secos de verão; ou então, nos charcos, formados em períodos chuvosos, sobretudo no inverno. Nessas ocasiões, a alternativa era percorrer a beira da praia do Oceano Atlântico, quando as condições climáticas permitiam. As viagens eram possíveis apenas para veículos com eixos altos e tração nas quatro rodas, ou então, como relatam muitos moradores, “no lombo do cavalo” ou em carroças. Essa situação começou a se modificar recentemente, quando obras de asfaltamento possibilitaram, aos municípios vizinhos de Tavares e Mostardas, o contato efetivo com a capital do estado e outros centros urbanos. Durante a pesquisa, existia ainda um trecho arenoso, de aproximadamente 40 quilômetros, na zona rural de São José do Norte. Nesse pedaço que restou da Estrada do Inferno, entre as vilas do Estreito e do Bojuru, as dificuldades e o isolamento terrestre permanecem, sendo que existem mais cavalos do que veículos e tratores.

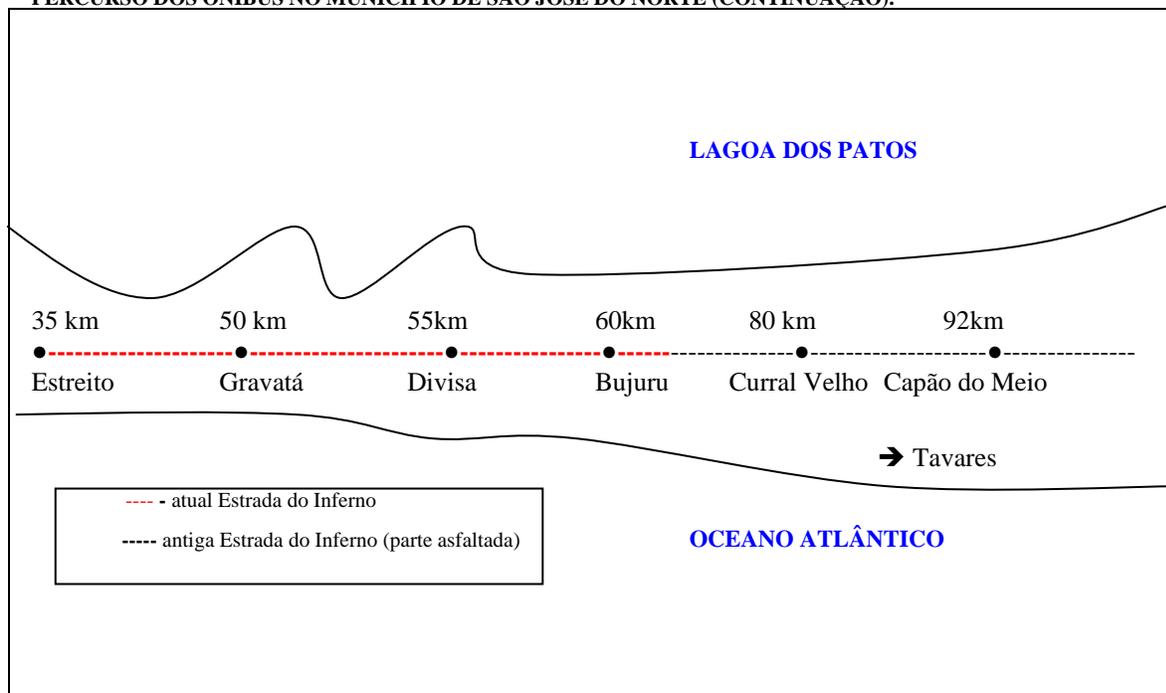
A estação rodoviária de São José do Norte dispõe de linhas de ônibus que passam por quase todas as vilas do município. Contudo, às vezes é melhor pedir uma carona do que pegar um ônibus. Os horários são escassos e, a depender da distância e condições do trecho percorrido, após a chegada a determinada localidade, somente é possível retornar no dia seguinte, como é o caso do Bojuru. Convém mencionar também a existência de uma linha

intermunicipal, entre São José do Norte e Mostardas, com o sugestivo nome de “Expresso Dunas Brancas”, cujas viagens ocorrem uma vez por semana, durando em torno de cinco a seis horas, de acordo com o ritmo lento com que o ônibus vai superando os atoleiros. A existência desse sistema de transporte não evitou certo isolamento do município em razão da precariedade da estrada, caracterizando a zona rural como um território com pouca penetração do mundo da modernidade, em lugares onde, por exemplo, até a década de 1980, as casas ainda eram iluminadas por velas e lampiões, quando quase todo o estado já havia sido contemplado pela eletrificação rural.

PERCURSO DOS ÔNIBUS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE (Fig. 5).



PERCURSO DOS ÔNIBUS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE (CONTINUAÇÃO).



Caminhando pela rua, encontro Seu Nenê vindo no sentido oposto. Paramos para uma conversa breve, quando pergunto sobre Vaninho. Acha que ainda não voltou do mar. Toco no assunto da Estrada do Inferno, pois li no jornal local uma notícia sobre o reinício das obras de asfaltamento da estrada. Seu Nenê contou que, antes da estrada, havia apenas o caminho pela praia, chamado “Combro do Inferno”, na referência ao cordão de dunas próximo à cidade:

*De primeiro, não era Estrada do Inferno, nem estrada tinha!
Chamavam de Combro do Inferno, porque o caminhão pegava a praia e
passava no meio dos combro.*

Percorrendo as vilas da Prainha e do Bumba em direção à saída da cidade, segue uma estrada que se bifurca em duas direções: uma leva à praia do Mar Grosso; a outra contorna o canal da Lagoa dos Patos, passando pelas vilas do Cocuruto, Pontal e Povoação da Barra.

O Mar Grosso faz parte da extensa faixa de praia arenosa do Oceano Atlântico. Na verdade, uma mesma praia, completamente retilínea, percorre toda a extensão da península.

A monotonia no olhar é quebrada de vez em quando por uma coruja que pousa em algum ponto do cordão de dunas que acompanha a praia, ou então por grandes bandos de gaivotas na beira da água. Ao perceberem a aproximação de alguém, elas alçam vôo de forma sincronizada, formando nuvens, que em seguida se acomodam em algum lugar mais adiante. Olhando ao longe, por vezes tem-se a impressão de avistar alguma pessoa, quando, na verdade, trata-se somente de algum pedaço de pau cravado na areia. Mas nas proximidades de algum vilarejo, encontram-se pescadores de beira de praia. Os paus cravados na areia indicam os pontos de pesca. Ali amarram cordas que seguram as redes que estão no mar. Antigamente faziam o “arrastão”, envolvendo um mutirão de pessoas para puxarem as redes, ou então carros de boi.

Em determinados trechos dessa faixa plana, de areia dura rente ao mar, transitam alguns caminhões de suspensão ondulante, carregados com madeira de pinus, assim como pescadores em veículos revestidos de madeira e sucata. São velhos jipes ou picapes corroídos pelo “salitre” (processo oxidação causado pelo ambiente úmido e salgado dessa área litorânea), utilizados para puxar as redes, com duas ou três pessoas executando toda a pescaria³⁴.

Durante os meses de janeiro e fevereiro, o Mar Grosso torna-se mais alegre com o movimento de “veranistas”. Uma das atrações locais é o campeonato de *surf*, que ocorre anualmente nesta praia. Frequentemente, tanto as pessoas da cidade, quanto as que moram na Praia do Mar Grosso, ponderam que o isolamento terrestre é o principal responsável pelo “não-desenvolvimento” do município, incluindo a praia. Para eles, uma estrada seria o caminho para o “progresso”, principalmente para o desenvolvimento do turismo na região.

Alguns lembravam, inclusive, de um projeto antigo que previa a construção de uma ferrovia passando pela Estrada do Inferno. Além do asfaltamento dessa estrada, sempre eram mencionados projetos ambiciosos, difíceis de serem implementados, como a construção de uma ponte gigantesca ou um túnel que atravessaria o canal, ligando São José do Norte a Rio Grande, conforme falou certa vez um morador da praia:

³⁴ Cf. Adomilli (2002).

A praia do Mar Grosso tá ficando famosa até no Brasil, né? Não é mais famosa por motivo dessa estrada, que tá incompleta. Tem aquele trecho ali, que chamam o trecho número dois, que fica no meio, entre Bojuru e São José do Norte, que era a antiga Estrada do Inferno. Agora falta 38 km pra ficar completa, né? Eu acredito que assim que ficar completo esse trecho, vai ter muito movimento. E já tem movimento! Tem muito estrangeiro (argentinos)! É estrangeiro, pessoal da serra, pessoal de Pelotas que vem a São José do Norte. O que tá dificultando essa nossa praia balneária é justamente a estrada. É a travessia de barca... São José do Norte é uma cidade que tá dependendo muito do túnel, o dia em que fizerem... Que eu acredito que... O trecho é curto pra fazerem a ponte, mas... não vão fazer nunca. Se fizerem uma ponte, os navios são muitos grandes... O perigo desse navio muito grande, se baterem, derruba tudo. É que esses navios maiores têm 30 metros, eu não sei, foi um cara que me falou. A ponte tem que ser muito alta, mais de 50 metros... E tem um trânsito muito grande. Isso aí já foi estudado. Acho que vão fazer um túnel.

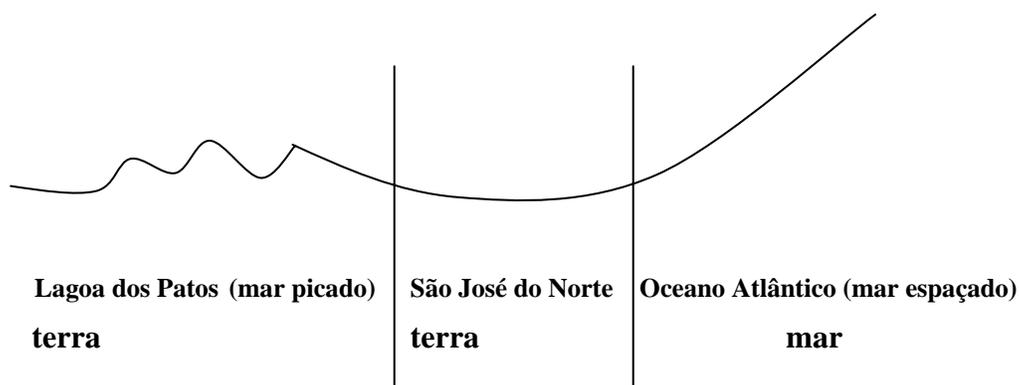
Durante o verão, Suíça, o dono do Bar-restaurant Atalaia, colocou uma série de faixas e bandeirolas com os dizeres “bienvenidos” e “welcome”. Perguntei se muitos estrangeiros visitavam a praia, já que não havia visto nenhum deles durante o verão. Ele explicou que a temporada não havia sido boa por causa do vento frio vindo do sul, mas que no ano anterior “teve uma invasão de castelhanos” (argentinos).

Certa vez, estava atravessando a praça da cidade quando avistei Vaninho. Ele carregava duas sacolas com peixes. Havia desembarcado naquele mesmo dia. Chamou-me para uma conversa e disse que tinha um peixe para me dar. Ajudei-o a carregar as sacolas até sua casa. No caminho, perguntei como havia sido a viagem. Respondeu que a pescaria havia sido produtiva, mas que passara maus bocados com o vento forte e o mar agitado. O barco Dom Caetano IV tem atuado em torno dos 100 metros de profundidade, a uma distância da costa onde que não é possível retornar durante mau tempo. Vaninho contou que é difícil dormir no barco com o mar agitado e o vento forte. Ele teve que colocar uma tábua em seu beliche para que não fosse arremessado para fora durante o sono.

Perguntou de onde eu vinha. Contei-lhe que havia passado uma bela tarde na praia do Mar Grosso. Então começamos a falar do mar e das lagoas da região, quando ele deu a seguinte explicação sobre como via a cidade e o município em relação ao mar:

Aqui é um buraco. Tem mar de todo lado. Aqui é mais baixo que o mar... O mar é mais alto, em cima. Vai lá na praia e fica acororado pra ti vê só! Tu vê, assim, direitinho que o mar é mais alto do que a terra. Então aqui é assim, o mar tá em cima e a terra em baixo.

Para Vaninho, São José do Norte não apenas estava abaixo do nível do mar, mas também mostrava a condição de insularidade da região como uma imagem na qual a terra era envolta pela águas, sendo que, quanto mais distante no mar ia-se mais para o alto, definido como uma “escalada”. A relação entre a terra, o mar e as lagoas formavam o seguinte esquema:



Na Lagoa dos Patos, o mar era diferente do oceano, explicava Vaninho. Em alto mar, as ondas eram grandes e espaçadas, enquanto na lagoa o mar era “picado”, ou seja, ondas curtas e quase sem intervalos. Em alguns casos, o mar da lagoa era mais perigoso do que o oceano devido aos bancos de areia e “baixios”, lugares mais baixos, onde, durante uma tempestade, a embarcação fica cercada pelas águas “mais altas” e pelo mar picado.

Vaninho considerava o oceano como sendo um espaço mais distante. “É lá fora”, dizia. Em oposição, a lagoa é considerada um mar “de dentro”, ou seja, um mar onde ainda se está em terra. Assim, ao referirem-se à lagoa, os pescadores diziam “aqui dentro”. No

mar, era “lá fora”, sendo que “quando pega uma refrega lá fora, não dá prá voltar e não tem prá onde ir”.

Na extensão de quase toda a península, paralelamente à praia, segue um cordão de dunas movediças, sem vegetação, as quais são empurradas pelo vento. Atrás das dunas, existe um mosaico de lagoas rasas, que também acompanham a praia. Algumas dunas são fixadas pela vegetação, e se encontram mais para dentro. A seguir, a fisionomia da região apresenta-se como uma vasta planície de pastagens sobre a areia que vão até o outro lado da península, nas praias da Lagoa dos Patos. Em meio às pastagens, surgem alguns capões de mata nativa, aqui e ali. Ao longo da Estrada do Inferno, existem várias plantações de pinus, que são como paredes que se apresentam em formações uniformes, cortam, em parte, a planura da paisagem.

Na Lagoa dos Patos, as praias são formadas por diversas enseadas, em forma de pontas. Já a paisagem da longa praia oceânica não apresenta acidentes geográficos, sendo completamente plana. Eventualmente, depara-se com algumas desembocaduras de lagoas da região, ou parte de cascos de algum navio antigo, encalhado na beira da praia.

Até meados do século XX, o acesso ao Porto de Rio Grande continuava sendo considerado arriscado, uma vez que a barra movia-se de acordo com os ventos e as correntes marinhas, fazendo com que as embarcações encalhassem em bancos de areia. Em 1920, com construção dos molhes, formados por rochas com cerca de 4 km de extensão, a barra tornou-se fixa, tendo sido, juntamente com a dragagem do canal, determinante para que se efetivasse a criação da atual estrutura portuária de Rio Grande.

No caminho que contorna o canal, em certos pontos se avista Rio Grande, mostrando uma paisagem que revela certa dimensão das diferenças entre as duas cidades. Ao longe, enxerga-se um conjunto de edifícios do centro de Rio Grande e, a seguir, na margem do canal, nacos de áreas verdes que dão lugar a torres, grandes depósitos e guindastes do complexo portuário. Do lado de São José do Norte, predomina a paisagem bucólica do campo, ao qual se agrega o colorido das centenas de botes e canoas, pintados com cores vivas, onde se destacam nomes e, às vezes, escudos com a bandeira portuguesa ou de algum time de futebol. Os botes e as canoas ocupam a faixa longa e estreita de praia, desde a saída

da doca, em direção ao oceano, contrastando com o cinza das estruturas gigantescas de aço e concreto da margem oposta. Em comum, as duas margens são ocupadas por vilas bastante pobres, formadas, majoritariamente, por pescadores que vivem dos recursos da Lagoa dos Patos.

Na vila da Barra, ou Povoação da Barra, existe uma grande comunidade pesqueira. As casas dos pescadores ficam na beira do canal, em meio a um banhado de juncos e alguns trapiches. Existe também um pequeno ancoradouro de barcos. A vila termina ao pé de uma duna, que protege a localidade dos avanços do mar. Do alto da duna, avista-se o prolongamento do canal, através do molhe leste. A parte final do molhe leste faz parte de uma área de reserva e proteção aos Pinípedes (família de mamíferos aquáticos), cuja população é formada majoritariamente por leões e lobos marinhos. Esses animais vêm do mar e ficam tomando sol e descansando nas enormes pedras dos molhes.



2.8. Festas de Santos e integração

A percepção de uma cidade-ruína e o relativo isolamento terrestre poderia supor um sentimento de melancolia entre os habitantes. Entretanto, havia uma atmosfera de festividade que impregnava a rotina da população local. Na cidade, além da festa de Nossa Senhora dos Navegantes, havia participado do carnaval e, posteriormente, do dia de São Jorge e da festa de São João. O carnaval é bastante festejado. Além da existência de várias escolas de samba, vinculadas a determinada vila, área ou bairro na cidade, os foliões utilizam fantasias de retalhos, encapuzadas, chamadas de “dominó”. Em certo sentido, essa prática do dominó apresenta um padrão semelhante ao do carnaval de máscaras de Veneza, uma vez que não se reconhece a pessoa que está fantasiada. Esse momentâneo “anonimato” facilita processos de inversão e de liberação em relação às convenções sociais que talvez se mostrem mais rígidas na vida cotidiana da população de uma pequena cidade como essa.

Pude perceber certo conflito em relação ao controle policial relativo à utilização dessas fantasias, uma vez que tornou-se obrigatório o registro na delegacia de polícia local, o número do documento de identidade do folião e a numeração da fantasia utilizada. Fui informado que essa medida era devida ao medo de haver possíveis “ajustes de contas” entre pessoas, se valendo das fantasias para não serem reconhecidos, menção a brigas e assassinatos ocorridos em anos anteriores. Contudo, o carnaval me pareceu ser extremamente alegre e incomparavelmente pacífico. A população local envolve-se nos desfiles das escolas de samba e nos blocos carnavalescos, todos simples, porém espontâneos e muito animados. As festas ocorrem também em clubes e outros espaços, adentrando a madrugada.

A procissão de São Jorge ocorreu em uma noite do mês de abril, com a participação de vários pescadores e seus familiares. Na ocasião, Laís, Dona Neida, Cláudia e Edilaine foram as “festeiras”, isto é, aquelas que organizam toda a festa e distribuem pratos com doces e salgados para os convidados. Elas contaram que raramente freqüentam os centros de umbanda da cidade e que seu envolvimento maior era com a festa. Para isso, haviam passado o dia todo no preparo dos pratos que iriam ser servidos à noite. Após a procissão, a festa ocorreu em meio a uma sessão na Tenda Caramuru, um dos centros de umbanda mais tradicionais da cidade.





No meio do ano, durante os festejos da noite de São João, que ocorreu na rua, em frente à casa de Dona Neida, conheci alguns parentes dela. Eles estavam na festa e ficavam reunidos na frente da casa, junto com Seu Luis, Edilaine, Laís, Cláudia e Nadinho, entre outros, conversando e dando gargalhadas. Havia uma grande fogueira e barracas que vendiam comidas e bebidas, por onde circulavam pessoas. Apresentações de danças e músicas atraíam as pessoas. Entre esses parentes, conversei com Carley e Carleyzinho, dois irmãos que são primos de Dona Neida. Eles são agricultores e possuem uma chácara, distante cerca de 30 quilômetros para fora da cidade, onde vivem com mais uma irmã, Betinha. Os irmãos ficaram hospedados na casa de Dona Neida. Posteriormente constatei que apareciam com frequência na casa de Dona Neida, principalmente Carleyzinho, que sempre levava alguma galinha ou hortaliças cultivadas por eles, como batatas, abóboras e alfaces. Por vezes, permanecia ali durante alguns dias. O clima de mobilização em relação a eventos festivos envolvia não apenas os moradores do núcleo urbano, mas também pessoas que vinham das vilas do interior do município. As redes locais de parentesco e afinidade se estendem para o interior, visto que boa parte dos pescadores é oriunda de vilarejos localizados fora do perímetro urbano. Assim, essas festividades se constituem em ocasiões em que ocorrem reencontros nos quais se reforçam os laços de parentesco e afinidade entre esses grupos. O movimento entre o campo e a cidade constitui em uma dinâmica catalisadora das relações entre comunidades de pescadores e agricultores, uma vez que os visitantes se hospedam na casa dos parentes e afins, compartilhando a vida social e familiar. Entretanto, essas relações também ocorriam independentemente das festividades, como pude observar através do acompanhamento de alguns deslocamentos de Dona Neida e seus familiares para a área rural de Carley e Carleyzinho.

Na ocasião, eu dispunha de um Chevette - 82, no qual tive minha iniciação *off-road*, ao percorrer os trilhos de areia em meio ao campo, transportando alguns pescadores, assim como Dona Neida, Laís, Claudia e Nadinho, para as chácaras e vilarejos, onde se passavam as tardes em conversas animadas sobre a sombra das figueiras. Existem também várias festas religiosas no interior do município. Em cada vilarejo, ocorria uma festa de Santo durante o ano. Enquanto os pescadores embarcados estavam envolvidos com as pescarias e não podiam participar dessas comemorações, os redeiros da doca e demais pescadores, sobretudo aqueles dos botes e canoas, que passavam mais tempo em terra, mobilizavam-se

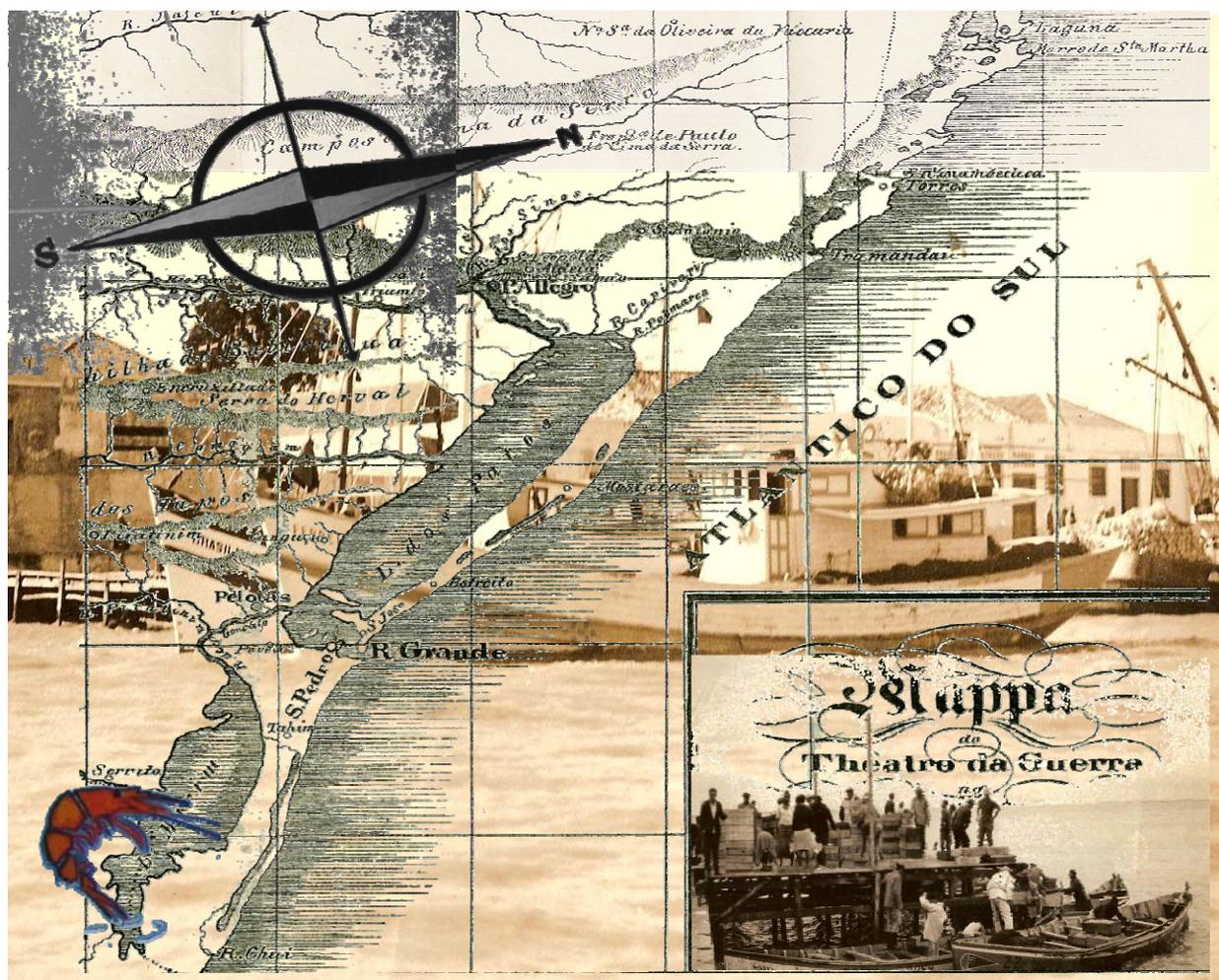
em saídas nos ônibus da rodoviária, ou por meio de caronas, para chegarem a essas vilas. No Passinho, Barranco e São Caetano - localidades próximas da cidade -, essas festas eram mais animadas. Certa vez, Seu Nelson estava comentando que havia ido a uma dessas festas, a festa de São Caetano, nessa vila. Toninho, o outro redeiro, freqüentava todas elas. De modo geral, os festejos começam cedo, logo após a missa. Em um salão, as pessoas beliscam fatias de bolo ou algum outro petisco, onde ficam conversando, bebendo e dançando.

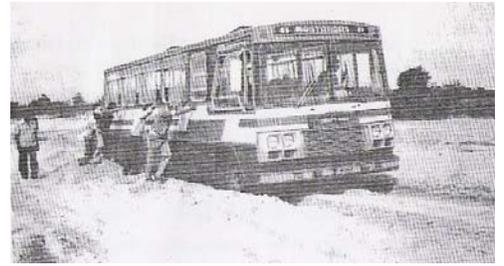
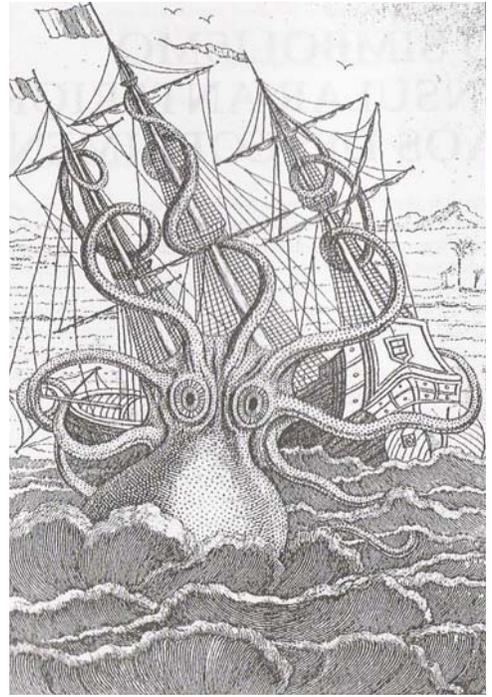
Durante a eleição municipal, que ocorreu em 2004, os candidatos a prefeito faziam comícios por todo o interior do município, colocando à disposição das pessoas vários ônibus. Tal situação fez com que a cidade em peso se deslocasse para essas localidades, onde os comícios transformavam-se em grandes festas. Muitos moradores da cidade aproveitavam para visitar os parentes e amigos. Os ônibus ficavam lotados de tal maneira que era difícil conseguir um lugar. Após algumas tentativas frustradas, em uma ocasião consegui acompanhar o deslocamento. Em outras vezes, restringi-me a observar os comícios na cidade, aonde também vinham ônibus que transportavam as pessoas do interior.



PARTE II

AS IMAGENS DA DEFORMIDADE E AS VELADURAS DO TEMPO





CAPÍTULO 3

A PAISAGEM DO ISOLAMENTO NA CONFIGURAÇÃO DOS MITOS DE FUNDAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

3.1. As costas retilíneas, os cemitérios de navios e a melancolia da areia

A beira da praia do oceano Atlântico que percorre toda a extensão da península é considerada ainda hoje pelos habitantes da região como a velha “estrada do mar”, praticamente a mesma rota utilizada por tropeiros no século XVIII para levar o gado e mulas da Colônia do Sacramento (Uruguai) a São Paulo e a Minas Gerais e que se constituiu no primeiro caminho que ligava o Rio Grande do Sul a outros estados do Brasil. Essa região é considerada lugar onde iniciou a ocupação do império português no estado, cujo processo de colonização ocorreu através dos caminhos abertos pelos tropeiros ao longo do litoral. Contando com o incentivo da administração colonial, esses tropeiros desencadearam um processo de expansão rumo ao litoral sul, motivados pela busca de gado, terras e índios para escravizar. Assim, desde São Paulo, foram criadas rotas ao longo do litoral que resultaram em diversos povoados, dentre os quais Desterro (atual Florianópolis) e Laguna, fundados no século XVII. O nome Desterro, significando solidão e banimento, mostra um pouco da dimensão do isolamento e da distância em relação ao núcleo colonial, vividos por esses novos povoados.

Mais ao sul, à consolidação da rota entre o mar e as lagoas, sucedeu a entrada das esquadras portuguesas no canal da Lagoa dos Patos, efetivando o processo de povoamento através do desembarque de um contingente expressivo de militares, escravos negros e colonos açorianos nessa região³⁵. Contudo, durante o período colonial, a fixação de

³⁵ Conforme Heinrich Bunse (1982), no século XVII, a península era habitada por índios Guaranis (Carijós) que, a princípio, espalhavam-se ao longo do litoral sul do Brasil. Neste período, o litoral do Rio Grande do Sul começou a se tornar conhecido como rota percorrida por contrabandistas e tropeiros vicentinos (paulistas) que se arriscavam a levar o gado por esse caminho. Somente no início do século XVIII, consolidar-se-ia a rota ao longo do litoral, por onde o gado e mulas começaram a ser levados da Colônia do Sacramento para atender a demanda da mineração das Gerais. O caminho aberto pelos tropeiros foi acompanhado pelo avanço militar na região, tornando possível que a frota do Brigadeiro Silva Paes entrasse no canal em 1725, ocupando a margem setentrional da península, próximo de onde se encontra o atual município de São José do Norte. Surgiu então a denominação de “Barranca Norte”, que se tornou um posto de vigilância avançado. Silva Paes também fundou a atual cidade de Rio Grande, na outra margem do canal. Um ano depois, chegou a frota de João de Magalhães, vinda de Laguna. Nessa época, também constam os primeiros escravos negros trazidos

povoados situou-se mais para oeste, no entorno da Lagoa dos Patos, em áreas consideradas mais propícias para a agricultura, como é o caso das cidades de São José do Norte e de Rio Grande (ambas voltadas para o canal), enquanto ao leste, as praias do Atlântico caracterizavam-se pela dispersão e repulsa³⁶.

Tal condição permaneceu durante séculos, uma vez que nessa região o processo de avanço para o interior refletia a visão acerca da beira-mar no início da colonização enquanto espaço transitório, isto é, de uma área limítrofe entre a terra e o mar, ao mesmo tempo em que se prestava aos deslocamentos. A faixa estreita de terra da península rente à praia remete à imagem dessas praias enquanto território de passagem, visto que a fixação de vilas de pescadores e a criação de balneários em alguns pontos esparsos são fenômenos recentes, surgidos em meados do século XX. O processo de mudanças em relação ao imaginário da praia diz respeito ao desdobramento no tempo das diversas visões sobre o mar, cuja semântica simbólica local articula tais visões desse espaço, relativas às dimensões do valor-trabalho, do turismo/lazer e do medo/perigo.

Embora fosse conhecido dos portugueses, o litoral do Rio Grande do Sul começou a ser ocupado somente a partir do século XVIII, enquanto praticamente toda a costa brasileira já era explorada um século antes. Os navegadores consideravam essa parte do litoral uma região suscetível a naufrágios, devido à sua configuração geográfica particular. A costa completamente retilínea, sem enseadas ou ilhas para que os navios pudessem encontrar abrigo durante as tempestades, transformaram a beira da praia em um cemitério de navios, sendo esses lugares associados ao temor dos naufrágios. Além disso, entrar no canal da Lagoa dos Patos era considerado uma tarefa arriscada, uma vez que havia bancos de areia que constantemente se movimentavam com a correnteza, fazendo com que a barra mudasse

por Silva Paes e João de Magalhães. Juntamente com os remanescentes da população indígena local, formou-se uma primeira povoação. Em 1750, com a vinda de um grande contingente de açorianos (casais vindos de Laguna), que se estabelecem próximo à atual vila do Estreito, ocorreu um aumento da densidade populacional na região.

³⁶ Conforme observou Gioconda Mussolini (1953:293), “Em virtude da política colonial portuguesa, que se caracterizou, quanto ao povoamento, pela dispersão, organizou-se ao longo da costa uma série de configurações espaciais distintas, de diferentes significações”. Baseada nos estudos de Araújo Filho (1950) e Caio Prado Junior (1945), Gioconda Mussolini (1953) considerou que, em relação ao sul do Brasil, essa parte do litoral tornou-se uma “área de deserção” à medida que as frentes de expansão avançavam em direção ao planalto meridional. Portanto, esse movimento dizia respeito a influências diferenciadoras não apenas no que se refere às condições geográficas, mas também em relação às preferências dos colonos por áreas consideradas mais adequadas para a agricultura e o comércio externo (Mussolini, 1953:294).

de posição, dificultando a entrada das embarcações que seguidamente se viam em apuros, encalhadas em meio ao mar agitado³⁷.

O mundo insular e sua relação com o ambiente aquático carregam inevitavelmente as imagens literárias acerca da água. Conforme demonstra Gaston Bachelard (1998), a água evoca os devaneios de vida e de morte, enquanto elemento transitório que traz a imagem da viagem. Entre os séculos XVIII e XIX, o olhar do colonizador e do viajante europeu sobre essas praias referia-se à costa bravia, - um lugar inóspito que gerava medo e repulsa através do imaginário desencadeado pelo horror dos naufrágios. Conforme demonstra obra de Alain Corbin (1989), esse olhar diz respeito à visão da praia como “território do vazio”, isto é, um espaço liminar, caracterizado pela ambigüidade entre a terra e o mar, cuja visão dominante no imaginário europeu dos séculos XVIII e XIX revela a representação bíblica dos restos do dilúvio, significando o caminho para o inferno localizado nas profundezas abissais do oceano.

Nos trópicos, essa visão diz respeito, entre outras coisas, ao avanço da civilização sobre a natureza inóspita da beira-mar, tema que localmente também envolve a vida fronteiriça, conturbada por violentos confrontos e embates territoriais. Diferentemente de outras regiões do Brasil, a ocupação do litoral do Rio Grande do Sul não se assentou unicamente a uma lógica de produção colonial, mas a processos político-militares, sendo que tropeiros e militares misturavam-se em andanças ao longo da península³⁸. Entre estes, figuram na historiografia sobre a região personagens como Francisco de Brito Peixoto (filho de Domingos de Brito Peixoto, fundador de Laguna) e de Cristóvão Pereira³⁹. De acordo com o historiador Luiz Henrique Torres (1995), juntamente com Silva Paes e João

³⁷ Cf. Bunse (1982:27), consta na correspondência de Silva Paes a referência à travessia da barra, chamada por ele de “Barra Diabólica”.

³⁸ Segundo a historiadora Sandra Pesavento (1985), a integração tardia do Rio Grande do Sul ao Brasil colonial revela o não enquadramento da região ao sistema colonial. O contexto de expansão portuguesa rumo ao Prata e os confrontos na região de fronteiras do extremo sul pautou uma ordem militar e uma economia baseada na atividade pecuária, sobretudo através do contrabando de gado. Segundo Torres (1995), o início da colonização no estado visava o domínio das fronteiras mais ao sul, relacionado diretamente aos desdobramentos da campanha de 1735-1737 dos espanhóis contra Sacramento, sendo que o contexto de fundação de São José do Norte e de Rio Grande estava diretamente relacionado aos interesses da coroa portuguesa em ocupar o território entre Sacramento e Laguna (atual estado do Rio Grande do Sul) com a finalidade de possibilitar uma maior comunicação com o núcleo colonial e então consolidar o domínio em direção ao Rio da Prata.

³⁹ As primeiras incursões oficiais foram realizadas pelos “lagunistas” de Brito Peixoto. No entanto, o reconhecimento efetivo do território é atribuído a Cristóvão Pereira, responsável pela ocupação militar que deu respaldo à entrada da frota do Brigadeiro Silva Paes no canal da Lagoa dos Patos em 1724.

de Magalhães, esses personagens são referência aos primórdios do período colonial no estado, no qual se destaca o caráter épico da conquista:

Atravessar o oceano, franquear a barra, fundar uma fortaleza, repelir os índios e os castelhanos, explorar o território entre a lagoa dos Patos e o mar - essa trabalhosa empresa foi executada numa fase em que a sorte das armas parecia repelir os portugueses do Prata. Apoiado na infra-estrutura militar preparada por Cristóvão Pereira, Silva Paes lança no areal da barra do Rio Grande os fundamentos da futura colonização portuguesa. Na costa arenosa e hostil, a tenacidade dos homens vence a inconstância e a agressividade dos elementos. (Torres, 1995:05, apud César, 1981:99).

Após o estabelecimento dos portugueses na região, a imagem de território de defesa era evocada a partir da condição geográfica em relação ao oceano, na possibilidade de ligação com o porto de Laguna. Ao mesmo tempo em que dispunha da rota terrestre dos tropeiros, conferia uma posição estratégica em termos militares e econômicos. No contexto de conflitos militares no extremo sul do Brasil, as funções de defesa e de ataque caracterizaram a península nos séculos XVIII e XIX⁴⁰.

A visão em relação às cidades de São José do Norte e de Rio Grande, associada ao tempo conturbado das fronteiras terrestres (sobretudo em relação à zona costeira), apresenta-se através dos relatos de viajantes europeus que passaram pela região durante o século XIX, entre os quais detenho-me nas figuras de John Luccock, Auguste de Saint-Hilaire, Arsène Isabelle e Nicolau Dreys. É relevante considerar que os relatos de viajantes permitem que sejam desvelados valores e percepções da época, assim como sua relação

⁴⁰ O processo de ocupação da península entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico encetou o projeto luso de expansão militar rumo ao Rio da Prata, ao longo de um período caracterizado por enfrentamentos entre portugueses e espanhóis. As incursões que se sucederam nas imediações de Rio Grande foram marcadas por enfrentamentos, sobretudo com índios Tapes e com os espanhóis (Torres, 1995). Tal conjuntura se atribui, possivelmente, o surgimento de outra denominação para esta parte da península: “Fronteira Norte” ou “Guarda do Norte”, em referência à função de vigilância e defesa do território. Após a ocupação das duas margens do canal, parte dos tropeiros (lagunenses, vicentinos e mineiros) adquiriu fazendas. Os tropeiros eram praticamente “chefes de bandos armados” (Pesavento, 1985:14). Nesse sentido, é significativo o fato de que Brito Peixoto e Cristóvão Pereira terem sido tropeiros e militares. As considerações de Pesavento (1985) acerca do processo de povoamento, especificamente na apropriação da terra através da distribuição das sesmarias, no qual se definiu a posse da terra e do gado, é esclarecedor a respeito da lógica militar de ocupação do Rio Grande do Sul: “A Coroa distribuiu terras aos tropeiros que se sedentarizaram ou aos militares que deram baixa e se afazendaram. [...] Embora não se desprezando a ocorrência da disponibilidade de recursos por parte dos futuros estancieiros, sesmarias eram concedidas como retribuição a serviços militares prestados” (Pesavento, 1985:15). Durante séculos, o extremo sul do Brasil seria palco de disputas territoriais entre as frentes espanhol-americana e luso-brasileira na região do Prata, que se aproximavam através de relações complexas, envolvendo guerras, tratados, ocupações e negociações (Torres, 1995).

com o contexto histórico-regional⁴¹. A descrição dos lugares percorridos, de acordo com uma necessidade de ver e apreender regiões distantes, revela um olhar singular sobre a paisagem que exprime, através do relato de viagem, narrativas literárias que misturam o exotismo dos trópicos com o espírito científico da época, os quais se articulam na relação de encontro com um contexto sócio-ambiental específico. Essa dimensão do estranhamento e seu olhar sobre a paisagem consistem em um importante ponto de referência da reflexão etnográfica, na medida em que conferem elementos que também situam o olhar do antropólogo no cenário da pesquisa⁴².

No século XIX, identifica-se um novo olhar em relação ao ambiente. Por um lado, com o Iluminismo há uma relativa “dessacralização” da natureza, se comparada aos moldes da visão europeia da descoberta do novo Mundo. Nos viajantes do século XIX, o deslumbramento do belo incorpora ao fantasioso a noção de riqueza e de potencialidade. Além disso, a subjetividade é mais aproximada na relação entre ciência e arte, como por exemplo, através da utilização de esboços, gravuras e paisagens pictóricas por parte dos viajantes em suas descrições. Assim como as imagens pictóricas, as imagens literárias, presentes nas narrativas dos viajantes ao descreverem paisagens, também dizem respeito a uma representação do espaço, revelando, com seu caráter fabulatório, uma dimensão que insere o tempo dos grupos humanos, sendo portador de uma memória social.

Entre os viajantes que percorreram a região, o francês Nicolau Dreys destaca-se por ter vivido ali durante dez anos. Em 1839, fez seguinte relato sobre a beira-mar local:

Os mares do Rio Grande, isto é, a parte do Oceano junto à costa, incluída entre 28° e 34° de latitude meridional, foram sempre objeto de pavor, ou pelo menos de inquietação para os navegantes, mormente para os estrangeiros; e, com efeito, a navegação daquelas paragens não é sem dificuldades, nem mesmo sem perigos. [...] Em toda esta vasta extensão de costa, não há lugar algum em que o mar não rebente

⁴¹ Segundo Medeiros Lahuerta (2006), as viagens do século XIX revelam visões de uma construção de Brasil ligada à natureza, formadoras de imagens no âmbito da construção de um Estado emancipado e de um imaginário nacional.

⁴² Além dos relatos de viajantes, o olhar sobre as paisagens de terra e mar de São José do Norte foi atravessado pela bagagem literária do pesquisador, em um processo de convergência de imagens que possibilitou o diálogo entre pesquisador/pesquisado, especialmente por alguns clássicos da literatura que revelam imagens sobre o ambiente marítimo e o mundo da pesca, sobretudo em obras como “Moby Dick”, de Herman Melville, “O Velho e o Mar”, de Hemingway, e “Homens do Mar”, de Vitor Hugo. Convém destacar ainda “O corsário”, de Caldre e Fião, primeiro romance regional do Rio Grande do Sul, que retrata o homem litorâneo do extremo sul durante o período da Guerra dos Farrapos, onde os chamados “habitantes das costas” - que viviam do contrabando e dos destroços dos naufrágios e pilhagens marítimas - misturavam-se ao tipo vaqueano e interagiam com a população negra (escravos e recém libertos).

com violência, e do porto de Laguna até o de Rio Grande, nenhum abrigo se oferece ao navegante: a costa, tristemente nua, seca, ameaçadora, promete um naufrágio provável a qualquer embarcação que se queira chegar a ela. Infeliz de quem for surpreendido à vista de terra pelos ventos de S.E., e mesmo do S., tão repentinos como violentos nesses climas caprichosos, mormente na espécie de enseada que forma a costa pelos 30° 40' de latitude; nessa posição, o sinistro é quase inevitável. (Dreys, 1961:47-48).

Segundo Alain Corbin (1989:24), as influências da literatura grega (especialmente na *Ilíada* e da *Odisséia*) sobre o pensamento da Alta Idade Média, associado ao período das guerras marítimas que acompanha a época das grandes navegações, principalmente durante o século XVIII, diz respeito à fronteira entre as paisagens litorâneas e o desenrolar da guerra, remetendo ao terror das invasões:

Limes indeciso onde há o risco de se romper a frágil barreira que garante a paz e a harmonia do lar laborioso e fecundo, assim se desenha a praia antiga quando é evocada na época moderna. [...] Os traços das invasões normandas e sarracenas, o itinerário marítimo da peste negra, e mais as contravenções dos piratas, sem esquecer a dos saqueadores de naufrágios e contrabandistas e bandidos das praias, marcaram com um sinal nefasto a imagem do litoral, antes que as grandes guerras marítimas do final do século XVII e do século XVIII venham a guarnecer as costas do canal da mancha com um duplo cinturão de pedra. Para o viajante do século XVIII, a apreciação de uma praia, de uma enseada ou de um porto levará em conta inicialmente a medida de suas defesas. (Courbin, 1989:24-25).

Em São José do Norte, essas imagens diziam respeito ao ato de fundação da cidade e sua vivência enquanto território de defesa e ataque, sendo que, desde o século XVII, a militarização e a mobilidade das fronteiras, sobretudo entre Brasil e Uruguai, caracterizaram um longo período que se estabilizaria somente em fins do século XIX⁴³. Essa visão de beira-mar misturava-se à percepção da paisagem como um lugar marcado

⁴³ Entre os séculos XVIII e XIX, destacam-se dois episódios que foram de extraordinária importância, nas quais se observa essa condição político-militar: a resistência ao avanço das forças espanholas e a Guerra dos Farrapos. Segundo Bunse (1982:11), em 1753 padres franciscanos fundam a aldeia da Nossa Senhora da Conceição do Estreito, que manteve população indígena até 1763, quando da guerra com os espanhóis. Neste ano, as forças espanholas, comandadas por Ceballos, governador de Buenos Aires, em sua campanha de expansão das fronteiras espanholas na região, tomaram Sacramento e avançaram pela região da costa litorânea do sul, tomando também Rio Grande. Parte da população de Rio Grande, somada a pessoas vindas da Colônia de Sacramento, refugiou-se na Aldeia do Estreito, aumentando a população local até fins do século XVIII. Os espanhóis ainda atravessaram o canal, tendo ocupado parte da península, sendo repelidos após alguns anos. Conforme Bunse (1982:12), durante a retomada de Rio Grande pelos portugueses, a partir da península, surgiu o nome do município, originariamente denominado de “São José da Guarda do Norte”. Durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845), quando praticamente todo o Rio Grande do Sul estava dominado pelos separatistas republicanos, São José do Norte tornou-se um baluarte da resistência imperial, recebendo suprimentos e reforços através do porto de Rio Grande. O desmembramento de Rio Grande ocorreu na mesma época, sendo que em 1832, São José do Norte adquiriu o estatuto de cidade.

pela melancolia dos agrupamentos esparsos em meio à vastidão da planície arenosa, conforme observou o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em sua passagem pela região em 1820:

De Laguna a Rio Grande a própria natureza encarregou-se da defesa da costa e aqui, onde a barra é de difícil transcurso, ainda há a vantagem de poder ser defendida por fogo cruzado partido das duas margens. [...] Além, divisa-se uma torre quadrada que serve de orientação aos navegadores e que se avista à distancia de seis léguas do mar. Ao redor agrupam-se palhoças construídas desordenadamente. Nada se iguala à tristeza desses lugares. De um lado o Oceano, a mugir; e do outro, o rio. O terreno, extremamente chato e quase ao mesmo tempo ao nível do mar, não passa de branquicentos areais onde vegetam plantas esparsas, principalmente *Senecio*. As palhoças mal tratadas não demonstram senão miséria. Destroços de embarcações, semi-enterradas na areia, lembram terríveis desastres e nossa alma enche-se pouco a pouco de melancolia e de terror. O refluxo das águas do rio, ocasionado pelo mar, e a falta de profundidade são as causas das dificuldades que a barra apresenta à navegação e dos naufrágios freqüentes ali registrados (Saint-Hilaire, 1987:61-62).

Para Nicolau Dreys, essa “brancura” da vasta planície arenosa, símbolo da morte associado à esterilidade⁴⁴, contrastava com o “verde vivo” das terras férteis e “monstruosas” do interior do estado:

O aspecto da Província varia segundo o ponto de vista em que se coloca o viajante. Se chegar por mar, a primeira impressão será penosa; sentirá o coração oprimido, e a imaginação entristecida pelo espetáculo daquelas areias deslavadas, que confundem suas tintas monótonas com a cor branquecente (sic) das águas e do céu; tão longe quanto a vista pode se estender ao Norte e ao Sul, a mais perfeita esterilidade se mostrará de todas as partes; [...]. Porém, quão enganadoras são essas aparências! Apenas o viajante tem-se adiantado algumas léguas e ultrapassado a altura do grande diâmetro das lagoas, muda-se inteiramente a face do país: nova região começa; uma costa viridente, (sic) carregada de uma relva substancial, se desenrola a seus olhos; alguns morros, que se enxergam no fundo da cena, persuadem ao espectador que o melhoramento não é instantâneo, mas sim contínuo, e com esperanças de progressão; a natureza morta, com sua atmosfera ameaçadora, ficou atrás; o viajante entrou no domínio da natureza viva, ardente, prometedora: ele navega em águas mais tranqüilas, debaixo de um céu pacífico.

⁴⁴ O branco diz respeito ao feminino, ao mundo lunar ao frio, estando associado ao inverno europeu, quando a neve cobre a vegetação, as árvores ficam sem folhas e os animais procuram abrigo, representando a morte da natureza. Esta renasce na primavera, torna-se exuberante no verão e começa a declinar no outono, em um movimento cíclico entre a vida e a morte através das estações do ano. Segundo Chevalier & Gheerbrant (1996:141), essa é considerada uma cor de passagem, estando ligada à morte e ao renascimento, relativa aos “ritos através dos quais se operam as mutações do ser”. Vale lembrar que em nosso imaginário os fantasmas são brancos ou transparentes, o que remete ao invisível e, novamente ao caráter transitório relativo à morte. Para Chevalier & Gheerbrant (1996:142) o branco também é considerado como uma não-cor, remetendo ao mundo em que todas as cores desvanecem.

Se o viajante chegar por terra, isto é, pela fronteira do Norte, caminhando das Tôrres para Porto Alegre, pisará uma terra monstruosa, ocrácea, e com todos os sinais da fertilidade dos Trópicos; [...]. (41-43)

Mais adiante, a areia é associada à morte da cidade com a invasão dos espanhóis:

A região da areias parece limitar-se, como o temos dito, ao território em que batem as vagas do oceano; já no interior do Rio Grande, isto é, na espécie de baía aberta ao N.O., defronte da cidade de São Pedro, a natureza muda de figura: existem aí várias ilhas, e algumas delas bastantemente extensas, tais como a *Ilha dos Marinheiros* e a de *Turutama*; as quais, se não estão totalmente isentas de areia, estão ao menos cobertas de mata e de verdura assaz succulenta para dar pastagem ao gado latífero: dizem mesmo que a planície em que está edificada a cidade do Rio Grande foi a princípio agradável, rica de vegetação, coberta de árvores; mas que, no tempo da última invasão dos espanhóis, chegaram estes acompanhados de tantos animais, e tanto tempo os conservaram no território para o serviço da tropa, que na retirada dela a vegetação circunvizinha se achou completamente arruinada. É depois daquela grande dilapidação que as areias arrebatadas pelos ventos, não achando mais obstáculos, progrediram em suas constantes irrupções, até chegarem ao centro da cidade, e sepultarem uma parte dela. (Dreys, 1961:74-75).

Nas referências ao ambiente da região, sua diferença em relação à exuberância das florestas tropicais, ou mesmo acerca do ambiente descrito nas viagens pelo interior do estado, revelam uma visão de um ambiente inóspito da península, contrapondo-se nesse aspecto, ao caráter edênico, originado nas reminiscências das representações acerca da Natureza no Novo Mundo.

No ano de 1809, John Luccock, ao passar pela costa oceânica em direção ao porto de Rio Grande, avista a igreja do Estreito, primeira povoação de São José do Norte, situada entre dunas. A observação dos cômodos de areia indicava a proximidade da barra de Rio Grande, que exigia cuidados redobrados para a navegação, com a vila do Estreito mostrando sua decadência em meio à areia:

Ao avizinharmo-nos da costa do Rio Grande vimos terra pela primeira vez nas imediações do Estreito [...]. Montículos arenosos desprovidos de qualquer vegetação parece que se erguem da água que um sol esplendido inunda com uma alvura incomparável. Esses montículos não passam, porém, de ondulações de uma praia em cujo está plantada a igreja do Estreito, prédio de reduzidas proporções, moldado pelo estilo usual de tais edifícios nas vilas brasileiras. Umhas poucas árvores rodeadas de umas ervinhas mirradas que, aos poucos, se vão tornando visíveis, aumenta o aspecto desfavorável do deserto circundante. (Luccock, 1935:15).

Relatos mais detalhados foram feitos por Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu a

península até a vila do Estreito, tendo cruzado a Lagoa dos Patos e permanecido em Rio Grande, denominado na época de “São Pedro do Sul”, aproximadamente durante um mês. Nesse período, visitou a cidade de São José do Norte, em uma breve passagem de um dia:

Hoje fui passear na Aldeia do Norte. Os moradores da região distinguem esses dois lugares simplesmente pelos nomes Sul e Norte. Mas a aldeia do Norte chama-se propriamente S. José do Norte e faz parte da paróquia que tem o nome da Freguesia de N. S. da Conceição do Estreito do Norte de São Pedro do Rio Grande (sic). Essa paróquia estende-se na península em um comprimento de cerca de 18 léguas e conta 2.000 almas, das quais 2/3 são homens de cor, negros e mulatos, livres e escravos. A metade dessa população é rural e o resto habita a aldeia do Norte, que se compõe de 127 fogos. É uma aldeia muito baixa e arenosa, como a cidade de São Pedro, e até nas ruas vêem-se montículos de areia. (Saint-Hilaire, 1999:58)

Nas impressões de Saint-Hilaire, destacam-se as referências ao ambiente inóspito da região, sobretudo quanto à areia associada ao vento, situação vivida em Rio Grande e em São José do Norte. A esse respeito, sobre a cidade de Rio Grande, observa que:

[...] um areal de finura extrema que fadiga a vista pela sua cor esbranquiçada forma montículos que avançam até as casas situadas atrás da cidade, elevando-se tanto que ameaçam aterrâ-las a cada instante (Saint-Hilaire, 1999:53).

Também observou que escravos removiam a areia: “Vi negros ocupados em desentulhar os arredores das casas de seus donos, que me informaram serem obrigados a repetir, sem descanso, esse trabalho”. Para Saint-Hilaire, o ambiente da região era fator de comprometimento para o desenvolvimento de Rio Grande, em uma referência ao vento, a areia e a melancolia da paisagem, considerada extremamente monótona, referindo-se à planura e a falta de árvores. Sobre a relação entre São José do Norte e Rio Grande, descreve os seguintes aspectos:

Em S. Pedro do Sul, somente podem ancorar iates; entretanto todas as embarcações que passam a barra podem aportar diante da Aldeia do Norte. Mas é em São Pedro que existe a Alfândega e é preciso conduzir para lá, por meio de iates, todas as mercadorias que são descarregadas em Norte, mesmo as destinadas ao comércio desta aldeia. É evidente que esses transportes são favoráveis ao contrabando e que eles têm o inconveniente de majorar as despesas e aumentar os riscos. Entretanto como o centro do comércio do Sul da Capitania se achava há muito localizado em S. Pedro e como os negociantes mais ricos da região aí têm suas residências e seus armazéns, tendo a cidade sido dotada de uma sede de Administração, é claro que não se podia privá-la bruscamente dos privilégios usufruídos atualmente, embora em prejuízo dos interesses gerais. (Saint-Hilaire, 1987:58).

Em 1834, quase quinze anos após a passagem de Saint-Hilaire pela região, outro viajante francês, Arsène Isabelle, esteve em São José do Norte e em Rio Grande. Suas impressões de sobre as duas cidades são semelhantes às realizadas por Saint-Hilaire, destacando-se a visão negativa em relação ao ambiente da região:

A situação das duas cidades não é somente mortalmente triste, mas ainda insuportável de todas as maneiras; o atrativo do ganho, uma atividade portuária ou algum interesse muito grande é só o que pode induzi-las a viver. Imaginai que ali somente se vê por todos os lados areia, areia... e só areia. E não pode ser de outra maneira porque as duas cidades estão no meio de dunas e o menor *pampero* levanta avalanches de areia que enchem as ruas e enterram, algumas vezes, as casas baixas (Isabelle, 1983:77).

3.2. Um lugar do diabo

A tentativa de identificação de determinadas imagens, relacionadas ao ato de fundação e povoamento de São José do Norte, revela um sentido socio-histórico dos personagens. Trata-se, portanto, de perceber o “sentido geral da trama”, de acordo com a noção de mitanálise de Gilbert Durand (2002), que consiste em apreender certa repetição de significados, visto como estruturas antropológicas do imaginário, através da dissecação de ritos, mitos e textos. De certo modo, o processo de ocupação da península, nos relatos sobre a preocupação com naufrágios na barra, as incursões no território entre o mar e as lagoas, e as lutas contra espanhóis e indígenas, inserem-se ao contexto geral das imagens da conquista e do monstruoso no Novo Mundo.

Conforme Alain Corbin (1989), as viagens transoceânicas eram extremamente penosas, sob a ameaça de ataques piratas e de doenças (como o escorbuto) que dizimavam as tripulações. O temor de naufrágio remete a imagens que evocavam o diabólico, sobretudo na visão de Dante do Inferno e do Purgatório. No simbolismo da água, ligado à ambivalência entre vida e morte, a visão do mar enquanto abismo profundo que leva ao inferno, o terror de morrer no mar sem um enterro cristão e a relação com a idéia de passagem e de morte são valores que acompanhavam os navegadores durante o período colonial. De acordo com a historiadora Laura Souza (1999:75): “Nos fins do século XV, a expansão ultramarina levou assim a cabo uma fusão importantíssima para a história da cultura européia: articulou, recombinao, as formulações européias acerca do Purgatório, da função purificadora da travessia marítima e do degredo enquanto purificação -

desdobramentos vários de um grande rito de passagem”. Assim, as viagens até o Novo Mundo apresentavam-se conforme ritual de passagem que remete à barca de Caronte ⁴⁵.

Para Courbin (1989:25), a existência dos lugares longínquos suscitava no viajante o sentimento ambíguo das imagens relativas ao acolhimento e à monstrosidade dos nativos que evoca os mitos das histórias de Homero:

Aos olhos do estrangeiro, o litoral é também o lugar da descoberta ansiosa de surpreendente realidade dos seres que o povoam; teatro perigoso em que se irá resolver a hesitação entre os prazeres da hospitalidade e a bestialidade dos monstros, entre a aparição de Nausica e a irrupção de Polimerfo. (Courbin: 1989:24-25).

Em terra, a relação de estranhamento do colonizador com os negros e índios e o ambiente hostil das guerras também sugerem imagens do Inferno. De acordo com Laura de Mello e Souza (1999:84), a visão que oscilava entre o Paraíso e o Inferno, presente nas formulações mentais do colonizador europeu durante os três primeiros séculos após a descoberta do Brasil, revelava, em síntese, uma “natureza edênica, humanidade demonizada e colônia vista como purgatório”⁴⁶.

Segundo a antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha (2001:10) no período da conquista, as imagens terrestres da natureza dos trópicos eram associadas a um “ventre

⁴⁵ Gaston Bachelard (1998) refere-se à imagem da água que remete à morte e ao sofrimento no pensamento judaico-cristão, relacionadas ao conjunto de imagens que considera como “Complexo de Caronte”, girando em torno dos “valores inconscientes acumulados em torno dos funerais pela imagem da viagem pela água” (Bachelard, 1998:78). Outra referência importante consiste no trabalho de Antônio Carlos Diegues (1998) sobre simbolismo e imaginário em relação ao mar, que reúne os estudos clássicos de diversos autores sobre essa temática. Juntamente com a visão do colonizador europeu, demonstrada nesses trabalhos, é importante considerar o penoso processo relativo à diáspora africana, onde as viagens para as Américas remetem ao sofrimento e horror vividos nos navios negreiros.

⁴⁶ Assim como o historiador Sérgio Buarque de Hollanda (1959), Laura Souza (1999), ao se debruçar sobre a questão do imaginário europeu nos primórdios do Brasil colonial, considera a predominância de uma visão edênica da natureza, na referência a uma natureza paradisíaca do Brasil, portanto, associada à noção de paraíso terrestre. Souza (1999:54-55) considera que a visão medieval acerca de monstros que habitavam terras longínquas de certa forma cruzou com as representações acerca do selvagem. Ambas já existentes no período medieval, coexistiram na visão sobre a humanidade no Novo Mundo, predominando a visão do homem selvagem, com sua carga de monstrosidade. O Novo Mundo confundia o europeu com suas representações ambíguas que oscilavam entre o Inferno e Paraíso. Opunha-se à vida na Europa, lugar da cultura, terra de cristãos (1999:77). O Novo Mundo era considerado inferno, sobretudo pela humanidade diferente e, animalasca dos negros, índios e mestiços, ao passo que se apresentava uma visão edênica da sua natureza. Em relação à idéia da vida nas colônias como purgatório dos europeus, tanto as provações e os perigos das viagens oceânicas até o Novo Mundo, como o período de permanência nas colônias era considerado com um “ato purificador”, no qual o retorno à metrópole seria o objetivo último. Tem-se aí a idéia de inferno temporário, de acordo com a visão de Dante do Purgatório, como o demonstra o fato de que em Portugal, os criminosos e desviantes em geral eram mandados ao Brasil colonial (Souza, 1999:72-82).

devorador”, conforme o arquétipo da mãe terra, na visão de uma natureza exuberante, associada à feminilidade. Em sua forma nefasta, tais representações dizem respeito ao temor do herói civilizador em ser “engolido” pela natureza dos trópicos (Rocha, 2001:10).

A ambigüidade na visão entre Paraíso e Inferno, sobretudo com relação à natureza, diz respeito a dois momentos distintos: primeiramente, em relação ao período da conquista e, em segundo, ao processo de colonização. A relação com a natureza na formação dos primeiros povoamentos refere-se ao simbolismo da espada e da cruz, respectivamente nas figuras do “herói-guerreiro” e do “santo-missionário”⁴⁷. Seguindo a perspectiva de Durand (2002) de que as imagens poéticas são elementos reveladores de uma determinada dinâmica social, observa-se a recorrência de determinados símbolos, que seriam universais. Inspirada em Durand, Rocha (2001) propõe uma reflexão acerca da questão da estética urbana das cidades brasileiras e sua relação com morfologia social dos diversos grupos que fazem parte do tecido social urbano, a partir das “estruturas funcionais de origem e das perspectivas classes de imagens e símbolos arcaicos”. Estes são veiculados por seus mitos de fundação, os quais presidiriam o arranjo da vida coletiva no interior das distintas formas de aglomerações (Rocha, 2001:03). Nesse sentido, o ato de fundação da cidade sob o simbolismo da espada diz respeito aos símbolos e mitos das guerras e sua relação com o pensamento judaico-cristão. De acordo com a perspectiva de Durand (2002), as imagens de fundação de São José do Norte revelam uma “estrutura predatória e suas funções de ataque e defesa” (Rocha, 2001:03). Dessa forma, a tensão e a ordem marcial caracterizam o contexto militar e a importância estratégica que a cidade ocupa nesse cenário.

Portanto, em relação aos mitos e símbolos de fundação da cidade, relacionada à questão da fisionomia da região, observa-se desde o período colonial a formação de uma paisagem, onde constam os quatro elementos do devaneio material da poética bachelardiana, representados no mar, no vento, na areia e na pólvora, enquanto elementos do construto cultural do panorama cênico de São José do Norte.

A noção de distância do extremo sul do Brasil em relação ao núcleo político colonial e suas conseqüências em termos de uma condição de isolamento de grupos humanos na busca de uma estabilidade política e social encontrou na pecuária uma forma de ligação com o núcleo colonial e a formação de uma sociedade guerreira. As imagens relativas à

⁴⁷ Cf. Rocha (2001).

fundação da cidade, segundo Rocha (2001:4), remetem a uma “ordem marcial, pautadas por instituições e formas de trocas sociais marcadas pela tensão entre as pulsões de fuga e de medo”. Assim, a fundação de São José do Norte é originada por uma população de aventureiros (bandeirantes que percorriam os confins do Brasil), negros escravos e imigrantes açorianos, organizados em torno dos chefes políticos naturais da região, estancieiros comandantes das guerras que assolaram o Rio Grande do Sul.



3.3. Bunse e a Estrada do Inferno

Entre 1957 e 1959, o filólogo alemão Heinrich Bunse (1982) percorreu o município de São José do Norte. Dedicou-se principalmente ao estudo do vocabulário na região, considerada o primeiro núcleo de povoação luso-brasileira no estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o mapeamento da ocupação e desenvolvimento local. Bunse refere-se à região como sendo “pouco conhecida do estado” e sobre a qual “muito pouco foi escrito”, retratando a questão do isolamento dessa península. Ao descrever a região, novamente se observa a referência à areia e ao paradoxo da primeira estrada (conseqüentemente primeira povoação) se encontrar no lugar mais “atrasado” do estado:

Esta configuração do litoral impediu, em épocas passadas, que o território do atual estado do Rio Grande do Sul fosse invadido e colonizado a partir do litoral, como se deu no resto do Brasil. O mar sempre foi inimigo do Rio Grande: a praia arenosa, retilínea, sem abrigo de espécie alguma, na qual se quebravam os vagalhões, em absoluto convidava para um desembarque e, ainda hoje, é temida pelos navegantes. E, contudo, para a história do Rio Grande do Sul e seu povoamento, a região é bem antiga, pois foi percorrida pela famosa “Estrada da Laguna”, único caminho terrestre que, em fins do século XVII, ligava Laguna à Colônia do Sacramento, os dois pontos onde, ao norte e ao sul, estacionara a penetração marítima. (Bunse, 1982:1-2)

Em seus relatos, Bunse inevitavelmente levanta o tema do isolamento do município, sobretudo na referência à Estrada do Inferno:

É uma região muito isolada, possuindo nem sequer uma estrada que ligue à capital, pois o que chamam de estrada são antes trilhos no campo com um ou outro aterro, início de uma futura estrada municipal; são designadas, em alguns mapas, como “estradas carroçáveis” sem trânsito em épocas de chuvas ou, no verão, devido às areias. A comunicação mais fácil e rápida é, ainda, a velha estrada pela praia do Atlântico, quando esta o permite. Comunicações intermunicipais existiam entre Mostradas e Porto Alegre com viagens bissemanais da “linha”, e em forma de um serviço regular de lanchas, entre São José do Norte e Rio Grande. Ainda havia comunicação bissemanal entre São José do Norte e Tavares e ligação diária com Saraiva. Mas são viagens longas e penosas. (Bunse, 1982:30).

Em suas impressões de pesquisador-viajante, ele faz referência a uma região considerada “lugar remoto”, cujo reconhecido passado colonial contrasta com o ambiente de estagnação e penumbra em relação ao resto do estado:

Administrativamente, o município de São José do Norte divide-se em cinco distritos: a sede, Bojuru, Tavares e Mostardas, além do subdistrito de São Simão. Todas essas localidades – com exceção de Tavares que é de criação mais recente – remontam ao século XVIII, não tendo sido possível, até 1962, um desmembramento administrativo desta vasta região, enquanto nas outras zonas do Estado se tem multiplicado o número de municípios. Não pode haver, portanto, indício mais evidente de estagnação. Nada mais resta da antiga importância além dessas localidades ainda existentes hoje, algumas das quais, porém, embora figurem nos mapas como sedes de distrito, causam uma real decepção ao viajante. São apenas nomes famosos, como, por exemplo, Estreito, com apenas trinta casas das quais quatro habitadas. Bojuru apresenta alguns sinais de vida por causa do trânsito na época da safra da cebola. (Bunse, 1982:30-31).

O desapontamento de Bunse em relação à questão do abandono da região remete às reivindicações e à esperança que os habitantes de São José do Norte depositam na conclusão da estrada, uma vez que simboliza a questão do atraso e do progresso. Ao mesmo tempo, essa discussão remete aos mitos da ruína e do fracasso econômico, ao lidar com o antagonismo entre o moderno e o atrasado, sobretudo na lógica de desenvolvimento por que se pauta a sociedade brasileira.

Nesse contexto, observa-se que os relatos de diferentes épocas, entre os séculos XVIII, XIX e XX são atravessados pela continuidade, no plano mitológico, da areia e do perigo marítimo em relação à idéia de uma paisagem do isolamento e da decadência. Na percepção da paisagem entre a “morte das areias” e o “verde vivo” historicamente Rio

Grande, juntamente com Pelotas, é o ponto privilegiado de crescimento da região (embora também seja assolado pela areia), atraindo comerciantes e tendo sua vida dinamizada pelo porto e pela economia com base na pecuária⁴⁸.

Entretanto, na perspectiva regional, questões relativas ao isolamento e condição de liminaridade referem-se à construção da identidade social do gaúcho. Conforme o antropólogo Ruben George Oliven (1992:47), o movimento das fronteiras através das guerras diz respeito às particularidades históricas e geográficas que caracterizam o Rio Grande do Sul por sua posição de liminaridade em relação ao Brasil, sendo um dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha.

Tais condições remetem à oscilação entre “crescimento e crise econômica”, que se apresentam com maior contundência justamente na metade sul, foco do início da colonização e do acirramento dos confrontos militares. Em que pese a diversidade cultural do Rio Grande do Sul, Ruben Oliven (1992) chama a atenção para a força mítica da imagem acerca do gaúcho⁴⁹ relacionado à vida fronteiriça:

A tradição e a historiografia regional tendem a representar seu habitante através de um único tipo social: o gaúcho, o cavaleiro e peão de estância da região sudoeste do Rio Grande do Sul. Embora brasileiro, ele seria muito distinto de outros tipos sociais do país, guardando às vezes, mais proximidade com seu homônimo da Argentina e do Uruguai. Na construção social da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência constante a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou sua figura, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc. (Oliven,1992:49-50).

Quanto ao regionalismo, a condição de liminaridade e de insulamento local em relação ao resto do Rio Grande do Sul e sua referência geográfica aos areais litorâneos, apresenta uma versão liliputiana do contexto do estado em relação ao resto do país, que remete encaixamento pelo redobrimento de um tema (Durand, 2002:210-211). Portanto, a

⁴⁸ Convém observar que no processo de povoamento do Rio Grande do Sul a partir da pecuária, as cidades de Rio Grande e, principalmente, de Pelotas tornaram-se pólos irradiadores para o interior através das charqueadas. Essas cidades viveram um período de florescimento, impulsionadas pelo ciclo econômico do charque, entre fins do século XIX e meados do século XX, ao passo que São José do Norte permaneceu como passagem dos tropeiros da península que levavam o gado para Rio Grande.

⁴⁹ Segundo Oliven (1992), apesar da figura do gaúcho apresentar uma conotação negativa até meados do século XIX - relativo aos vagabundos e desertores que viviam a “vida rude dos coureadores e ladrões de gado”-, houve uma lenta transição através da literatura, da historiografia regional e do tradicionalismo, no qual passou de marginal a herói, sendo atualmente exaltado por sua imagem positiva.

imagem relativa ao que pode ser considerada uma “grande história” regional se apresenta retomada em seu redobramento na “pequena história local” da estreita faixa de terra da zona costeira do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO 4

DOS TEMPOS DA FARTURA AOS TEMPOS DE CRISE: O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO LITORÂNEA E A EVOLUÇÃO DO SETOR PESQUEIRO

4.1. O processo de transformação na pesca e a dinâmica do contato entre poveiros e descendentes de açorianos

Na área que se estende entre o centro da cidade e a Prainha, concentra-se uma parcela de imigrantes portugueses, todos eles pescadores aposentados. São os remanescentes da última geração que havia saído de Póvoa do Varzim para se estabelecer nessa região - em um fluxo migratório que durou entre fins do século XIX e meados do século XX - e que antecede uma gama de velhos pescadores da lagoa que ainda estão na ativa, muitos dos quais mantêm o escudo português pintado em seus botes e canoas. H. Bunse (1982:86-87) descreveu-os em 1959, quando eles ainda dedicavam-se às pescarias, reunidos na doca e nas praias do entorno, com seus tradicionais gorros de lã, saindo em grandes canoas a remo (parelhas), ou em pequenas embarcações a vela. Atualmente, os portugueses são homens muito idosos, que vivem o ritmo pacato do ambiente caseiro, junto aos familiares. Alguns deles saem com suas bengalas para eventuais caminhadas pela cidade. De vez em quando param nas esquinas e entradas de armazéns para uma conversa breve, ou então ficam nas janelas das casas, olhando para o movimento da rua.

Através de uma indicação de Frei Natalino, conheci Zé André (91 anos), um desses imigrantes portugueses, bastante conhecido na cidade por ter sido sacristão da Igreja Matriz durante muitos anos, atividade à qual havia se dedicado desde sua aposentadoria na pesca. O afastamento das funções de organização da igreja ocorrera recentemente, devido à sua idade avançada. Zé André contou ter vindo para o Brasil em 1928. Primeiramente, ele desembarcou no Rio de Janeiro, onde passou uma temporada antes de se instalar definitivamente em São José do Norte. Em sua casa, realizamos uma entrevista, quando relatou sua trajetória ligada ao fluxo de pescadores poveiros para essa região:

Isto aqui, desde lá a ponta da Barra (vila da Barra) até a entrada da Lagoa dos Patos, era tudo portugueses que trabalhavam, era tudo

pescadores. Tinha mais de quinhentos ou seiscentos portugueses, todos de Póvoa de Varzim. Nosso continente era de Póvoa de Varzim, distrito do Porto. Quando eu vim pra aqui, eu já tinha andado no mar lá. Vim de Portugal pra cá a navio. Mas a navio a vapore. Não é navio de pano! E lá em Portugal eu tinha andado no mar lá. [...] Eu comecei como proeiro, quando criança. Trabalhava aí. Aí depois... me casei, fui mestre, e teve possibilidade de eu ter uma parêlha e então... Eu comprei para trabalhar e fui trabalhando e pagando a parêlha. Fiquei dono da parêlha. E tinha de tudo, galpões e parêlha... E tanto na lagoa como no oceano era a mesma parêlha. Era composta por cinco ou seis embarcações. Tinha redes, duzentas redes... Chamava-se parêlha porque tinha redes pra tudo e era composta por cinco ou seis embarcações. Todas iguais, e cada uma com um mestre. E eram todos da comunidade. E tinha um patrão. Eu era mestre e tu era mestre, mas o patrão é que falava: “Vai pro mar, vai pra cá, vai pra lá”.

Para Zé André, a mudança para o Brasil melhorou sua condição de vida, sobretudo em relação à pesca, se comparada às dificuldades vividas pelos poveiros no exercício da atividade em sua terra natal:

Aqui ganhava melhor. Porque lá, dar pescaria dava. Não se podia dizer que não dava. Mas era só no oceano. E existiam as invernadas. Lá, no tempo do inverno... era muito forte! Então, naqueles quatro ou cinco meses, ninguém trabalhava. Que não podia trabalhar. Eram temporais, era mar alto... Tinham os obstáculos da vida, do trabalho. Então tinham os pescadores que iam se embora pra cá. Que aqui não tinha essas invernadas. Era da barra prá dentro. E no Rio de Janeiro, também se trabalhava. Tinha muito pescador lá naquela época. E o mar lá no Rio de Janeiro é mais calmo. Aqui é muito bravo. E lá em Portugal também era muito bravo! E com as lanchas daquele tempo... lanchas, lanchões de boca aberta... Sofriam muito! Agora... também a pesca lá agora é moderna. Tem barcos a vapor e todo. Então, quando quer vir embora é só acender o motor. Naquele tempo

não. Era pano! E remo! Levava uma noite... ou um dia prá chegar em terra. Então, a vida tornava-se muito difícil. E aqui tinha mais facilidade, porque era mar e mar (oceano e lagoa). Quando dava ia, quando não dava... não ia. Tinha as indústrias. Dava muito peixe. Não dava dinheiro, mas dava muito peixe!

De modo geral, os poveiros concentraram-se no Rio de Janeiro, onde formaram comunidades de pescadores, sendo que, posteriormente, uma parte deles se transferiu-se para outras regiões do país, destacando-se as cidades de Rio Grande e de São José do Norte. Esses pescadores atuavam no estuário da Lagoa dos Patos e no litoral do Oceano Atlântico através do sistema de parselhas - embarcações a remo e munidas de redes, que operavam com um grande contingente de homens. Portadores de uma experiência pesqueira de séculos de desenvolvimento, eles introduziram novas técnicas de captura e um processo produtivo mercantil na região, passando a organizar uma pequena produção destinada ao porto de Rio Grande. O peixe era salgado, inicialmente para consumo próprio, sendo que alguns desses imigrantes adquiriram capital suficiente para criarem as salgadas e comercializarem o pescado, que então passou a ser exportado para a região sudeste do Brasil, em um processo de consolidação das indústrias de conservas de peixes através do abastecimento do mercado nacional⁵⁰.

Prosseguindo com a entrevista, perguntei a Zé André sobre a relação entre os poveiros e os pescadores nativos, descendentes dos açorianos, ao qual deu a seguinte resposta:

⁵⁰ As indústrias de conservas de peixes e sua exportação para a região sudeste do Brasil ainda no século XIX foram observadas por H. V. Ihering (2003). Segundo Ávila Martins (2001:04), além dos pescadores poveiros, o desenvolvimento da atividade pesqueira atraiu outros imigrantes portugueses, portadores de recursos que se tornaram investidores da pesca, gerando transformações que levariam à formação de um parque industrial pesqueiro em Rio Grande: “Outros imigrantes lusos já chegaram capitalizados para serem os donos das embarcações, do comércio do pescado e/ou para estruturar um grande parque fabril pesqueiro em quantidades produzidas e das diferentes formas de processamento, isto é, a salga, os congelados, os óleos/farinha, as especialidades e o enlatamento. [...] Imigrantes como F. Marques Leal Pancada, J. Cunha do Amaral, J. Gomes Sequeira, Francisco Furtado, M. Pereira de Almeida, F. Fernandes Troina, Torquato R. Pontes, Abel F. Dourado e Albano G. de Oliveira chegaram a Rio Grande entre 1889 e 1930 e fundaram suas indústrias na primeira metade do século XX. Basicamente, suas atividades de gestão e processamento estavam localizadas em Rio Grande ou em pequenas filiais em municípios do entorno da Lagoa dos Patos como São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul”.

Eles não queriam trabalhar na pesca. Ninguém queria. Eram só portugueses. Mas aí foi faltando os portugueses. Foram faltando, então vieram os catarinas. Agora em Santa Catarina, começou a ficar adiantada a pesca. Então não vinham mais. Então começou a entrar o pessoal daqui. Depois que fracassou um pouco (pesca na lagoa), ficou só o pessoal daqui, só o pessoal nosso, o povo daqui. E os agricultores, as chácaras foram ficando pequenas e a cebola, uma época aí fracassou... Aí entraram na pesca. Entraram todos eles na pesca. Portugueses não têm mais. Só uns dois ou três...

A fala de Zé André remete a um processo complexo de transformações da atividade pesqueira, a partir do qual foram ocorrendo estratégias de integração e difusão cultural entre pescadores poveiros, nativos da região e catarinenses. Inicialmente, a relação entre os poveiros e os pescadores nativos, descendentes dos açorianos, era de pouco contato. Conforme Orlando et al. (1989), os poveiros dispunham de técnicas de pesca que lhes conferiam uma maior capacidade de captura em relação aos descendentes de açorianos, que se dedicavam preferencialmente à agricultura, sendo que poucos eram exclusivamente pescadores. Os pescadores nativos, por sua vez, dificilmente sujeitavam-se a trabalhar para os portugueses, uma vez que eram pescadores-agricultores, obedecendo a um ritmo de pesca diferenciado, que não se baseava na produção mercantil, mas no trabalho enquanto unidade familiar, voltada para a subsistência.

Entre os poveiros, formou-se uma comunidade de trabalho étnica, predominando os casamentos endogâmicos enquanto forma de manutenção de suas tradições, caracterizando uma comunidade bastante coesa. Tal situação começou a se alterar devido à conjuntura de desenvolvimento da atividade pesqueira na região, com uma maior penetração do mercado e da indústria, associada ao fim da migração desses pescadores para o Brasil. Nesse contexto, surgiram pescadores catarinenses, que passaram a se deslocar do litoral de Santa Catarina para esta região, a partir da década de 1940, atrás das safras de peixes que vinham do sul. A dificuldade em dar continuidade às parselhas levou os portugueses a empregarem principalmente os pescadores catarinenses, que surgiam em grupos cada vez maiores. O problema da falta de pessoal e a relação com os catarinenses acabaram desestruturando as parselhas portuguesas, que foram dando lugar às “parselhas dos catarinas”, em maior número

e composta por menos homens. Através dos deslocamentos ao longo do litoral do Rio Grande do Sul, muitos desses pescadores acabaram se estabelecendo na região em virtude dos casamentos com mulheres nativas, o que favoreceu uma maior integração com a população local, formada majoritariamente por agricultores e pescadores-agricultores. Estes dedicar-se-iam à pesca, interagindo com os portugueses e catarinenses, principalmente em razão do processo de esvaziamento humano da zona rural e sua conseqüente concentração nas cidades mais próximas.

No litoral de Santa Catarina, a expansão urbana, sobretudo de Florianópolis, impulsionada pela especulação imobiliária decorrente do turismo, gerou a desapropriação de uma série de comunidades de pescadores-agricultores de origem açoriana, que passaram a se dedicar exclusivamente à pesca. A intensidade desse processo acabou por desorganizar o modo de vida dessas comunidades, baseadas em práticas tradicionais de trabalho, com determinadas regras de ocupação dos espaços de pesca na faixa litorânea. O excesso de pescadores gerou conflitos e disputas por esses espaços. As inovações tecnológicas e a ampliação do mercado pesqueiro em Santa Catarina também levaram a uma intensificação da atividade. Como estratégia de sobrevivência, boa parte desses pescadores foi se deslocando de praia em praia, em movimentos sazonais para o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro⁵¹.

Em seus estudos sobre os pescadores na Lagoa da Conceição-SC, a antropóloga Carmem S. Rial (1988) constatou que, além da territorialidade marítima local, aqueles pescadores também apresentavam uma relação territorial com os mares de outras regiões:

Existem outros dois “mares”, geograficamente longínquos, porém constantemente evocados: o mar de Rio Grande e o de Santos, territórios estranhos, que foram conhecidos e dominados apenas por alguns homens. Uma delicada rede de significados envolve a percepção desses portos distantes e o espaço marítimo como um todo (Rial, 1988: 65).

Baseada nos depoimentos dos pescadores da Lagoa da Conceição, Carmem Rial relata como eram as viagens ao “mítico mar de Rio Grande”:

Até por volta de 1940, o meio de transporte usado eram vapores - o “Eta”, o vapor alemão e o da companhia brasileira Loyd. Depois, os donos de “pareias” passaram a alugar caminhões, e os pescadores eram transportados nas carrocerias destes

⁵¹ Cf. Diegues (1983).

caminhões, numa viagem que durava dois ou três dias. Seguiu-se pela estrada de terra (atual BR-101) até a altura de Torres, município do RS, quando então o caminhão passava a usar a faixa de areia na praia como caminho até São José do Norte, município que fica em frente ao porto de Rio Grande [...] (Rial, 1988:70).

Segundo Diegues & Arruda (2001), a faixa do litoral de Santa Catarina do Rio Grande do Sul é ocupada por comunidades de descendentes de imigrantes das ilhas dos Açores, da Madeira e portugueses continentais, que se estabeleceram no século XVIII e passaram por miscigenação com índios e negros⁵². Tais comunidades caracterizam-se pelas práticas tradicionais de pesca e agricultura. Portanto, a faixa litorânea que atravessa os dois estados caracteriza um território que apresenta determinada configuração étnica e cultural, bem como remete às rotas da imigração portuguesa do século XVIII, rearticulada através da atividade pesqueira.

Zequinha é um desses pescadores catarinenses que tentaram a sorte em mares longínquos. Nascido em Bombinhas, ele foi bastante jovem para São José do Norte, influenciado por seu pai, que lhe falava da pesca do mar de Rio Grande:

Quando eu tinha 15 anos, eu queria ir pra Santos, trabalhar na pesca. E aí meu pai, que ficou muitos anos aqui, disse assim: “Não! Vais pra Rio Grande! Que, se hoje em dia eu tenho alguma coisa, agradeço a Rio Grande!”. Eu peguei e disse pra ele: Rio Grande? Mas dizem que é muito frio. E ele: “Mas tu vai ver como lá tem peixe.” Então aí ele deu um dinheiro pra mim, e eu peguei minha matrícula de pesca. E aí com 16 anos peguei minha matrícula e vim me embora. Aí vim, peguei um caminhão... Não tinha a ponte do Guaíba, era barca. Pelotas era barca. Tubarão, barca; Laguna, barca. Era tudo barca. Eu vim por aquela serra, era Morro das

⁵² Nesse sentido, convém esclarecer também que o contato com remanescentes dos indígenas supõe um processo de readaptação das técnicas de captura na pesca local e da absorção do conhecimento nativo sobre o ambiente biofísico da região por parte dos colonos açorianos. Antes da chegada dos colonizadores, populações indígenas praticavam a caça e o extrativismo na região, destacando-se a pesca no estuário da Lagoa dos Patos (Ihering, 2003; Kern, 1994). As incursões dos bandeirantes e militares, assim como as guerras na região, desencadearam um processo de ocupação no qual a maior parte dessas populações foi dizimada. Uma parcela foi incorporada pelos colonizadores, principalmente como mão de obra no trabalho de salga das charqueadas (Niederle & Grisa (2006). Em relação a população negra, os descendentes dos escravos permaneceram nas terras de seus antigos patrões, tornando-se agricultores (Bunse 1982:64). Foi somente no final da década de 1970, com a crise da cebola e o processo de expansão da pesca local, que essa população negra começou a se inserir efetivamente na atividade pesqueira.

Sete Volta. Passei por Caxias do Sul. Oito dia de viagem. Dia e noite viajando. Quase onze horas. Naquela época, foi em 56. E eu não conhecia ninguém... E aí... Aí não conhecia ninguém. Mas, sabe como é... Rapaz novo, trabalhador. Sempre tem lugar. Comecei a trabalhar na praia do Norte. Aqui nessa praia do Norte, com um português chamado Juca, já falecido. Ah, aprendi muita coisa ali. Ganhei um dinheiro bom. Aí fui lá pra Barra, trabalhar com os portugueses. Aí comecei a trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar. Aí, depois, tinha aqueles botes... Aquelas canoas, aqueles botes, né? Aquilo era umas canoas de seis, sete mil quilos. Eram grandonas, pra machão, né! Mas agora não tem mais. Iam pra fora, pra fora, matavam cação, matavam enchova, tudo quanto é peixe. Aí dava dinheiro. Mandava dinheiro pra casa, fui ver a família e voltei... Aí peguei a gostar daqui. Chegou um ponto que... Casei por aqui. E aqui morei, comprei casa.

Agora tive lá, que eu tenho um cunhado lá em Santa Catarina, mas agora só vou lá a passeio. Faz vinte anos que eu não vou no lugar. Vinte anos! E eu só tenho um irmão e uma irmã. Só! Os outros tão tudo morto. Sobrinho eu tenho, mas não conheço. Tenho mais de vinte sobrinhos. Mas não conheço. Pode passar perto de mim que não conheço. Tenho um irmão muito bem de vida. Rico mesmo. Mora em Bombinhas. Tem sete ou oito casas, turismo lá. É um rapaz que tu deve de conhecer, chama-se Altamiro. Ele tá rico. Terreno lá, da mãe nossa, da mãe lá, era meu e ele me passou pra trás. Hoje em dia, prefiro trabalhar com estranho que me juntar com cara da família. É, maninho, maninho, mas ó! (risos). Olha, vou te contar, a minha vida...

Zequinha também lembra da terra dos seus pais, em Santa Catarina, como um lugar onde havia muita fartura, relativa à fertilidade da terra para a agricultura; enquanto em São José do Norte a terra era arenosa e somente se plantava cebolas. Ele refere-se a um tempo em que, ao invés de comprar o alimento, consumia-se o que era produzido:

Lá o pai tinha canoa e nós ia pescar. Dava pra fazer uma pescaria, matar uns peixes pra comer. Um vizinho nosso também ia de manhã, voltava

de tardezinha, com quarenta, cinqüenta, setenta, cem quilos de peixe. Era peixe pra comer uma semana. Depois ia de novo. Só vivia da roça. Mas queria um peixe, ia pescar. [...] Tinha mandioca, plantava o milho, plantava o feijão... Galinha, marreca... Tinha de tudo. Agora um pedaço de charque custa uma fortuna. Um salário mínimo custa o quilo de charque.

Antigamente, na campanha, matava carne de gado, de porco e botava no sol. Salgava. Depois botava na lata de banha pra depois botar no feijão. Coisa boa! Hoje em dia, é tudo comprado! Que nem no Norte aqui. Aqui no Norte só vive da cebola! Agora só quero ver se essas plantaço de fumo melhora aqui. Santa Cruz do Sul que é fumo. Aqui tem que plantar fumo também. Porque é só cebola, cebola, cebola! É só cebola, mais nada! Tinha que plantar outras coisas. Lá (Santa Catarina) não se bota esterco, não se bota adubo, não se bota nada. Lá não, tu tais cavando aquilo lá, e a terra chega a ser preteada, de forte que é! Aqui a terra é branca. Já botaram adubo, já plantaram tudo... Só na base do remédio pra subir.

A referência às práticas de conservação dos alimentos, no qual a carne era salgada, sendo consumidos o charque e o peixe seco, revelam um pouco da dimensão dessas técnicas na vida local, que foram sendo substituídas pela refrigeração e pelo congelamento. O trabalho com os pescadores portugueses era lembrado com nostalgia por Zequinha, destacando as refeições fartas, regadas a vinho:

Quando eu cheguei aqui, em 55. Nem tinha barco! Era só as parelha dos portugueses. Trabalhei muito com esses português aí. Dava dinheiro. No tempo em que... Era uma fartura! No tempo que nos galpões... Aqueles barris de 100 litro de vinho, que vinha de torneira, né! Pegava um assim... Pegava uma garrafa pra almoçar. Aquela garrafa de vinho, tu tomava metade no almoço e metade na janta. No outro dia, de novo! Quando chegava em dezembro, dia das conta, dia 22 de dezembro, dia 20, conta! Dia de conta, né! Natal... Aí tá, dizia; “Ó, tu tens tanta garrafa de vinho, tem tanto dinheiro, gastou tanto e recebe tanto!” E tinha dinheiro. Era tudo, tudo contado. Vinho, tinha à vontade, mas era descontado! Mas era uma

bagatela, é! E peixe era... Peixe cozido, peixe frito, pão fresco e vinho... Comiam bem. Ficavam forte.

Daquele tempo, tudo terminou. Às vezes, eu olho e digo: é verdade... (com pesar) E a pescaria me dá saudade ainda, mas... Também, desde pequeno trabalhando. Tô com 65, né! Sempre na pescaria. Desde com a idade de 14 anos. De vez em quando, saio pra não perder o costume. Agora que não tenho saído, que tô de guarda da garagem. Mas quando dá, o pessoal traz peixe. Tem muitos que eu trabalhei junto, aí. Quando dá, trazem peixe. Tô no Norte há 49 anos. Todo mundo me conhece nesse Norte! Mas o Norte é sempre a mesma coisa! Esse Norte já foi melhor. Todos esses prefeito que passam por aí, em vez de melhorar, pioram, né?

4.2. Entre a lagoa e o oceano: portugueses, catarinas e gaúchos

Pescador nativo da região, Charrão, com 69 anos, conta que aprendeu a pescar com seu pai, originariamente tropeiro da cidade de Mostardas, que vivia do transporte de gado pela península. Na época do pai de Charrão, Mostardas e Tavares ainda faziam parte do município de São José do Norte, que abrangia toda a metade sul da península.

Na metade sul da península, a condição insular e a influência da colonização açoriana foram determinantes para que a pesca, a pequena agricultura e o cultivo da cebola se tornassem as principais atividades econômicas. Já na metade norte, predomina a criação de gado, de ovelhas e plantações de arroz, uma estrutura que remete à fixação dos colonizadores por meio da distribuição de estâncias.

Assim como São José do Norte e Tavares, Mostardas também carrega o título de “terra da cebola”. Os brasões dos municípios de Tavares e de Mostardas ostentam em comum figuras de vacas - numa referência à pecuária - e de uma cebola, demonstrando a identificação com essas atividades. A pesca também faz parte da identidade desses municípios. No brasão de Tavares, um camarão simboliza a pesca do crustáceo na Lagoa do Peixe, principal fonte de renda dos pescadores locais. No Brasão de Mostardas, a figura de um peixe pulando fora da água, provavelmente uma tainha, conhecida por seus saltos na lagoa, diz respeito, assim como o camarão, a uma das principais safras pesqueiras da região. Mostardas recebeu grande influência do tropeirismo (ligado à figura de Cristóvão

Pereira, que se estabeleceu na região), mantendo a tradição no transporte de gado na região pela velha rota do mar, enquanto única forma de transporte no interior da península. Visitei-o justamente quando estava completando 69 anos. Amigo de Dona Neida e irmão de Seu Russo - este também muito conhecido na cidade -, Charrão é dos velhos narradores, depositários da história do lugar e, em seu caso, da pesca. Ele continua tendo a pesca como ofício, embora com menos frequência, uma vez que já está aposentado, dedicando-se também ao reparo de redes.

Charrão pertence a uma geração de pescadores que não embarcou. Viveu a pesca de parrelha nas praias do oceano. Ao narrar sua trajetória na pesca, revela sua inserção no meio pesqueiro e as condições de trabalho da época:

O pai, quando começou, tropeava. Era mostardeiro. Ele trabalhava como tropeiro com o pai dele. Viajava de Tavares a São José do Norte. Naquele tempo, traziam os animais e acho que cruzavam pra Rio Grande. Acho eu era assim, né! E aí, ele conheceu minha mãe, casou e virou pescador. Naquela época, com qualquer caiquinho tu pegava peixe, porque tinha muito peixe. Hoje, tem esses barcos, tem conforto, mas não tem peixe. E aqui tinha peixe em abundância. A gente tava no cais e, ali na praia, passava as mantas de peixe carregada. Então, eu comecei a pescar na Lagoa dos Patos. Eu tinha 13 anos. No mês de maio, saíam mantas de tainha da Lagoa dos Patos rumo ao Oceano.

Aqui da Prainha, passando o Pontal, até a Barra... Sabes que no mês de abril e no mês de maio, as mantas de tainha vinham da Lagoa dos Patos? E lá da Croa, também eram portuguesas. Era chamada Croa do Cemitério, e se enxergava cá a praia do Norte (Prainha). A praia era além da cidade. E, agora, como a cidade ficou parada e a maré invadiu a areia, a praia agora recuou e a cidade ficou. Então não se enxerga mais a praia. Então, era assim: as mantas vinham da Lagoa dos Patos e ficavam os vigias. Tinha vigia na Croa. Tinha vigia na praia do Norte. Cada parrelha tinha um vigia. Aqui, cuidavam aqui do cais mesmo. Com rede de, mais ou menos, 150 metros, por aí. Rede criada pra tainha... Aí, quando tava na hora certa o vigia fazia sinal, e as canoinhas da praia, ali, canoa a remo, com propulsão

a remo, lanceavam nas mantas de tainha. Pegavam 20, 30 toneladas de tainha. Assim, na cidade. Com a praia cheia de gente. Vinte homens ali puxavam pra praia. Aí, carregavam as canoas pra Rio Grande. Que naquele tempo não tinha caminhão. E carregavam as canoas pras fábricas em Rio Grande. Por isso que Rio Grande tinha muitas fábricas de peixe. Porque era muito fácil o industriário... O proprietário de uma fábrica de peixe, trabalhar com pescador. Sabe por que era muito fácil? Eu vou te dizer: um pescador levava uma canoa, por exemplo, que, naquele tempo, as canoas grandes, as maiores, pegavam cinco toneladas de pescado, seis. No começo, era pano, era uns motorzinhos de popa. Conduziam o peixe, né. Só que a gente levava uma canoa com cinco toneladas de peixe pra pesar na fábrica. Só que lá dava quatro! Quatro tonelada. Botavam lá e eles pesavam, e no outro dia deu vale...

Então, foi fácil fazer fortuna. Pra ter uma idéia, os primeiros barcos que vinham arrastar em Rio Grande, sabe como é que se comprava o peixe do pescador? O pescador que pescava aqui no rio, nas Capivaras? Ali, no tempo da corvina... Mês de outubro, no curso da corvina, os barcos vinham arrastar aqui na praia. Naquele tempo, já vinha barco arrastar. Poucos. Sabe o que eles fazia? Eles não arrastavam. Eles vinham comprar a corvina aqui dentro, do pescador. O pescador trabalhava aqui perto... Então eles faziam assim: eles enchiam um balaio: “deu 30 quilo!” Balaio. “Joga lá dentro da canoa! Enche dez, doze balaio lá, bota no porão! Deu dez balaio. Trezentos quilos”. Era assim cara! Era fácil. Era fácil comprar o peixe do pescador. Que o pescador pedia: por favor, que comprassem! Não tinha dinheiro, ninguém tinha dinheiro. Não tinha como segurar esse peixe, estragava. E teve pescador com canoas, com duas, três toneladas, camarão desse grande aí. Vinham pra Rio Grande e ficavam até meio-dia, uma hora da tarde... Muitas, muitas embarcações. As fábricas não tinham mais como pegar, naquele tempo era o Eldorado, o Furtado, o Ciqueira, o Anselmi, Depois a Leal Santos... Enfim, tinha umas cinco ou seis indústrias de pescado. Como o camarão era pouco explorado e não tinha muito recurso...

Tu já foste no entreposto, em Rio Grande? Era ali que descarregavam o pescado. Os caras chegavam lá e botavam fora, de pá, o camarão. Então era assim, pescavam e botavam fora. Não tinha gelo, não tinha recurso. O pessoal levava. Pegava de balde, de saco.

O relato de Charrão apontava para o processo de vinculação da pesca artesanal ao mercado, tanto na relação entre a pesca artesanal e a industrial, por ocasião da compra dos balaios de curvina, como na referência a uma idade de ouro da pesca, cuja produção de camarão e peixes era incrivelmente superior à capacidade de aproveitamento local. Nem as salgas - que trabalhavam a noite inteira - e tampouco a distribuição de grande quantidade de peixes e camarões entre as pessoas da comunidade impediam que toneladas fossem jogadas fora (ou utilizadas como adubo, principalmente para as plantações de cebolas), visto que não havia tecnologia para conservação do pescado. Por outro lado, o processo de decomposição rápida do peixe fazia com que os pescadores vendessem sua produção a valores irrisórios para as salgas.

Da pesca na Lagoa, Charrão conta que passou a pescar em parelhas nas praias oceânicas, principalmente na praia do Mar Grosso e na praia do Cassino, em Rio Grande:

Após meus 30 anos, é que eu vim pro mar, pescar no oceano. E aí nós compramos um caminhão. Eu comecei a puxar as parelhas de praia que tinha, dos catarinas, na Barra do Rio Grande. Que eles tinha parelha e canoa, mas não tinham caminhão. Os catarina, os gaúcho e os portugueses. E eu tinha os caminhão. Eu e outros. Uns três ou quatro. E eu puxava eles. A puxada da parelha que eu te falo é o seguinte: são aqueles caminhões que entram com os barcos na praia do oceano. Eu tinha uma organização daquelas. E então eu fui puxar... E comecei a gostar. Se animar. E saía na canoa com os pescadores e tal. E me tornei pescador da praia do oceano. Nós compramos uma canoa; e depois, uma rede de praia; e eu me tornei pescador da praia do oceano.

Assim que nós começamos a trabalhar na praia, era uma malha mais miúda e a rede tinha uma base de 300m, por aí. A gente dava lance em cardume de peixe. Porque esse tipo de pesca que eu fazia, eu e meus

parceiros, meus companheiros, a gente lanceava, mais ou menos, calculando que ia ter peixe, né? Quando o mar dava saída, que o mar era muito agitado. E a gente tinha que esperar quando fosse mais calmo pra sair. Pra entrar no mar, né! Era canoa a remo, proporção a remo. Quatro remeiros e o timoneiro, que vai na popa da canoa. O timoneiro é o mestre da canoa. É o que enxerga a onda. E nós, pra sair no mar, no oceano, não é botar a canoa e sair. Até um dia até dá. Na maior parte dos dias, o timoneiro, que vai na popa da embarcação, ele tem que ter o conhecimento. Ele tem que enxergar bem longe, calcular o tipo de onda, pra mandar levar a canoa na última onda grande. Pega o espelhado daquela onda, pega o espumado daquela onda, quando ela quebra, aí já sabe que, atrás daquela onda, vai dar pra passar. Isso com a velocidade que a canoa tem, porque se botar na água e for sair, ela vai ao fundo. Eu já virei muitas vezes!

Charrão também revelou que foi um dos primeiros pescadores a organizar a pesca de parselhas na praia do Mar Grosso, enquanto outras parselhas que pescavam no oceano atuavam nas imediações da vila da Barra e na praia do Cassino. A construção de alguns barracões, tanto para deixar as redes e apetrechos de pesca, quanto o caminhão e a canoa, envolviam um trabalho de manutenção, assim como pessoas que cuidavam do lugar. Dessa forma, os proeiros e seus familiares foram, aos poucos, mudando-se para a praia, dando início a formação de uma vila de pescadores. A vila favoreceu o processo de ocupação dos “veranistas” e a conseqüente transformação da praia em lugar não apenas de pesca, mas também de turismo e lazer:

Sabe aquela vila, que tem ali, dos pescador? Aquela vila ali, o nome daquela vila ali era Vila Charrão, que é o meu nome. Um cidadão ali botou uma placa “Vila dos pescador”. E ficou Vila dos Pescador, mas... na CEE tem uns papel que sai da luz que é Vila Charrão. E eu fui a pessoa que acampava ali, que pescava ali, né! Quando eu cheguei ali, era só a minha parselha. Depois apareceu um veranista ali, botou uma casinha... Apareceu outro... Outra casinha... E começou a ir. Depois, apareceu um cidadão, eu acho que era da serra, um tal de Cabeça. E fez um barzinho lá na praia de

nome Mariscão. Mas o Mariscão não é o Caramujo. Alguém ia pra praia, começaram a ir. A estrada era muito ruim pra praia também, né! Mas o pessoal começou a ir, começaram a ir... E fizeram o Caramujo. Aí eu não sei se eles fizeram... se compraram a propriedade desse rapaz, mas fizeram a praia do Mar Grosso.

Paralelamente, no campo, desde o século XVIII, a contribuição dos açorianos à produção agrícola na península revelava uma produção diversificada, com destaque para a comercialização do trigo, até meados do século XIX. Com declínio da produção de trigo, a produção de cebolas, que apresentava bons resultados no solo arenoso, passou, gradativamente, a ocupar o cenário agrícola local. A fase de modernização da agricultura no Brasil, a partir do final da década de 1960 - caracterizada pela modernização, sobretudo através da utilização de maquinário e de agrotóxicos - incentivou o plantio da cebola em larga escala. A monocultura, em detrimento da agricultura familiar, mais diversificada, favoreceu a concentração fundiária, tendo sido determinante para o processo de êxodo rural. A saída encontrada frente à penúria no campo foi o deslocamento de famílias inteiras para o núcleo urbano de São José do Norte. Os homens empregavam-se na pesca como proeiros, uma vez que, no sistema de parselhas, surge o dono da parselha, o mestre e os proeiros. Estes últimos são pescadores sem posse dos instrumentos de trabalho. Muitas mulheres eram empregadas nas salgarias, fornecendo mão-de-obra para o parque industrial pesqueiro que se formou na região.

Na beira das praias do canal, antes áreas bastante vastas, consideradas fora da cidade, formaram-se pequenas vilas de pescadores, assim como na costa do oceano, em locais onde se cria um vínculo com as pessoas oriundas do campo, que aparecem para ajudar nas pescarias, em troca de peixe. O processo de abandono da agricultura em direção à pesca assemelha-se ao ocorrido no litoral de Santa Catarina. Contudo, ao invés da expansão urbana, aqui o elemento determinante parece ter sido modelo de desenvolvimento agrícola, seja na monocultura da cebola e do arroz ou mesmo nas estâncias com criação de gado, levando à questão da concentração de terras. No entanto, para além do impacto causado

pela modernização da agricultura, a questão do abandono do campo não pode negligenciar o problema da “falta de terras” para o crescente aumento da população rural⁵³.

Juntamente com os descendentes de açorianos, o movimento da agricultura em direção à pesca absorveu comunidades negras que se estabeleceram na região durante o período escravocrata e que viviam há séculos isoladas e exploradas no campo. Boa parte das narrativas dos pescadores acerca do tempo de fartura da pesca é antecedida pela trajetória familiar de dificuldades econômicas, em um quadro onde o litoral e a atividade pesqueira apresentam-se como lugar dos excluídos socialmente. Para as famílias que abandonavam o campo, a insegurança de uma longa espera pelos resultados da colheita é substituída pelo retorno imediato das pescarias, não exatamente de dinheiro, mas tendo no peixe um alimento garantido⁵⁴. Assim, o litoral apresenta-se como lugar-refúgio dos socialmente marginalizados, agregando os excluídos do campo e aqueles pescadores sem a posse dos instrumentos de trabalho e de um território de pesca. A praia, espaço de uso comum e ao mesmo tempo limiar entre a terra e o mar, consiste em um espaço-limite, no qual se misturam o isolamento espacial e o nomadismo dos excluídos socialmente, onde o ingresso na pesca de parselhas acontecia através do trabalho como proeiro.

Em conversa com Cláudio, na doca, o mestre revelou que havia migrado ainda criança, junto com seus pais - todos negros que viviam em Bojuru - para São José do Norte em busca de melhores condições de vida. A narrativa de Cláudio reflete através de sua trajetória, um processo de passagem de práticas agrícolas para práticas pesqueiras:

Quando a gente morava em Bojuru, lá tinham o Aladino. E eles moram lá ainda... O Sírio... Dos antigo, que tem fazenda. Meu pai foi criado com eles. Quando se tinha dinheiro, não tinha mercadoria. Quando não

⁵³ A questão da herança da terra nas famílias nucleares camponesas foi amplamente abordada em estudos sócio-antropológicos sobre campesinato, destacando-se os trabalhos de Pierre Bourdieu (1966), Eric Wolf (1976), Queiroz (1972) e Ellen Woortmann (1992 e 1997). Trata-se de uma questão que apresenta como pano de fundo o problema da “falta de terra” para o crescente aumento da população camponesa. Para Eric Wolf (1976:37), o processo de herança pode ser de “partilha da terra” ou “sem a partilha da terra”, no entanto, sempre implica na migração de camponeses.

⁵⁴ A esse respeito, ver John Cordell (In: Diegues & Moreira, 2001), que aborda a organização social e territorial dos “beirados” (pescadores de beira de praia) da Bahia, revelando que o processo de marginalização social, sobretudo em relação à posse da terra, fez com que as áreas de mangue e lagoas rasas se tornassem “ponto de não retorno-refúgio” (2001:139). Cordell (2001: 140) também observou que as comunidades pesqueiras eram formadas predominantemente por populações negras excluídas das plantações do interior, em processo semelhante ao ocorrido em São José do Norte. Trata-se, portanto, de um processo diferente do que ocorreu no nordeste do Brasil, onde os negros recém libertos já dedicavam-se à pesca.

tinha dinheiro, não tinha o que comer. Tive uma vida muito sofrida em relação a isso aí. Meu pai até foi criado com gente de bem. Mas naquela época, como é que eu vou dizer pra ti, o pessoal era muito manipulado. Aqueles pretos que trabalhavam com aquele pessoal que tinha mais posse. Pessoal que tinha mais dinheiro, de fazenda e aquela coisa. Então manipulava, era pra votar, era pra jogar, era pra sair. Entendesse? Só que meu pai aprendeu. Meu pai tinha a quarta série e serviu o exército. Então, quando meu pai serviu o exército, ele chegou a ser cabo, sabe? E meu pai pegou, não tanto pela teoria, mas pela prática, que quando o cara chega na quarta série e chegar a ser cabo do exército... Então desenvolveu a mente, sabe? Casou e tal. Ele não aceitava aquele tipo de coisa. Não aceitava! Trabalhar de graça pros outro. Era daqueles negos revolucionários, sabe? Porque tu sabia o que era o mundo! Ele era um cara que sempre tinha uma visão da coisa, mas não tinha nada.

Então a gente veio parar aqui. A antiga Estrada do Inferno. E viemos embora, chegamos aí. Naquela época se usava corrente nos pneus, pra passar por esses banhados. Não tinha acesso pro interior, era pela praia. Se não tivesse praia, não tinha como chegar lá, entendesse? Lá, quando morria um da família da gente, ou qualquer um que morria, o vizinho que sabia fazer obra, ia lá na venda do falecido Godsladen; comprava três tábuas, quatro metros dessa chita preta, fazia um caixão, metia o nego pra dentro e ia embora. Hoje não, hoje morre alguém no interior e tem que trazer pro Norte, tem que fazer um monte de coisas. Então a gente chegou aqui com muita dificuldade. Muita dificuldade! A gente vinha bebendo água pelo meio do caminho.

Sáimos de Bojuru, na época, às seis horas da manhã e chegamos aqui nove horas da noite. Claro que o rapaz aqui já sabia que a gente tava vindo, já tinha arrumado tudo. A gente tinha uma tia minha que morava aqui no Norte; um tio meu trabalhava na prefeitura... E a fartura era tanta de peixe que, numa época dessas de verão, tu comia o peixe que queria, né! Tu comia peixe-rei, tu comia peixe agulha... No camarão, quando dava rebojo aí, que

ele descia na beira da praia, fazia um chuáaa! Chegava a encalhar no seco de tanta quantidade que tinha. A pesca não era explorada, né! Tu via o camarão pulando em cima da rede. Entendesse? Tu enchia a rede e tinha que arrastar pra praia, senão não tinha como despescar. E eu vinha de lá pegar, buscar o que comer. Nós não tinha o que comer, então eu arrumava um farinha na casa dum, outra coisa na casa de outro, e eu vinha de manhã buscar o peixinho aqui. Chegava aqui e não tinha peixe fresco. Em cima do cais ali tinha espinhaço de miragaia, cabeça de miragaia, cabeça de bagre... [...]. Tinha as salgas, mas salgava só o que era bom. Só o que era bom! Espinhaço de miragaia ali era... Ih... Então eu ia de manhã pra ver se achava um peixe pra comer e, se não tinha, eu pedia. E às vezes nem pedia, entrava, e já tinha uma faca velha, meio destrinchada...

(...)

Aí chegamos em 66. Em 67, não colhemo plantação. Um cara lá plantou lá em cima de umas terra meia ruim lá. E não colhemo nada. E daí insistimo no outro ano e também não colhemo nada... Aí, aqui da praia como tinha muita parelha de arrasto, de costa de praia. E eu, na época trabalhava de inverno, na época de sementeira de cebolinha... Em maio, já começa a sementeira. E eu caía na praia com o pessoal. E começava a ver como eles trabalhavam... E saía com eles...

No colégio mesmo, eu ia um dia, sim, e um dia, não. Um dia, ia minha irmã; e outro dia, ia eu. Naquela época, se usava roupa pantalona. A roupa que a minha irmã vestia pra ir, se ela sujasse no colégio, aquela calça pantalona, ela chegava e minha mãe lavava, no outro dia pra mim ir. Naquela época, toda a comida era vendida em saco. Era saco. O arroz e o feijão, era nesse saco de linhagem. Açúcar, farinha de trigo, era tudo nesse saco. Minha mãe aprendeu a costurar em casa, sabe? Minha mãe faz qualquer tipo de roupa. Não sabe a letra o. Fazia calça e calção, camisa, e depois tingia, sabe? E aí eu caí na praia. Muita fartura de peixe. Muita. Muita mesmo. Naquela época, era uma fartura enorme. Descia na praia com o cavalo. Tavam lanceando ali, ajudava a puxar a rede, e... Eles te davam o melhor peixe do

lance, no caso né! Te davam o melhor peixe. Se usava aquelas mala campeira em cima do cavalo. Minha mãe é que fazia. Enchia de peixe e ainda levava uma miragaia de arrasto pela cola. Aí fui gostando de ver aquele movimento, e muita fartura, né! A parelha mesmo... era 18, 19 homens, cada parelha. Faziam cinco quilos de arroz numa panela. A comida... um peixe ensopado, por exemplo, uma meragaia de 14 quilo...

(...)

Eu era da campanha, mas vinha a cavalo e ia pra beira da praia. E um primo meu foi trabalhar com os catarina: o Zé Rego, pai do falecido Celso. E foi que quando não tinha serviço eu ia lá pra praia. Ficava lá no fundo, bem pertinho de casa. E eles saíam e, de cima do caminhão, tu via as manta de enchova correndo pela beira da praia.. Não é essa enchova miudinha que tem agora, era umas enchovas grandes assim! Miragaia, tudo isso se matava em beira de praia. Da beira da praia, se via aquele amarelão de peixe. Era duas, três parelhas, emendada uma na outra pra puxar pra terra; carregar lance de dez, doze caminhão!

Segundo Cláudio, havia também pescadores na Povoação da Barra, que pescavam em parelhas que saíam cerca de 3 milhas para além dos molhes da barra. No entanto, a pesca principal era aquela realizada pelas parelhas de beira de praia⁵⁵.

Em meados de janeiro, o Santana já estava ancorado e seria mandado para o estaleiro. Toda a tripulação havia desembarcado e agora dedicava-se à safra do camarão na Lagoa dos Patos. Nesse período, Cláudio, que não estava pescando camarão, convidou-me para almoçar em sua casa nova, na cidade baixa. Era um domingo de verão e um proeiro havia lhe presenteado com alguns quilos de camarão. Enquanto o almoço era preparado, ficamos descascando o camarão no pátio de sua casa. Diferentemente de Charrão, que começou a pescar na Lagoa dos Patos e depois passou para as parelhas no oceano, Cláudio - praticamente uma geração mais novo - foi um dos primeiros mestres que surgiram na pesca barra afora em São José do Norte. Portanto, passou da pesca em parelhas na costa para a lagoa, e desta para a pesca embarcada.

⁵⁵ Uma milha náutica corresponde a 1.852 km.

Ao ser indagado sobre como começou a pescar na lagoa, contou a situação de dificuldades vividas por sua família, tendo introduzido seus quatro irmãos na atividade pesqueira:

Em 70, vim aqui pro canal. Fui trabalhar com eles na lagoa. Aí perdi meu pai. Meu pai faleceu em 73, no dia 17 de setembro. Aí perdi meu pai e ficou... nós éramos cinco homens, o mais moço com um ano e três meses. Eu era solteiro ainda. Aí eu... já tinha um com doze, treze anos, que era o Délcio, aí levei ele pra o Zé Hatoe, que vinha carregado com a parelha, não sei se tu tivesse com os portugueses ali na praia...pai do Zé Hamilton. E era encarregado da parelha. Era pobre, né cara! Era e ainda sou. E a minha mãe, viúva. Então comecei a puxar eles pro serviço, porque naquela época não tinha essa lei do menor. Então, o que é que eu fiz? Levei eles pra trabalhar comigo. Levei eles. Depois veio o Flávio. Aí eu já trabalhava de encarregado. Era quando o Vica trabalhava aqui. Ai o Vica se aposentou-se e eu fui trabalhar de encarregado. Aí me passaram a encarregado da parelha. Eu trabalhei oito anos de proeiro e dez anos de encarregado. Trabalhei dezoito anos com ele.

A rede de parentesco e afinidade foi fundamental para que fosse possível a inserção no âmbito pesqueiro. Segundo Cláudio, a relação com os pescadores portugueses e catarinenses era de integração.

Naquela época, era tudo português. Mas já tinha uns catarina. A maioria das parelha era tudo português, mas já tinha uns catarina infiltrado. Na minha época mesmo tinha... Aqui, que eu me lembro, era os Irmãos Coragem, que vinham do Cassino pra cá, Celso Ramos, o pai do Zé Rego... Estudemo junto no colégio da praia. Eu estudei um ano. Com 11 pra 12 anos e passei pra segunda série e não estudei mais. Só o primeiro ano inicial. Passei pra outra serie, mas não continuei. E o outro pouco que aprendi foi a vida que me ensinou, né!

A pesca, vou dizer pra ti. No Rio Grande, eu acho que nessa parte da pesca... que quando começou a criar aqui, foi os portugueses que trouxe essa integração dos negros com os brancos. Pra mim eu acho que foi, porque... Eles passaram por Moçambique, Guianas... Na volta deles lá. E quando eles passaram aqui já sabiam que tinha negro na volta deles lá.

Quando eu comecei a trabalhar na parêlha deles tinha... Desde 69, 68, era seis negros e uns doze branco. A maioria era branco, mas 30% era negro, tá entendendo? O remador na canoa era preto, na canoa do Gonçalo, português, pai do Cláudio. Conhece aquele ali? Não tem o Cláudio, teu vizinho ali? Aquele velinho que é teu vizinho e tá sempre na janela. Na minha estrêia de pesca, ele era remador. Um filho dele é casado com uma cunhada do Zequinha. O Cláudio, um fortão. [...] Tu sabe quem é. Tem aquela casa, tem uma grandona e tem aquela casa de material ali. Português ali. Tá com problema de derrame. Nós trabalhamos juntos. E ele gostava um bocado de mim. E eu gostava dele, sabe? O bote dele chamava "Sou do Cláudio", que o filho dele botou Cláudio, e ele era colorado, gostava do Internacional. E, naquela época, o Claudiomiro era centroavante do Internacional, e era preto, né. Então ele botou o filho dele, era pai do centroavante, Claudiomiro, então botou o nome do guri Cláudio.

Eu não conheço nada por aí fora, mas aqui no Norte tá infestado esse negócio de branco tá casado com negro. Pelo tamanho da cidade, tá quase 50%. Então, como é que eu vou dizer pra ti, os portugueses trouxeram isso pra cá. O Nadal é descendente, aquele que vem na casa da Cláudia. O avô dele é Português. O pai do João Luis é português, quem mais... O pai do falecido Igo é português, o Larry, que foi criado com ele, também fazia parte dos portugueses. Quem mais... O Zé da Trolha era português, o Lauro era português, o Zé do Bito era português, o Bitinho. Lá pra Barra lá, só tinha português. Catarina era bem poucos que tinha lá, na época. Os catarina que começavam a trabalhar e já tinham parêlha, eram catarina que trabalhavam com os portugueses de encarregado. Faziam as economias deles

e já compravam um botezinho. Tem hoje um monte deles. Não tinham nada e trabalharam.

4.3. A Ilha da Feitoria

Nas narrativas de Cláudio sobre o tempo em que pescava na Lagoa dos Patos, a Ilha da Feitoria surge como uma referência importante. Localizada no estuário, próximo ao município de Pelotas, o local abrigava pescadores de municípios do entorno da lagoa. Vindos de Pelotas, de Rio Grande e de São Lourenço do Sul, esses pescadores acampavam na ilha, passando longas temporadas de pescarias.

Atualmente esta ilha encontra-se praticamente abandonada, devido ao desaparecimento de espécies outrora capturadas. As pescarias na Ilha da Feitoria remetem a uma conjuntura de consolidação da figura do intermediário, que comprava a produção dos pescadores. Nesse período, surgem novas técnicas materiais de pesca e inovações tecnológicas que são fundamentais para as mudanças no setor pesqueiro, como o gelo - que possibilitou o armazenamento em maior quantidade - e o motor, - que passa a ser utilizado nas embarcações, - substituindo o remo e as velas. Com botes motorizados, as viagens mais longas como a realizada até a Ilha da Feitoria facilitavam a concentração de pescadores de São José do Norte no local. Cláudio acampava com sua família:

E daqui nós ia lá pro décimo sexto distrito de Pelotas, na Ilha da Feitoria. Nós tinha galpão no caso, pra família morar lá. Chegava aí... Meados de julho, junho, a gente ia embora pra lá. Só vinha lá pelo dia vinte de dezembro, que a gente vinha embora. Quando eu comecei a trabalhar, já tinha congelamento, mas era muito pouco. Muito pouco. Naquela época, tu trabalhava com o bagre em garfo, né! Tu rapava a embarcação, safava o peixe, botava ele num bote, baldeava ou safava pra depois pesar ou vender em outra embarcação, no caso, era tudo com garfo. Garfo é que nem uns ancinhos, sabe? Não sei se conhece aqueles garfos. Hoje não. Hoje não se tira mais assim o bagre. Se tu tirar, tem que ter cuidado, tem que ser direitinho, pra tirar o filé, pra não dar derrame na cara... Tudo isso. Naquela época, se trabalhava muito com sal, não tinha gelo.

A imagem do peixe levantado pelo forcado, ferramenta de utilizada por agricultores, remete novamente a referência ao tempo de fartura associado à passagem de práticas agrícolas para pesqueiras, em um período de pesca artesanal, no qual se salgava a produção e não era necessário cuidado com a integridade do peixe, conforme as exigências atuais do mercado da pesca.

Claudia, a filha mais velha de Cláudio, também lembra das pescarias na Ilha da Feitoria:

O pai pescava aqui e na Ilha da Feitoria, que eles iam nas safras. Mas... Mestre mesmo, foi muito depois. Ele era pescador-proeiro em um bote. Depois pegou encarregado de um bote, que, na época... Que agora não tem muito, agora, aqui na prainha, uma parelha é um bote só. No máximo dois. Antes eram vários! Eu lembro que na parelha que o pai trabalhava tinha uns seis botes. Eram vários botes e cada bote tinha o chefe que comandava. O encarregado daquele bote tinha a tripulação. Era no máximo, dois ou três.

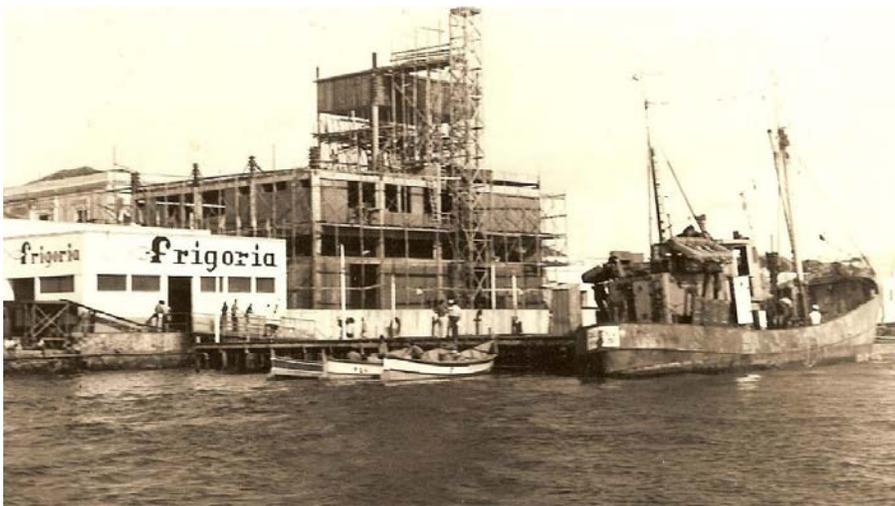
A gente morava na beira da praia e, desde que eu me conheço, sempre vendo aquele movimento. A gente morava bem do lado da parelha. O pai cuidava até a parelha. Nós éramos vizinhos. Os donos cederam o terreno pro pai fazer a casa. A gente morava do lado, quer dizer, a gente via todo o movimento deles, indo pro mar e vindo do mar. Assim, toda essa função de trabalho, de pescaria.

(...)

Quando o pai era casado com a mãe e a gente vivia mais ou menos bem, o pai saía com a gente pra pescar aqui na lagoa. Em bote também. A mãe descascava o camarão e salgava também. Porque não tinha onde guardar muito, né. Eles não tinham freezer, só geladeira, e não cabia tudo. E era muito abundante. A safra dava muito camarão, né. Naquela época. Eu lembro que o pai ganhava bastante dinheiro no camarão.







4.4. O trabalho das mulheres

A mãe de Cláudia, Ivorema, conta que, antes de se casar, pescava camarão com a irmã e o pai na lagoa. Conheceu Cláudio nessas pescarias. Revela que, embora bastante jovem, além de ajudar seu pai, também trabalhava nas salgas:

*Eu sou de 57. Quando eu tinha 14, 15 anos, nós morava lá no Cocuruto. Perto da Quinta. Eu pescava com o pai. Eu e a Ana. Nós era proeiro dele. Pescava camarão. Ia com água até a canela! Enchia o tanque de camarão. Eu trabalhava de noite e, de dia, ia pra fábrica.
[...] A fábrica era fábrica de salga, tinha bastante peixe, bastante salga. Tinha a fábrica de peixe. Tinha até de cebola. Conserva, fazia, né. Alho... Fazia um monte de coisa aí. Aí foi acabando, acabando... e terminou tudo.
[...] No inverno, às 7 horas da manhã, já começava. A gente fazia o serão quase a noite toda. Eu mesmo salgava peixe a noite toda. Mas aí, acho que era mais velha, tinha uns vinte e poucos anos. Tinha muito peixe. Bah, se tinha! A gente escalava bagre, enchova... Tinha tainha, tinha filé de merluza, fazia tudo. Depois continuei trabalhando na fábrica. Na Confrio. Antes era o Saraiva Santos, né! [...]Bah! E tinha bastante gente! Vinha até gente de Rio Grande, da barra. Na Confrio, muitas vezes, o pessoal do Norte ficava na rua e entrava pessoal de Rio Grande e da Barra.*

Filhas ou esposas de pescadores, além de descascar camarão, geralmente participavam das pescarias em botes, quando próximas à praia, embora a força de trabalho feminina fosse considerada apenas como “ajuda” pelos homens. Nas famílias de pescadores, as mulheres trabalhavam no preparo relativo à salga do peixe e do camarão para consumo próprio, sendo que boa parte delas também participava do arrasto em águas rasas, na pesca do camarão.

Já habituadas ao trabalho da salga no núcleo familiar, passaram a trabalhar também dentro das empresas de processamento de pescado, as quais empregavam majoritariamente mulheres. O trabalho nas salgas, mesmo operando noites inteiras, não dava conta de toda a produção de pescado. Com as fábricas de congelamento, o processamento de pescado passou a ser mais rápido, ao mesmo tempo em que aumentava o contingente de

trabalhadores nessas fábricas. Na década de 1970, havia duas filiais dessas empresas em São José do Norte, ambas com sede em Rio Grande. Com a substituição das salgais por fábricas de congelamento de pescado e do aumento do parque industrial de Rio Grande, a Confrio, uma dessas fábricas, instalou uma filial na área da doca de São José do Norte, absorvendo mão-de-obra local.

Zuca, pescador de bote, primo de Vaninho, lembra das mulheres de sua família trabalhando nessas empresas, quando havia emprego na cidade:

Empregavam uma porrada de gente. Agora não tem mais emprego no Norte. Quando tinha a fábrica ali, trabalhava a minha vó, a mãe dele (Vaninho), minha tia... A vó... batia o alarme pra sair e eu já tava no portão pra ver a vó! Eu ia levar café todo o dia pra ela. Quando não era eu, era a minha tia. Levava o café de manhã e de tarde. E o almoço ela vinha almoçar em casa. Mas faz um monte de tempo. Depois fechou, botaram todo mundo pra rua.

4.5. A “morte” da lagoa

Na casa de Laís, vi algumas fotografias dos “barquinhos”, os pequenos barcos de esmalte, nas paredes de uma saleta onde recebe visitas dos armadores e dos embarcados, principalmente os mestres. São fotos ampliadas, formando quadros, nos quais aparecem os tripulantes, recém chegados de uma viagem no mar, posando no convés carregado de peixes. Na saleta, além das fotos, chamava a atenção uma velha máquina de escrever que ficava sobre uma escrivaninha que era usada no dia-a-dia de seu trabalho de despachante.

Pela manhã e à noite, Laís trabalhava em casa. Durante a semana, passava as tardes em um pequeno escritório, localizado no mercado público de Rio Grande. O deslocamento para Rio Grande era inevitável, uma vez que alguns dos seus clientes eram armadores que moram nessa cidade, proprietários de barcos e traineiras sediadas no porto daquela cidade, onde era descarregada toda a produção de pescado. Nessa área também encontra-se o posto da Marinha e o do IBAMA, responsáveis pela regularização da atividade.

Olhando as fotografias, pude reconhecer alguns pescadores. Laís explicou que as fotos são de um período no qual iniciou localmente a pesca embarcada e, portanto, a

introdução nas pescarias barra afora de muitos dos atuais mestres, entre eles, Cláudio e Nelinho.

Na fala de Laís (e de alguns mestres), a imagem de barcos carregados ao ponto de não haver mais espaço no porão, com o pescado sobre o convés, eram freqüentemente evocadas, na referência ao momento de fatura da pescaria e o reconhecimento do mestre como “matador de peixe”. Trata-se de uma imagem impensável para a situação atual, devido à diminuição dos estoques pesqueiros e também do aumento da capacidade de armazenamento de boa parte dos barcos.

O contexto de evolução da pesca na região a partir da segunda metade do século XX, através da ação de embarcações vindas de outras regiões e do crescimento do parque industrial no porto de Rio Grande, foi determinante para o surgimento da pesca embarcada em São José do Norte. Trata-se de um processo global de expansão do mercado da pesca, que tem levado à intensificação da atividade na região por meio de novas tecnologias e barcos cada vez mais potentes⁵⁶.

Para Cláudio, este é um tempo identificado como o tempo de fatura da pesca, praticado nas praias do Atlântico e na Lagoa dos Patos até fins da década de 1970. Um passado idealizado, de modernização restrita, no qual havia uma sustentabilidade em razão da abundância de peixes e do emprego de uma tecnologia limitada. A pesca para simples

⁵⁶ Esse processo global está relacionado com a vinda dos imigrantes portugueses para a região, fazendo parte do embrião de um modelo de pesca empresarial-capitalista. Nesse sentido, Diegues (1983) apontou para o fato de que a imigração de pescadores portugueses e espanhóis para o Rio de Janeiro, no final do século XIX, de certa forma engendrou o desenvolvimento da atividade pesqueira, cujos moldes atuais têm origem justamente nas inovações que estes pescadores trouxeram ao Brasil. Estas transformações estão associadas à industrialização e ao desenvolvimento do mercado pesqueiro na Europa e em séculos de desenvolvimento de práticas pesqueiras. Portanto, é relevante observar que, conforme considera Diegues (1983:120-121), os três principais tipos de pesca industrial - (1) pesca com linheiros em águas profundas, (2) pesca de arrasto, e (3) pesca com rede de cerco, realizada por traineiras - derivam de inovações introduzidas por esses pescadores, caracterizando sistemas de pesca artesanal que foram readaptados para uma pesca em larga escala. Conforme Diegues (1983), os poveiros buscavam manter seu modo de vida de acordo suas práticas tradicionais de pesca. No Rio de Janeiro, formaram comunidades bastante coesas. Entretanto, o desenvolvimento da pesca industrial, sobretudo através do surgimento das traineiras, fez com que esses pescadores fossem incorporados ao modelo de pesca empresarial-capitalista. A passagem da “companha” (modelo de sociedade no trabalho entre pescadores, caracterizado pelo igualitarismo) para o trabalho assalariado na traineira, é esclarecedor acerca do processo de mudança e suas conseqüências. Dias Duarte (1978), examina a questão da identidade social dos pescadores de Jurujuba, no litoral fluminense, enfocando o processo de transformação na organização da pesca artesanal, articulada à pesca industrial. A reprodução social do pescador de canoa, baseado na companha, e sua mudança frente ao modelo de produção da pesca nas traineiras, revela um contexto dramático da exploração da força de trabalho e dos impactos que sofrem esses pescadores, gerados pelo processo de urbanização e industrialização. Por outro lado, também demonstra como esses pescadores vêm se adaptando a uma série de condições hostis e buscando estratégias de reprodução social, cujas possibilidades de surtirem ou não efeito consiste em uma questão que fica em aberto.

sobrevivência era agora transformada em trabalho providência, orientada por uma lógica do capital e do emprego, constituindo o mundo da pesca em relações mediadas pelo “dinheiro” (Simmel, 1976).

Eu comecei na barra em 84. Comecei como tripulante. Trabalhei com o falecido Atanásio. O primeiro barco que veio trabalhar aqui no Norte, que antes não tinha, né! Um barco que o Benjamim construiu, o “Dom Joaquim”. O primeiro barco que ele construiu. Eu entrei até na vaga do canivete, que eu trabalhava na Lagoa dos Patos, mas vi que tava muito defasada. Aí eu agarrei, fui optando, né. Tive que sair da lagoa, porque não tinha mais como sobreviver. A lagoa morreu. O pessoal começou a sair. O pessoal de São Lourenço foram dos primeiros a trabalhar na lagoa, na época, né! E nós trabalhava ainda lá na Ilha da Feitoria. E aí é como diz aquele ditado: Tu tem que sair pra sobrevivência, né! Quem ficou naquilo ali não desenvolveu. Agora com o salário que eles dão, o seguro-desemprego, esperando uma corvininha entrar aqui no canal... O troço ficou difícil. Então... Se a pesca tivesse ficado como era há alguns anos... Eu nunca tive intenção, nunca sonhei que iria trabalhar no oceano.

Atualmente, a situação de dificuldades vivenciadas pelos pescadores da lagoa, cujas entressafras se tornam cada vez mais longas, é amainada em parte por políticas compensatórias, criadas recentemente pelo Estado brasileiro, como o seguro-desemprego e o Pronaf - Pesca⁵⁷. O seguro-desemprego consiste no pagamento mensal de um salário mínimo oferecido pelo governo federal, durante esses meses críticos, que coincidem com o período de defeso de determinadas espécies de peixes⁵⁸. Por esse motivo, alguns pescadores chamam de seguro-defeso. Na prática, busca-se, ao mesmo tempo, conter o processo de exclusão social e assegurar a preservação dos ecossistemas ameaçados pela pesca

⁵⁷ O Pronaf (programa de fortalecimento à agricultura familiar) consiste em um projeto do governo federal de financiamento em infra-estrutura para pequenos agricultores e pescadores artesanais. Inicialmente esse programa era destinado apenas à pequena agricultura, tendo se estendido à pesca artesanal (Pronaf-pesca), através de linhas de crédito, utilizadas para a criação de cooperativas de pesca, ou então para aquisição de um motor ou embarcação nova.

⁵⁸ Defeso é o período que a pesca é proibida, visando a preservação de espécies de peixes e crustáceos. Este é o caso da pesca do camarão, que somente é liberada em fins de janeiro, sendo que dezembro é um mês de defeso.

predatória. O seguro-desemprego é considerado fundamental para a sobrevivência dos pescadores e suas famílias. Contudo, para manter as famílias, muitas vezes as parcelas do seguro-desemprego são insuficientes, levando boa parte dos pescadores a ingressarem na pesca embarcada, que, aparentemente, apresenta uma maior regularidade na produção.

4.6. O surgimento da pesca costeira marítima com rede de emalhe e seu contexto

Na costa do Rio Grande do Sul, a plataforma marítima é considerada bastante regular, apresentando uma largura de, no máximo, cerca de 90 milhas náuticas (170 km). O fundo de areia e de lama, característico desta parte da plataforma, ao contrário dos fundos rochosos, facilita a pesca de arrasto em larga escala. Trata-se de uma condição físiográfica que se diferencia de outras partes da costa brasileira, como o litoral nordestino, onde a plataforma marítima é mais estreita (média de 10 km) e apresenta fundo rochoso ou coralino, mais apropriado à pesca em pequena escala, valendo-se, por exemplo, de linhas ou covos.

De modo geral, a plataforma brasileira não apresenta grande piscosidade, devido principalmente às correntes tropicais e à sua alta salinidade, com exceção de pontos isolados, onde desembocam grandes porções de água doce, como na afluência de rios, mangues e lagoas, ou através do fenômeno da ressurgência⁵⁹. Nesse contexto, o extremo sul do Brasil apresenta uma condição privilegiada, visto que a ligação da Lagoa dos Patos com o Oceano Atlântico forma um sistema cuja entrada de água doce na plataforma marítima carrega nutrientes de origem terrígena que atraem os cardumes de peixes. Sob tal condição, organiza-se toda a estrutura biológica do ecossistema costeiro e marinho da região. Seguindo mais ao sul, observa-se uma influência da costa do Uruguai e da Argentina, em que a penetração de água doce ocorre principalmente através do Rio da Prata. Juntamente à descarga de água doce, a plataforma marítima, onde atuam os barcos de Rio Grande e de São José do Norte, caracteriza-se pela influência das correntes do Brasil e das Malvinas. Esta última é formada por águas frias vindas do sul e apresenta grande piscosidade, devido aos nutrientes que carregam. Em razão disso, é considerada como

⁵⁹ Ressurgência é um fenômeno que ocorre em determinadas áreas do oceano, no qual as águas frias - que estão situadas em grande profundidade - sobem à superfície através de correntes marinhas. Essas águas são ricas em nutrientes, atraindo os cardumes de peixes.

prolífero pesqueiro, sobretudo de espécies que se alimentam no fundo do mar (espécies demersais).

Dito isso, é importante considerar que, para além do estuário da Lagoa dos Patos e da beira das praias oceânicas, a zona costeira marítima começou a ser explorada por embarcações da região, conforme Barcellos et al (1991), a partir da década de 1940, quando parelhas do porto de Rio Grande passaram a praticar a pesca de arrasto:

A pesca iniciou em 1947 quando a parelha “Albamar/Brisamar” começa a operar ao largo do Rio Grande, sendo no ano seguinte acompanhada pelo par “Pioneiro/Libertador”. A pesca de arrasto simples com portas tomou impulso em 1952, com a vinda de mestres de pesca escandinavos e suas embarcações, que demonstraram a eficácia do método. Em consequência, as parelhas existentes foram convertidas em arrasteiros simples.

Nesta fase inicial de pesca de arrasto, que se estendeu até 1961, as áreas de pesca foram sendo expandidas para o sul, não ultrapassando a isóbata de 20m, até atingir a desembocadura do Rio da Prata. As principais espécies desembarcadas eram a corvina, a pescadinha, e a pescada-olhuda. Os desembarques anuais cresceram de 154 toneladas, em 1947, para 6.100 toneladas, em 1961. Naquele ano, havia aproximadamente 20 arrasteiros simples e até cinco parelhas operando a partir do porto de Rio Grande.

Em 1962, o Brasil passou a participar efetivamente da pesca da merluza, com arrasteiros simples, operando ao largo do Uruguai e Argentina, até a latitude de 43°00’S e em profundidades próximas a 120m. A merluza passou a ser o principal componente das descargas no porto do Rio Grande, atingindo 20.000 toneladas anuais. A frota de arrasteiros simples sediados no Rio Grande cresceu, chegando a 38 embarcações em 1973. Este período marcou o desenvolvimento da indústria pesqueira rio-grandina. (Barcellos et al, 1991).

O aumento da frota de arrasteiros a partir da década de 1960 vem junto com a ampliação do número de empresas pesqueiras, através de financiamentos e incentivos fiscais por parte do governo brasileiro. Tal processo tem início no litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo, logo se estendendo ao litoral sul, em uma conjuntura de implantação de uma indústria nacional da pesca. O modelo de modernização proposto pelo Estado através de financiamentos e isenções fiscais teve como consequência imediata a criação de novas empresas e a ampliação de outras, assim como a modernização e o aumento das frotas pesqueiras⁶⁰.

⁶⁰ Conforme Diegues (1983), este modelo de desenvolvimento da pesca industrial gerou uma série de impactos sobre comunidades de pescadores artesanais, que foram sofrendo um processo de exclusão social. A intervenção nos espaços de pesca destes pescadores se deu, principalmente, através de uma competição desigual na captura do peixe, no qual os pescadores artesanais passaram a se deparar com frotas mais

Nesse período, traineiras vindas de Santa Catarina já atuavam no litoral do Rio Grande do Sul, pescando tainha e anchova (Haimovici, 1997 apud Yesaki & Bager, 1975). Também consta a pesca do atum por barcos japoneses na região sudeste-sul, sendo que, a partir da segunda metade da década de 1970, houve uma intensificação da pesca na região, desencadeada pelo arrendamento de barcos estrangeiros, que passaram a desembarcar a produção no porto de Rio Grande (Haimovici, 1997, apud Zavala et al., 1991). Na pesca oceânica, foram introduzidas, nas décadas de 1970 e 1980, novas técnicas, como o sistema de arrasto, a pesca com espinhéis em águas profundas e pescarias com rede de cerco, somadas a uma expansão excessiva da atividade⁶¹. Barcos de grande tonelagem, como camaroeiros e traineiras, começaram a vir de outros estados com maior frequência atrás dos cardumes de peixes que seguem as águas frias, sobretudo barcos catarinenses. A frota pesqueira de Rio Grande foi acrescida de traineiras e barcos grandes com rede de arrasto.

No fim da década de 1970, houve também a crise do petróleo, que elevou o preço do óleo diesel. O combustível mais caro levou muitas embarcações que descarregavam o pescado em outros portos do Brasil a encurtarem as viagens, passando a fazê-lo em Rio Grande. Desse modo, ao invés do pescado ser transportado por mar para outras regiões do país, seguia em caminhões, através da malha rodoviária. Conseqüentemente fez com que os investimentos no setor pesqueiro fossem concentrados no porto de Rio Grande.

Contudo, essas condições alteraram-se significativamente durante a década de 1980. Na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em 1982, ficou estabelecido um limite de, no máximo, 200 milhas de mar territorial em países como Brasil, Uruguai e Argentina. Segundo Andrade (1992:07), questões relativas à preservação e aproveitamento dos recursos naturais marinhos por parte dos países que motivaram esta convenção foram determinantes para a ampliação do monopólio sobre suas extensões marítimas. Em um contexto de exploração global desses recursos, tal convenção faz parte de formas de regularização do espaço marítimo, contemplando a regulamentação dos países costeiros de acordo com o Direito Internacional.

A convenção foi importante para regulamentação e fiscalização da pesca, tendo favorecido especialmente as frotas pesqueiras do Uruguai e da Argentina, países que

equipadas e com poder econômico. Por outro lado, o processo de especulação imobiliária nas praias também apresentou grandes impactos, inserindo-se em um contexto de expansão da sociedade urbano-industrial.

⁶¹ Cf. Relatório da Subcomissão Mista da Pesca e Piscicultura (2002).

apresentam um baixo grau de desenvolvimento da pesca industrial se comparados ao Brasil. Anteriormente, as frotas desses países tinham que disputar sua atual ZEE (Zona Econômica Exclusiva) com a frota brasileira, composta pelos barcos arrasteiros, mais modernizada e, portanto, com maior capacidade de captura⁶².

A frota brasileira, que anteriormente seguia as correntes de águas frias, atuando na costa do Uruguai, da Argentina e no sul do Brasil, ficou restrita a ZEE brasileira. A intensificação da atividade pesqueira levou à situação de sobrepesca⁶³ na região. Tal situação, associada à impossibilidade de pescar nas águas territoriais dos países vizinhos, acarretou uma concentração ainda maior de barcos atuando na região, ampliando a crise no setor pesqueiro.

A diminuição dos estoques de peixes é um problema que afeta tanto a Lagoa dos Patos como o oceano, tendo em vista a ligação entre os dois ambientes, por onde se movimenta a vida marinha, sendo que os impactos ambientais na Lagoa dos Patos - local de reprodução e criação de espécies de peixes e crustáceos - acabam por se fazer sentir mais globalmente no oceano. Localmente, a pesca em larga escala realizada no oceano começou a afetar a entrada de peixes na Lagoa dos Patos.

Conforme Reis (1994), já nos primeiros anos da década de 1980, a quantidade de capturas no estuário apresentou um sensível decréscimo, afetando a produção local, tendo sido determinante para o surgimento de uma frota de barcos de pequena tonelagem, os barcos pequenos da doca, implicando no deslocamento da atividade para a zona costeira marinha, entre os faróis de Mostardas (31°10'S) e Albardão (33°S).

Em São José do Norte, a pesca embarcada iniciou somente na década de 1980, com o surgimento da frota de barcos com rede de emalhe, dispendo de algumas tecnologias de barcos industriais, como sondas e bússolas. Inseridos nesse contexto, os pescadores locais engajados na pesca oceânica fazem parte de uma frota costeira que apresenta uma transição da pesca artesanal, baseada principalmente nas relações familiares e uma produção de subsistência e baixa tecnologia, para um modelo de maior envolvimento com o mercado,

⁶² Além dos arrasteiros simples, posteriormente foram introduzidos os arrasteiros de tangones, embarcações maiores e com amplo poder de captura, caracterizadas pela disposição de dois mastros que se abrem como braços, cuja função é dar suporte ao arrasto das redes.

⁶³ “Sobrepesca” é um termo bastante utilizado por técnicos e cientistas voltados às ciências pesqueiras, especialmente em termos econômicos e biológicos, referindo-se à situação na qual a captura de uma espécie marinha em determinada região deixa de ser ambientalmente sustentável, ocorrendo que o esforço de pesca, torna-se inversamente proporcional aos rendimentos obtidos pelas capturas.

considerado “empresarial-capitalista”⁶⁴. De certo modo, trata-se de uma forma de rearticulação encontrada face às injunções de mudanças desencadeadas pela atividade industrial, tendo sua origem atribuída a uma parcela de donos de parselhas da lagoa que, diante da falta de produto (diminuição dos estoques pesqueiros na Lagoa dos Patos) e dispondo de melhores condições econômicas, tornaram-se armadores, investindo em barcos, equipando-se com redes e voltando-se para a pesca barra afora.

Portanto, a maior parte dos armadores locais descende dos imigrantes portugueses, enquanto as comunidades pesqueiras atuais são formadas, além dos descendentes de portugueses, por gerações de trabalhadores excluídos do campo, juntamente com pescadores catarinenses que foram “atrás do peixe”, buscando mais ao sul o seu espaço.

4.7. Os barcos com emalhe de fundo

A exploração dos recursos naturais que acompanhou os investimentos da indústria pesqueira ampliou a capacidade de captura a índices que, nas décadas seguintes, agravaram ainda mais a condição dos estoques pesqueiros e, conseqüentemente, a uma situação de sobrepesca. Com isso, houve uma retração do parque industrial pesqueiro de Rio Grande, sendo que empresas de pesca faliram ou se transferiram para outras regiões. A sobrepesca na zona costeira marítima e a “morte da lagoa”, após intensa exploração de seus recursos naturais, fizeram com que as empresas de beneficiamento de pescado situadas em São José do Norte fechassem as portas, sendo que o entreposto da Confrio foi transferido para a região norte do país⁶⁵.

⁶⁴ Conforme Diegues (1983:27), analiticamente se consideram dois modelos predominantes: um deles, considerado como “pesca artesanal”, baseia-se, entre outras coisas, na manutenção de práticas tradicionais e de uma forma mercantil de produção; o outro é denominado “empresarial-capitalista” ou industrial, insere a figura dos armadores e de empresas do setor pesqueiro. No entanto, de acordo com McGoodwin (1990), não se trata de lidar com tipologias, já que o modo de produção não pode ser visto de forma isolada, mas, por exemplo, também interessa ver se há articulação ou ligação direta com empresas que administram a produção pesqueira em larga escala, contemplando uma série de nuances, onde coexistem situações de ruptura e de continuidade entre os modelos. A articulação entre estas categorias depende da construção histórica e social à qual estão inseridas, apresentando uma diversidade de formas, sobretudo no processo de passagem de uma forma de produção artesanal para a capitalista. Atualmente, a pesca nessa região está vinculada, em maior ou menor grau, ao mercado da pesca. Portanto, uma distinção mais apropriada seria aquela entre pesca de pequena e de larga escala. Contudo, para não cair em uma classificação economicista acerca dessas categorias, é necessário levar em conta as estratégias, adaptações e formas de articulação dos pescadores frente a transformações sociais e culturais, desdobramentos do contexto de introdução de uma realidade de mercado econômico mais global e de modernização.

⁶⁵ Na região norte encontra-se a parte mais larga da plataforma marítima brasileira, sendo que a desembocadura do Rio Amazonas carrega nutrientes de origem terrígena, concentrando peixes nessa área.

Em face desse contexto de crise, no fim da década de 1980, alguns armadores de barcos com rede de emalhe adquiriram barcos maiores, passando a pescar em águas mais profundas e praticando uma pescaria com rede de fundo. Conforme Haimovici & Klippel (1997):

A fins da década de 1980, começou a se desenvolver a pesca de emalhe de fundo a profundidades superiores a 50m expandindo-se rapidamente nos anos seguintes por barcos que operaram desde os portos de Rio Grande e principalmente Itajaí e Navegantes. Os barcos utilizados são camaroeiros e arrasteiros adaptados de 18 a 30 m, de 185 a 350 HP de potência e redes de fundo de várias milhas de comprimento. Inicialmente este tipo de pescaria ocorria nos meses de inverno, mas a partir de 1992, estendeu-se a todo o ano. No período de 1990-1994, os desembarques anuais médios foram de 5354 t e incluíram 58% de cações, 30% de corvina, castanha e pescada. Em anos posteriores (1995 a 1998), os desembarques diminuíram para 2.658 t e a proporção de cações caiu 42%. Em 1998 foram registrados 372 desembarques de 53 barcos de frota costeira e industrial que pescaram com redes de emalhe de fundo (CEPERG/IBAMA, 1999). (Haimovici & Klippel, 1997:31).

Já na década de 1990, torna-se evidente o esgotamento do modelo governamental de desenvolvimento para o setor pesqueiro, implementado desde a década de 1960, sobretudo em decorrência da ação predatória de barcos pesqueiros, sinalizado através da diminuição dos estoques pesqueiros e das falências e fusões de empresas, com uma sensível redução da mão-de-obra local.

Na pesca oceânica, a situação atual tem levado a capturas incessantes, aprofundando a crise no setor. Em termos globais, a problemática vai além da pesca local e da política pesqueira executada pelo Estado, inserindo-se no âmbito da captura mundial, destacando-se a modernização das frotas pesqueiras que, com o potencial tecnológico empregado, tendem a pescar quantidades cada vez maiores, levando à sombria perspectiva de esgotamento dos estoques.

Estudos sobre o impacto das pescarias sobre estoques pesqueiros chamam a atenção para os altos percentuais de descarte das espécies por captura em arrasteiros e traineiras⁶⁶.

Isso significa que, além dos peixes pequenos, várias espécies capturadas por esses barcos não são aproveitadas, sendo jogadas ao mar já sem vida. Munidos de redes extensas,

⁶⁶ A este respeito, ver Haimovici (1997) e Vooren & Klippel (2005).

com abertura pequena, e dispondo de tecnologias avançadas para localizar os cardumes, os arrasteiros e as traineiras vêm comprometendo sensivelmente os estoques pesqueiros e a organização biológica marinha dos ecossistemas da região que envolve o estuário, a zona costeira e a plataforma marítima. Na captura em grandes quantidades de pescado, aproveita-se apenas uma parte. Alguns tipos de pescarias de arrasto são ainda mais predatórios, pois removem o fundo onde se reproduzem determinadas espécies.

No caso dos pescadores embarcados com rede de emalhe, a prática de pesca caracteriza-se pela utilização da rede de espera, considerada uma pescaria mais seletiva do que aquela praticada por arrasteiros e traineiras. A pesca de emalhe apresenta um tamanho de rede que permite que peixes muito pequenos passem por suas aberturas sem se enredarem. O tamanho da malha utilizada nessas pescarias é estabelecido de acordo com uma norma do IBAMA, com a finalidade de atenuar os impactos sobre o ciclo biológico das espécies de peixes que são capturadas. Por outro lado, tal pesca vem ampliando consideravelmente sua extensão de redes e tem permanecido mais tempo no mar, no esforço em retomar a produtividade do período das primeiras embarcações. O fato de a pesca com rede de fundo, inicialmente praticada durante o inverno, ser utilizada o ano inteiro, inclusive durante o verão, revela o contexto de problemática ambiental que envolve diretamente essa pescaria.

Tal situação remete ao fato de que as problemáticas ambientais são colocadas em pauta justamente pelas políticas ambientais, onde a vigência de políticas de fiscalização com poder coercitivo e desigual entre os atores sociais envolvidos insere esta lógica em uma perspectiva individualista, conforme revela Roberto Kant de Lima (2000; 2004). Nesse sentido, Kant de Lima (2004) considera o dilema da administração dos conflitos no espaço público brasileiro, no qual a tendência em naturalizar a desigualdade através do assentamento legal de uma igualdade formal, assim particularizando os direitos humanos, diz respeito a um sistema composto por regras que estão sujeitas à interpretação, levando à questão da autoridade interpretativa e da hierarquia que particulariza os valores⁶⁷.

⁶⁷ Segundo Kant de Lima (2004), esse modelo de naturalização da desigualdade organiza-se em um modelo de pirâmide social que se encontra impregnado na formação jurídica brasileira tendo sido construído historicamente desde o período do Brasil imperial. A problemática ambiental, por se tratar de um bem coletivo, situa-se no meio dessas ambigüidades inerentes aos espaços públicos, implicando em questões acerca da legitimidade do poder e da descentralização.

4.8. “O peixe morre pela boca: sempre vem”

Alguns pescadores de botes que se engajaram nos barcos com rede de emalhe também tiveram experiências em camaroeiros e traineiras, em viagens a outras regiões do país, demonstrando uma grande mobilidade, relacionada ao processo de comunicação existente no âmbito pesqueiro. É o caso de Zequinha, cuja trajetória reflete um quadro de mudanças na pesca:

Desde 56, trabalhei sempre nesses botes. Ia na Lagoa dos Patos. Barra afora também. Saía, né! Aí, depois, começaram a fazer barquinhos. Aí larguei os botes e comecei a trabalhar nos barquinhos. Era barquinho de vinte, trinta toneladas. Aí começou a passar pra barco de quarenta, sessenta, cinqüenta toneladas... [...].

Em 75, o primeiro navio que eu peguei foi um navio português, um fábrica [navio-fábrica]. Embarquei aqui. Trabalhei dois meses aqui, depois fui pra Santos. Mais dois meses em Santos... Eu sei que tive quatro anos lá na Bahia, e dois anos lá em Vitória... Aí terminou o contrato. Aí Disseram que ia vim uns navios pra cá, que eram atuneiros. Aí me inscrevi e, cabo de quinze, vinte dias, chegou. Aí embarquei. A mulher até nem queria que eu embarcasse. Filho pequeno, 120 dias de mar... Só eu, sozinho, de brasileiro. Era dezenove japonês, vinte comigo. Era só eu de brasileiro. Aí foi. Mas depois, a capitania exigiu cinco brasileiros juntos. Mas aí não agüentaram. Muito problema de comida, né! A comida deles é diferente. [...] Vivi muita coisa. Peguei muita coisa na pesca também, com esses japonês, né? Que são inteligente, né? Aprendi muita coisa com eles.

A crise no setor pesqueiro é sentida na pesca embarcada, conforme relata Cláudio, que após ter iniciado pescando em barcos pequenos, passou à pesca de emalhe com rede de fundo, no barco Camboriu:

Na lagoa. Você trabalhava de sol a sol. Eu passei 5, 6, 10, 12 dias. Já passei 19 dias de mar naquele... Camboriu. Dezenove dias, largando rede todos os dias no mar. 25,30 toneladas. Em alto mar: 120, 130 metros. Faz

uns dois anos e pouco que trabalhei com eles. É outra pesca que também tá defasada. Tá comprometida. E bem comprometida! Ir lá na profundidade de 150, 200 metros... E largar aí, 10, 12, 15 milhas de rede, pra tirar 10, 15, 20 balaio... Tá comprometido. Porque lá você pode botar essa malha aqui, pode botar malha de anjo, pode botar malha... 18, 24... E você sempre pega miúdo. Se vem o miúdo, é aquele velho conto de fadas: o peixe morre pela boca. Sempre vem. Sempre vem! E o pessoal tá batendo direto: é aquele barco industrial que tem ali, aqueles coreanos, aqueles merluzeiros, que trabalham por fora, na volta de 200 metros... Mata tudo, né! E aí fica difícil, porque se você vai pra fora e mata o miúdo, o que vai vir pra terra? Não vai vir nada! Porque não tem como ele se criar. E os caras já tão trabalhando na fonte, né. Já tão indo lá onde se cria o miúdo. É lá onde eles tão trabalhando. E tá tudo comprometido. Se não fizerem um defeso futuramente, em breve... Não pode ser futuro, tem que ser em breve, né! A pesca de alto mar também... O parcel do Albardão... o maior pesqueiro de pargo é no parcel do Albardão. Você vê o pisca do farol. Dá 12 a 18 milha da costa. E o farol é 25 milha. O maior pesqueiro de pargo que tem. Tinha, né! Porque hoje tá morto. Você vai lá no parcel, fica lá na... lá fora, na beirada dos 200 metros. Antes você chegava ali e podia botar até um pedaço de algodão no anzol que você pegava o peixe mais nobre, mas hoje... A pesca ficou muito explorada.

No que diz respeito a essas mudanças na pesca local, o distanciamento em relação à costa também é considerado por Tita, irmão de Cláudio, que concluiu dizendo-me o seguinte: “O mar tá abraçando, vai engolindo a gente. Nós temo que ir cada vez mais longe pra matar peixe.”

Sua frase carrega um sentimento que sintetiza certo drama acerca este processo, no qual a pesca embarcada, ao se consolidar enquanto alternativa à pesca na lagoa, engendra uma série de mudança nos ritmos do viver. A dependência crescente em relação ao mar refere-se, primeiramente, a uma temporalidade diferenciada. Esta situação demonstra como há .uma .configuração cultural .que vai .sendo construída de .acordo com .a. transformação

local da atividade pesqueira. O fato da pesca ser realizada num espaço cada vez mais distante da terra, gradativamente passando da terra para as áreas costeiras e lagunares, e destas para a pesca no oceano, barra afora, se apresenta com certo espanto quando se constata que o mar consome os homens. Ao passo que o distanciamento, possível através de barcos maiores e mais potentes, é narrado como uma escalada, como certo “pioneirismo” em um meio que paradoxalmente é o mais alto e o mais profundo.

Temos, portanto, de um lado, a estrutura diurna do ato heróico, do mito do progresso em relação a esse distanciamento e ao retorno com o barco “carregado” de peixe. Por outro, as profundezas do oceano, o lugar dos peixes, é o “mundo do invertido” (Durand, 2002:218), do mole, em contraposição ao duro da terra, do noturno em contraposição ao diurno. É, portanto, na imagem noturna do oceano que se chega a uma inversão das imagens diurnas, na revelação do medo do engolimento do homem pela natureza⁶⁸.

4.9. A arte de viver: “onde uma ovelha furou uma cerca, sempre passam os passarinhos”.

Seu Atanásio, pai de Nelinho, havia falecido já há alguns anos, antes do início do trabalho de campo. Boa parte da primeira geração de mestres locais havia aprendido com ele a pescar no oceano. Por isso e por ter “matado muito peixe”, era considerado um dos maiores mestres da região. Constatei que tanto Laís, como Cláudio e alguns outros pescadores, referiam-se seguidamente a Seu Atanásio como um “pioneiro” da pesca embarcada em São José do Norte. Portanto, ao mesmo tempo em que identificava um mito messiânico, a referência à figura de Seu Atanásio era recorrente quando o assunto girava em torno de pescadores reconhecidos como portadores de uma tradição na pesca, baseada, entre outras coisas, em práticas pesqueiras baseadas no saber-fazer, ou seja, de um conhecimento passado de uma geração para outra.

Antes de embarcar, Seu Atanásio foi mestre de parrelha de praia, considerada uma pescaria tradicional. Por outro lado, seu conhecimento ia além do aprendizado geracional,

⁶⁸ Durand (2002, 214-215) considera o peixe como símbolo do encaixamento, “confirmação natural do esquema do engolidor engolido”, no sentido em que os peixes apresentam todas as escalas de tamanho, onde o grande engole o pequeno. Mais adiante, o autor faz a seguinte consideração acerca do mar: “O primordial e supremo engolidor é, sem dúvida, o mar, como o encaixe ictiomórfico no-lo deixava pressentir. É o abyssus feminizado e materno que para numerosas culturas é o arquétipo da descida e do retorno às fontes originais da felicidade” (Durand, 2002:225).

entendendo-se o saber-fazer para uma experiência de anos de práticas pesqueiras, aliado a uma grande capacidade inventiva. Portanto, esse conhecimento baseia-se na combinação do aprendizado geracional com a experiência individual.

- *Como foi esse aprendizado com Mestre Atanásio? Perguntei a Cláudio*

- *Ele foi meu professor. Era super inteligente. Na época em que eu trabalhava com ele, a gente usava esses radinhos... PX 40 canal e uma bússola... e só! E ele nem carta arriscava, porque ele era analfabeto. Um cara super inteligente. Ele conhecia o mar como conhecia a casa dele. Eu digo, porque trabalhei com ele. Corria aí por fora direto e reto, aí. E vinha pra terra e vinha com peixe. Um dos caras mais inteligentes que teve por aqui. Ele e outro, que era da mesma formação dele, que era analfabeto e se aposentou-se na pesca, e trabalhou até no Uruguai.*

Também, tinha o Egídio. Trabalharam os dois na Barra, na época da fatura. No tempo das parrelhinhas. Que a barra ali, ele tava na construção da igreja até, quando ele trabalhou lá. Pra mim foram os caras mais inteligentes que eu vi na pesca.

A relação entre a trajetória de Seu Atanásio e as mudanças na pesca surgem como um episódio emblemático para a compreensão dessas transformações, como nos esclarece Nibo, pescador embarcado, que conta um pouco da trajetória do mestre:

O Atanásio foi um homem... Que ele saiu do nada também. Tem gente que diz, “Ah, que o Atanásio era rico, que o Atanásio...” Não, o Atanásio saiu do nada. Ele começou na pesca de tarrafa na beira da praia.

P - Em Santa Catarina?

R - *Em Santa Catarina, depois ele veio pra cá, para o sul. Primeiro ele foi agarrar de proeiro. De proeiro ele conseguiu comprar um botezinho. E aí depois ele comprou outro bote, teve um terreno aqui, teve parrelha de praia... Era muito conhecedor, era homem que subia num caminhão e olhava: “Lá tem peixe!” Largava. Aí, depois, quando ele se sentiu-se velho, pela pescaria de praia, porque ele era o patrão dele mesmo, se atucanou. E*

é uma pescaria perigosa, sair no tombo do mar, de costas. Aí ele passou pros barcos. Mas aí ele trabalhou de mestre. Ele não trabalhou no convés. Acontece que nem o Cláudio. O Cláudio trabalhou uma safra com o Atanásio no convés e na outra já foi trabalhar de mestre. E, graças a Deus, sempre se deu bem. Então, ele era muito respeitado porque conhecia tudo e mais um pouco! Desses mestres que tem aqui da volta, e da malha, o Atanásio botava eles tudo no bolso, era professor deles tudo! Ah era!

P - E tinha tecnologia? Que meios ele usava na pesca?

R - Não, ele não tinha tecnologia! O Atanásio começou a trabalhar sem uma sonda, sem um navegador... Ele só tinha bússola. Só bússola. Como eu tô dizendo: pra andar e ver a fundura que tava, só com uma cordinha com peso. Já ouviu falar em retinido? Retinido é uma cordinha que tem, com pesinho de chumbo, que as embarcações grandes usam pra tirar o cabo pra terra. Ele usava isso pra medir a água. Do tempo em que agarrava pra ver: “Será que tem peixe aqui? Vamo com o ouvido”. Depois ele agarrou e usou um sistema mais sofisticado pra sondar o peixe: um cano. Um cano, tipo... Nunca viu pegar duas latinhas e colocar um fio e fazer auto-escuta? Um desses, só que é um cano. Um cano d’água, de vinte e cinco, aí pega uma tampa... bota do lado dele, a parte tampada larga pra água, e escuta na parte adentro. Dá o som nítido, nítido! E aí, se o cara faz as aventuras dele e mata peixe, os outros vão seguir por ele. É bem assim. É como diz aquele velho ditado: onde uma ovelha furou uma cerca, sempre passam os passarinhos. E é bem assim. E o pescador [...] no mar é a ovelha no campo. Ele, às vezes, passa por cima do peixe só porque o outro foi pra lá.

A partir da construção social das trajetórias individuais, este caso revela a possibilidade de pensar na interação que permite articular o mundo técnico com uma determinada herança cultural, através da metamorfose constante dos pescadores e sua persistência em “permanecer pescador”, através de estratégias de reprodução social, que permitem certa duração no tempo, frente à tendência ao desaparecimento de seu modo de vida. Trata-se, portanto, de considerar a diversidade cultural dentro da perspectiva da Modernidade, sendo necessário levar em conta as condições de vida e as possibilidades de

uma transformação constante da sociedade através do engajamento e da ação criativa dos atores sociais⁶⁹.

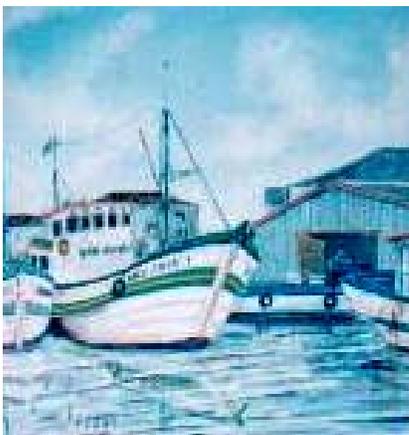
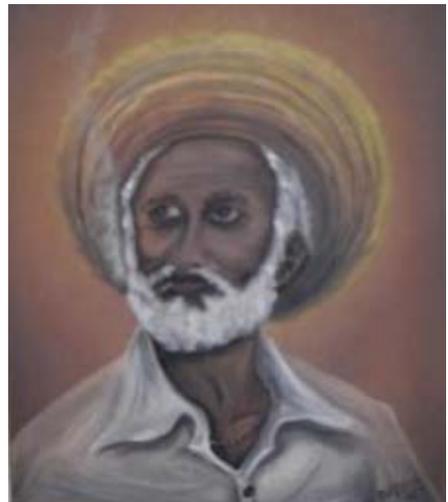
Conforme Marshall Sahlins (1990), os eventos são implantados e se transformam, unindo a ordem do evento com a história estrutural possibilitando processos de reafirmação cultural, através da reordenação simbólica e social. O contexto histórico diz respeito ao sistema cultural que é construído historicamente e que se reatualiza a partir da ação dos indivíduos:

Os homens em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos. Na medida em que o simbólico é, deste modo, pragmático, o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e da variação. (Sahlins, 1990:09).

Em períodos curtos historicamente, observa-se uma série de transformações em que se evidenciam processos de migração e comunicação entre diferentes grupos, implicando processos de encontros, alianças, conflitos e rupturas que possibilitam a transformação cultural local. A perspectiva de fundo cultural de Ulf Hannerz (1996), no sentido em que possibilita a unidade humana para que se efetue o diálogo global, faz pensar na questão relativa às práticas sociais e simbólicas, pautadas por uma determinada tradição, que vêm se transformando ao longo de poucas gerações, apontando para os níveis de continuidade e descontinuidade social e simbólica dos pescadores e a heterogeneidade cultural em que ocorrem reconversões de significados em novas condições de produção e mercado.

O processo de reformulação frente às inovações tecnológicas implica no descarte de uma suposta “origem remota” dos pescadores, ao propor processos de hibridização através da criatividade individual e coletiva. A idéia de se identificar práticas sócio-culturais específicas fundamentadas no isolamento leva a uma delimitação forçada de fronteiras, caindo uma visão substancializada de cultura. Portanto, a questão da criação cultural remete às inovações, invenções e misturas, que podem ser vistas de acordo com processos de intensificação de encontros culturais, destacando-se, assim, a transitoriedade de grupos humanos através de fluxos migratórios e transformações econômicas e tecnológicas, na renovação de práticas socioculturais.

⁶⁹ Sobre o avanço da modernidade e sua perspectiva de incluir um “sujeito-no-mundo”, ver Touraine (1995 e 1999).



CAPÍTULO 5

HOMENS, PEIXES, APARELHOS E O RISCO DE SUMIR DO MAPA

5.1. O caso do “remolho” na safra da corvina

Em outubro de 2004, cardumes de corvinas começaram a entrar no estuário da Lagoa dos Patos. Na pesca de bote/canoa, existe praticamente uma safra para cada estação do ano: camarão no verão e outono; tainha no outono; anchova no inverno, e corvina na primavera e início do verão. Bagres, miragaias e linguados eram capturados em abundância até a década de 1970, mas hoje são espécies que se encontram “desaparecidas”. Peixes do calendário atual, como a anchova, vêm sendo capturados em larga escala no oceano. Essa situação é percebida na lagoa, considerando que, há alguns anos, as safras de peixes (como a anchova) vêm apresentando resultados abaixo das expectativas. Toda essa instabilidade pode levar a uma situação de meses sem produção. Na impossibilidade de se ganhar algum dinheiro com as pescarias, resta apenas o dinheiro do seguro-desemprego.

Havia uma grande expectativa com o início da safra da corvina, sendo que muitos acreditavam na recuperação da baixa produção obtida com a anchova, ocorrida nos meses anteriores. Entre aqueles envolvidos na pesca de bote/canoa, a esperança era de que pudessem reaver o dinheiro investido com equipamentos de pesca e ainda sobrasse uma boa margem de lucro. De modo geral, os gastos principais referem-se ao abastecimento de combustível, eventuais consertos no motor da embarcação e aquisição de algum material para melhorar as redes.

O ambiente de euforia que combinava o início da primavera com a expectativa de uma safra nova era claramente perceptível. Para alguns velhos pescadores, o surgimento de margaridas amarelas que lotam os campos na primavera consiste em um presságio de que muitas corvinas (consideradas peixes de cor amarela) estariam por vir, unindo esses dois elementos da terra e do mar. Porém essas coisas são ignoradas pelos mais jovens, apontando para um processo de ruptura de práticas e conhecimentos tradicionais que relacionam as pescarias ao meio ambiente circundante.



Certa noite, estava passando em frente à doca, quando vi uma luz acesa em uma das cabanas onde se costuma descarregar peixe. Era quase meia-noite de um fim de semana. Os bailões ali perto estavam bastante agitados e havia uma efervescência de pessoas nas imediações do cais. Fui dar uma olhada no galpão e percebi que a porta estava apenas encostada. Ao dar uma espiada para o interior, deparei com Nã e Cabeça. Eles descarregavam toneladas de corvina. A produção estava sendo separada em caixas de 25 quilos. Depois seria colocada em um barco que estava ancorado no trapiche. O atravessador acompanhava o trabalho. O peixe seria revendido para as empresas de Rio Grande. Nã e Cabeça contaram que, naquele dia, haviam trabalhado na canoa de Pé. Tiveram sorte. Durante a jornada, um bote encontrou um cardume grande. Como não podia dar conta de tanto peixe, o pessoal do bote chamou a canoa de Pé, que estava por perto. Então eles começaram a puxar as redes cheias de corvina para dentro da canoa. No final, as duas embarcações voltaram carregadas. O resultado é que estavam descarregando até essa hora.

Nessas incursões diárias ao estuário, todos saíam muito cedo. Em torno de 4 horas da madrugada. Escutava o ronco dos motores dos botes, irrompendo na noite. Uma sonoridade que parecia se propagar no interior da casa onde havia me estabelecido, denunciando essas saídas. Da janela via-se um pedaço da lagoa, sendo possível avistar as idas e vindas. Na madrugada, eram pequenas luzes que se moviam, logo desaparecendo em meio à noite escura. O retorno ocorria no fim do dia, quando o sol se punha no lado de Rio Grande. As pessoas ficavam em frente às suas casas, muitas delas sentadas em algum degrau, na soleira da porta de entrada, ou em cadeiras de praia, às vezes olhando algum bote/canoa passar ao largo do canal.

Em duas ocasiões, acompanhei Pé nessas jornadas. Além dele, que é o mestre e também proprietário da canoa, completavam a tripulação os três proeiros acima referidos: Nã (filho de Pé), Cabeça e Risco. Naquela mesma noite em que estavam descarregando as corvinas, combinamos que os encontraria na Prainha para uma dessas jornadas. Seria no horário habitual das 4 horas, em frente à canoa de Pé.

Na madrugada do dia seguinte, já me encontrava caminhando pelo Beco da Corsan. Bradock - o cão de Marco Antônio - seguiu-me durante o percurso, tendo sido afugentado por outros cães, o que, como de costume, criou certo alarido. A cidade dormia um sono profundo, alheia ao movimento de pescadores que, na beira da praia, colocavam-se a postos

em suas embarcações. Noite escura, céu estrelado e pouco vento. Enxergava-se com dificuldade na praia. Algumas vozes indicavam a presença de gente, mas sem poder identificar com certeza de onde vinham. Segui caminhando até a canoa de Pé. Porém, não encontrei ninguém ali. Ao fundo, apenas o latido de alguns cães.

Subitamente uma pessoa que não havia visto antes, mas que estava por perto, aproximou-se. Chama-se Zé Tirica. Em uma ocasião, ajudei-o a empurrar sua canoa. Trata-se do sogro de Pé. Perguntei se os tripulantes da canoa estavam chegando, pois iria acompanhá-los na jornada. Respondeu que estavam atrasados porque haviam dormido tarde na noite anterior, mas que logo chegariam. Vi luzes acesas mais ao fundo, provavelmente do galpão de Pé, sinal de que haviam acordado.

Zé Tirica é filho de imigrantes portugueses. Tem sua própria canoa, mas se aposentou e não sai todo o dia para pescar. Ficamos sentados em uma duna, cercada por capinzais, durante uma hora, quando a tripulação finalmente chegou. Alguns pescadores já haviam saído; outros ainda estavam reunindo o pessoal e colocando as redes para dentro da embarcação. Do outro lado do canal, destaca-se a iluminação da cidade de Rio Grande.

Carregamos a canoa com as redes e outros apetrechos e finalmente saímos. Perguntei a Nã porque todos saíam tão cedo. Respondeu que quanto mais cedo melhor, uma vez que assim poderiam chegar aos locais de captura antes dos demais pescadores. Entretanto, para ele, essa safra é considerada muito boa de trabalhar se comparada à safra da anchova. Esta última ocorre durante o inverno, e se trabalha molhado, com vento e frio. Pé entrou na conversa, revelando que, no passado, saíam para pescar corvina somente à tarde, uma vez que esse peixe se manifesta mais durante a tarde e à noite. Os barcos trabalham a safra da corvina no início da tarde e durante a noite. Contudo, como estávamos indo próximo à boca do canal, uma pescaria à noite poderia ser arriscada, visto que muitos barcos e navios adentram o canal à noite e os botes apresentam pouca visibilidade. Atualmente, essa pescaria tornou-se mais competitiva, decorrência da combinação entre o aumento de embarcações e a diminuição dos cardumes de peixes. É praticamente uma corrida para ver quem consegue capturar quantidades satisfatórias de corvinas.

A canoa começou a percorrer o canal em direção à saída da barra. À medida que foi amanhecendo, deslocávamos mais para o lado esquerdo, de onde se vê toda a extensão da Prainha. Ao longe, uma cerração leve envolvia árvores, banhados, casas e dunas. Depois,

começamos a nos afastar daquela paisagem onírica, até nos aproximarmos da margem direita. A canoa parou em um trapiche, com vistas ao abastecimento de combustível, na Quarta (Quarta Secção da Barra de Rio Grande). Trata-se de uma vila onde provavelmente se concentra o maior contingente de pescadores da região. Assim como a Prainha, é formada por pescadores de botes/canoas e também por embarcados. Boa parte deles pesca no estuário, principalmente na saída do canal. Em dias de mar calmo, muitos botes e canoas chegam a sair do canal para navegarem próximos à praia do Cassino, em Rio Grande. Dando seqüência à jornada, seguimos pelo mesmo lado do canal até os molhes.

Passamos pelo superporto de Rio Grande, com suas gigantescas estruturas cinza-metálicas⁷⁰. Contêineres e navios enormes causavam uma sensação de forte contraste com a canoa, que parecia ainda mais diminuta. Nesse trecho, Pé já procurava os cardumes. Duas tentativas foram feitas, sem encontrar nada. Conversando com ele, fiquei sabendo que boa parte dos pescadores dispõe de uma sonda, porém de uma de curto alcance, que apresenta captação apenas em baixo do bote. Este é o caso da canoa de Pé. Nã também tem sua canoa, que está preparando pra utilizar em breve. Porém lamenta ainda não dispor de uma sonda para auxiliar na captura. Contam que na Quarta existem uns poucos pescadores que não utilizam sondas e tampouco motores em seus botes. Esses botes são movidos “a pano”, como no passado, o que não impede um bom desempenho nas pescarias.

O boné é a única proteção dos pescadores contra o sol, agora impiedoso. Pé não usa boné, mas um gorro. Bastante útil sob o ar gelado que sopra na lagoa às primeiras horas da manhã, mas talvez inconveniente para o calor do dia. Meio-dia, ancoramos no molhe oeste.

Nos molhes, o cenário mudou novamente, com os paredões de pedras e a saída para o oceano a poucos metros. Fiquei surpreso com a quantidade de embarcações abrigadas nessa área, muitas das quais eram de conhecidos da Prainha. Começaram conversas paralelas entre as embarcações. Gente pulando de bote em bote. Almoçamos na canoa. Em uma panela, cozinharam um ensopado de corvina (uma das poucas capturadas), bastante saboroso. Comemos e tiramos uma soneca na canoa, por sobre as redes ainda molhadas. Pé aparenta ter cerca de 50 anos. Fiquei sabendo que havia sido mestre de parelhas de beira de praia durante muitos anos. Conta que, certa vez, foi pescar na praia da Gaiivota, no estado

⁷⁰ O complexo portuário de Rio Grande divide-se da seguinte forma: ao lado do terminal de passageiros, encontra-se o porto pesqueiro, ou porto velho, onde ficam os barcos que pescam no oceano; o porto novo e o superporto se localizam na beira do canal, em direção aos molhes da barra.

de Santa Catarina, quase na fronteira com o litoral do Rio Grande do Sul. A pescaria era farta nessa época. Ganharam um bom dinheiro, mas ele e os proeiros gastaram tudo com mulheres e bebida, tendo que pedir carona na estrada, para poder voltar para São José do Norte.

Os botes e canoas estavam tão próximos que alguns pescadores iam de um lado para outro aos saltos entre as embarcações. Pé foi falar com outros pescadores. Conversei com Risco e Cabeça, os quais aparentam ter um pouco mais de 20 anos. Risco tem esse apelido porque é bastante alto e muito magro. É um dos raros pescadores que tem o segundo grau completo. Revelou que está ansioso para embarcar em uma traineira de Santa Catarina. Trabalhou em uma que era de Itajaí, porto de Santa Catarina. O trabalho durou uma temporada, pois sua contratação foi temporária, em substituição a um pescador que estava em licença. A experiência rendeu-lhe algumas amizades por lá, as quais, segundo ele, poderão ajudá-lo a embarcar em definitivo quando surgir uma vaga. “A pesca aqui na lagoa não tem futuro”, diz. Risco explica ainda que na traineira o trabalho é assalariado, com “carteira assinada”, diferente da pesca local, cujos ganhos dependem da produção, que é bastante instável. Para ele, a pesca em barcos de emalhe também não é interessante, porque em vez de salário os pescadores recebem “vales”, que dependem da produção. O salário da traineira é sempre o mesmo, o que garante certa regularidade e um sentimento de estabilidade no trabalho. A carteira assinada, com direito à aposentadoria insere-o nas relações formais de trabalho.

Passado algum tempo, seguiu a busca, mas havia muitas embarcações nas proximidades. Retornamos antes do esperado sem ter tido sucesso na pescaria. O risco de “remolho” fez com que Pé antecipasse a volta.

Quando todas aquelas embarcações estavam quase encostadas nos molhes, Cabeça contou que, até o momento, ninguém havia encontrado corvinas, mas se ocorresse, começaria o remolho. “O que é remolho?” Perguntei. “É quando todo mundo vai em cima, aí dá aquele saragaço!”, disse. O remolho tratava-se de uma “confusão”, no qual alguns botes/canoas disputavam um mesmo espaço onde haviam encontrado peixe. Caracteriza-se por ser uma disputa na qual parece se ignorar quem chegou primeiro. É comum, por exemplo, um bote lançar suas redes tão próximas às de outro bote, que ambas as redes acabavam se embolando. Em represália, algumas vezes o pescador que havia chegado

primeiro tomava uma atitude drástica: “passava a faca”, ou seja, cortava as redes do suposto invasor de seu espaço.

Tal situação gerava confrontos entre os pescadores, que gritavam palavrões e se ameaçavam mutuamente. Apesar disso, dificilmente chegavam a conseqüências mais trágicas, como facadas e luta corporal, embora se soubesse da ocorrência de alguns casos desse tipo. Na maioria das vezes, acabavam se golpeando com pedaços de taquara.

Muitos pescadores, como é o caso de Pé, continuam se pautando pelo “respeito” ao espaço que está sendo ocupado. Na canoa, todos lamentam essa situação. Pé lembra que as pescarias sempre foram orientadas pelo “respeito” em relação ao espaço de pesca de cada um, considerando que o remolho é um ato de desespero que remete a situação vivida por eles de “pouco peixe pra muito pescador”.

Uma estratégia usada consiste em simular que se achou um cardume, levando os invasores a jogarem suas redes de forma precipitada. Aquele que deu o “alarme falso” vai para outro lugar e livra-se de alguns seguidores indesejados. Às vezes, há um nervosismo muito grande e uns vigiam os movimentos dos outros. Nessas ocasiões, o “alarme falso” acontece por acidente. Qualquer movimento brusco ou iniciativa é o suficiente para ocorrer um súbito alvoroço. Há também os que se equivocam, achando que encontraram algum cardume, quando não há nada. Muitos envolvem-se involuntariamente no remolho, uma vez que, durante a captura, sofrem interferência de outro que se aproxima. Os pescadores locais atribuem a essa “quebra” da convenção do respeito entre eles, a “gente da Quarta”, que seriam os principais protagonistas dessas disputas pelo peixe, em uma clara distinção em relação aos “outros”, portanto, os de fora da comunidade. Todavia, admitem que aqueles que se envolvem no “remolho” são principalmente pescadores jovens, subvertendo as “regras do jogo” em uma espécie de competição agonística (Huizinga, 1990). Tal confronto coloca em cheque o processo de organização dessas pescarias, confundindo um evento que deveria ser concebido como de contágio, de mistura, de desordem estruturada como em um rito de inversão (Turner, 1974), podendo transmitir a impressão de desorganização e baderna. Nesses pequenos incidentes geracionais, como situações onde as disposições situacionais são colocadas em jogo, para lembrar dos Nuer de Evans-Pritchard (1993), identifica-se uma ameaça explícita à aparente continuidade na organização territorial das pescarias e, conseqüentemente, perigo para a sustentação do valor do “respeito”, noção que

se insere em uma estrutura hierárquica mais ampla das práticas pesqueiras como cultura da pesca através da arte saber-fazer⁷¹. O saber-fazer diz respeito ao aprendizado dos filhos de pescadores de botes/canoa, mas também de pescadores-agricultores. Entre eles, o aprendizado e inserção no âmbito pesqueiro ocorrem ainda quando crianças, no envolvimento familiar, implicando na lida diária com as pescarias na beira da lagoa. Essa perspectiva etnográfica aproxima-se do observado por Simone Moutinho Prado em “Da anchova ao salário mínimo” (2002) onde o reconhecimento ao profissional tradicional relaciona-se àqueles que se inserem dentro do modo de vida local e de saber pescar, ou melhor ainda, de viver da pesca e obter o reconhecimento coletivo deste fato (Moutinho, 2002: 126).

Dessa forma, o conhecimento é passado de uma geração para outra. Dentre aqueles que apresentam uma trajetória de práticas de agricultura mais distanciadas da pesca, a introdução à atividade ocorre na passagem para a fase adulta. São adolescentes que começam a trabalhar como proeiros em botes para ganhar algum dinheiro, principalmente na safra do camarão. Alguns encontram no trabalho do bote/canoa uma forma de obterem uma relativa independência econômica e constituição de suas próprias famílias, visto que se casam cedo, freqüentemente com menos de 18 anos.

5.2. “A evolução da aparelhagem”

Poucos dias após a jornada, correu na doca uma notícia bastante ruim para esses pescadores: uma traineira de Santa Catarina havia capturado quantidades expressivas de corvinas, próximo à entrada do canal. Era justamente o peixe que estava para entrar no estuário. Foi um “balde de água fria” sobre as expectativas de uma boa safra. A ação das traineiras na boca da barra é muito criticada pelos pescadores locais, que se sentem impotentes ante a invasão da sua área de pesca. Isto ocorre porque os barcos não sofrem qualquer tipo de punição ao violarem a convenção que estabelece uma distância mínima em relação à costa, no limite de 12 milhas de mar territorial⁷².

⁷¹ Sobre o conceito de saber-fazer em comunidades pesqueiras ver Forman (1970); Maldonado (1986; 1994); Diegues (1995).

⁷² De modo geral, considera-se Mar territorial a faixa de águas costeiras que alcança 12 milhas náuticas (22 km) a partir do litoral de um estado, sendo, portanto, parte do território soberano desse estado. O mar territorial e sua extensão correlata - zona contígua e zona econômica exclusiva - são regulados pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, de 1982.

Em meio a esses conflitos territoriais relacionados com a sobrepesca, os botes/canoas prosseguiram com suas jornadas, entre a ação das traineiras e os remolhos.

Em conversa posterior que tive com Nibo, ele trouxe novos elementos para essa questão. Fui almoçar em sua casa. Gravamos uma entrevista, na qual ele teceu a seguinte consideração a respeito da história da traineira e do desaparecimento e diminuição das safras de peixes:

As próprias espécies, elas vão desaparecendo. Então, hoje, tem gente que diz assim: “Ah, o peixe tá se terminando!” Não! O peixe não tá se terminando. No meu modo de entender! O peixe não tá se terminando, o aparelho é que tá aumentando! Pra nós, alguns anos atrás, e quando dava peixe, que isso aqui era a coisa mais linda nessa época, esse canal aí, vinham embarcações e embarcações no oceano, e colhendo... Saía de porta n’água. Aquele amarelão de peixe. Mas era um absurdo, ficava apavorado quando um picaré (arrastão de praia) desses dava uns lances na praia e pegava 4 ou 5 caminhão de peixe.

Agora me diz, 5 caminhão de peixe, naquela época, na base de 7 toneladas... dá 35 toneladas. Era um absurdo, barbaridade! Hoje, nós viemos em uma viagem, 5 traineiras largaram, cercaram, e uma delas tinha mais de 500 toneladas. Aí, aquelas 35 que pegaram na praia era toda ela aproveitada dentro da indústria. Mas essas 500 toneladas que a traineira cercou, ela puxou... Aí carregou uma traineira com 80 toneladas, carregou a outra traineira com 120 toneladas. São 200. Carregou os dois barcos de Rio Grande, são 60 toneladas cada um. São 320. Mas pra isso soltou umas 400 toneladas.

Aí, onde é que foi essas 400 toneladas? Não foi pro pescador da malha pegar, não! Ficou no mar e deu lá no Hermenegildo, Chuí, Santa Vitória... A praia que dizem, não deu pra ver, mas dizem que tinha um metro de peixe podre na beira da praia. Porque, depois que esse peixe foi cercado, apertado na rede, por mais de três horas... Ele morre! No momento que ela ficar com a barriga pra cima, ela até pode dar uns mergulhões e nadar até um quilômetro, mas ela morre! Porque se arrebeta! Aí, agora, essa

*traineira trouxe peixe. A que tinha menos, tinha umas 250 toneladas, 300. Já pensou? Ali aproveitaram umas 500 toneladas, aquelas duas traineiras, mas mais de 200 foi fora! Então, eles não pescaram, eles **es-tra-garam!** Aí, vem a parte da aparelhagem, que é onde eu chego. Aumentou a aparelhagem. Mais sofisticada, que pega um mundaréu de peixe e bota quase a metade fora! Nem eles e nem o próximo comem. É que nem o sr. agarrá, e ter uma fome, por exemplo. Tá com fome e ganhou um prato de comida. Aí coloca numa bacia a quantidade de quatro pratos de comida, come um e bota o resto fora. Estragou! É desperdício total! E é isso que tá havendo com a nossa pesca. Os barcos de porta, as parelhas, que é dois barcos que puxam uma rede... Eles chegam a tirar, às vezes, 18 dias aí fora. E dão um arrasto de 10 toneladas de peixe, no geral, e aproveita, às vezes, 500 quilos. Porque o peixe é todo catado. O cara lá aproveita só o peixe bom, o peixe que dá pra industrializar e comercializar. E aquele, meio assim, vai tudo fora. Pescada, criação de corvina, criação de bagre, enfim... Criação de pescadinha branca... Vai tudo. Abre o portalão e mete de pá pra fora. Então isso aí chama-se desperdício! É a evolução da aparelhagem. Então, o próprio pescador é que tá sendo o grande responsável pela... despopulação marinha. Nós temos aí pessoas, com trinta anos, que se perguntar de que jeito é o borriquete, ele não sabe. Aí a parte que eu tenho, é que faltou interesse governamental.*

E por que motivo que... nós temos pescadores com trinta anos que não conhecem o borriquete? Porque o borriquete, ele não desapareceu! O nosso pescador estrangeiro é que liquidou com ele! Porque vinha esses navios, os coreanos, e era uma frota de 22 aqui no Brasil, e ninguém sabia! Desses, uns pretos que têm aí, não sei se viste. E eles entravam na nossa costa, de Belém pra cá, até o sul, arrastando por cima do parcel, bem na época em que a miragaia tava firmezinha ali. E essa miragaia, eles botavam ela no convés e abriam a cabeça dela, só pra tirar a pedra, pra levar pra Coréia. Só a pedra que ela tem na cabeça! E a carne eles tiraram fora. Já pensou?

Eles aproveitavam, vamos supor, uma tonelada de pedra... Quantas toneladas de carne eles botavam fora?

Nibo atribui as dificuldades vividas com as pescarias à ação da frota de barcos industriais, sobretudo das traineiras, que apresentam um grande desperdício no descarte nas capturas. Algumas conseqüências trágicas são apontadas por ele, como o fenômeno chamado “maré vermelha”, ocorrido na década de 1970, no qual milhares de peixes apareceram mortos na praia do Hermenegildo, próximo à fronteira com o Uruguai.

O desaparecimento da miragaia também é atribuído à ação da frota de barcos industriais. Este peixe era tradicionalmente capturado na região. Dificilmente os velhos pescadores deixam de falar na miragaia, quando o assunto gira em torno das pescarias do passado. Assim como o bagre e a tainha, a miragaia é um peixe que simboliza o “tempo da fartura”. Nibo chama a atenção para o fato de que a miragaia é atualmente desconhecida das gerações mais novas, que não sabem identificar sequer o borriquete, que é o filhote desta espécie. Tal situação torna ainda mais aguda a dimensão dos conflitos territoriais, uma vez que a traineira é acusada pelos pescadores de matar o peixe que poderia ser aproveitado tanto pelos barcos de emalhe quanto pelos botes/canoas.

5.3. Seu Russo e as espécies em “estado catastrófico”

Quando vinha à tona o tema da redução e do desaparecimento de espécies de peixes, estabelecia-se uma comparação entre o tempo atual, de crise, e o passado de fartura. Ao falarem dessas mudanças, alguns pescadores faziam referência a Seu Russo, irmão mais velho de Charrão, que havia sido pescador de bote e também vereador em São José do Norte, quando houve a redemocratização do país, na década de 1980. Nesse período, Seu Russo notabilizou-se por levantar discussões acerca da pesca predatória na Lagoa dos Patos e no Oceano Atlântico. Ele se tornou uma figura polêmica entre os pescadores, ao propor a execução de políticas de preservação mais eficazes em relação aos estoques de peixes, justamente em um momento de expansão da pesca industrial. Essa condição custou-lhe a não-reeleição para um segundo mandato, visto que havia criado inimizades com o então presidente da colônia, com donos de botes/canoas e com os armadores de barcos, todos interessados no aumento da produção pesqueira.

Tristemente, Seu Russo veio a falecer no final de 2004, quando o trabalho de campo estava sendo encerrado. Naquele ano, conversamos em várias oportunidades. Conheci-o no "Bonahor" - um café-bar localizado próximo à estação rodoviária. É assim chamado porque Bonahor, o garçom, trabalha neste estabelecimento há anos, sendo muito popular entre os fregueses. Dificilmente um pescador entra neste estabelecimento, sendo freqüentado principalmente por políticos locais e por gente de fora da cidade.

Sempre com uma boina na cabeça, seu Russo invariavelmente sentava-se em uma mesa que ficava próximo à janela. Os problemas de saúde e a idade avançada não tiravam sua disposição em falar sobre o tema da pesca. Durante a semana, seu itinerário matinal era de uma rotina muito precisa. Toda a manhã, após uma caminhada pela doca, freqüentava o galpão do Santana. Lá reunia-se com os demais veteranos da pesca, principalmente com Seu Nelson, de quem era muito amigo. Pontualmente às 10 horas, saía do galpão em direção ao Bonahor, onde se detinha para saborear um café pequeno, fumar em sua cigarrilha e ler o jornal local. Às vezes, passava muito tempo ali, entretido em alguma conversa com amigos. Ao se aproximar o meio-dia, ia para casa almoçar. Após a *siesta*, retornava ao Bonahor para mais um café pequeno.

Após certo convívio com Seu Russo, pude perceber que esse deslocamento cotidiano entre o galpão do Santana e o bar-café do Bonahor refletia seu lugar na comunidade, pois transitava entre grupos distintos. Em razão de sua posição sobre a pesca, ele mantinha certo contato com pesquisadores, preocupados principalmente com as possibilidades de extinção ou mesmo redução drástica de algumas espécies de peixes, apresentando uma compreensão sobre o tema que envolve a questão da captura em nível mundial. De modo geral, existe um contato crescente entre pescadores de Rio Grande e de São José do Norte com oceanólogos, biólogos, educadores ambientais, jornalistas e demais profissionais preocupados com a questão ambiental, destacando-se pessoas vinculadas a ONGs e/ou a pesquisadores da FURG.

Os pescadores, por sua vez, viam no discurso de Seu Russo maior proximidade aos pesquisadores do que com aqueles que dependem dos recursos naturais da lagoa e do oceano para sobreviver. Essa questão torna-se bastante clara, na medida em que reporta ao contexto da relação entre o global e o local, cuja problemática ambiental é uma questão que vem sendo colocada em pauta pelos grupos urbano-industriais. As questões ambientais

justificam intervenções desses grupos, de acordo com as suas preocupações e não exatamente com as preocupações dos pescadores, como demonstram as ações tanto de pesquisadores do corpo tecno-científico vinculado ao Estado, representado localmente pelo IBAMA. Nesse sentido, Seu Russo não escondia certa mágoa em relação aos colegas de profissão, revelando que, na época, fora incompreendido em suas propostas, entre elas o estabelecimento de um período de defeso, com vistas à reprodução das espécies capturadas. Atualmente, boa arte dos pescadores defende a proposta do defeso e reconhece que ele havia feito uma previsão acertada, ao alertar sobre o processo de diminuição dos estoques pesqueiros.

Realizamos uma entrevista em sua casa, quando falou sobre essas questões, demonstrando bastante pessimismo sobre a situação atual das pescarias:

Agora a recuperação das espécies fica muito difícil... É difícil porque é um processo muito longo, de 4, 5 anos sem pesca. E tem que tomar providência quando os estoques são baixos. Não se pode deixar em estado catastrófico. Se procurar uma miraguaia hoje na costa do Rio Grande, não encontra ela mais! Nem pai, nem mãe e nem filho! Como é que a natureza vai reformar aquilo ali? E o bagre tá pertinho de chegar! Ainda tem algum miúdo, algum bagre grande... Mas o governo não toma providência nenhuma. A corvina não agüenta mais de 8 a 10 anos. Eu não sei o que vai ser. E o camarão, depois que surgiu a rede de arrasto... o estoque não se forma mais. O estoque não se forma mais, porque eles chegam em fins de agosto a fins de fevereiro. Todo o rebojo que dá, chegam mais microorganismos, umas larvas. Vão sempre se incorporando. Então aqueles que chegaram primeiro, a natureza começa distribuir quando são prontos. Toda a noite tem uma camada de camarão pronto pra descer. Depois que a plancha chegou, ela invade o estuário da lagoa, ela tira os camarão que são prontos pra vim em cima da água, pra de noite fazer o curso, e tira todo o elenco que tem o fundo do mar. Onde ela passa ela não deixa nada. E todo mundo começa a pescar cedo e o camarão fica sem o valor de exportação. Muito difícil. E a Tainha... Hoje a tainha é pescada em grande escala. Ela é pescada quase que o ano inteiro. Neste tempo (abril-maio) elas são maduras

pra fazer o curso... Mas vai alcançar pra fazer o curso pouco peixe. E a traineira tá esperando ali fora da barra. As traineira, umas 3 ou 4 já carregaram fora da barra. A traineira sim, aparada pelo governo, com financiamento, com tudo... E com lei mirabolante... Eles têm toda a regalia, os armador, no alto mar. O pescador das traineira não querem saber se vai sobrar tainha pra fechar o ciclo biológico ou não. Eles tiram o que podem enquanto tem. E não importa a reprodução. E a tainha vem perdendo o ciclo reprodutivo. Ela vem diminuindo e vai desaparecer também. É uma questão de tempo. E assim vai a piscosidade das águas do Brasil. No alto mar, lá em 80, 100 metros, d'água, o governo, que é brasileiro, há 47 anos entregou a cota brasileira para os estrangeiro... Fizeram um estrago de norte a sul deste Brasil. Acabaram com todo mundo.

E na época o pessoal dizia: “O Russo enlouqueceu! Coitado! Ele disse que o peixe vai sumi! Que a pesca tá sendo praticada irracional! Que a pesca é irracional! Tá louco!” (risos). Olha, se hoje me dessem mil real por mês pra presidente da Colônia, eu não queria. Eu não queria porque financeiramente eu tô bem, já tô velho, minhas filha já tão formada e tudo, é só eu e a mulher, o que eu tenho dá pra comer o resto da vida... Eu não queria, sabe por quê? Porque eu não vou revitalizar as espécies. As espécies, algumas delas pode se revitalizar. Mas têm que ser o governo junto e o pescador junto, buscando um estágio pra deixar elas se desenvolver, os cardumes. O Canadá agora tirou por 4 ano. A Comunidade Européia tirou por 4 ano também. Mas o salário mínimo deles é compatível com a alimentação da família do pescador, e no fim do mês sempre sobra, quer comprar uma calça, um sapato... Agora, eu te pergunto... Como é que o pescador vai se manter com um salário mínimo? Com 160 real por mês? Não tem como se manter.

Seu Russo abordava o problema global das pescarias referindo-se ao exemplo de países que enfrentaram problemas com a sobrepesca, cuja saída foi reduzir as frotas pesqueiras e estabelecer limites sobre a produção, como é o caso das políticas de gerenciamento costeiro do Canadá e da União Européia. Como um estrategista, a análise de

Seu Russo lembrava a máxima de Marshall Sahlins (1990:147), “a transformação de uma cultura também é um modo de sua reprodução”. Dentro da lagoa, chamava a atenção para a pesca do camarão com prancha. Trata-se de uma inovação nas pescarias, tendo sido introduzida na região por pescadores catarinenses. A prancha revolve o fundo da lagoa, através do arrasto das redes com pesadas correntes. É considerada uma prática de pesca predatória, sendo proibida pelo IBAMA. No entanto, está amplamente difundida, sendo utilizada, em maior ou menor grau, por quase todos que se dedicam à pesca do camarão. Um dos principais motivos para o uso generalizado da prancha reside no fato de que o material é de fácil aquisição e o resultado das capturas mais imediato.

Perguntei como havia conciliado a atividade de vereador com a de pescador da lagoa, ao qual deu a seguinte resposta:

Não parei de pescar. Pescar era minha profissão. Eu participei da vida política, mas era da pesca que eu tirava o sustento dos meus filhos. Quando eu fui vereador, não ganhava nenhum tostão. Só depois que vereador começou a receber salário. Agora, a câmara não tinha incompatibilidade com outro serviço. Porque a câmara era de noite. Mas era a semana inteira. Pescava passando a lagoa do cemitério, tomava um banhozinho de tarde lá. Às vezes tava chovendo e eu vinha de pé descalço e botava sapato só dentro do Norte. Trazia um paninho pra enxugar os pés. Nunca deixei minha cadeira pra ninguém. Soube defender minha cadeira muito bem e... Preparava uns artigos e encisos. E por todo o lugar que eu passava, me diziam que eu não era pescador. O Bispo lá em Rio Grande disse que eu não era pescador. Lá em Rio Grande disseram que eu não era pescador, lá em Bagé disseram que eu não era pescador... Torres também disseram que eu não era pescador Depois, quando eu descí da tribuna perguntavam: “Mas o Sr. é pescador mesmo? O discurso que o Sr. fez aí.” Eu me lembro como se fosse hoje. Quando eu iniciei a falar, estavam todas as autoridades. Eu levantei o dedo e disse: “Eu me orgulho de ser pescador, assim como o agricultor deve se orgulhar de ser agricultor. Nós somos as duas fontes que alimentamos esse nosso grande Brasil!” Quando eu descí, todo mundo disseram que eu não era pescador. Porque no Brasil o

pescador é conhecido como o homem mais atrasado do Brasil. Essa é a verdade. Aqui no Norte também. Pescador foi sempre um homem sem valor.

Essa fala deixava clara a dimensão relativa à condição de vida dos pescadores e seu não-reconhecimento como sujeitos na esfera pública, remetendo à questão dos direitos humanos relativos à exclusão social e ao viver em condições de pouca penetração nas esferas de qualificação do valor da pessoa no mundo da modernidade. Ao contrário, sofrem as mazelas das dilacerações do *ethos* dos pescadores em seus atributos de “consciência que se constitui numa estrutura de relações baseadas no fazer comum, numa ocupação marcada por fortes traços de solidariedade, por uma identidade construída também nas práticas comuns e numa ideologia da prática que encompassa o contato com o risco e com a morte” (Maldonado, 1994:59): o esgotamento da fauna pelo processo de pesca industrial, as mudanças ambientais e do ecossistema por atos de poluição e degradação ambiental, as novas políticas de consumo. Os riscos da prática tradicional deslocam-se assim para novas feições de riscos oriundos das contradições no mundo moderno de uma democracia disjuntiva (Caldeira apud Eckert, 2006)⁷³.

O “não-reconhecimento” da identidade de pescador pela esfera pública vai ao encontro dos estudos de Roberto Kant de Lima (2000, 2004) acerca da relação entre as instituições do Estado com os demais segmentos da sociedade. Segundo Roberto Kant de Lima (2000, 2004), no Brasil há uma oscilação da esfera pública, que se constitui em torno de dois eixos: o da igualdade e o da hierarquia, com a predominância deste último. Historicamente, esse modelo é formado por representações e práticas baseadas em uma pirâmide social. De modo geral, a primeira busca uma universalização da aplicação de regras de controle social, enquanto a segunda pauta-se pela legitimação de um controle social repressivo e particularizante, no qual a mesma regra é aplicada de forma desigual, dependendo de relações de poder.

Nesse sentido, conforme colocado no capítulo anterior, tal questão estende-se à problemática relativa à apropriação do espaço marítimo, considerado espaço de acesso

⁷³ “A sistemática limitação das instituições de ordem e do sistema judiciário e a urgência nas mudanças do caráter disjuntivo da democracia brasileira” (Caldeira, 2003:55) desmascaram a visibilidade do aumento da vulnerabilidade do cidadão, cuja prática cidadã ameaçada condiz com a ineficiência da representação institucional pública que deveria representar os interesses da sociedade como um todo (Guivant, 1998:27).” (Eckert, 2006:12).

comum, mas sujeito à ação de diferentes atores sociais (uns com maior poder político e econômico do que outros), gerando conflitos que são administrados de forma coercitiva e diferenciada por parte do Estado (Lima, 2000, 2004).

5.4. Conhecimento e tecnologia

Peixes costeiros como o bagre, a tainha e a corvina, entre outros, são considerados pelos pescadores por sua grande mobilidade, uma vez que “vêm fazer o curso”, ou seja, deslocam-se em “mantas” (cardumes) vindos da costa do oceano e adentram o estuário da Lagoa dos Patos para desovar. Segundo os pescadores, as corvinas e tainhas, quando adultas, deslocam-se a grandes distâncias ao longo do litoral. Pescadores de várias regiões da costa brasileira fazem referência à “corrida da tainha”, que ocorre do sul em direção ao norte. Já a corvina realiza movimento contrário, - vem do norte em direção ao sul. Em sua rota ao longo da costa, esses peixes são capturados tanto por pescadores artesanais (de beira de praia e de botes/canoas), quanto por barcos de emalhe e por traineiras e arrasteiros.

Nesse contexto de pescarias sob “a evolução da aparelhagem”, conforme considerava Nibo, e sua ligação direta com a pesca predatória e as transformações no modo de pescar, perguntei a Seu Russo se ele percebia alguma diferença, em termos de um conhecimento tradicional, entre as práticas de captura do passado e as atuais na pesca local. De forma bastante elucidativa, Seu Russo deu a seguinte resposta:

A única diferença que tem é que é motorizado, mais rede, embarcações maiores, mas o sistema de captura é a mesma coisa. Pegava um barco daquele ali e fazia o mesmo que eles tão fazendo hoje. E se duvida, com melhor conhecimento, porque o conhecer era na parelha, logo em seguida... Agora não sabem onde tá o peixe, a não ser com o sonar, porque os peixe que vinham na lâmina d'água não tem mais. Não. A Tainha geralmente dá em cima, na lâmina d'água. Mas a corvina vem só na lâmina d'água janeiro e fevereiro, o bagre vem janeiro e fevereiro, a miragaia também janeiro e fevereiro... Depois desce pro fundo e não vem mais durante o ano. Desciam, porque agora não descem mais. Acabou. Não. Nenhum. São três espécies que se reproduziam na lagoa.

A realização de determinada pescaria depende de um conjunto de prognósticos realizados pelos pescadores em relação à natureza, envolvendo uma intrincada relação entre as estações do ano, o regime de ventos, a lua e as condições do mar (correnteza). No tempo das parelhas, esse sistema de conhecimento era dominado pelo mestre e pelo vigia, tanto na lagoa como no oceano. Consistia em um reconhecimento visual a identificação dos cardumes de peixes, já que eram vistos sob a “lâmina d’água”. O vigia olhava para o mar (oceano ou lagoa), interpretava o tempo, as correntes e a direção dos cardumes. Mas na lagoa, além da observação visual, o ruído e a vibração consistiam nas principais formas de identificação. Alguns pescadores contam que se colocava o ouvido no casco da canoa para poder escutar o “ronco” dos cardumes de corvinas e bagres se aproximando. Conforme relatou certa vez Carlinhos, dono de parelha e atual presidente da Colônia de São José do Norte, bagres eram identificados através de um remo. A canoa parava em determinado ponto da lagoa e apenas um remo era colocado na água. Os cardumes eram tão grandes que o remo vibrava, indicando a aproximação dos peixes.

Na pesca de parelhas, esses peixes eram vistos da beira da praia. Atualmente embarcações motorizadas saem atrás desses cardumes dando sentido ao que se convencionou chamar de “pescaria corrida”. Passei a refletir sobre essas técnicas de captura, baseadas em indícios acerca do movimento dos cardumes de peixes através dos sentidos de visão, escuta e tato (vibração). Apesar do seu desaparecimento, essas técnicas foram inicialmente rearticuladas nos primeiros barcos, como ilustra a história de Seu Atanásio, revelada anteriormente por Nibo, ao contar que o velho mestre de parelhas, ao tornar-se mestre de barco, ainda sem tecnologia, colocou em prática uma idéia de escutar os peixes através de um cano.

Atualmente os peixes são capturados longe da costa e no fundo, portanto não são mais visíveis como no passado. No caso dos barcos, perdeu-se o referencial da paisagem costeira como marcação de territórios. Para encontrar os cardumes, utilizam-se ecossondas inclusive na lagoa. Contudo, inovações tecnológicas, como ecossondas e outros aparelhos, não significam exatamente uma perda do conhecimento dos mestres acerca da localização dos cardumes e do ambiente marítimo. Ao contrário, apontam para a necessidade de certo conhecimento e capacidade náutica, a fim de prever o comportamento dos peixes e os lugares que existem no fundo do mar, antecipando-se aos deslocamentos de determinadas

espécies. Isso acontece mediado pelos aparelhos modernos, porém, no caso dos barcos de emalhe, estes não são tão precisos como se poderia supor, sendo necessário aliar o domínio técnico ao conhecimento marítimo.

A este respeito, Cláudio, assim como Nibo, também se refere a Seu Atanásio nesse contexto de transformações na pesca:

Eu trabalhei com ele. Foi meu professor. Foi um dos maiores pescadores. E era analfabeto. Na teoria, ele era muito burro, agora na prática... O primeiro rádio que se botou a bordo pra trabalhar... Que primeiro eles trabalhavam pelo sol, pelos ventos. Pelo barômetro. “Ah, o barômetro tá alto”. E iam. Eu não cheguei a trabalhar aí fora, na barra. Porque pescaria de lagoa é a pescaria de andaina, né. Então, o barômetro podia tá baixo, mas se não tivesse vento, ia, né! Então, era tudo com costa à vista, né! Tu via o Barranco, a ponta do mato... Tu olhava e, às vezes, tu cruzava pro lado do Estreito e via o Estreito, aquela volta da Lagoa Doce... Tu olhava pra cá e via o porto de Pelotas, São Lourenço... Já eles não. Começaram a trabalhar e aí a pesca começou... a parelha aumentou, a pesca começou a ser explorada, aquela coisa..

P - O modo de pescar de seu Atanásio difere do que faz um mestre de hoje?

R - As condições que ele trabalhava... Hoje se tem sonda colorida, tem informação... Hoje você tá no mar e tem como saber aqui da terra quem tá pescando bem e quem tá pescando mal. Claro, não eu, que tenho um PX e um VHF. Mas tem uns modernos agora, você tá aqui escutando que tá matando peixe. De primeiro ninguém mentia. A pesca hoje tá muito mentirosa. Hoje quem mata peixe não tá pegando nada. Todo o cara que diz que tá matando peixe é mentira, porque hoje é pouca coisa, né! Você acha um pesqueiro ali que dá pra você fazer uma viagem, principalmente no mar aberto, né, que o peixe não anda muito. No mar aberto, o peixe não anda muito. Que a direção dele, aquele peixe criado, a intenção dele é só vir pra terra, não é correr por fora. Então... aí depende muito de correntes marinhas, lua... tem muita gente que não acredita, mas influi muito. Influi muito.

P - E vocês olham muito as condições da lua?

R - É, eu não trabalho muito por isso aí, né. Eu até tenho livros de maré, mas eu não trabalho com isso. Eu não trabalho, mas esse pessoal que tem espinhel e vai pra fora, Eles trabalham.. Tem uma tabuada de maré e já sabe que dia tal, vai ter maré tal...

P - E na pesca na lagoa esse conhecimento da lua é mais utilizado?

R - É! Na lagoa, o pessoal trabalha mais. Principalmente quem trabalha o camarão na lagoa. Na safra do camarão mesmo, quando eu trabalhava ali, a lua influenciava bastante. Quando era uma lua cheia, uma minguante. Na lua cheia, sempre dava nordestão...

Segundo Cláudio, quando pescava com Seu Atanásio, os barcos ainda não precisavam se deslocar continuamente atrás dos cardumes:

Pelo menos... Naquela época os pesqueiros não... O pessoal explorava um lugar que dava peixe e era ali. Tinha um tal de “buraco da encrenca” que eles falam ali, que eram as pedras mais próximas da barra, há 16 milhas.

P - Buraco da encrenca?

R - Se chama “buraco da encrenca” porque se chega ali... É um buraco mesmo, né! Pra sul afunda, vai uns 25 metros; depois baixa, vai pra 21, 22 e... e no meio ali dá 25,26. Pra nordeste você anda mais umas duas milhas e pouco e ela já baixa: dá 16, 17. Essa é a encrenca. Aí chegava ali só quando dava calma de rebojo. Se tivesse 10 barcos, largava tudo junto, um por cima do outro e enramava. Era como o buraco do Seu falecido Maria: aquele ali era todo mundo junto. Igual à pesca do canal, aqui das curvina, quando todo mundo embolava. Então ali, quando dava sudoeste, dava peixe de montão. Só que ali parava mais porque era um poço entendeu? Ah era um por cima do outro! Então um ia dormi lá embaixo pra marcar lance.

P - E não dava briga?

R - Ah: “Olha lá! Tá largando por cima!” E os caras não queriam nem saber! E passa a faca e deu! Hoje é oitenta décimo, é setenta e cinco... Hoje

*ninguém larga por cima. Só na enchova! Na enchova ainda larga por cima.
É que é peixe mantado, né!*

5.5. Uma conversa sobre a pesca predatória

Na lagoa, dentre as espécies capturadas, o camarão, que justamente apresenta maior valor comercial, é aquela mais suscetível às condições climáticas. Uma temporada de poucas chuvas baixa o nível de água doce da lagoa, de modo que o vento nordeste empurra a água salgada do oceano para dentro do estuário, em um processo chamado de “enchente”. Dessa forma ocorre a entrada das larvas do camarão, que permanecem na lagoa até adquirirem o tamanho adulto. A volta para o oceano ocorre junto com a “vazante” - processo oposto à enchente, no qual a saída de água para o oceano é impulsionada pelo vento sul e pelas águas da chuva. O calor também é propício para esta espécie, que apresenta certa sensibilidade ao frio. No entanto, a combinação especial entre ventos, clima seco, água salgada e calor nem sempre se confirma. Pode ocorrer um verão chuvoso e/ou com temperaturas amenas, reduzindo ou mesmo impedindo a ocorrência dessa safra.

No fim do ano, antes de iniciar a safra do camarão, boa parte dos pescadores da Prainha estava entretida com a preparação da pesca com andana. Coró, Durão, Jonas e Flávio, desembarcados do Rio Piracicaba, somaram-se a Prego, Sebinho e outros, fazendo um mutirão para construção das andanas. Eles preparavam cerca de 50 grandes estacas de madeira de pinus (calões), que depois seriam colocados na lagoa, formando assim o suporte para a colocação das redes (saco).

Passei uma tarde no galpão de Prego. Ele, Sebinho e outros estavam agora esperando um dia de mar tranqüilo na lagoa para poderem montar a andana. Sebinho e Prego, que são muito amigos, embarcaram juntos, anos atrás. Sebinho era o mestre do barco. Perguntei como havia sido essa passagem da lagoa para o oceano e o posterior retorno à lagoa:

***Sebinho** - O cara arruma uma vaga. Às vezes, tem um conhecido... E tava ruim aqui. Nós tamo aqui porque tem o seguro-desemprego, senão não dava.*

***Prego** - Tem ano aqui que é ruim. Pro cara manter uma embarcação com o motor certinho, toda pintada, o cara passa fome com o que ganha pra*

manter os troços. Hoje mesmo fui lá ajeitar o alternador... 50 pila. Só pra ajeitar o alternador. Mais isso e mais aquilo... Quando o cara vê...

As dificuldades vividas em relação à pesca na lagoa foram relatadas por eles, com ênfase na pesca predatória e na ação de fiscalização do IBAMA, ineficaz e repressiva apenas com os “pequenos pescadores”:

Sebinho - *Os caras não respeitam... Então, o período é de defeso, por causa do seguro-desemprego e do Pronaf Pesca. Mas se tu não for, tu fica também comendo menor. Tem que sobreviver, senão nós vamos morrer de fome.*

Prego - *Que nem tu viu ali, o cara crava a andana. 50 calão. A base de 50 reais cada calão. Ainda paga pra cavar. Tem o arame, tem corda, tem as redes, que pra fazer dez saco. Tem quer gastar de 8 a 10 mil real. Tá. Então tu vai ali, crava e fica esperando. E eles vão ali e rapam todo teu camarão e tua andana que vai levantar pra ti matar. Bota o saco, 100 gramas, 2 quilo em cada saco... E eles, 200 quilos, 300 quilos. Como é que vai se agüentar uma coisa dessas? Lei, tem lei, mas a lei não se executa! Que adianta ter IBAMA e esse negócio todo. Prende um, e os outros?*

Sebinho - *Prende um, o mais pequeno.*

Prego - *Prende um e depois, nas costas, tá todo mundo pescando de novo.*

Havia inúmeras histórias acerca dos constrangimentos que eventualmente os pescadores sofriam quando, ao praticarem algum tipo de pesca considerada predatória, eram surpreendidos pelos fiscais do IBAMA, que atuavam em conjunto com policiais do batalhão ambiental da brigada militar⁷⁴. Nessas ocasiões, alguns pescadores revelaram terem sido presos, ficando encarcerados durante algumas horas e em depois libertados. Os atos de prisão e as abordagens utilizando armamentos, inclusive dando disparos, assim como a apropriação judicial do equipamento de pesca considerado irregular, geravam um

⁷⁴ Situação semelhante foi observada por mim em relação aos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS (Adomilli, 2002), que faziam alusão a outras práticas predatórias que não eram fiscalizadas pelo IBAMA porque envolviam um grau maior de tensionamento e jogo de poder, apontando para atitudes que são recorrentes no que diz respeito à política governamental de preservação da natureza.

sentimento de revolta na comunidade, principalmente em relação ao tratamento dispensado a essas questões com se fossem “caso de polícia”.

Um terceiro pescador interveio na conversa, acusando que, em relação à fiscalização sobre os pescadores locais, os Palhaços recebiam tratamento diferenciado porque um dos membros dessa família trabalhava no IBAMA:

A pescaria é tão ingrata que, por incrível que pareça, tem um pescador trabalhando indentro do IBAMA! Um pescador! Quando vai pegar a família deles, aí... a tal dia, telefona e a lanchinha... O camarãozinho dos palhaços! É difícil eles pegar um camarãozinho dos palhaços. Eles avisam... E são os mais predador. Os mais predador são eles. E os caras que são ralado fica aí.

Dispondo de melhores embarcações e, geralmente, apresentando maior volume de captura do que os outros pescadores, os Palhaços apresentavam uma melhor condição econômica, além de viverem em uma área onde não ocorria o processo de “inchaço” a que estavam sujeitas as vilas de pescadores⁷⁵. Por outro lado, a distinção entre esses grupos, também parecia revelar a existência de certo estigma dos pescadores da prainha e do Bumba como sendo “menos trabalhadores” e “acomodados” com o seguro-desemprego, conforme revelou certa vez um morador da cidade que, embora não sendo pescador, relacionava-se com esses grupos:

Desses botes e parelhinhas, a maioria tá parado. A maioria vive agora desse seguro-desemprego, que é pouco, e mais remenda a rede. Eu não sei

⁷⁵ Toda essa situação lembrava as relações de poder entre “estabelecidos” e “outsiders”, desenvolvidas por Norbert Elias (2000), no sentido em que havia um grupo que parecia mais coeso do que os outros – alguns apresentavam uma porosidade mais evidente, principalmente pelo fluxo de uma grande parcela de agricultores, assim como de pescadores oriundos do interior do município e do estado de Santa Catarina - em termos de relações de poder ligadas ao contexto de tensões decorrentes da crise na pesca e das intervenções do IBAMA. No entanto, é importante esclarecer que tive pouco contato com os Palhaços, o que impõe certo limite a essa perspectiva, uma vez que não foi possível investigar com profundidade adequada seu grau de coesão e envolvimento comunitário. Assim, não se pode afirmar com certeza a existência, em termos estruturais, de um equilíbrio instável de poder sobre um quadro tensional, a ponto de haver uma situação de estigmatização de um grupo em relação a outro, exatamente nos moldes do trabalho de Norbert Elias (2000). A questão do estigma apresenta-se, aqui, com maior intensidade na versão dos pescadores da Prainha, ao considerarem que os Palhaços seriam favorecidos pelo IBAMA, sendo que existem algumas disposições que são acionadas, situacionalmente, revelando casos em que essas diferenciações podem evoluir para a questão do estigma, embora encontrem-se bastante diluídas.

se tu notas que, deste lado da praia aqui... os pescadores são de um jeito; e deste outro lado aqui, são de outro. Os do lado da Croa, ali, tão sempre no mar, a aparelhagem deles é melhor, não sei se tu notas. Tem a parêlha dos Palhaços. Tu podes notar que a frequência que eles vão pro mar é maior do que os deste lado aqui, da Prainha. E os da Prainha... tão sempre parados! Eu acredito que é até por falta de vontade mesmo.

Continuando a conversa com Prego e Sebinho, fiz a seguinte pergunta a eles: “E sobre a liberação da pesca do camarão, existe uma polêmica quanto ao prazo? Por que tá todo mundo pescando quando ainda não tá liberado?”

Prego - *Foi sempre assim, cara. Não tem nada de polêmica. O cara se criou pescando aí. Eu comecei a pescar com 13 anos, to com 52 anos, e liberaram sempre depois de fevereiro. Primeiro de fevereiro em diante. Entrou essa juventude de pescador novo e eles acham que vão morrer de fome. Então eles têm que destruir. O negócio deles é destruir. Em setembro, já tavam arrastando! Que entra a lavra, vem lá do oceano, vem não sei da onde e entra um camarão grande e eles já tão avançando. O grande é o que vem largar a lavra. Aí eles matam. E 90% só querem trabalhar na prancha. Eu sou contra, mas arrasto! Não vou arrastar? Não adianta eu ficar parado nesse galpão aqui e não ganhar nem pra comer.*

Sebinho - *É a sobrevivência, né cara! Depois, os caras andam de carro novo e eu ando de bicicleta velha.*

Prego - *E essa prancha tu pega uma redinha, coloca uns cabos e já trabalha. Em outra pescaria, não. Tu tem que fazer vinte, trinta rede. Sai arrastando e sai fazendo dinheiro. Na outra, tu tem que ter paciência, pra trabalhar o saco tem que esperar que a água vaza... Às vezes, que nem um ano desses aí, tem que esperar dez, quinze dias pra dar uma vazante. E a prancha não, todos os dias agora na safra, todo o dia tu faz mareada. Isso aí se não matar dez, vinte. Se não matar nada, é uma caixa... Tem dia de 100 quilos, 200 quilos. Na prancha.*

E o saco não. Antigamente o cara esperava. Aí quando dava, dava. Era 1.000 quilos, 2 tonelada... O cara carregava o bote, também! Carregava! Custava, mas... Chegavam a ficar até um mês pra dar a vazante. Quando vazava, atochava! Teve dia que nós matamos seis toneladas de camarão. Na nova vazante. Só num dia, só. Passava o dia escolhendo camarão nesses trapiche aí. E aumentou esse monte de pescaria por causa disso daí aqui dentro, por causa da prancha. Tu chega aí com um botezinho e é uma pescaria fácil! Não tem como tu não saber. Não é que nem tu trabalhar de saco, tem que cravar uma andana, tem que esperar a feição, tem que... Tem que ter um pouco de experiência. Com a prancha não: tu larga aí, ah larga, largou certo, deu. Puxa, mede os dois lados e tá certo, deu pra bola! Tá enrolado com a rede, tão te estrovando, que já tão em cima e vão largar a rede em cima, vão te cortar a rede... Que nem aconteceu com o camarão aí: O cara vinha arrastando, aí atirou uma rede em cima do cara, aí cortou.

Sebinho - *E a rede parada não estraga. Espera que ele venha.*

Prego - *A rede parada não estraga o preço, que só mata o bom. Ele só vem quando tá pronto. No aviãozinho mesmo, só entra o grande, o pequeno não entra. No saco também. Só vem pelo grande. O miúdo passa e o graúdo não. Aqui exigiram licença pro pescador e monte de coisinha, e aqui na lagoa tá cheinho de catarina. Os caras vêm de lá, sem lenço e sem documento, trabalham e...*

5.6. As noções de risco e confiança na configuração local

Em Santa Catarina, as áreas de pesca são todas demarcadas, onde dificilmente alguém de fora do lugar consegue pescar camarão. Perguntei por que razão na Lagoa dos Patos os pescadores locais parecem não restringir o acesso à suas áreas de pesca. Sebinho fez a seguinte comparação: “Eles não deixam pescar lá, porque lá a lagoa é pequena, aqui é grande”. Em seguida, foi dada outra explicação, que revela certa ambigüidade em relação aos pescadores catarinenses: “É que o pessoal daqui até faz amizade com os de fora. E tem muitos que são parente”.

Isso não significa que os espaços na lagoa não sejam demarcados. A escassez de pescado tornou essa situação conflitante, sendo que, nos últimos anos, os pescadores da região vêm exigindo que o IBAMA realize um controle mais rígido sobre os pescadores que vem de Santa Catarina capturar o camarão na lagoa, visando restringir esse fluxo, já que uma boa parte deles é acusada de não respeitar os espaços de pesca locais.

Diferentemente das pescarias de “peixes mantados”, onde existe o remolho, nesse caso os espaços são demarcados por redes que ficam amarradas em estacas (andanas) - nas partes mais profundas da lagoa - ou em pedaços de taquara (aviãozinho), nas partes rasas.

Por outro lado, conforme foi visto no capítulo anterior, na lagoa e na beira da praia, o modo de apropriação territorial foi sendo estabelecido por meio de relações de fronteiras porosas entre indivíduos, em um processo histórico de contatos com os pescadores portugueses e catarinenses, portadores de técnicas mais avançadas de pesca. Nessa relação, que remete também à penetração do mercado da pesca, fica clara uma estratégia de incorporação do que é exterior, sobretudo através de alianças matrimoniais envolvendo os pescadores de outras localidades com as mulheres nativas. No entanto, também se estabelecem relações de aliança simbólica de parentesco, sobretudo no trabalho dos barcos e botes/canoa, mas principalmente entre os embarcados, quando ocorre um convívio prolongado por conta dos vários dias de mar.

Trata-se de uma forma de lidar com a instabilidade vivida por esses grupos, em rearticulação constante. Particularmente, frente aos riscos de trabalhar em ambiente instável como o mar e, de forma mais ampla, aos riscos de não-duração no tempo, da impossibilidade de sua reprodução social em face de processos de injunções de mudança.

Essa rearticulação constante produz instabilidade em termos de continuidades e rupturas em suas práticas sociais e simbólicas. Portanto, conflitos de gerações evidenciam essas transformações por que passam esses grupos. A flexibilização, que torna possível a adaptação desses grupos, fica clara na constatação de Prego em relação ao passado: “De primeiro, os antigo... era tudo proibido, o cara não podia fazer nada! Era tudo proibido”.

A noção de risco que adquire a configuração local nasce do encontro com a perspectiva das sociedades urbano-industriais, portadoras de uma racionalidade institucional que desordena as formas tradicionais, as quais se apoiavam em certezas anteriores. Segundo os sociólogos Ulrich Beck e Anthony Giddens (1997), o risco revela as

contradições de determinado sistema, de uma ordem, o que se constitui em colocar em risco essa própria ordem. De acordo com tal perspectiva, a noção de globalização do risco não se reduz à preocupação com o ambiente biofísico, mas envolve também processos de alteração dos cenários local e mundial.

Por outro lado, Beck e Giddens (1997) consideram que, a nível local, o reordenamento político da vida social acontece principalmente em torno da noção de “confiança”, no sentido de uma interdependência econômica e social, conectada ao mundo global. Problemas ambientais, relações de mercado e conflitos territoriais entre os pescadores enquanto uma dinâmica tensional do contato e da transformação no mundo moderno se articulam, de uma forma ou de outra, à configuração local das relações de solidariedade, baseada nas alianças simbólicas de parentesco que envolve tais grupos.

Nesse sentido, pode identificar práticas tradicionais solidárias baseadas em laços de parentesco e afinidade. Elas estendem-se, por exemplo, ao processo de distribuição do peixe, que no passado ocorria na beira da praia ou da lagoa, através da pesca de parselhas de botes/canoas, mas que hoje se mantém através dos barcos. Nesse sentido, observa-se o movimento de desordem e de tentativas de um realinhamento por parte dos pescadores locais, baseado em um padrão que se mantém sob certos limites, frente a novos contextos.

Assim, à situação de desordenamento da regra de respeito aos espaços de pesca na lagoa e no oceano se contrapõem parcerias entre embarcações de determinados grupos de pescadores, que agora reforçam os laços e solidarização durante as pescarias, como demonstra o compartilhar do excedente de corvinas entre um bote e a canoa de Pé. No mar, ocorrem situações semelhantes. São, portanto, formas que obedecem as relações de afinidade, que são construídas e se articulam com a vida social em terra.

5.7. Varrendo o chão

O contexto de sobrepesca que afeta tanto a Lagoa dos Patos como a zona costeira da porção meridional do Oceano Atlântico é considerado pelos pescadores como uma ação constante de captura, no qual os peixes não têm tempo para se recuperar do impacto das pescarias. “É pau e pau nesse oceano! Não dá tempo pra descansar!”, dizem alguns. Nesse sentido, consideram importante uma regularização das pescarias que contemplem um período de defeso. Contudo, no caso do camarão, há um período de defeso, sob fiscalização

do IBAMA, que não é cumprido por eles. Entre os diversos atores envolvidos na pesca costeira e estuarina, os pescadores da lagoa, com suas pequenas embarcações e com poucos recursos, são aqueles que se encontram em maior situação de fragilidade, conforme relata Sebinho:

Na lagoa, é só embarcação com boca aberta, mas entra barco, aí matam 20 quilos e eles 100 quilos. Dia e noite, dia e noite... E varre. Varre o chão! Mata tudo, mata o cascote, mata o linguado, mata o bagrinho. Mata o pequeninho aquele, que quando cai na rede, não sobrevive mais... limpa! Fica que nem esse chão, sem nada. Qualquer tipo de espécie de pescaria. Não mata só o camarão, mas mata todas as espécies. Porque o Seu Russo é contra esse bagulho aí? Por causa do tal de lençol que ele chama, né! É o chão. Na hora que ele tirar a alga marinha é... É o que cria.

Segundo o conceito clássico de impureza, desenvolvido por Mary Douglas em “Pureza e Perigo” (1992), onde há impureza significa que há sistema, no sentido em que a impureza constitui-se no “subproduto de uma organização e classificação da matéria”. (Douglas, 1992: 50). O ato de “limpeza” referido por Sebinho consiste em uma ação de destruição e, portanto de risco de empobrecimento e esterilidade da vida que se forma no fundo do mar.

Cláudio também considera a sobrepesca dessa mesma forma:

É a mesma coisa que ter uma casa fechada quatro, cinco dias, tu passa a vassoura e tem pó. Mas se tu varre todos os dias, ela nunca vai ter pó! É o que tá acontecendo no oceano hoje, o troço tá muito batido.

A vida no fundo da lagoa e do oceano é comparada ao pó que se forma no interior de uma casa. Frequentemente havia essa associação dos peixes à poeira e a ação dos barcos, sobretudo ao arrasto, à “limpeza”, “varredura” da poeira. Para Cláudio, essa formação começa pelo “limo”, do qual se alimentam os peixes:

Aqui em Paranaguá, não se visse na televisão... Tão fazendo tonéis com barras de trilho, e lançando no mar. Vão fazer não sei quantas milhas

pela costa, pra tirar os barcos de arrasto. E naquele tonel ali vai criar fictoplanton, que é o lixo, o limo, né. Vai criar a alga marinha, entendesse? O caramujo, a ostra, vão se agarrá por ali e aquilo ali vai servir de... De comidinha pra peixe, no caso, desse de costa, né. Que são 20, 30 metros. Garoupa. Até mostraram um grande assim, na volta, nesse lugar cheio de craca. Então, por que acabaram? Porque é uma costa limpa. Eu acho, pra mim né, que tinha que fazer um defeso, a nível de costa aqui, tem que fazer! Tem que fazer! Tem que chegar em dezembro... Que já tamo! Eu tive conversando com o Julio, que é mestre da traineira. Que quem fez isso aí foi um cara grande lá de Itajaí... Eles tão, ele tão agora com o negócio do atum, sabe? Ele falou pra mim. O atum [...] o bonito, aquela coisa toda, né!

Então eles botam plataforma pra esse bonito, esse atum que é boiado, né. Tem um de profundidade e depois tem um... É esse que dá mais na superfície. Esse que não atinge um tamanho muito grande. Aí chamam bonito. A Leal Santos trabalha isso aí. E eles usam plataforma aí fora. Eles fazem plataforma. Sabe o que é plataforma, né? Eles fazem aquela plataforma e ancoram. E aí ela cria, porque a água, nu... num sei, não é a minha área. Mas tu acha uma bóia cheia de caramujinhos, que se agarram ali. E aquilo ali que alimenta eles, tá entendendo? E eles lançam de dez em dez milhas em alto mar. E aí vêem, se a plataforma tá nova, daqui um ano voltam. Tu não acha eles na volta ali, mas caminha três, quatro milhas e tá aquelas manta de bicho.

Também, eles trabalham com isca viva, que agora também, em Santa Catarina, parece que tá proibido eles pescá. Vão criar em cativeiro. É o que eu escutei que a sardinha... Que essa isca viva que eles pegam é a sardinha. Se eles vão explorar muito isso daí, daqui a pouco vai acabar, que é o defeso, né! Como é que vai ter adulto? É o nosso caso aqui. Eu acho que esse período de janeiro, fevereiro e março. Esses meses aqui tinha que ser banido! Tinha que ter... 90 dia! Nós mesmo. Aqui, que a corvina: “Ah, porque a corvina, ah vão mata a corvina no verão!” Só que a corvina, quando chega aqui em nós... aperta na barriga pra ti vê! Se abre tudo

frouxo pra largar! E nós tamo matando! Tem que matar onde dá, porque quando ela começa a vir lá de São Francisco, daquela volta do norte, São Francisco e Cananéia, aquela volta lá... Ela tá com a ova pequenininha, ela vem vindo, devagarinho. O peixe vem fazer o curso. Ela vem saindo do forte calor e pega as águas mais... que dê o clima dela. Por exemplo, no inverno aqui não tem curvina. Tá lá, por quê? No norte, é quente, mas não é quente, é clima tropical. E a curvina, o clima dela é clima tropical.

5.8. A barata do Mar

Se há um risco de destruição, a partir da desordem causada pela “limpeza” que os barcos promovem no fundo do mar, essa situação encontra-se a braços com a questão da poluição relativa ao “aumento da aparelhagem” do qual falava Nibo, remetendo à questão do descarte das espécies capturadas. Embora essa ação seja realizada em grandes proporções pelas traineiras, também envolve ações de barcos de emalhe e fazem parte das explicações sobre o “desaparecimento” das espécies, como ilustra Prego, ao se referir à falta de peixes na lagoa:

O cação esse aí, dava 20 metros, 18 metros. O pessoal matava. Esses barquinho aí. O que aconteceu? Eles chegavam lá e davam um lance, dois, desse anjo e iam embora. Sabe o que eles faziam? Chegavam aqui, aqui que tiravam o pescoço, a cabeça deles, visceravam, aqui dentro da lagoa. Não largavam no pesqueiro. Aí o peixe não vem mais. É o desaparecimento do cação na costa. Agora só em 100, 200 metros.

A referência ao cação deve-se ao fato de que, até alguns anos atrás, era capturado em grandes quantidades na zona costeira, sendo muito cobiçado pelo valor de suas barbatanas, que são exportadas para o Japão. Interessados principalmente na “aba” do cação, poucas partes eram aproveitadas desse peixe, sendo jogadas no mar. Atualmente o cação é capturado em regiões mais distantes da costa.

Certa vez, um mestre de barco disse que não jogava no mar as vísceras dos peixes que capturava, porque os outros peixes não passariam mais ali. Indaguei-lhe porque o peixe não passava mais e ele deu a seguinte resposta:

Se tu pega uma estrada e tem um cara morto ali, tu vai voltar a passar por ali? Claro que não! E o peixe é a mesma coisa! Onde ele viu que tem peixe morto, ele não passa mais!

As noções de poluição desenvolvidas por Mary Douglas (1992) demonstram como a noção de sujeira, de poluição ritual pode ser usada para pensar o risco para a ordem social.

Certas áreas de pesca são consideradas “territórios mortos”, onde foram jogadas muitas vísceras e restos de peixes. Segundo os pescadores, um desses locais encontra-se próximo ao farol de Mostardas, algumas milhas ao norte. Nesse local, outrora considerado um pesqueiro, ou seja, lugar onde freqüentemente se encontravam peixes, uma traineira capturou toneladas de pescado e fez o descarte ali mesmo. O local tornou-se uma “área morta”, “não dá mais peixe, só tem lama e resto”.

O aumento dessas “áreas mortas” no oceano diz respeito a lugares que passam a ser evitados pelos mestres dos barcos. A atuação das traineiras na costa, descartando grande quantidade de pescado, faz com que os mestres se distanciem cada vez mais do que eles consideram como zonas “poluídas”, ampliando a territorialidade da prática e aumentando perigos e desgastes de toda ordem, como esclarece Cláudio:

Naquela época, o bagre entrava! Ele entrava aqui, vinha pela lagoa, vinha pra cá, ele andava! O bagre vinha aqui, como é que eu vou dizer para ti... Na época de safra, o bagre vinha dessa beira dessa costa, que ele vinha do norte, e vinha procurar barras e rios pra entrar e fazer o curso, né! Para desovar em águas calmas e serenas. E hoje... Hoje o bagre anda aí ó... Hoje tu pega bagre no oceano que tem ova. Ele ta desovando nos recife hoje! Por quê? Porque de costa a costa, os peixes não têm sossego!

Quem ia no Sarita era louco! 25 milhas! Quem ia no Conceição era louco! Já tava no outro mundo! Hoje, se tu não for pra Mostardas, tu não tá no mar, se tu não for pro Albardão, tu não tá no mar! Se tu for pescar... a leste da barra, se tu não pegar trinta, quarenta metros (profundidade) tu não tá no mar! Tu sai da barra ali, de repente o peixe tá grosso ali, mas tu não consegue, a tua mente já... Já baniu da cabeça, porque, volta de barra,

dez milhas da barra, pra norte e pra sul, e dez, doze milha, da barra pra fora aqui; tu sai e desamarra pra aqui é a mesma coisa que... Tu pode passar por cima de cardumes que, não pára pra sondar nem nada! Tu já sabe que aquilo ali já tá corroído, tá morto, tais entendendo?

Fosse com o Nelinho aquela vez. Chegasse a largar a rede aos pés de Rio Grande, aqui na volta? Brrrr! (ruído de motor) Vamo é do Sarita pra baixo! E aí é Brrrrr! Lá nos 50 metros! Tá entendendo? Parece que o peixe chega aqui e vai de bico pra fora. Mas não, é que tá muito batido. E pra ti vê, que onde tem meia dúzia, tu vê a quantidade de luzes, não visse? É só dizer “Ah, tô tirando meia dúzia!” Pra ti ver o cerco que fazem! De noite, ali. E aí e agora? Fazer o quê?

Ao expor a movimentação crescente dos barcos na busca dos cardumes, as despesas com o óleo e outras dificuldades relacionadas ao contexto de crise na pesca, os relatos de Cláudio versavam sobre os deslocamentos no espaço marítimo, identificando os pesqueiros e os “espaços da morte”, possibilitando extrair o seguinte esquema:

Divisão do espaço da pesca:

MAR DE TERRA: Lagoa dos Patos (dentro)/costa do oceano (espaços da morte)

MAR DE FORA: 80-100m de profundidade (em direção à “nascente”)

Na viagem realizada junto ao barco Alexandre II, pude acompanhar Mestre Nelinho, o qual revelou a existência de uma “barata do mar”, parasita indesejado, criados nessas “zonas mortas”, que rapidamente consome os peixes capturados:

É! O cara tem uma base do lugar onde pesca, né cara! Aí tu vê a posição e aí tu vai em cima da posição. Tem lugar que vai dá mais pescaria, tem lugar que não vai dá pra pescar. Tem lugar que não dá pra largar por causa da sujeira. Tem siri, tem barata....

Às vezes, claro, às vezes se mudam. Aí tu pensa que tá num lugar e tá noutro. Sabe como é? É que se mudam.

P - Vem muito siri?

R - Às vezes vem siri pra caralho! Tem vezes que tu pega direto!

P - E barata do mar?

R - A barata só deixa a carcaça. Tu só vê o couro do peixe quando vêm. São uns bichinhos pequeno, desse tamanho assim, mas quando tu vê, só deixam o couro do peixe.

P - Come o peixe morto ou vivo?

R - Come vivo. E ela ataca mais à noite. Ah, peixe morto, se largar na barata, não sobra nada! Ali, passando os 29, 30m, não dá pra largar é só sujeira, barata...

P - Por que tem tanta sujeira ali?

R - Olha, uns dizem que é da imundícia, do resto do peixe que jogam ali, que eles limpam o peixe e jogam. Outros dizem que é o barco de arrasto, que remove o fundo. Antes era difícil pegar essa barata. Agora que tem aparecido. De seis anos pra cá, que começou a minar aqui de barata. Ah! Tem lugar aí que não dá nem pra ti largar a rede! A gente começa a colher e a barata vai comendo o peixe, aí fica só o espinhaço. Vai comendo tudo. Cação de cem quilos aí... Se bater, só deixa só o couro só. Eles levam a barata dentro da barriga. Chega a estufar. Às vezes, leva mais de cem barata na barriga.

P - Mas o peixe não morre na rede?

R - A maioria morre. Aí, se demora a colher, às vezes vem a barata.

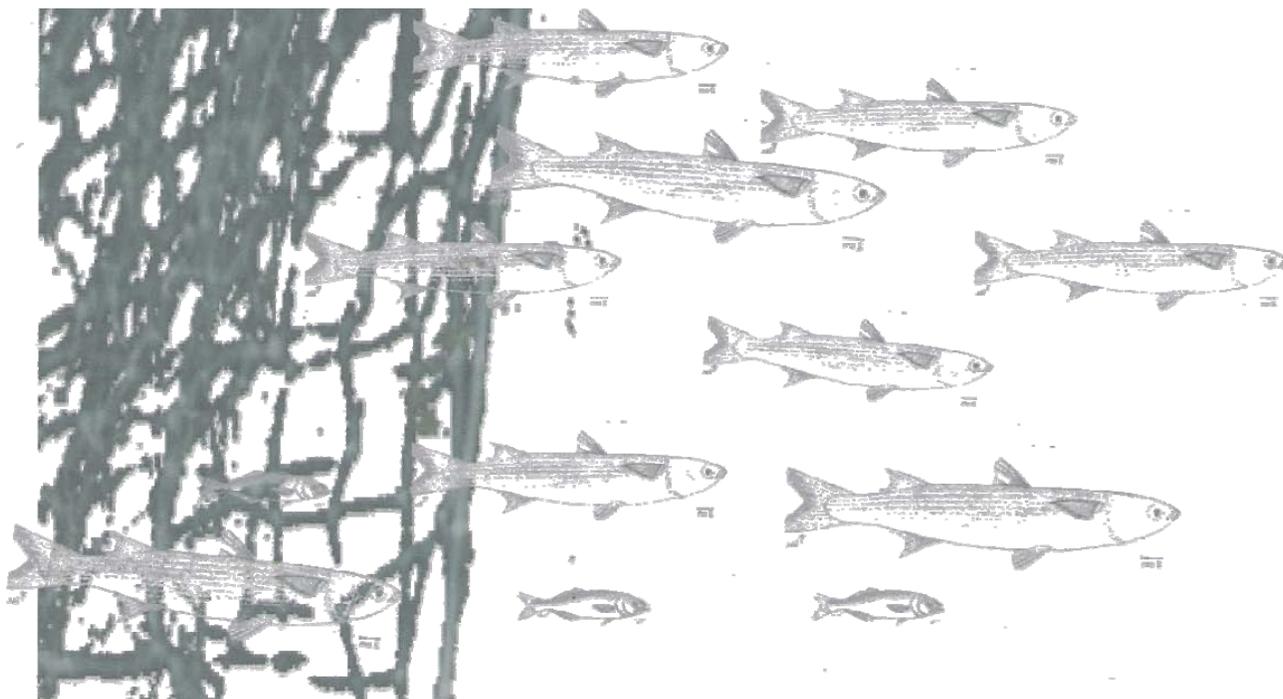
P - E no trapiche, por que não tem barata? O pessoal limpa peixe ali.

R - Ali é água doce. Aí não vem na água doce.

Os impasses determinados tanto pelas mudanças sistemáticas advindas do processo de industrialização pesqueira em suas conseqüências predatórias, quanto pela gama de fatores advindos dos impactos ambientais que afetam o patrimônio marítimo, e por fim, considerando as transformações nas formas de vida do mundo moderno com novas demandas de consumo e sentidos, designam os níveis de complexidade das modificações estruturais a serem apreendidos nos estudos etnográficos de uma antropologia marítima. No caso dessa comunidade, são perceptíveis cenários de conflitos que repercutem no fluxo da existência, no qual as práticas de autocontrole e de solidariedade estão ligadas, entre outras

coisas, à relação e aos limites entre a condição de vulnerabilidade desses grupos e suas estratégias de sobrevivência.

A questão da reflexividade, através da difusão de interpretações, ou seja, da circularidade de idéias no mundo global, acentua a percepção dos pescadores acerca de sua situação de risco e vulnerabilidade. Nesse sentido, pode-se concluir que as estratégias de continuidade no tempo, segundo a noção de ritmanálise de Bachelard (1988), obedecem a uma reordenação rítmica, estando ligadas a uma configuração sócio-cultural específica, que se encontra em constante re-elaboração, sobretudo no que se refere às tentativas de administração desses riscos e conflitos, através de práticas de autocontrole dos pescadores em um contexto de uma territorialidade marítima ligada à dinamicidade do seu modo de vida.



PARTE III

A TERRA DENTRO DO MAR E O MAR DENTRO DA TERRA

















CAPÍTULO 6

CORPO, AMBIENTE E TRABALHO

6.1. Do tempo embarcado na pescaria de emalhe oceânico

Conheci Carlinhos em uma manhã de agosto. Ele estava sentado na plataforma, junto a outros proeiros, fazendo pequenos reparos nas redes do Alexandre II, barco no qual trabalhava. Após iniciarmos uma conversa, passei a entrevistá-lo. Carlinhos, de 32 anos, revelou ser oriundo de Mostardas, município onde seus pais plantavam cebolas. Sua trajetória, em termos de experiência pesqueira, assim como o passado ligado a práticas de agricultura, não difere da maioria dos pescadores da doca. Disse ter iniciado na pesca aos 13 anos, em botes, nas safras de camarão. Na pesca embarcada, trabalha há 12 anos. Perguntei qual a diferença entre pescar na lagoa e no oceano, obtendo a seguinte resposta:

A diferença é assim: Na lagoa, tu vem todo o dia pra casa. Eles trabalham o dia todinho... Quatro da manhã, cinco horas da manhã. Trabalham e vem de noite. Já no oceano não. No mínimo quatro dias, tu fica fora de casa. No oceano tu fica fora.

Lembrei que Cláudio também havia estabelecido essa diferença. Na pesca em botes, exceto na safra do camarão, quando alguns pescadores acampam em determinadas áreas da lagoa, a captura das demais safras obedecem um regime de trabalho de “sol a sol”. Trata-se de pescarias nas quais se “dorme em casa”. Já na pesca embarcada, se “dorme no barco”, uma vez que o trabalho no barco envolve dias e noites no mar.

Carlinhos revelou que inicialmente havia trabalhado nos “barquinhos” da doca. Para ele, a principal diferença entre os barcos de emalhe reside no tempo de permanência no mar, relacionado à capacidade náutica dessas embarcações:

O trabalho é tudo igual. É tudo a mesma pescaria. Uns trabalham com mais quantidade de rede, outros com menos. A diferença é de dias. Aquele ali (aponta para um barco pequeno) o abastecimento é pra menos dias. Fica lá 3, 4 dias e depois vai embora. E já um como o do Ezequiel (mestre de um

barco de tamanho intermediário) já é mais dias; um como esse daqui (Alexandre II) é mais dias... E é isso, de acordo com o abastecimento de gelo, óleo, água... A pescaria, quanto mais escassa, mais dias vai ficando. Um barco que nem aquele ali (aponta novamente para o barco pequeno), se tu vai lá... tu trabalha 4 dias, mesmo que não dê pescaria, tu tem que vim embora. Tem 4, 5 dias pra carregar. Só pode ficar 5 dias. Se só no quinto dia é que tu achou pescaria, no sexto dia já tem que voltar! Não tem abastecimento, não tem mais gelo, não tem mais água. Um desses aí (Alexandre II), às vezes trabalha 10 dias, no caso, mas tá ruim. Aí, se tiver que ficar mais 4 ou 5 dias, ele tem abastecimento, aí dá para trabalhar. A vantagem que faz é essa.

Nesse contexto no qual a escassez de pescado impele os pescadores a irem cada vez mais longe ao mar, Carlinhos considera que barcos de emalhe oceânico apresentam maior regularidade na produção, sendo este o motivo principal que o levou a embarcar no Alexandre II. Por outro lado, trabalhar em um barco desses adquire por vezes contornos dramáticos para alguns pescadores, uma vez que implica permanência prolongada no mar.

No Alexandre II, a pesca com redes de fundo exige um distanciamento maior da costa, no qual o tempo de mar acaba desgastando os pescadores, além de ficarem mais expostos às tempestades.

Às vezes tu faz 4, 5 dias e tu já tá louco prá voltar! É que, às vezes, num barco desses aí (barcos grandes), a diferença que faz é que é uma pescaria longe. Pescaria longe pra caramba! Um barco daquele ali (pequeno) se marca uma tempestade, ele vem embora. Então quer dizer: ele passa dois, três dias. Nesse aqui não, às vezes dá dois dias, três dias de tempo ruim. Aí ele fica ancorado lá no pesqueiro. Ele não trabalha, mas fica lá. Na hora em que acalmar, ele tá pronto pra trabalhar. Já um desses aí (barco pequeno) tem que vim, tem que abastecer pra depois voltar de novo.

Passados alguns dias, tivemos um novo encontro, quando embarquei no Alexandre II. Dando continuidade à conversa anterior, Carlinhos, agora consorte de viagem, sentenciou,

já a bordo, sobre como era estar em um barco que permanecia, em média, 15 dias no mar: “Aqui tem que güentá! Não dá pra voltar a pé, nem pegar ônibus. A gente só sabe quando sai, mas não sabe nunca quando volta”.

Explicou que o mestre marcava o dia e a hora em que a tripulação deveria embarcar. Já o retorno, embora também fosse decisão do mestre, dependia da produção.

Voltar antes de 14 ou 15 dias com pouco peixe não fazia sentido, uma vez que o barco podia permanecer até 18 ou 19 dias no mar, o limite máximo que se podia agüentar, quando então findavam as provisões de água, comida e, sobretudo, combustível. O retorno antecipado, dispondo de poucas toneladas de peixe, acontecia quando havia alguma avaria séria na embarcação, ou então em caso de previsão de tempestades perigosas como, por exemplo, a chegada de algum ciclone extratropical.

No caso de se obter uma captura excepcional já na primeira semana, o barco voltaria “carregado”, portanto antes do tempo esperado. Porém isso dificilmente ocorria. Tais condições revelavam a faceta sombria do regime de trabalho dos embarcados na pesca de emalhe oceânico, combinando a instabilidade da produção com a supressão do tempo livre em terra⁷⁶.

Ao deixar a plataforma e atravessar de forma tranqüila o longo canal da barra, o Alexandre II passou a navegar em mar aberto. Ao sairmos do canal, no encontro direto com as ondas, vinha à minha mente a frase proferida por Carlinhos, sobre a condição de suportar as adversidades no mar para ser um embarcado. Vencer a sensação de enjôo que se insinuava com o balanço do barco no mar aberto era a primeira delas. Em segundo, suportar a possibilidade, bastante freqüente, de passar longos dias sem achar peixe, o que causava uma forte sensação de monotonia e frustração entre os tripulantes.

A primeira referência a essa situação ocorreu quando encontrei Cebola, um pescador local que estava embarcado em um atuneiro de Rio Grande - barco que navega a uma maior profundidade e permanece mais dias de mar do que aqueles do emalhe oceânico. Na

⁷⁶ Essa supressão do tempo livre em terra faz pensar na relação entre sobrepesca e sobretrabalho, uma vez que a expectativa em manter um índice aproximado das capturas do passado tem levado ao aumento da carga de trabalho. O papel das inovações tecnológicas nesse contexto torna-se evidente, como demonstra o caso da utilização do guincho. Antigamente as redes eram recolhidas à mão, exigindo maior esforço físico e impondo limites no tamanho das redes. O guincho facilitou a tarefa de recolhimento, ao mesmo tempo em que tornou possível a utilização de redes cada vez mais extensas e o conseqüente aumento do tempo de trabalho para puxá-las. É importante observar que, na pesca com rede de fundo, os pescadores vivenciam um tempo ocioso, que não pode ser considerado exatamente como tempo livre, já que eles permanecem confinados no barco, sendo que, mesmo quando estão deitados nos beliches, ficam atentos à viagem e às mudanças climáticas.

ocasião, Cebola havia recém retornado de uma viagem e estava bebendo cerveja com colegas em frente à plataforma, no *trailer* Paraguai. Detive-me ali para uma conversa.

Perguntei como havia sido a viagem. Afirmou ter sido boa, apesar do tempo ruim, com ventos fortes, que o barco teve de enfrentar, em uma profundidade entre 180 a 200 metros. Em seguida, disse que “às vezes, lá pelo meio da viagem, dá um estresse”. Então explicou que uma produção razoável fazia o tempo passar rapidamente, uma vez que os pescadores ficavam entretidos com o trabalho e confiantes em relação aos ganhos decorrentes da captura. Por outro lado, a falta de peixes levava a uma situação de estagnação que alimentava o desejo de voltar para terra.

Sempre que isso acontecia com maior frequência, gerava conflitos entre os embarcados. Embora a tendência fosse a conformidade com o insucesso da pescaria, certa irritação manifestava-se em desavenças entre eles, ou então suspeitas sobre a capacidade do mestre em encontrar os cardumes, apresentando, como pano de fundo, a insatisfação com o trabalho no barco em razão do baixo rendimento com as capturas.

6.2. Comer para não enjoar

Durante a viagem no Alexandre II, pude constatar um aspecto acerca da solidariedade entre os pescadores que se refere à preocupação com a alimentação de alguém que estivesse enjoando. Geralmente se tratava de algum tripulante inexperiente, que ainda não dominava essa sensação. O enjôo poderia prejudicar o trabalho em equipe das pescarias, cuja cooperação é imprescindível.

Nos primeiros dias de embarcado, perguntavam se eu me sentia bem e se havia vomitado. Explicavam que vomitar e não comer nada me deixaria “muito fraco”. Entre eles, havia uma orientação em se alimentar bastante para “ficar forte”. O trabalho intenso realizado sob o convés durante as pescarias, por vezes abaixo de chuva e vento, em meio ao balanço do barco, caracteriza uma atividade que requer muito esforço físico e uma atenção redobrada para evitar acidentes. Num ambiente instável, de movimentação e contato com o mar, através do manuseio de cabos, redes, e um constante vai-vem pelas beiradas do barco (por onde se acessa a cozinha e cabine de comando, o banheiro e o convés), qualquer distração poderia ser fatal. Portanto, as atenções por parte da tripulação a alguém que estivesse enjoando consiste num procedimento usual entre os embarcados. Embora

incomodado com a sensação de enjôo, procurei não demonstrá-lo, sendo que sempre mantive o apetite durante as refeições, o que gerava comentários de aprovação por parte dos tripulantes, especialmente do cozinheiro e do mestre.

O emprego das categorias de forte/fraco associando alimentação ao trabalho, chamava a atenção. Para os embarcados, enjoar consistia numa “fraqueza”, uma vez que o discurso da força muscular, associado ao trabalho, diz respeito ao *ethos* masculino, sob o qual giram representações dos pescadores em torno do esforço físico relativo às pescarias. Para suportar o ambiente do barco, era necessário manter-se “forte”, em um contexto de corporalidade mediado pela relação força/fraqueza.

O trabalho intenso e as condições que são enfrentadas no mar fazem com que a idade dos tripulantes varie entre 18 e 40 anos, com exceção do mestre, que comanda as atividades e não se envolve com o trabalho braçal. À medida que vão ultrapassando essa faixa etária, os pescadores geralmente desembarcam, retornando para as pescarias de botes e/ou tornando-se redeiros. Estando em boa forma, alguns deles seguem embarcados, sendo que, em alguns casos, desempenham a função de cozinheiro. A opção por cozinheiros “mais velhos” é atribuída à sua experiência de vida e de pesca, que pode compensar a desvantagem no quesito capacidade física. Pescadores muito jovens geralmente não sabem cozinhar, uma vez que, no núcleo familiar, esta atividade é realizada pelas mulheres. Costurar redes e cozinhar são atividades de caráter feminino, remetendo a um passado de trabalho familiar.

Todavia, o contexto de transformações da organização do trabalho e da produção, sobretudo o processo de distanciamento dos homens em áreas de pesca longínquas, são fatores de alteração da relação entre gênero e práticas de trabalho. Narrativas de pescadores idosos revelam uma época em que fazer redes era uma atividade totalmente artesanal, sendo que muitas mulheres ficavam em casa, fazendo redes para os maridos pescadores, em um contexto de produção familiar⁷⁷. Conforme revelou um velho pescador, “Agora ninguém

⁷⁷Exceto pelo fio, que era comprado, todo o trabalho era artesanal. As redes eram de linho, confeccionadas através de uma ferramenta chamada de “malheiro”, onde se regulava o tamanho de abertura da rede e sua extensão. A agulha poderia ser feita de madeira ou, em alguns casos, com a “aba” (barbatana) da baleia. Em meio ao processo de transformação no trabalho e na produção, desencadeadas pela industrialização e abertura do mercado pesqueiro, a rede de linho, considerada “grossa”, “de fio”, foi substituída por outras linhas, mais leves e resistentes, feitas de material sintético, como o nylon-seda e o nylon-plástico, com a vantagem de apresentar maior durabilidade e maior eficiência para as capturas. Segundo os pescadores mais antigos, o

mais faz rede, porque vem pronta de fábrica”, referindo-se ao fato de as redes terem passado a ser compradas praticamente prontas, faltando o trabalho de cortar no tamanho desejado e “entralhar”, ou seja, colocar as tralhas: chumbos e bóias.

Atualmente apenas homens realizam essa atividade, que consiste muito mais no reparo do que na confecção das redes⁷⁸. Estas não são mais feitas em casa, como outrora.

Uma parte, que poderia ser chamada de “base” da rede, é fabricada, enquanto a finalização é realizada artesanalmente nos galpões dos redeiros, a depender do tipo de pescaria empregado. Os pequenos reparos, por sua vez, são realizados pelos próprios proeiros na plataforma, próximo ao barco, ou seja, em ambientes exclusivamente masculinos. Portanto, a questão de gênero, de acordo com a ordenação do espaço e do trabalho, acomoda os pescadores mais velhos nas funções de redeiros e cozinheiros. No caso do mar, a relação entre o trabalho e vigor/energia associa o “fraco” à mulher e ao idoso.

Segundo apontam estudos de Klass Woortmann (1978) e de Luis Fernando Dias Duarte (1988), categorias como forte/fraco (juntamente com outras, como frio/quente) são recorrentes nas classificações alimentares, encontradas tanto entre camponeses, quanto nas classes trabalhadoras urbanas, incorporando a relação entre os sistemas alimentar e orgânico, na medida que tal relação estende-se tanto a concepções de doenças, como a categorias cosmológicas. Segundo Woortmann (1978), tais classificações alimentares, em que pese certas variações regionais, apresentam uma regularidade que permite considerar que fazem parte de um sistema cognitivo geral da cultura popular⁷⁹.

Para os pescadores, a alimentação refere-se ao trabalho e à sobrevivência, estando ligado à saúde. A este respeito, Carlinhos tecia a seguinte consideração:

A alimentação é pra poder se manter, que o serviço é um serviço muito desgastante, né! São muitas horas trabalhando. [...] Geralmente a pessoa

nylon apresenta a vantagem de tornar as redes “transparentes”, dificultando que peixes as visualizem, sendo que o nylon-plástico é “quase invisível”.

⁷⁸ Aqui convém estabelecer uma diferença entre a confecção e o reparo. Esta última apresenta uma relação mais estreita com atividades masculinas, mesmo quando voltada predominantemente ao trabalho familiar, devido ao fato de que os pequenos reparos sempre foram comuns durante as pescarias.

⁷⁹ Sobre as classificações alimentares relacionadas às relações de trabalho e gênero dentro do sistema simbólico camponês, ver também Ellen Woortman (1997).

que já tem tendência pra enjoar, ele não come quase, né! Ah, não! Se alimenta bem menos! Tá sempre com dor de cabeça, dor de estômago. Já o cara que não enjoa dá mais fome no mar. Aqui, trabalhando, tu come o dobro da alimentação que come em terra.

Os pescadores divergiam sobre as causas do enjôo. Alguns achavam que estava ligado à capacidade de auto-hidratação do organismo, medido através do grau de saliva. “No mar, a saliva fica grossa”, diziam. Entretanto, o mais freqüente era uma teoria explicativa no qual o enjôo é desencadeado pela “maresia”, que para eles se trata do “cheiro de iodo do mar”, no qual o contato com um ambiente diverso como o mar, que contém um “ar diferente”, gera uma reação no corpo. Segundo eles, a reação gerada pela maresia faz com que o ferro do organismo empurre o sangue que está no fígado para o estômago, provocando vômitos e mal-estar.

As comidas pesadas e gordurosas são importantes porque a gordura reduz o deslocamento do sangue para o estômago. A ação da gordura encontra um paralelo elucidativo no exemplo do que ocorria com o consumo de bebidas alcoólicas, no qual era aconselhado estar alimentado antes de beber para adquirir maior resistência aos efeitos do álcool⁸⁰. Inclusive se considerava que aqueles que bebiam com freqüência reagiam melhor ao enjôo.

- E por que dá mais fome no mar? Perguntei.

- Ah, por que eu não sei explicar, mas que dá mais fome, isso dá. Se qualquer um de nós tá em casa, toma um café de manhã; um cafezinho... 9, 10 horas; e depois almoça. E aqui é como tu tá vendo: toda hora tem um abrindo um saco de bolacha. Já faz parte do estresse do cara eu acho. O cara estressa e vai comendo, estressado.

Trata-se de sistema alimentar baseado no viver, trabalhar e sobreviver, ao qual foi ficando claro à medida que, em conversas com a tripulação sobre esse assunto, era mencionado o caso de Tiago, que havia embarcado mais recentemente, associando a

⁸⁰De acordo com essa explicação, alguns pescadores davam o seguinte exemplo: uma pessoa poderia beber de forma absurda sem perder os sentidos, se antes ingerisse uma colher de óleo. A gordura seria um revestimento que protegeria o fígado.

lembrança por parte dos outros tripulantes de como era franzino e enjoava, mas “botou corpo”, ou seja, adquiriu massa muscular e se tornou “forte” com a alimentação e o trabalho braçal no barco.

Da várzea - também considerado um franzino que “botou corpo”- apresentava uma trajetória similar à de Carlinhos e Tiago, tendo passado da pesca em botes para barcos pequenos, até embarcar no Alexandre II. Trabalhando recentemente em um barco considerado grande, adquirira o hábito de comer os refugos da janta em suas refeições matinais: um manjar despejado em um pote, onde misturava arroz e feijão com macarrão e alguma sobra de peixe frito. O prato básico consiste em arroz, feijão, carne e muitas vezes macarrão. A carne é cozida, sendo, preferencialmente, de frango ou gado. Mas também se come peixe frito ou cozido. Bigode, o cozinheiro, alternava pratos, servindo peixe somente algumas vezes. Gostava de Bagre ensopado, seu prato predileto. Não obstante, o valor atribuído pela tripulação à carne vermelha e ao frango, em contraposição ao peixe, diz respeito à percepção dos embarcados relacionando o peixe à monotonia do barco. Comer algo com o qual se lida diariamente, não tinha o mesmo sabor que a carne bovina, de porco ou de frango, que afinal era paga pelos embarcados, uma vez que a comida é descontada dos ganhos da tripulação, demonstrando uma percepção de valorização (ou não-barateamento) de sua força de trabalho. A carne bovina (alimento terrestre) em contraposição ao peixe (alimento do mar) é importante para recompor a “substância terrestre” que se perde no enjôo, visto que vai enfraquecendo e faz com que essa substância saia do corpo.

Existe também uma diferença entre “peixe bom” e “peixe com maresia”, rejeitado pelos pescadores para o consumo próprio. Nesse caso, é como se a maresia deixasse o ar e se materializasse em um verme que se aloja no estômago do peixe. Para muitos pescadores, a maresia vem a ser esse verme, conforme explicou Tartaruga, por ocasião de um encontro no galpão da Prainha:

Maresia é essa cobrinha que te falei. Ela é azul, né. E dá enfiada na terra (fundo do mar). O peixe come e vai pro estômago do peixe. E aí o cara sente o cheiro de maresia no peixe.

Segundo Tartaruga, no oceano encontram-se peixes com e sem maresia. Mas na lagoa, considerada pelos pescadores como “terra”, não há maresia, uma vez que a água é “meia salobra”, enquanto no oceano ela é salgada. Assim, o peixe da lagoa (“peixe de terra”) é considerado mais saboroso do que aquele capturado no oceano:

Depois que ele (peixe) entra aqui (lagoa) ele muda. É que aqui na lagoa, a carne na lagoa... Aqui na lagoa a água não é muito salgada, a água é meia salobra, e no oceano é sal puro, entendesse? E o peixe do oceano tem um jeito e o daqui de dentro tem outro. O peixe da lagoa é mais gostoso! Porque depois que ele entra aqui prá dentro, ele não come mais (maresia). E lá fora ele sempre come isso aí.

Em conversa na cozinha do Dom Caetano, Bigode revelou que deve parte de seu aprendizado na pesca ao seu sogro, Nibo, que é cozinheiro do barco Rio Piracicaba. Disse ainda que a predileção pelo bagre ensopado herdou do pai, amigo de Seu Nelson, o redeiro. Os dois veteranos são oriundos de Capivaras, um vilarejo próximo, onde antigamente se dedicavam à safra deste peixe.

A experiência de Bigode na pesca em botes ocorreu principalmente com Nibo. Conta que, assim que casou com a filha de Nibo, este o convidou para uma pescaria relativamente distante, próxima ao Taim⁸¹. Os dois passaram semanas em um bote, sendo que Nibo havia prometido que iriam ganhar muito dinheiro com a pescaria. Em meio às risadas e a galhofa de Tiago, Claudinho e demais tripulantes, Bigode contava histórias que giravam em torno das inúmeras dificuldades por que ele e Nibo haviam passado durante essa viagem. Capturaram poucos peixes e ele passou muito frio e fome, devido ao fato de terem saído apenas com a roupa do corpo e sem provisão alguma. Comiam apenas o que retiravam do mar. Após a “aventura” malfadada, decidiu não pescar mais em botes, afirmando estar satisfeito com o trabalho embarcado.

Nibo valia-se da sua experiência de cozinheiro em face da limitação de mantimentos no Rio Piracicaba - um barco pequeno, que passa poucos dias no mar. Diferentemente de

⁸¹ O Taim faz parte do quarto distrito de Rio Grande. É uma região formada por um extenso banhado que envolve uma rede intrínseca de lagoas, praias marinhas, pântanos, campos e dunas. Localiza-se na zona costeira que separa as praias do Cassino e do Hermenegildo, ambas conhecidas por serem incrivelmente extensas (o Cassino apresenta cerca de 245 km de extensão).

Bigode, que dispunha de um rancho considerado farto em comparação aos barcos menores, Nibo dispunha de um rancho modesto, apostando na criatividade para o preparo dos alimentos. Geralmente fritava pastéis e bolinhos, mas sua maior invenção culinária era a feijoada de amendoim, bastante apreciada pela tripulação do Rio Piracicaba.

Certa vez, Nibo convidou-me para almoçar em sua casa, quando tive a honra de saborear esse prato. A mulher e a filha de Nibo compartilhavam um olhar duvidoso, pois desconheciam a nova receita, para elas bastante exótica. Depois se entusiasmaram a provar a comida, avalizando o prato. Em terra, são elas que cozinham para Nibo, que serviu apenas uma porção pequena da feijoada de amendoim, enquanto sua esposa preparou arroz com feijão, carne de panela e salada.

6.3. Descrição da divisão social do trabalho dos embarcados

A tripulação do Barco Alexandre II é composta por nove homens, desempenhando as seguintes funções: Nelinho (mestre), Piti (motorista), Bigode (cozinheiro), Carlinhos (primeiro-gelador), Claudinho (segundo-gelador), Cadeado, Da Várzea, Neri e Tiago (todos proeiros). Esta divisão pode apresentar pequenas variações, de acordo com o tamanho da embarcação. Barcos pequenos ou de tamanho intermediário, onde o espaço é mais reduzido, geralmente dispõem de sete homens, com apenas um gelador e dois ou três proeiros.

a) Proeiro

Como foi dito anteriormente, proeiro é como se denominam os homens que trabalham no convés, sobretudo na proa, pescadores sem posse dos instrumentos de trabalho. Nesse caso, trata-se do trabalhador do mar em geral. A princípio, toda a tripulação seria formada por proeiros, no sentido em que o armador é o dono do barco e das redes. Em relação ao trabalho executado na proa, este é desempenhado por todos, exceto o mestre. Assim, da tripulação, apenas o mestre não é considerado como tal. O motorista, o gelador e o cozinheiro são, por assim dizer, proeiros especializados. Estes últimos executam uma dupla função: o trabalho em comum na proa e a responsabilidade por setores específicos, que podem ser a cozinha, o maquinário ou o condicionamento do pescado. O trabalho de proeiro consiste nas seguintes atividades:

1 - carregar o barco com redes e provisões de água e comida;

- 2 - lançar as redes, munidas de bóias, ao mar para depois recolhê-las;
- 3 - “safar” (despesca) e “limpar” o peixe;
- 4 - recolher as redes da proa para popa, onde ficam guardadas;
- 5 - limpar o convés após a despesca;
- 6 - fazer a vigia e o quarto de leme;
- 7 - descarregar a produção do barco no porto, quando da chegada em terra;
- 8 - remendar redes de vez em quando.

O aprendizado dos embarcados é iniciado através da função de proeiro, uma vez que este desempenha o trabalho básico que compõem a rotina do barco. Muitos são novatos na pesca embarcada, sendo que boa parte deles apresentam certa experiência, relativa à pesca na lagoa. Alguns dos embarcados têm seu próprio bote, que utilizam na safra do camarão, quando desembarcam. No entanto, a maioria deles é formada por proeiros de bote/canoa. Existe também uma parcela de ceboleiros, gente oriunda do campo à procura de oportunidades de trabalho.

Dentre os proeiros, Da Várzea é assim chamado por ser proveniente da vila da Várzea - reduto de pescadores artesanais, situado nas margens da Lagoa dos Patos. Conta que resolveu embarcar no Alexandre II porque não tinha mais como prover o sustento familiar trabalhando como proeiro em um bote:

Agora mesmo, na lagoa não tinha nada. A água dava doce direto, né! Não dava camarão, não dava pra pescar corvina, nem nada. Antes lá era bom pescar. Quando salgava, era bom pescar. De uns ano pra cá, começou a dar água doce, água doce... E complicou. Passou 2, 3 anos de água doce e aí acabô com tudo lá. E a maioria não vem pra cá porque sempre tem a parelinha deles, né! Sendo um cara, dá pra se defender, né! Mata um peixinho hoje, amanhã... Sempre vai dar. Mas trabalhando de proeiro, na água doce... E na lagoa, lá é bom de trabalhar. Eu gostei de trabalhar lá. Mas se tu olhar bem, ta ruim pra todo o lado.

Já Tiago e Cadeado trabalhavam nas safras de cebola antes de embarcarem. Tiago, com 18 anos, era o mais jovem da tripulação. O mais experiente era Neri, que já havia embarcado em uma traineira no Rio de Janeiro.

O fato de o barco requerer entre 3 a 4 homens para a função de proeiro, aumenta a demanda do trabalho não-especializado em relação às demais funções. Tal situação torna-se evidente ao confrontar as trajetórias de proeiros mais experientes, donde se constata que alguns deles executaram anteriormente funções de cozinheiro, motorista ou gelador em outras embarcações.

Após o desembarque, eles encontram dificuldades em ingressar novamente em um barco considerado “bom”, ou seja, no qual se mata bastante peixe, ocupando a atividade anterior. Nesse caso, muitos aceitam a vaga que está disponível. Esta é a situação de Vaninho, que foi motorista do Sinuelo do Mar II. Desembarcou em razão de uma discussão com o mestre. Depois embarcou novamente, desta vez como proeiro do barco Dom Caetano IV.

b) Cozinheiro

Preparar o almoço e o jantar, fazer café, deixar a cozinha limpa, além do trabalho no convés são as atividades do cozinheiro. Ao chegar à cozinha do Alexandre II, após o trabalho exaustivo da despesca e do recolhimento das redes da proa à popa, Bigode tirava o macacão sujo de escamas de peixe e lama do fundo do mar que vinha junto às redes, lavava as mãos e colocava um avental para o preparo do almoço.

O fogão possuía uma grade para encaixar as panelas, evitando que fossem derrubadas pelo balanço mais acentuado do barco, ao ser sacudido por ondas maiores. Em dias de vento forte e mar agitado, Bigode era um verdadeiro dançarino na cozinha, preparando a comida com naturalidade, enquanto o barco era jogado com força de um lado para o outro.

Essas funções ocupavam Bigode de tal forma que, em determinadas situações, estava cozinhando ou lavando pratos ao mesmo tempo em que era chamado para auxiliar os colegas na proa, onde era exigido certo discernimento em relação ao envolvimento nas atividades, de modo que esteja sempre solícito com os colegas e não descuide da alimentação da tripulação.

c) Gelador

Os geladores trabalham com a ajuda dos proeiros no carregamento do gelo e na descarga do peixe. Já o resfriamento do pescado é desempenhado exclusivamente pelo gelador, que condiciona os peixes nas caixas e as coloca no porão do barco.



Carlinhos é gelador: “Eu trabalho no gelo. Sempre trabalho no gelo. Trabalhava no Dom Caetano IV e agora trabalho nesse aí. Parte da geladeira”.

Apesar de estar sempre mexendo no gelo, Carlinhos diz que não sente frio:

É frio, mas o cara encharca a camisa lá embaixo, trabalhando. Toma suadouro. Quebrando o gelo, né cara. Virando caixa. O serviço de refrigeração do peixe é tudo braçal! Pode matar 5 toneladas, 40 toneladas, que é aqueles dois (o primeiro e o segundo gelador) que fazem a refrigeração pra manter a temperatura do pescado. É eu e outro rapaz que trabalhamos.

O “outro rapaz” é Claudinho, segundo-gelador. Ambos entram e saem constantemente do porão, ficando expostos a mudanças de temperatura, no qual o frio intenso do trabalho com gelo britado até os joelhos, é superado pelo calor e o suor do esforço físico ao qual se submetem.

d) Motorista

O Motorista, assim como o gelador, sofre com as mudanças bruscas de temperatura, ao entrar e sair da casa de máquinas para o convés. Alterna, assim, o calor extremo da casa de máquinas, onde respira as substâncias que se desprendem do motor, como o óleo diesel queimado e outros vapores, com as correntes de ar do convés.

Em barcos grandes, o lugar de repouso do motorista é separado dos demais tripulantes. Dorme na cabine de comando na parte de baixo do beliche, sendo a de cima ocupada pelo mestre. A distribuição do espaço de repouso reflete a proximidade do motorista com o mestre e sua condição, considerado, de certo modo, o “segundo na hierarquia” em termos de conhecimento. A relação entre o maquinismo e o homem diz respeito ao papel das inovações tecnológicas na captura e navegação. Assim, o motorista é portador de um conhecimento específico e indispensável: o domínio do maquinário do barco. Sua importância reside no fato de que não é difícil ocorrer uma eventual pane no motor em alto mar, que deve ser consertado imediatamente para que o barco não fique a deriva e afunde. Algumas trajetórias revelam um começo como proeiro e a passagem para motorista antes de assumir a função de mestre. Enquanto saber específico, considera-se o

maquinário como um domínio complexo do barco para muitos proeiros. O mestre geralmente sabe como funciona o motor do barco. Um mestre com experiência de motorista tem a vantagem de agregar sua capacidade náutica à capacidade de manutenção e reparo da embarcação.

e) Mestre

Assim como a maior parte dos embarcados, o mestre tem atrás de si uma trajetória ligada à pesca na lagoa. O dono de barco precisa ter confiança absoluta no mestre, uma vez que este comanda todo o trabalho e apresenta, durante a viagem, total autonomia em suas decisões. Portanto, essa função é preferencialmente desempenhada por alguém experiente. A experiência vem aliada à capacidade em se sair bem nas pescarias. Dentre os mestres que trabalham nos melhores barcos e que são considerados matadores de peixe, todos foram anteriormente encarregados de parelha. Este é o caso de Cláudio, que foi encarregado de parelha e depois proeiro em um barco antes de se tornar mestre. Alternava as duas atividades de acordo com o seguinte calendário pesqueiro: pesca do camarão em parelha, durante o verão e parte do outono; proeiro (e depois mestre) em barcos de emalhe costeiro.

Já Nelinho apresenta uma trajetória um pouco diferente. Por ser filho de Seu Atanásio, mestre muito reconhecido em São José do Norte, Nelinho não foi encarregado de parelha. Ele seguiu o caminho de seu pai, atuando diretamente na pesca embarcada.

Nas gerações mais jovens, é comum o motorista se tornar mestre. Isso ocorre geralmente em barcos menores nos quais os ganhos e as exigências com a captura também são menores. No mar, a organização do trabalho apresenta alguns aspectos de ordem hierárquica, expressa pela mestrança, tendo na figura do mestre uma autoridade baseada no conhecimento dos lugares e das rotas a serem seguidas na captura de peixes. Movimentar-se no espaço marítimo significa seu desafio em conduzir o barco e encontrar os cardumes. O êxito nas pescarias o torna reconhecido perante a comunidade de pescadores como matador de peixe, o que lhe confere maior respeito. Independentemente do esforço ou sorte, importa a quantidade capturada. Tal situação pode ser observada em terra, acompanhando os velhos pescadores, que transitam entre a doca, a plataforma e galpões da pequena zona urbana de São José do Norte, presenciando o cotidiano de conversas que envolvem pescadores e armadores locais. São conversas que, inevitavelmente, começam por

perguntas sobre quanto matou este ou aquele mestre. Uma pequena quantidade, na comparação com outros, tende a ser considerada por meio de risos e comentários em tom de zombaria. O comportamento jocoso consiste em um modo de ser dos pescadores, que permite, entre outras coisas, lidar com as situações adversas, sobretudo no ambiente marítimo. Cabe ao mestre a escolha da tripulação em terra e a tomada das decisões no cotidiano de trabalho do barco. Portanto, a habilidade no comando da tripulação e o êxito das pescarias são as bases do respeito adquirido junto à tripulação e os demais pescadores, onde o reconhecimento de matador possibilita ao mestre contar com os melhores proeiros e, talvez, com um barco grande, dispondo assim de melhores oportunidades para manter sua posição.

Se, sucessivamente, o retorno apresenta-se com o barco descarregando quantidades ínfimas de pescado, os proeiros vêem reduzidos seus parcos ganhos e a confiança na capacidade do mestre começa a ser minada, havendo a tendência a trocarem de embarcação. Situação esta que pode culminar na sua saída face à dificuldade em manter bons proeiros e, principalmente, pela pressão do armador, que o compara com a produção de outros barcos.

6.4. O sistema de divisão dos ganhos por partes

Do ganho bruto com a produção de uma viagem, o armador desconta as despesas com combustível, mantimentos e, na maioria dos casos, pagamento dos redeiros e de um vigia para cuidar do barco. O que sobrou - o ganho líquido - é dividido em duas partes iguais entre o armador e a tripulação. Por sua vez, a metade destinada à tripulação é novamente dividida entre eles, perfazendo um sistema de divisão dos ganhos em 28 partes. Inicialmente encontrei certa dificuldade para entender de que forma era calculada essa divisão por partes entre os tripulantes. Somente algum tempo depois, já em terra, foi possível compreender esse sistema em seus pormenores. Na ocasião, acompanhava Everaldo, motorista do barco Santana. Caminhávamos da doca em direção à sua casa, quando lhe pedi que explicasse como funcionava a divisão de partes, sendo esclarecido da seguinte forma:

Cada um tem uma parte, que é o corpo. O mestre tem mais 3, por ser o mestre e por causa que ele guia o barco e procura peixe. E mais uma porque

tem a carta. Aí são 5. O gelador tem mais meia, por causa do gelo; o motorista mais meia, ou uma, pelo motor; o cozinheiro também mais meia. O proeiro é uma. Aí dá 14 partes. Metade é do dono. Então são mais 14... Igual a 28.

O modelo de divisão em partes é tradicional na pesca embarcada, não apenas no que se refere à frota brasileira, mas também de outros países, como Canadá, Espanha e Portugal, sendo considerada uma forma que conjuga as expectativas dos pescadores com os interesses do mercado da pesca frente ao caráter aleatório da atividade (Breton, 1986; Fernández, 1991).

Cada tripulante “entra com o corpo”, enquanto o armador dispõe dos meios materiais de produção. O embarcado que detém alguma especialização na atividade ganha mais meia parte nas funções de cozinheiro, motorista e gelador. Associada ao sistema de partes, é importante mencionar outros dois aspectos que constituem o acordo de trabalho entre o armador e a tripulação na pesca de emalhe: o “contrato de parceria” e os “vales”. A relação de trabalho é firmada sob um “contrato de parceria”, que pode ser anulado por ambas as partes (armador e embarcados) em qualquer momento. É uma forma de acordo legal que não contempla direitos trabalhistas, como alguma estabilidade no emprego, aposentadoria e compensação financeira para as famílias dos embarcados em caso de acidente ou morte no mar⁸². Assim, desobrigado em arcar com os encargos sociais, o armador é claramente favorecido pelo contrato de parceria, em detrimento da tripulação. Por outro lado, deve se reconhecer que talvez alguns poucos armadores locais possuam reais condições de arcar com maiores encargos sociais. O armador que dispõe apenas de um barco pequeno geralmente se encontra em dificuldades financeiras. Barcos de emalhe costeiro apresentam maiores dificuldades frente à crise que atravessa o setor pesqueiro, uma vez que permanecem poucos dias no mar, apresentando produção menor do que a dos barcos de emalhe oceânico.

⁸² Fica a critério do armador o pagamento de um seguro de vida para cada membro da tripulação. No Alexandre II, toda a tripulação dispõe deste seguro. Já nos barcos pequenos, essa é uma possibilidade remota, uma vez que o armador alega falta de recursos financeiros, mas também porque esses barcos apresentam uma condição mais reduzida de riscos, se for levado em conta o menor tempo de permanência no mar e a navegação mais próxima da costa.

Durante as safras de pesca, o pagamento é efetuado por meio da prática de “vales”, forma de pagamento que envolve uma relação tradicional de empréstimo e dívida entre armadores e embarcados. Estes não recebem exatamente o que lhes é devido ao término de cada viagem, mas uma quantia mínima de dinheiro para suprir as necessidades básicas familiares, entregue semanalmente. Quando os homens estão no mar, os vales são entregues às suas mulheres, que administram orçamento familiar. Trata-se de um dinheiro que é recebido com certa regularidade, frente à irregularidade das pescarias. Ao final da safra, que dura em média de 2 a 3 meses, ocorre um “acerto de contas”. Nesse acerto, o total de vales recebidos durante a safra é computado pelo armador e descontado da quantia acumulada de que o embarcado tem a receber.

Piti, motorista do barco Alexandre II, conta como é o pagamento:

É por safra, né. Vai juntando, juntando e depois tem que fazer as conta. Toda a semana a gente pega 100 reais. Quando tais aqui fora, eles mandam pra casa. Aí, até eles fazerem as conta sai na base de 400 reais por mês. Até que dá. Pra mim dá, que, no caso, sou só eu... e essa guria que eu tô...

Contudo, tal forma de pagamento não deixa de ser flexibilizada de acordo com a situação das pescarias, visto que a média da produção determina o valor dos vales. Em barcos pequenos, cuja produção também é pequena, os vales são de aproximadamente 50 reais. Dessa forma se dispõe de menos dinheiro para dar conta do orçamento familiar.

6.5. A comparação do trabalho entre barcos grandes e pequenos

Embora o trabalho no convés seja praticamente o mesmo, convém esclarecer que apresenta algumas distinções importantes entre barcos pequenos e grandes. A primeira delas refere-se às diferenças entre pesca de emalhe costeiro e pesca de emalhe de fundo. Na pesca com rede alta, que caracteriza o emalhe costeiro, as espécies capturadas são aquelas que fazem o curso. Esses peixes se movimentam muito, o que requer que o barco se desloque com frequência. Por este motivo, chama-se “pesca corrida”. Com maior mobilidade, diferencia-se da pesca com rede de fundo, realizada pelo barco grande, na qual

se permanece parado horas a fio, não apenas quando ocorre mau tempo, mas nas pescarias, cuja espera para recolher as redes requer um tempo maior do que na pesca com rede alta.

Esta se chama “pesca parada”, onde os embarcados executam todo o trabalho de lançar as redes no mar e depois se deitam nos beliches⁸³. O trabalho de içar as redes e começar a despesca somente inicia depois de algumas horas.

A segunda diz respeito ao espaço para se movimentar e executar tarefas durante as pescarias. Nesse sentido, trabalhar em um barco grande torna-se vantajoso, conforme esclarece Da Várzea:

A diferença é a mordomia maior, né! Um barco pequeno é um sufoco brabo. Nós mesmo, num barco pequeno com essas malha, nós trabalhava a corvina, dava micharia de peixe e ficava mais de 5 dia. Tinha que colher a rede na frente (proa), não era tudo na caixa (popa), assim, né! Tinha que embarcar duas bandeirada de cada lado do barco. Aí, quando chegava na frente, parava o serviço. Aí ficava cá pra trás, safando, pra depois embarcar. Era bem mais difícil.

A mesma percepção acerca do trabalho no barco pequeno é partilhada por Tiago em suas experiências de embarcado antes de ingressar no Alexandre II:

Ali era um barco pequeno pra caralho! Era pior. É um barco em que tu tá sempre trancado! Aqui não, aqui tu não tá trancado nunca! Que nem nós, puxamo peixe e fazemo esteira e não tranca nunca. E ali tu não tem como fazer, é muito apertadinho.

A vida no barco é precária e incômoda. No barco pequeno, as condições de trabalho, em especial a despesca e o recolher das redes, tornam-se ainda mais duras. O mesmo

⁸³ Como foi dito antes, o compartimento onde ficam os beliches é bastante reduzido. Neste pequeno espaço, os pescadores também acomodam seus pertences, geralmente alguma muda de roupa limpa, para ser utilizada no retorno da viagem. O celular e o radinho de pilha também são freqüentes, mas somente funcionam em algumas ocasiões, quando se está navegando na costa. Nas paredes onde ficam os beliches, são afixadas fotografias de mulheres nuas e imagens de Nossa Senhora dos Navegantes e de Iemanjá, o sagrado e o profano, o pensamento em terra e a proteção para trabalhar no mar. Conforme relatou um dos tripulantes em tom de brincadeira, na pesca de fundo, ao dormir nas noites de mar muito agitado, ele esquecia suas mulheres de papel e só “sonhava com a Santa”.

ocorre em relação ao alojamento e à alimentação. De certa forma, trabalhar em um barco grande possibilita o sustento e da família, mas a diferença sutil entre o “conforto” e a relativa segurança apresentada pelo barco grande, se contrapõem a supressão do tempo livre, já que no barco pequeno há uma maior mobilidade entre o tempo em terra e o tempo no mar.

O tamanho da embarcação está relacionado à produção, implicando maior envolvimento com o mercado da pesca. Nesse sentido, barcos grandes dispõem de mais recursos porque a produção é maior, refletindo nos ganhos dos embarcados, conforme esclarece Tiago:

Esse aqui, quando tu leva malhada pra terra, tu sabe que é malhada boa. Aqueles lá não, tu leva mixaria. Que nem quando trabalhei lá no Ideal, levava 500 quilo pra terra. Não via futuro nenhum.

Para os embarcados, o trabalho em um barco grande seria mais vantajoso por oferecer certa “estabilidade” financeira. Embora o gasto com recursos, como combustível e alimentos, que são descontados dos rendimentos dos embarcados, seja maior do que em um barco pequeno, a permanência prolongada no mar faz com que, inevitavelmente, retorne com uma produção também maior. Com mais recursos, o barco grande atrai também os melhores mestres, aliando a capacidade náutica destes ao potencial material e tecnológico da embarcação.

Em relação às condições de trabalho, os barcos, principalmente os pequenos, são embarcações de pouca estabilidade. São particularmente frágeis para enfrentar tempestades em alto mar, sobretudo quando estão carregados e a uma profundidade acima dos 60m. “Tem uns mestres que são uns carrascos”, ouvi certa vez de um proeiro que se referia ao contexto de escassez de pescado e a competição entre os mestres para ver “quem mata mais peixe”, que faz com que muitos barcos se arrisquem a navegar em águas de maior profundidade, podendo ocasionar acidentes ou mesmo naufrágios.

6.6. A dimensão das relações hierárquicas na pesca embarcada

Durante a pesca embarcada, as relações de trabalho obedecem a um arranjo hierárquico que cria uma espécie de nódulo tensional em torno da posição do mestre

perante sua tripulação. O mestre diferencia-se dos demais tripulantes, fazendo valer determinadas relações de poder e dominação, gerando conflitos que são contidos momentaneamente em razão da necessidade de cooperação de todos no trabalho, de uma organização baseada na produção e na sobrevivência frente à condição de risco e perigo, inerente à atividade. Tais conflitos somente tornam-se explícitos em terra, quando os pescadores regressam de suas incursões marítimas.

Nesse sentido, a alternância entre o viver no meio aquático e no terrestre revela uma dinâmica tensional que remete a uma relativa inversão hierárquica, que ocorre através de duas temporalidades distintas: uma em que predomina as relações de tensão entre práticas predominantemente igualitárias com outras predominantemente hierárquicas, vivenciadas no ambiente da embarcação⁸⁴. Estas encontram-se assentadas sob a articulação do valor-trabalho com o valor-indivíduo. Em terra, a primeira é suprimida pela última, na qual tensões latentes, relativas aos conflitos em alto mar são explicitadas. Em meio a essas tensões, a vida de embarcado é considerada por eles “uma batalha constante”, ou seja, uma “guerra”. Portanto, a identificação entre os pescadores encontra, na condição de estresse, uma combinação com uma expressão de tratamento mútua utilizada por eles: “guerreiro”. Trata-se de uma clara referência à “batalha da vida”, na busca do peixe e nas condições de trabalho do barco, com suas acomodações que pode ser associada à “trincheira de guerra” (Dias Duarte, 1978)⁸⁵.

A forma como são conduzidas as situações de tensão entre os pescadores revelam momentos em que os conflitos encontram-se, de certa forma, encobertos sob a ordem da organização social do grupo, e outros em que se tornam explícitos, sendo em parte regulados através de um ordenamento de oposições hierárquicas⁸⁶. Como demonstra Louis

⁸⁴ Cf. “Posfácio para a Edição II” sobre a teoria da hierarquia em Louis Dumont (1992:369-375).

⁸⁵ Neste aspecto, a identificação do trabalho embarcado como “batalha” e do barco enquanto “trincheira de guerra” trata-se de uma situação análoga àquela observada por Luis Fernando Dias Duarte (1978) em seus estudos sobre um grupo de pescadores de botes que passaram a trabalhar em traineiras.

Uma outra interpretação para expressão “guerreiro” diz respeito à religiosidade dos pescadores que freqüentam centros de umbanda e batuque, relacionado ao imaginário que evoca o mar, sobretudo na referência a Ogum (orixá do ferro, da guerra e da tecnologia) e a São Jorge (santo guerreiro que “mata o dragão”, este último encarnado no “demônio”).

⁸⁶ Esta dinâmica é demonstrada analiticamente através da “teoria da hierarquia” proposta por Duarte (1988), através da aplicação dos conceitos de Dumont (1985) acerca da lógica estrutural de oposições distintas que se organizam em um conjunto. Como ensina Dumont, a oposição hierárquica consiste em uma combinação de dois níveis diferentes, em uma relação entre conjunto e elemento, que pode ser definida como englobante-englobado.

Dumont (1988), a oposição hierárquica consiste em uma combinação de dois níveis diferentes, em uma relação entre conjunto e elemento, que pode ser definida como englobante-englobado. Nesse contexto, as inversões entre esses níveis, entendidas como “inversões hierárquicas”, ocorrem de acordo com mudanças de nível, relacionadas às noções de “valor” e de “situação” (Duarte, 1988:43). Para lidar com os diferentes níveis operativos no sistema de “englobamento dos contrários”, o caráter situacional consiste principalmente nos arranjos que indivíduos fazem frente a um determinado contexto⁸⁷. Implica, portanto, na dimensão em que se organizam diferenças identitárias que, por sua vez, ocorrem em função dos níveis em que se opera, vistos aqui enquanto valor-indivíduo, valor-trabalho ou valor-família⁸⁸.

As relações de igualitarismo fundamentam-se nas relações de cooperação e no companheirismo, tendo sido abordadas em vários estudos sobre comunidades pesqueiras, destacando-se aqueles realizados por Kottak (1966 e 1982) sobre pescadores brasileiros. Essas relações que se expressam entre os pescadores podem ser percebidas com maior intensidade em suas práticas de trabalho, sobretudo nas atitudes em que preponderam o esforço coletivo para que haja uma total coordenação nas pescarias barra afora. A percepção de dificuldades e privações enfrentadas no mar, bem como o reconhecimento do êxito na captura de peixes motiva a tripulação, sendo que, no trabalho e na vivência em coletividade, esse sentimento é compartilhado entre eles, enquanto elemento importante para a coesão dos grupos de pescadores⁸⁹. Trata-se do trabalho em conjunto da tripulação ao lidar com os perigos e incertezas que representa o ambiente marítimo.

Reunidos sob a questão da territorialidade marítima, os estudos que contemplam esse tema também são considerados por Simone Maldonado (1994) enquanto “ética igualitária” que se configura no âmbito pesqueiro, sobretudo no contexto das relações entre pescadores quando distanciados em alto mar. A situação de distanciamento no mar consiste em um ponto tensional, ao qual se articulam e conjugam conceitos, à primeira vista paradoxais,

⁸⁷ A esse respeito, convém fazer referência a Evans-Pritchard (1972), quando constatou que, de acordo com a situação, os Azande escolhiam entre suas crenças aquelas que melhor lhes convinham.

⁸⁸ Inspiro-me em Duarte (1988) acerca da noção de valor e suas aplicações nos termos que atribui ao valor-trabalho, valor-família e valor-indivíduo.

⁸⁹ Esta forma de coesão pode ser vista na análise de Bourdieu (1958) sobre os Kabila e o espírito de coletividade e companheirismo que presidem a vida no deserto, tornando possíveis suas práticas de deslocamentos e de sobrevivência.

como os de igualitarismo e hierarquia, assim como de competição e cooperação, presentes nas relações produtivas do âmbito pesqueiro (Maldonado, 1994:45-46)⁹⁰.

7. “Levando uma sacanagem”

O “estresse”, associado à incerteza do retorno, do qual falava Carlinhos, passou a adquirir um sentido pleno em determinado momento que atravessamos durante a viagem: estávamos a uma semana no mar, mas a produção estava abaixo do esperado. O tempo prolongado, aliado à decepção com o resultado da pescaria, começava a inquietar a tripulação. Em alto mar, essas expectativas são criadas em torno de um contexto marcado pela oposição entre a necessidade de prosseguir, buscando “matar peixe”, e o desejo de voltar para casa. Situação às vezes tensa, na qual predomina a resignação sobre a ansiedade dos pescadores, que dependem das decisões do mestre e, em última análise, do que o mar lhes reserva.

Navegávamos na zona costeira, na direção sul, próximo ao farol do Sarita⁹¹. Até então, os dias que se sucederam à saída haviam sido de relativa calma. Fazia “tempo de bafagem”, que significa pouco vento e mar levemente encrespado, de acordo com a escala Beaufort de ventos, uma tabela pendurada na cabine do mestre⁹². Antes de sairmos ao mar, Nelinho havia decidido carregar o barco tanto com rede alta e quanto com rede de fundo, devido ao início da safra da anchova, realizada na costa. Tendo se voltado à pesca da anchova, entre 20 e 30 metros, que requer a utilização de rede alta. Segundo ele, trata-se de uma pescaria bastante explorada. Nessa área, atuam muitos barcos de emalhe costeiro e traineiras. Junto ao leme, observava da cabine a tripulação ocupada com a despesca. Ao recolherem as redes do mar, viam-se poucos peixes. “É, por enquanto tá fraco. Até agora, só deu umas caixas”, dizia, entre uma baforada e outra de um cigarro *Derby*. Referia-se às caixas de vinte e cinco quilos, onde o peixe é colocado, antes de ir para a câmara fria do

⁹⁰ Não obstante as relações de hierarquia e igualitarismo se façam presentes em terra, ambas são construídas e vivenciadas em sua plenitude no ambiente marítimo, onde a lógica do valor-trabalho torna-se englobante. Portanto, o sentido empregado na definição de igualitarismo diz respeito a um referencial ideológico fundamentado no valor-trabalho, sendo abordado sob o prisma das relações entre eles no ambiente do barco. De acordo com Dumont, acerca da coletividade nas sociedades tradicionais, onde considera que “cada homem particular deve contribuir em seu lugar para a ordem global”, tais relações podem ser consideradas como ações voltadas para o conjunto da tripulação.

⁹¹ O farol do Sarita está localizado entre Santa Vitória do Palmar e o Chuí.

⁹² Tabela que mede a intensidade dos ventos (ver em anexo).

barco. Até então, tínhamos acumulado em torno de 5 toneladas de anchova, misturadas à outras espécies de valor comercial. Pouco para um barco com capacidade para armazenar 60 toneladas.

Em um primeiro momento, realiza-se a “sondagem”, que consiste em largar as redes em uma determinada área do mar e recolhê-las após 20 ou 30 minutos. A quantidade de pescado que aparece nas redes consiste em um indício que o mestre tem para avaliar se pode ou não haver peixes naquela área. Em caso positivo, as redes são lançadas novamente ao mar, dessa vez permanecendo durante várias horas. Quando as redes começam a ser içadas a bordo, a tripulação divide-se em cinco ou seis homens trabalhando na proa, “safando” o peixe; enquanto outros dois puxam as redes já vazias, recolhendo-as na popa do barco. Puxar as redes da proa para a popa requer muito esforço físico, uma vez que são muito extensas, em torno 15 milhas⁹³.

Ao término da pescaria, o peixe é condicionado na câmara fria do porão do barco e o convés limpo. Durante a despesca, o mestre permanece na cabine do barco, tendo em mãos o leme e o rádio. Controlando o barco, observa a quantidade de pescado que vai surgindo nas redes, ao mesmo tempo em que se comunica com outros mestres. Dependendo do volume capturado e das condições do tempo, decide prosseguir ou não com a pescaria em determinada área.

Desci até a proa. O trabalho já havia terminado, restando apenas a limpeza do convés, realizada por dois proeiros: um com uma vassoura velha e outro com uma mangueira que bombeava água do mar. Na cozinha, Bigode preparava um café. Deparei com Tiago, que, para minha surpresa, entrou na cozinha e passou a mão na bunda de Bigode: “Cadê o café?” A reação de Bigode foi pegar uma faca e perseguir Tiago. “Deixa que eu te pego, filho da puta!”, dizia aos gritos. Em um canto do barco, vi ameaçá-lo com a faca enquanto Tiago encolhia a barriga, esquivando-se. Em seguida, retornaram à cozinha rindo, entre abraços e empurrões. O que parecia uma briga estava mais para uma simulação. A conotação de “brincadeira” era clara, à qual se sucederam inúmeras outras, com ou sem facas. Às vezes, um ou outro discutiam e se engalfinhavam, simulando uma briga. Frequentes no barco,

⁹³ Quinze milhas correspondem a mais de 28 km. Durante a pesquisa, barcos maiores utilizavam aproximadamente 15 milhas de redes. A depender do tamanho da embarcação, pode ser utilizada uma quantidade maior ou menor. O barco Santana, considerado de tamanho intermediário, utilizava 10 milhas de rede (cerca de 18 km). Já o barco Rio Piracicaba dispunha de sete milhas de rede (aproximadamente 13 km).

junto com as zombarias, configuravam-se enquanto modo de descontração entre os tripulantes. Em seguida, Carlinhos e Tiago sentaram-se à mesa. Acompanhei-os e ficamos ali por um tempo, enquanto os dois mastigavam biscoitos e bebiam o café fraco e adoçado que os pescadores tanto apreciam. Entre um gole e outro, Tiago expressava com clareza essa situação:

Nós tamo aí, sempre se divertindo! Nunca tamo triste, nunca brigamo com o outro. Mas o que eu mais queria mesmo vê é esse barco carregado e ir embora pra terra. Todo mundo pensa, né. Mas a pescaria tá aos poucos, né! É difícil de carregar, mas é o que queria.

Para mim, antes da viagem, o problema das tensões vivenciadas no barco era pensado sobre possíveis casos de conflitos que talvez os pescadores ocultassem, de acordo com os indícios que sugeriam o “estresse” a que alguns se referiam ao falarem acerca do tempo prolongado em que passavam no mar e do desejo em retornar a terra. Nesse sentido, passei a pensar na ocorrência de discussões e brigas entre os pescadores, de forma similar àquela observada por Luis Fernando Dias Duarte (1981), que se refere à prática de comportamentos e discussões dentro de um “padrão verbal agressivo”, enquanto forma de distensão das relações entre pescadores embarcados em situações de conflito. No entanto, percebi que, nesse caso, a relação de tensão entre os embarcados ocorria de outra forma. Tratava-se de um modo específico de lidar com as dificuldades que iam surgindo e eram superadas através da “sacanagem”. Portanto, “levar uma sacanagem” faz parte do modo jocoso ao lidar com tensões. De certo modo, atenuavam situações de risco e de conflitos que iam surgindo no decorrer da viagem, como era o caso da escassez de pescado, conforme esclarece Tiago:

Não tem futuro nenhum tá brigado aqui. Aí que futuro vai ter tá brigado aqui? Nós tudo se divertindo e aquele ali... Aquele ali não fala, um não fala com o outro. Não tem futuro nenhum cara! Então todo mundo é amigo e é melhor assim. Só que lá em terra é... É cada um mais pro seu canto e já era. Ninguém se encontra que nem aqui no barco, né! Se encontrar mesmo, se encontra quando ele (Nelinho) marca um horário no

barco. Depois não se vê mais ninguém. Cada um nas suas casas, uns no baile. O único que eu vejo direto é o Claudinho. Tá morando lá perto, ele. O Negão (Piti) também eu vejo direto. O Da Várzea, encontro nos baile...

Tiago havia sido o último a integrar a tripulação do Alexandre II. De certo modo, sentia a diferença entre o companheirismo e as brincadeiras do tempo de mar em relação ao tempo em terra, com “cada um mais pro seu canto”, como dizia. O fato de ser o novato, além do seu caráter extrovertido, fazia com que as brincadeiras fossem mais intensas entre ele e os demais tripulantes, enquanto forma de integração.

Antes de embarcar no Alexandre II, Tiago havia trabalhado em barcos menores, que permaneciam entre seis e sete dias no mar. Sobre a diferença quanto ao tempo prolongado, considerava o seguinte:

Até acho que quem mais estranha aqui é eu. Não sei por que, acho que é porque eu sou solteiro, né! Aí tem pouca guria pro cara namorar e não tem tempo. É bem mais tempo de mar e tu fica bem mais... No último dia, que o mestre diz: “vamo dá a última largada e se não tiver nada vamo embora”. Ah, tem nêgo que chega a dá pulo! Ah, eu sou um! Tomara que a gente vá embora hoje. Ele podia ir embora hoje ou amanhã se ele quisesse. Ir embora pra terra duma vez.

Carlinhos interveio, esclarecendo que a sacanagem às vezes pode aumentar o estresse que os pescadores sentem em situações de períodos muito prolongados no mar, se não for considerada certa reciprocidade nessas ações:

Vai chegando no final e tu vai estressando. A convivência... Tu convive ali, 15, 20 dias com as mesmas pessoas. E o espaço é reduzido. No início, tu passa tranqüilo, aqueles primeiros cinco, seis dias, mas depois já pega a se estressar.

Levar e devolver a sacanagem parece ser fundamental para esta dinâmica da vida no mar, estando relacionada à relação de companheirismo que os pescadores estabelecem quando estão embarcados, sendo aprofundada através da repetição das viagens. Nas

tripulações que mantêm as mesmas pessoas, a relação de trabalho e o respeito mútuo funcionam melhor do que em barcos onde há muita mudança de tripulantes.

Eu vou te dizer assim ó: não pára muita gente pra trabalhar, entendesse? Vareia muito. Esse barco aqui é um barco que trabalha a turma quase sempre a mesma... O pessoal se conhece há muito tempo. Mas tem barco aí que dá uma viagem, troca três, quatro tripulante. Aí chega a outra viagem e vai três, quatro diferente... Os caras vão trocando muito. Aí a convivência já... Fica mais difícil. Chega no fim e o diálogo... Tu já não tem conhecimento da pessoa. Tu vai ver trabalhando mesmo. Às vezes, tu não sabe quem é. Vais conhecer lá no dia-a-dia. Aí o pessoal que se conhece não! Todo mundo trabalha junto já há tempo, dá um problema, um troço, aí já conversa, o outro já leva uma sacanagem e assim vai indo.

Portanto, o convívio no barco associado à sacanagem consiste no modo com que a tripulação lida com as tensões que se formam no cotidiano de trabalho. No entanto, essa dimensão das relações está ligada aos laços de coesão que se estabelecem e vão sendo sedimentados entre os tripulantes durante inúmeras viagens.

Junto com Tiago, Bigode também era um dos alvos principais das brincadeiras. Sem dúvidas, o fator determinante era a personalidade de cada embarcado. Pessoas mais introspectivas ou agressivas se envolviam pouco nas brincadeiras a bordo. Contudo, a função de cozinheiro inspirava certa “falta de respeito”, por ser uma função que, associada ao papel feminino, remete à dominação simbólica existente nas relações familiares e de trabalho dos pescadores.

Embora não fosse explícito, cozinhar é considerado um “trabalho de mulher”. Em outros barcos, esse tipo de brincadeira com o cozinheiro também era comprovada, como no caso de Quinho, cozinheiro do Dom Caetano VI. O fato de ser cozinheiro e loiro rendeu-lhe uma gozação por parte de um proeiro, que lhe dizia: “E aí, Ana Maria Braga! Cadê o papagaio?” Na brincadeira, compara Quinho a uma mulher loira que apresenta um programa bastante popular sobre culinária, exibido diariamente na TV. Enquanto prepara determinados pratos, a mulher conversa com um fantoche de papagaio.

Já em relação a Nibo, devido ao fato de ser um cozinheiro mais velho e trabalhar em

um barco no qual a tripulação era bastante jovem, ao invés das brincadeiras, a relação era baseada no respeito e admiração, sendo que alguns proeiros o chamavam de “Seu” Nibo.

6.8. O jogo de canastra

À noite, o carteadado consiste em uma prática costumeira, sobretudo o jogo de canastra, geralmente praticado no confronto de uma dupla contra a outra. Com exceção de Carlinhos, que não gostava de jogar, os demais se animavam apostando balas. No barco havia alguns sacos grandes de balas, que ficavam sob custódia do mestre. Alguns tripulantes perdiam todas as balas nas apostas, mas as recuperavam roubando-as da cabina do mestre, sem este se dar conta, dando sentido à sacanagem.

Apostar balas, diferentemente de dinheiro ou algo de valor, evitava que o jogo fosse levado a sério em demasia, uma vez que o sentido era de brincadeira e de entretenimento. No entanto, às vezes surgiam discussões, geralmente quando um dos integrantes da dupla que havia perdido acusava o companheiro de ter jogado mal, culpando-o por terem perdido o jogo. Esta situação remete às palavras de Huizinga (2001:11), ao considerar que “todo o jogo é capaz, a qualquer momento, de absorver inteiramente o jogador. Nunca há um contraste bem nítido entre ele e a seriedade, sendo a inferioridade do jogo sempre reduzida pela superioridade de sua seriedade. Ele torna-se seriedade e a seriedade, jogo”.

A canastra é também praticada em terra, em alguns bares de São José do Norte, onde o público é exclusivamente masculino. Nesses lugares, fazem rodadas noturnas e se apostam dinheiro ou doses de cachaça. Também nas casas dos pescadores, são comuns partidas de canastra, jogando tanto homens como mulheres. Geralmente as mulheres jogam quanto os homens estão no mar. Desse modo, o jogo adquire um sentido de sociabilidade e de “passar o tempo”. Os homens jogam no barco enquanto esperam por uma pescaria. As mulheres jogam em casa, como que esperando pela volta dos homens. É difícil encontrar um barco sem um baralho a bordo, tal a popularidade desse jogo entre os embarcados. O limite dado às brincadeiras e aos momentos de sociabilidade ficava por conta do Mestre. Nelinho era um dos principais entusiastas do jogo de canastra e guardião das balas. Disciplinador, ficava contrariado quando brincavam com facas, embora não as proibisse. Como havia aprendido a jogar recentemente, algumas vezes eximia-me de participar, ao perceber que os ânimos estavam exaltados. Situação que ocorria com frequência, devido a

alguma rivalidade decorrente de partidas anteriores, ou em discussões entre parceiros que não se entendiam durante o jogo. O convívio no barco durante vários dias foi decisivo para estabelecer também certa cumplicidade junto à tripulação. A posição de “não-trabalhador”, apesar de ajudar na despesca, conferia-me liberdade para que circulasse livremente pelo barco, intercalando momentos com o mestre e os demais tripulantes. Essa mobilidade permitiu que presenciasse situações como o roubo de balas. Outro episódio que contribuiu para a relação de cumplicidade foi o fato de ter flagrado um proeiro fumando *canabbis sativa* e tê-lo alertado a tempo de que o mestre estava vindo, evitando que fosse surpreendido.

A disciplina do barco passava também pela questão do consumo de drogas, comum em alguns barcos. Nelinho proibira expressamente bebidas alcoólicas ou drogas ilícitas (*canabbis sativa* e cocaína) a bordo. Um dos proeiros contou-me que Nelinho anteriormente havia dispensado um membro da tripulação assim que chegaram em terra, ao descobrir que fumava escondido no barco. Em outra ocasião, o próprio Nelinho relatou-me o caso. Contou que, além da proibição, dispensou-o porque havia sido “irresponsável”. O proeiro fumava escondido ao lado do motor do barco. Segundo o mestre, um incêndio no barco poderia ser provocado facilmente através de algum palito de fósforos ou mesmo brasa do cigarro.

6.9. Territorialidade e segredo: a comunicação entre os mestres através do rádio

Da cabine do barco, Nelinho comunicava-se pelo rádio com outros mestres. Cláudio - mestre do Santana - era um deles. Assim como Paulinho - mestre do Alexandre I. O Alexandre I é um barco de tamanho intermediário, anterior ao Alexandre II. Ambos pertencem ao mesmo armador. Quando em áreas próximas, esses barcos trocavam informações pelo rádio através de seus mestres. Na comunicação através do rádio, o companheirismo e a cooperação entre barcos ocorrem pela troca de informações acerca do andamento das pescarias entre grupos de mestres. Alguns pescam próximos e compartilham informações, dentro de um espírito de “ajuda” mútua. Tal relação também refere-se à possibilidade de algum barco se encontrar em apuros. Assim, torna-se importante “ter alguém por perto” para socorrer ou ser socorrido. A cooperação em um ambiente considerado adverso leva a esse tipo de aproximação. Por outro lado, a competição entre

barcos gera determinadas estratégias e ardis entre os mestres, que são dissimuladas por esse sentido geral de cooperação. Sentido que adquire significado pleno nas situações que invariavelmente passam os pescadores quando estão no mar, no lidar com uma natureza considerada exterior e onipotente; diga-se de passagem, muito maior do que a relativa segurança que pode representar um barco de grande porte ou mesmo um navio.

A ambigüidade entre competição e cooperação, que faz parte das relações entre os mestres, são explicitadas na comunicação entre eles através do rádio das embarcações, que operam em uma frequência aberta, acessível para quem estiver sintonizado em determinada faixa. Isso leva os mestres a executarem uma estratégia de revelação parcial acerca do andamento das pescarias e, sobretudo, da direção a seguir na busca dos cardumes. Tais procedimentos apresentam-se de acordo com a noção simmeliana de segredo, uma vez que marcam determinadas práticas sociais caracterizadas por formas de comunicação nas quais o jogo de revelação e ocultação dizem respeito a estruturas de poder (Maldonado, 1994 apud Simmel, 1983). Trata-se de uma configuração social baseada no conhecimento, sendo que, nesse caso, remetem aos processos de competição/cooperação, tradição/modernização e hierarquia/igualitarismo.

Ao mesmo tempo em que mantêm certo segredo, os mestres procuram saber sobre a situação dos colegas, configurando então um jogo de sondagens entre eles, em que as informações colhidas fornecem pistas e revelam a competição que há por trás da omissão de determinadas informações. As conversas giram em torno do andamento das pescarias, onde um mestre sonda o outro acerca das rotas e áreas de pesca. Questão que remete ao segredo na marcação que cada mestre tem das áreas de pesca, baseada na combinação entre um saber tradicional acerca das espécies que são capturadas (hábitos e comportamentos de determinadas espécies de peixes) e o domínio proporcionado pela tecnologia dos aparelhos de pesca. Ao se afastar da costa, a marcação a partir dos referências de terra torna-se impossível. Como ocorre com a paisagem terrestre da região, - plana, praticamente sem acidentes geográficos -, o mar na costa do Rio Grande do Sul também não apresenta ilhas ou enseadas. Estas somente se encontram justamente quando se chega à divisa com Santa Catarina ou quando se cruza a divisa com o Uruguai. Portanto, a marcação de pesqueiros ocorre através das coordenadas geográficas através da bússola e do GPS.

As escalas computadorizadas sobre o fundo, mostram os lugares mais baixos e mais altos. Junto com a experiência do mestre, os equipamentos permitem saber onde há lama, areia ou cascalho, ou alguma pedra grande (parcel). As coordenadas geográficas, por sua vez, são anotadas pelo mestre em um caderno.

Neste caderno, constam vários lugares onde este mestre pescou e encontrou peixe. Dependendo das condições do tempo e das espécies de peixes a serem capturadas, o mestre procura imaginar um caminho hipotético que esses peixes podem percorrer no oceano, através do conhecimento de lugares e coordenadas, de acordo com um mapa mental desses lugares e do fundo do mar.

Os melhores mestres geralmente descobrem uma área de pesca. Já os inexperientes procuram escutar as informações através do rádio e então seguir os matadores de peixe. Por esse motivo, as conversas são parciais e os mestres experientes ocultam as informações mais importantes, procurando despistar aqueles que não são considerados “companheiros de pesca”. Nelinho revelou que alguns mestres não eram confiáveis, pois seguidamente achavam um pesqueiro e só avisavam os demais quando haviam carregado seu barco e não havia mais peixe. Devido a tal atitude, os outros mestres não avisavam estes quando faziam uma boa malhada.

Na costa, o Santana navegava próximo ao Alexandre II. Cláudio e Nelinho falavam pelo rádio. Estes mestres têm uma relação de companheirismo entre eles. Isso, porém, não significa dizer que não exista competição, uma vez que todos querem matar mais peixe do que os colegas de profissão. Contudo, entre eles a competição obedece a uma ética, de acordo com as regras de cooperação e de informação. Como são considerados grandes mestres, todos reconhecidos matadores de peixes, optam por descobrir seus pesqueiros sem seguir ninguém. Esporadicamente, havia casos em que algum mestre estava com uma produção muito abaixo do esperado e um colega do seu círculo de amizades estava carregando o barco em uma área não muito distante. Então, por sugestão do mestre em melhor situação, havia cooperação entre ambos e eles podiam atuar na mesma área.

Por vezes havia incidentes, especialmente entre barcos que atravessavam sobre as redes de outro ou invadiam a área de pescaria de outros; entre os barcos com rede de emalhe, porém, predomina certo respeito, no qual se mantinha uma distância mínima.

6.10. Incidente com traineira

Após alguns dias, Cláudio entrou em contato com Nelinho pelo rádio. Perguntava sobre a pescaria e as coordenadas de Nelinho, que respondia:

Nelinho - A hora de manhã, ali. Passei pra terra devagarinho, né cara! Passei pelo Paulo ali, pela popa do Paulo, pelo barco dele. Aí vinha puxando pra terra [...] fiquei quase uma hora. Ia largar o ferro. Aí chamei o Paulo, se queria jogar e jogamo eu e o Paulo. Ai jogar lá com 15 metros, também larguei com 12, 13 metros. A cordinha aí. É isso, aí vamo ver se catemo mais umas caixa, ô capa.

Cláudio - Onde largasse?

Nelinho - Eu larguei aqui a 215°, ô Cláudio. Aqui a ponta do Zé Bentinho ficou pra mim a 215° certinho... Lá da ponta norte! Eu larguei sempre a 215°. A ponta dele ficou um bocadinho de fora, de mim aqui. Vem sempre a 250, tô te vendo. Não é tu que tá mais a sul aí, onde o camaroeiro tá quase chegando? Não é tu? Pra terra, pra ponta do sul. A minha tá pra 36 e a tua tá pra 19. Tô três milhas a sul, da minha ponta sul. A duas milhas pra 66° aqui. A ponta do Zé Bento... Tá duas milhas pra 38, a duas milhas 86. 85. Tá 52 graus. É isso.

Cláudio - Mas o Zé Bentinho, a ponta sul, tá aí ó: 55 com 22.55, 22, 22, 70 a ponta sul do Zé Bento.

Nelinho - É, daqui a pouco vai por terra a ponta do Zé Bento. Eu tô um bocadinho de fora do Zé Bento, ô capa.

Em outro momento, escutamos, naquela faixa do rádio, o chamado de um barco, avisando Nelinho que uma traineira estava muito próxima das redes deixadas por um barco de emalhe. Havia suspeitas de que a traineira tivesse passado sobre as redes. Se fosse comprovada essa possibilidade, o barco teria que retornar com o prejuízo de ver seu equipamento destruído e parte da produção perdida. O mestre que falava pelo rádio queria saber de que barco eram as redes. Visto que estávamos próximos daquela área, por isto nos foi dado o alerta:

- Fala aí pro pessoal do Alexandre. Ele (mestre da traineira) tá bem no meio

das rede ali! Onde ele tá ali... Porque ele largou rede ali. Pode ser que não, mas acho que ele já pegou.

A conversa prosseguiu entre o mestre do barco que havia dado o alerta e outro mestre, cujo barco se encontrava mais próximo à traineira do que o Alexandre II. Esse barco ia ao encontro da traineira:

- Acho que ele não pegou. Porque ele largou de volta. Se ele largou de volta e não veio nada na... De repente ele não pegou nada.

- Às vezes pode não pegar e às vezes pega e aí acaba com tudo, né!

- Tá por fora da rede, acho. Ele vem arrastando pra sul, de costado da rede. Tô vendo a bandeira aqui.

- É foda, hem! E falta muito pra tu chegar aí?

- Tô 50m, acho. Tô chegando já. Tô chegando na proa dele.

- Encosta na proa dele e manda parar.

- Ele tá pra sul, acho que não pegou na rede. Eles vão pra sul e voltam. Acho que não pegaram rede, senão aparecia nas portas.

- É muito abuso, cara! É muito abuso, hem? Tá louco! Não falar com ninguém e pegar a rede, no meio dos barco! É um abuso demais! Tá no meio dos barco de malha, arrasta e não fala com ninguém!

- Sei lá. Acho que ele achou que a turma tava longe.

- Mas ele passou por aqui ontem.

- Vou ver se consigo falar com ele.

- Tem que agir! Se não agir, não sai.

Escutávamos o diálogo. Nelinho procurava avistar a traineira, apontando para uma mancha no horizonte: “Tá ali, ó! Tá vendo?”. Perguntei-lhe se esses incidentes ocorriam com frequência, e o que poderia ser feito para evitar que as traineiras destruíssem as redes. Nelinho desabafou:

Esse pessoal de barco grande, traineira, navio, é assim, né cara! Eles nem falam. E tão sabendo, mas se tu chama eles no rádio ninguém responde. Se faz de surdo! Eles escutam a gente 24 horas. Se chamar eles pra dizer

onde é que tu tá, eles não responde. Aí é isso que tu tá vendo: passam por cima das nossa rede e fica assim mesmo! Se tu vai reclamar, periga até levar um tiro. Aqui cada um faz o que quer, não tem respeito!

A resposta no rádio veio em seguida, dando um desfecho para o incidente: “Falei com ele e não viu nada, parece que tá tudo bem”. Nelinho referia-se aos barcos e navios de grande porte, como “gente de fora”, pescadores e navegadores que vinham de outros estados e que não tinham relação com os barcos “locais” e, portanto, não se comunicavam.

O “respeito” remete, entre outras coisas, a formas de regulamentação, baseadas em convenções locais de uso do espaço marítimo, assim como certas convenções que são universais entre os pescadores que se conhecem, como não passar sobre as redes de outras embarcações. No entanto, como foi visto anteriormente, tais convenções são quebradas em determinadas situações, tanto pelos pescadores locais quanto pelos “de fora”. Segundo Nelinho, os conflitos com traineiras são comuns, já que operavam próximo à costa, na mesma área dos barcos com rede de emalhe. Nessas circunstâncias, não era surpresa que uma traineira, ou mesmo um navio, passasse por cima de uma rede, embora revoltasse os pescadores. Incidentes como o ocorrido são explicados como “desatenção” da traineira, que talvez não avistasse a tempo as redes, que são muito extensas e, mesmo com sinalização, permanecem muitas horas no mar. Na pesca costeira, a sensível diminuição de peixes e o número crescente de embarcações levaram a uma situação de sobrepesca, acirrando conflitos em áreas de pesca.

6.11. Na costa e no fundo, à procura do peixe

Na cabine, conversava com Nelinho: “Amanhã, daqui eu vou lá pra fora. Pros 100 metros d’água. Trabalhar a castanha”. A pescaria da anchova, na costa, estava “fraca”, levando Nelinho a optar por outra área de pesca. No esquema de áreas de pesca no inverno, havia a pesca na costa, entre 10 e 60m de profundidade, visando a anchova e a pesca de fundo, entre 80 e 100m, mais voltada para a castanha.

Nas conversas que tivemos no barco, pude observar que a maior parte dos tripulantes preferia pescar na costa por um motivo óbvio, sentiam maior segurança, já que às vezes viam a terra. Na costa, situam-se, tendo como referenciais os faróis e alguns marcos geográficos presentes na paisagem. Trata-se da antiga marcação dos lugares de pesca

através do referencial terrestre, utilizada pelos mestres dos barcos de emalhe costeiro quando iniciou essa pescaria, antes do surgimento do GPS.

Os botes e canoas ainda se valem desse tipo de marcação, visto que no estuário sempre enxergam a costa. Já no oceano, principalmente, no “fundo”, são os aparelhos do barco, como bússola, GPS e ecossonda - que orientam a tripulação, conforme relatava Carlinhos naquela ocasião, quando o barco ainda navegava a 30 metros de profundidade:

Aqui na costa... pra vento se torna mais tranqüilo. Lá fora se torna mais perigoso. Na costa é melhor, se vê alguma coisa. Se vê mato, combro. Mas no fundo não se vê nada, só céu e mar. Aqui, a identificação é pelos farol. Aqui no sul tem o Farol do Albardão...

E no norte é a mesma coisa. Aqui tem mato, combro... Tem o combro branco, tem os pinho (plantações de pinus). Tem aquele farol do Estreito, depois tem o Farol da Conceição, depois vem Farol de Mostardas... E vai indo a sinalização. Aí depois é pelo mato, pelos combros... Até o farol de Mostardas, até o farol da Solidão...

Tem o combro branco, entre o Estreito e o Norte, a praia do Norte ali. É um lugar que é só combro. Geralmente entre um farol e outro tem lugar que tu identifica. Tu chega e tem um navio (encalhado) aqui pro sul. Tu passando o navio, tem uma chata (encalhada), passando um pouco... A turma que trabalha mais ali perto tem o Cassino (praia do Cassino). E a turma trabalha ali em frente, entre o navio e a chata. E assim vão se identificando. Eles não têm marcador pra dar posição, entendesse? Um chama o outro pra dar posição do peixe: “onde tu estás?” “Ah, tô aqui, em frente ao navio, em frente à chata”. E vai pra lá.

No dia seguinte, o barco se deslocava a uma velocidade de 12 km por hora, com seu *tuc! tuc! tuc!* contínuo, o barulho rotineiro do motor. No entanto, o Alexandre II cortava as ondas de um mar mais agitado, imprimindo uma sensação maior de velocidade. Almoçamos com o movimento do barco cortando ondas, que adentravam pelo convés. Ora a cozinha se inclinava para a esquerda, ora para a direita. Pela escotilha, via o mar subindo e descendo. Tendo passado vários dias de mar, sentia-me mais familiarizado com esse

balanço. Contudo, naquele momento, tornou-se difícil parar em pé. Todos comiam segurando firmemente seus pratos. Levantar da mesa e dar uns passos para pegar um refrigerante, próximo à pia da cozinha, era uma aventura de equilibrista. A escotilha ao lado tinha sido fechada para que a água não entrasse na cozinha. Carlinhos ria: “Ta ruim a estrada, guerreiro!”

12. Na Divisa

O Alexandre II rumava para uma área próxima à divisa com o Uruguai, a uma profundidade de 80m.

A incerteza sobre quando voltar, à qual se referia Carlinhos, adquire uma dimensão maior quando tomamos sua trajetória de embarcado, relacionada à pesca na divisa com o Uruguai. Carlinhos tem o dedão do pé muito inchado, de um tamanho realmente desproporcional, pois levou um tiro neste dedo.

Foi nesse pé aqui, nesses dois dedos. Fiz plástica. Ainda tá inchadão. Passou pela bota, na frente dos dedos aqui. Atravessou. Eu cheguei e fui direto pro hospital, me levaram na ambulância.

O barco em que anteriormente trabalhava Carlinhos, em sua última viagem, havia atravessado a divisa com o Uruguai, violando o tratado internacional que estabelece uma ZEE de 200 milhas. Tendo penetrado nas águas territoriais uruguaias, o barco foi interceptado e metralhado pela marinha daquele país quando tentava fugir. No incidente, uma bala atravessou o barco e atingiu seu pé. A tripulação ficou detida em uma delegacia do balneário de La Paloma durante uma semana.

Na busca pelos cardumes de peixes, as embarcações brasileiras navegam próximo à divisa com o Uruguai, seguindo as correntes frias, por onde se deslocam anchovas, castanhas e merluzas, entre outras espécies. Muitos desses barcos ultrapassam intencionalmente a divisa atrás dos cardumes, gerando incidentes com a marinha Uruguiaia.

A decisão em passar a divisa é tomada pelo mestre (geralmente com o consentimento do armador) representando grande risco de serem interceptados, conforme ocorreu com Carlinhos:

Era noite. Uma cerração que o cara não via nada. Nós tava há menos de uma milha! Nós tava encostadinho aqui, colhendo rede. Foi coisa de detalhe que pegaram nós. Depois foi uma dificuldade de sair de lá. Os caras não queriam liberar nós!

O armador afirmou desconhecer que a tripulação de seu barco pescava em águas uruguaias e teve que pagar uma multa para recuperar o barco, que depois foi vendido. O desfecho foi o desembarque de toda a tripulação - inclusive mestre Amarildo, que foi responsabilizado pelo armador pela situação. Após o ocorrido, o armador passou a dispor de um barco maior e mais potente, do tamanho do Alexandre II, colocando uma tripulação nova. Da tripulação anterior, apenas o cozinheiro do barco foi mantido. Carlinhos, que havia trabalhado durante dez anos no barco com Amarildo, acabou embarcando no Alexandre II, onde já estava há oito meses.

Amarildo passou a trabalhar em outro barco - o Bolívar - e continuava pescando do outro lado da divisa, porém em acordo com o armador. Nessa rota, já próximos à divisa, não foi surpresa avistarmos o Bolívar. Houve um diálogo breve pelo rádio entre os mestres. Amarildo comunicou que estava retornando, provavelmente do outro lado da divisa. “Deu uma boa malhada”, dizia, na referência a uma pescaria em que o barco retornava com uma produção satisfatória. Já o Alexandre II manteve-se próximo à divisa, sob ordem expressa do armador para que Nelinho não a ultrapassasse.

6.13. “Tudo que o tem na terra tem no mar”

Na divisa, a pesca foi bem-sucedida. Ao invés da anchova, o Alexandre II passou a capturar castanhas. No convés, raramente o trabalho era interrompido, exceto quando alguém dava um grito: “Ooô! Segura aí! Parô! Parô!” Então, na proa, o guincho era momentaneamente desligado, interrompendo o fluxo de redes e peixes para dentro do barco, enquanto que na popa ocorria uma pausa estratégica daqueles que estavam puxando as redes já esvaziadas. Isso durava poucos minutos. No meio dessa linha de produção, entre o guincho e os homens na popa, havia todo o trabalho da despesca, que em determinados momentos sofria retardos, descompassava do ritmo, porque havia muitos peixes nas redes.

Era preciso safar todos os peixes de forma rápida, evitando que as redes embolassem ou chegassem na popa com algum peixe. No convés, um dos proeiros separava as espécies nas caixas de 25 kg. Além da castanha, encontrávamos quantidades de pescada-olhuda e, em menor número, abróteas, merluzas e alguns cações pequenos. Até o momento, Nelinho contabilizava uma produção em torno de 15 toneladas de peixe. A tripulação estava mais animada com a pescaria. Bigode, por exemplo, parecia agitado e pressionava-me para que deixasse de ajudar na despesca e fotografasse a malhada: “Ó, agora tá dando uma malhada! Quê a máquina? E a máquina? Agora é que tá bom!”

Os restos da pescaria - peixes extraviados e sem valor comercial - eram jogados no mar, atraindo as pardelas, gaivotas e aves migratórias, que faziam grande estardalhaço. Esses bandos seguiam festivamente o barco, alimentando-se das sobras de cada pescaria. Além dos peixes sem valor comercial, havia também algumas espécies de crustáceos que também não eram aproveitadas, mas que vinham na rede em grande quantidade. Quando escapavam de serem pisoteados, esses crustáceos permaneciam vivos no convés, tentando inutilmente encontrar abrigo. Entre estes, destacava-se o Caranguejo-ermitão, que esconde seu abdômen mole dentro de conchas vazias. Trata-se de um animal inofensivo, de coloração alaranjada. Quando vinha na rede, era atirado no convés, geralmente se perdendo da concha, o que o deixava completamente indefeso. Diversas vezes, recolhi parte desses ermitões, jogando-os de volta ao mar. Parte deles era devorada pelas pardelas, que ficavam atentas aos lançamentos.

- *Esse caranguejo é comestível? Vocês já experimentaram?* Perguntei a um dos proeiros.

- *Qual caranguejo?*

- *Esse laranja, parece macio.* Mostrei um dos ermitões.

- *Ah, o bunda mole? O Piti comeu uma vez, mas disse que não é muito bom não.*

Além dos ermitões, em outras ocasiões, vinham centenas de “aranholas” na rede. As aranholas são siris gigantes, com patas longas, de aspecto tenebroso, assemelhando-se a uma aranha caranguejeira, porém, ao invés de pêlos, são revestidos por uma carapaça em tons de cinza e branco. As patas prendem-se às redes, de modo que algumas aranholas

acabam se despedaçando. Juntamente com todos os restos, eram varridas e jogadas para fora do convés. As “pardelas” não comiam as aranhas, talvez devido à sua carapaça dura.

A tripulação fazia brincadeiras e comentários que associavam mulheres com peixes e crustáceos. Em terra, diziam: “Ah, lá vem a aranhola!”, referência específica a uma senhora que cotidianamente era vista caminhando pela cidade. Ela sequer suspeitava que fosse assim chamada, devido ao seu andar, uma associação ao animal marinho, cujas patas compridas sustentavam com dificuldade o corpo pesado quando estava fora da água, fazendo com que se deslocasse de modo lento e desengonçado. A aranhola é considerada um animal grotesco, sendo relacionada a mulheres feias e velhas.

Certa vez, estava tomando uma cerveja no *trailer* Paraguai com um proeiro que havia apenas desembarcado. Ele conhecia uma das garçonetes do trailer, que perguntou sobre uma outra mulher, com quem havia saído durante a noite antes de embarcar. Ele se referiu a essa mulher como cabrinha. Disse rindo que andava com duas mulheres, a tainha e a cabrinha. A cabrinha é um peixe que tem muitos espinhos, por isso é associado a mulheres com acne. Já a tainha move-se muito, assim como a mulher que “meche muito na cama”, referência positiva ao desempenho sexual de mulheres libidinosas. A tainha também é um peixe que “enxerga muito”, considerada difícil de ser capturada porque visualiza a rede, portanto, diz respeito também à boemia, a mulheres agitadas e com olhos grandes. Mulheres sensuais geralmente são comparadas a tainhas.

A cabrinha é comercializada, mas adquire um preço muito baixo no mercado. Os pescadores precisam ter cuidado com seus espinhos durante a despesca. Certa vez, Nibo fez o seguinte comentário, em meio a risadas, sobre a cabrinha: “Se eu tivesse um mar, não tinha cabrinha no meu mar!” Depois explicou que “a cabrinha tem 21 esporão, atrasa o serviço, não tem valor”.

Existem alguns tipos de cações que são capturados nessa região. A mangona é o mais agressivo dos cações. Existe ainda o anjo, o “achatado” e o “cola-fina” (peixe miúdo, provavelmente alguma espécie juvenil de cação).

O cação-martelo é encontrado com certa frequência, sendo chamado de “vaca boiada”. A cabeça dessa espécie, em formato de martelo, era associada a um par de chifres.

No meio da despesca, um cação martelo foi encontrado e deixado propositalmente nas redes, tendo parado nas mãos de Neri, um dos proeiros que estava momentaneamente

separado da mulher. De repente, alguém gritou: “Olha, já tão te botando guampa lá em terra!” Muitos riram. Neri continuou seu trabalho. Mais tarde, fui informado de que ele não havia gostado da brincadeira. Em outra ocasião, Bigode foi o “premiado”. “O Bigode é corno que eu sei!” Brincava Tiago. Piti (motorista do barco) explicava, com um sorriso, como era a brincadeira: “Um arranca a cabeça dele aqui e bota na rede, e o cara que safa lá é que é o corno. Que pega na mão a cabeça pra safá lá. Aquele é o corno”.

A brincadeira do cação revela uma dimensão relativa aos conflitos em terra, devido ao distanciamento físico dos homens em relação ao cotidiano da vida na cidade. Os embarcados sentem dificuldades em compartilhar a vida familiar com suas mulheres e filhos. Esse afastamento por conta dos muitos dias de mar gera uma série de conflitos que, em alguns casos, acabam inclusive por desestabilizar o núcleo familiar.

Enquanto os homens saem para o mar, as mulheres administram a vida em terra, responsabilizando-se pela educação dos filhos e o orçamento familiar. Algumas mulheres trabalham fora de casa, mas os maridos preferem que elas fiquem em casa, cabendo a eles o papel de provedores do lar. Contudo, o papel desempenhado pelas mulheres exige também uma conduta moral/sexual relacionada à posição do homem, pautada por determinados códigos sociais que se aproximam das noções de “honra” e “vergonha” masculina das sociedades mediterrâneas⁹⁴. As situações de “traição” (infidelidade) se contrapõem a essa conduta, geralmente estando relacionadas a algo que acontece durante o tempo de mar ou de terra. Assim, casos extraconjugais de parte das mulheres ocorrem notadamente durante o período em que os homens estão no mar. Entretanto a analogia ao cação-martelo também pode ser vista como “imagem invertida” da conduta masculina, uma vez que uma parte dos homens, assim que desembarcam, vão diretamente para o bar e para os bailões, mantendo relações com outras mulheres, evidenciando a divisão de gênero em relação aos espaços e códigos ético-morais.

Em viagem posterior, quando embarquei no Rio Piracicaba, alguém reparou que um lobo marinho seguia o barco. Então, Volnei desencadeou uma conversa em torno de peixes e lobos marinhos:

⁹⁴ Este tema vem de estudos clássicos da antropologia, realizados durante a década de 1960, sobretudo em autores como Peristiany & Pitt-Rivers (1992), assim como David Gilmore (1987), entre outros.

Ele vem na rede pegar peixe e rasga a rede tudo. Tem muito aqui na saída da barra. Atrapalha bastante o pescador pequeno aqui na costa. O lobo marinho é vagabundo, só vem comer na rede. A toninha (golfinho) não, ela caça, vai atrás da tainha. Dá pra ver, onde tem um bando de toninha, tem tainha.

Volnei revelava uma interessante estratégia de identificação dos cardumes através de uma observação dos movimentos da toninha, parte de um saber específico em relação ao ambiente marinho, com base no conhecimento do comportamento desses animais. Mas a comparação entre a toninha e o lobo também é boa para pensar nessas metáforas marinhas em relação aos mestres de barco. A toninha está para os mestres experientes, matadores reconhecidos, que vão atrás do peixe e encontram os lugares de pesca, assim como o lobo marinho está para os mestres sem marcação, que costuma seguir os mais experientes ao invés de procurarem o seu peixe.

As representações da terra em relação ao mar informavam o ambiente marítimo. “Tudo que tem na terra tem no mar”, dizia Volnei, com a concordância dos demais pescadores. Uma frase recorrente nos estudos sobre sociedades pesqueiras, mas que, ao mesmo tempo, apresenta seu caráter singular, face às condições diferenciadas de cada grupo e situação. “O lobo marinho mesmo é um cachorro, pode ver”, prosseguiu Volnei. Perguntei quais eram os outros bichos de terra que eram encontrados no mar. Então, ele começou a listar alguns: “Tem o peixe-elefante, tem a vaca-boiada, tem o peixe-galo, o peixe-sapo...”.

Já o cação é temido porque “é canibal”. As representações da terra em relação ao mar remetem à discussão sobre a relação entre humanos e não-humanos e a relativização dessas fronteiras, conforme demonstram os estudos de Philippe Descola (1997, 2007)⁹⁵. Descola (1997), considera o “referencial antropocêntrico” como a base dessa relação, no sentido que ordena as continuidades e descontinuidades entre humanos e não-humanos, através do significante social:

A objetivação social dos não-humanos, não pode ser dissociada da objetivação dos humanos. Ambos os processos apóiam-se na configuração das idéias e das práticas que, no interior de cada sociedade, define as concepções de si e de outrem; ambos

⁹⁵ A respeito das fronteiras entre humanos e não-humanos, ver também Bruno Latour (2005).

os processos implicam que fronteiras sejam traçadas, que identidades sejam atribuídas e que mediações sejam elaboradas. (Descola, 2007:260).

Para Descola (2007), dentre os “modos de identificação” dessa relação entre humanos e não-humanos, o analogismo, enquanto forma ontológica apresenta um caráter de singularidade, de indivíduos únicos, compostos eles mesmos de instâncias múltiplas, em equilíbrio instável, no qual há uma necessidade de estabelecer sobre o caos correspondências, senão analogias. Assim, o terreno das analogias e metáforas de animais marinhos em relação à vida na terra diz respeito a formas de classificação que constroem associações, como esta entre lobo marinho e cachorro ou entre mulheres e peixes/crustáceos.

6.14. Uma pane corriqueira

Estávamos no segundo dia de pescaria próximo à divisa. No entanto, o tempo havia mudado. “É rebojo!”, dizia Bigode, referindo-se ao vento sul, associado a frentes frias vindas da Argentina. O trabalho prosseguiu, mesmo sob chuva forte. O convés escorregadio e o mar agitado fizeram com que os pescadores vetassem minha participação na despesca.

O Alexandre II cortava o mar agitado, descendo e subindo novamente, jogando água no convés, enquanto a tripulação seguia trabalhando na proa, munidos de gorros, macacões laranja de borracha (roupa de olhado), luvas e botas. Da cabine, Nelinho mantinha o controle do barco. Um descuido do mestre poderia colocar em risco quem estava na proa.

No decorrer desse dia, quando descia da cabine para a cozinha ou ao banheiro, chamou-me a atenção o mau cheiro que se sentia no barco e parecia vir da casa de máquinas. Todos sentiram, mas ninguém sabia exatamente de onde vinha o cheiro. No dia seguinte, o cheiro continuou, e Piti, o motorista, descobriu que se tratava das baterias do barco. “Ô Nelinho! Tem um problema aqui! Vazou um cheiro horrível da bateria!” Piti e Nelinho desceram até a casa de máquinas, onde ficava o motor. Duas baterias começaram a ter problemas. Passado um tempo, o rádio ficou mudo. O Alexandre II permaneceu ancorado durante algumas horas. Ao anoitecer, o tempo havia acalmado. Deixaram as luzes piscando, já que não era possível chamar outros barcos sem o rádio.

O Alexandre I já havia retornado. O Santana também retornara, pois uma baleia havia rasgado a rede do barco e o motor estava vazando óleo. Um barco de Santa Catarina, que

pescava a mais de 100 metros de profundidade e às vezes acompanhava o Alexandre II, embora fosse menor, era o Cometa II, de Seu Adolfo. Nelinho tinha amizade com esse mestre. Seu Adolfo aproximou-se ao avistar as luzes piscando do Alexandre. Os dois barcos ficaram muito próximos. Aos gritos, foi estabelecida uma conversa entre os mestres. O mar estava calmo e o horizonte nublado. Carlinhos e eu estávamos no convés. Claudinho tentava sintonizar seu radinho de pilha, para escutar um jogo de futebol, mas a transmissão era muito precária. O oceano estava escuro e a noite sem estrelas. No horizonte, em meio ao céu nublado e escuro, abriu-se uma tira fina de céu limpo, por onde era possível ver uma lua amarelada. Contrastando com a noite escura, havia a claridade provocada pelas luzes do barco vizinho. As duas embarcações balançavam. Uma para cima e a outra para baixo, sucessivamente, numa cadência, enquanto uma corda foi jogada do Cometa II para o Alexandre II. Com uma trama de nós bem segura, amarraram o rádio, que deslizou pela corda de um barco para o outro. Enquanto observava a operação, Carlinhos comentava sobre o risco de dois barcos estarem tão próximos. “Isso aí é que é arriscado. Uma marola ou descontrole do leme pode jogar um barco contra o outro. É estrago certo, guerreiro!”

O rádio do Cometa II também não funcionou. Constatou-se que realmente duas baterias haviam pifado. Os barcos afastaram-se e prosseguimos sem rádio. Piti explicou que o barco tinha seis baterias, distribuídas entre o motor, o arranque e o rádio. Ficamos sem as baterias do rádio - permaneciam quatro. A forma encontrada foi passar a bateria do arranque para o rádio quando o barco estivesse em movimento.

Durante todas as noites, a tripulação, com exceção do mestre, revezava-se em um turno de uma hora. Iniciava às 21 horas e terminava às 5 horas, quando a tripulação acordava e começava todo o trabalho. O turno de cada homem também é móvel, possibilitando uma igualdade de condições de sono para todos eles. Desse modo, quem pega o turno das 21 horas ou das 5 horas tem a vantagem de dormir ininterruptamente até de manhã, mas durante a semana, como todos, vão trocando o horário, tendo de ficar acordado no meio da madrugada, e por vezes, o barco seguia navegando à noite e quem estivesse acordado deveria manter o leme no rumo certo. Dispor sempre de um homem acordado consiste em uma medida muito importante, visto que, no mar, os imprevistos ocorrem com frequência, sobretudo ser surpreendido por uma mudança brusca no tempo.

Após a janta, geralmente a tripulação fica conversando, jogam canastra e depois se deitam, em torno de 21 horas. Nessa noite, a tripulação dormiu mais tarde, devido aos problemas com a bateria do barco. Neri foi um dos que permaneceram acordados depois da janta. Quando todos se recolheram, Bigode estava no revezamento da vigia, enquanto Neri entretinha-se fazendo um corrico, que consiste em um pedaço de chumbo, com anzol e isca presa a um fio de nylon. Geralmente se prende algum molusco no anzol, porém, na falta de qualquer isca viva, ele fez um emaranhado de pequenos fios de nylon, imitando uma pequena lula. Em seguida, colocou o corrico na água, segurando a linha na borda do barco. Acompanhei sua pescaria, uma vez que o mar calmo permitia que ficássemos ali tranqüilamente. Para mim, o mar impressionava por sua cor tão escura. Aumentava a sensação de profundidade e de mistério acerca de suas profundezas insondáveis. A lua cheia, de cor amarela refletia sobre o mar, sendo a única coisa possível de ser vista. Ao longe, apenas a escuridão na qual havia desaparecido horas antes o Cometa II. Neri explicou que estávamos em águas mais profundas, a um pouco mais de 80 metros. Nessa área, poderia haver alguma pedra no fundo, onde ficam algumas espécies de peixes, que são os “peixes de parcel”.

Passado um tempo, fui dormir sem saber se afinal algum peixe havia mordido a isca. Acordei algumas horas mais tarde e descí até a cozinha. Neri estava sentado com o baralho de cartas aberto sobre a mesa, fumando um cigarro. Era o seu turno de vigia. Os olhos vermelhos de sono procuravam se concentrar no jogo de paciência. Perguntei se o corrico havia funcionado. Riu e disse que não, mas que tentaria novamente em outra oportunidade.

No dia seguinte, prosseguimos a pescaria, mas o tempo voltou a mudar e o mar ficou novamente agitado. Nesse momento, a tripulação ansiava pelo retorno antes do dia dos pais, quando pretendiam estar junto aos familiares. Nelinho parecia alheio a essa vontade da tripulação. Não obstante, admitiu que, se fosse possível, também gostaria de retornar. Contudo, somente poderia fazê-lo se houvesse um significativo acréscimo na produção, já que o barco tinha condições de permanecer no mar por mais alguns dias. Havia a necessidade de “uma boa malhada” para cobrir os gastos em combustível e comida. No outro dia, a pescaria continuou, mas dessa vez mais afastada da divisa, em torno dos 60 metros de profundidade. No fim da jornada, o Alexandre II somava um montante de aproximadamente 25 toneladas de peixe, aquém das pretensões do mestre e da tripulação,

mas suficiente para retornar com alguns ganhos. No rádio, Nelinho falava com mestre Beijo, do barco Sinuelo do Mar. Beijo iria permanecer mais dias e estava propondo a Nelinho que o acompanhasse. Nelinho ponderou que melhor seria retornar, já que estávamos sem duas baterias e uma frente fria avançava rapidamente em nossa direção.

Começamos a retornar. Durante a viagem, permaneci na cabine, participando do revezamento do quarto de leme, mantendo o barco na direção indicada pelo navegador. Mais duas baterias pifaram e ficamos com apenas as outras duas do motor. Sem essas baterias, não havia luz. Quando anoiteceu, prosseguimos a viagem no escuro. Nelinho explicou que estaríamos entrando na barra de madrugada. No entanto, entrar na barra sem luz era mais perigoso que no estar oceano, uma vez que o Alexandre II não podia ser visto por outros barcos. Um barco navegando em sentido oposto poderia se chocar conosco, provocando um acidente. Então sugeri a Nelinho a utilização dos fogos de emergência, que davam sinal de socorro. Sua reação foi abrir um sorriso. Achou engraçada minha sugestão. Para ele, essa situação não era exatamente o que se poderia configurar como uma situação de emergência. Disse que poderiam queimar umas taquaras que estavam amarradas junto às bóias para pedir ajuda. Fogos eram para casos extremos, revelando que a pane nas baterias fazia parte das avarias rotineiras pelo qual passam as embarcações em suas viagens no mar.

O Alexandre II entrou na barra às 4 horas da madrugada. O barco permaneceu ancorado do lado oposto a São José do Norte, na Quarta Seção da Barra de Rio Grande. O dia amanhecia chuvoso e todos estavam extenuados. Antes do desembarque, a tripulação ficou entretida, primeiramente com o trabalho de limpeza do interior da embarcação, realizada a partir das 7 horas. Depois, começaram a descarregar a produção. Essa atividade estendeu-se durante todo o dia. Somente no fim do dia, o Alexandre cruzou o canal e todos foram para suas casas.

6.15. Desafiando os fios: da territorialidade na pesca embarcada.

Falar em territorialidade implica lidar com questões relativas às categorias de tempo/espço e sua relação com o meio-ambiente. Em comunidades pesqueiras, observa-se que tais categorias são estruturantes da vida social, principalmente quanto às suas práticas sazonais, remetendo aos estudos clássicos de Marcel Mauss (2003) e de Evans-Pritchard (1993). Conforme demonstrou Marcel Mauss (2003) em seu estudo sobre as variações

sazonais dos esquimós, o conceito de território refere-se ao espaço apropriado por determinado grupo humano. Mauss sugere uma interdependência entre as instituições e códigos dominantes das sociedades esquimós e o meio natural circundante, relacionada à recorrência de processos caracterizados pelo “ritmo de dispersão e concentração” em diversos grupos humanos, revelando certa dinâmica da vida social, em sua “oscilação em termos de intensidade e de repouso durante o ano” (Mauss, 2003:501).

Evans-Pritchard (1993), por sua vez, demonstra como a inserção dos Nuer - povo nilótico que tem na lida com o gado um elemento central de seu modo de vida - em um determinado contexto ecológico está ligada às categorias de tempo e de espaço. A sazonalidade dos Nuer, através dos esforços em manter seu gado frente às condições inóspitas daquela região do continente africano, é considerada por Evans-Pritchard (1993:107-109) sob uma perspectiva na qual tempo e espaço são noções determinadas pela combinação entre as limitações ecológicas e a estrutura social desse povo.

Os deslocamentos incessantes, intervenções e ocupações são orientados para a sobrevivência do modo de vida desses grupos em seus movimentos sazonais, com referência aos períodos de estações climáticas, conjugados à organização social, onde a relação com o ambiente biofísico está imbricada às suas práticas socioculturais.

Para o caso deste estudo etnográfico entre os pescadores embarcados de São José do Norte, os deslocamentos em busca dos cardumes de peixes, obedecem a ciclo anuais, de acordo com a mobilidade e reprodução de determinadas espécies, chamadas de “safras”, termo que indica colheita agrícola, remetendo ao vínculo dos pescadores com uma herança cultural proveniente do campo. São condições que dizem respeito à relação espaço-temporal de alternância entre períodos em terra e no mar, de acordo com o calendário das pescarias por safras.

A ocupação e intervenção a partir do usufruto ou posse de determinados espaços implicam uma valorização sobre determinado território. A apropriação social do espaço diz respeito a um território valorizado, com referência ao conhecimento do ambiente biofísico por parte dos pescadores, abrangendo tanto aspectos ecológicos e econômicos, quanto de ordenação simbólica. Assim, o encontro entre sociedade cultura e natureza, em seus aspectos geográficos e simbólicos, pode ser considerado quanto às representações sobre um determinado território, e sua extensão à organização social.

Na análise da relação de grupos e populações que apresentam práticas socioculturais vinculadas a um território e ecologia específicos, a noção de “território social” coloca em evidência tais vínculos territoriais, explicitados, tanto no que se refere ao conhecimento e apropriação social do ambiente biofísico, como na organização social e, sobretudo, na memória coletiva, que carrega a dimensão histórica dessa ocupação e intervenção⁹⁶. Constituem-se, assim, aspectos identitários sócio-territoriais que levam a pensar em elementos de uma cultura marítima com base na construção histórica de ocupação do espaço.

A questão da ocupação e intervenção no espaço marítimo apresenta-se de forma um tanto peculiar e complexa, tendo em vista que o oceano, enquanto matéria fluída e vasta remete à idéia de infinitude e diz respeito a um espaço indivisível. Como bem observa Simone Maldonado (1994) em seu trabalho sobre a territorialidade dos pescadores da Paraíba, frente à indivisão do mar, os pescadores constroem territórios marítimos de acordo com a forma com que o percebem, delimitam e dividem, onde a “divisão em mares” e as unidades de trabalho são elementos centrais dessa territorialidade (Maldonado, 1994:33-34). Segundo Simone Maldonado (1994), para tal análise, é preciso tratar do processo de construção territorial que obedece a uma dinâmica de fragmentação dos pescadores nesse espaço indiviso através dos barcos e suas tripulações que se lançam e navegam no mar em busca dos cardumes de peixes:

Essas formas territoriais são construtos significativos e complexos das culturas marítimas, que se constituem de maneira muito específica a partir do estilçamento dos pescadores em unidades de trabalho que se distanciam para pescar, as tripulações dos barcos. (Maldonado, 1994:34).

Simone Maldonado (1994: 34) utiliza em sua análise a noção de “lugar”, que situa e confere significado a determinados espaços. Entendido enquanto conceito êmico, esta noção diz respeito à referência dos pescadores a “lugares”. A referência a lugar diz respeito ao espaço social, no modo local de se situar⁹⁷. Considerado como um todo, o mar denota algo mais amplo e indiviso, enquanto que falar em “mares” seria dar sentido à divisão que

⁹⁶ Cf. Paul Little (2002).

⁹⁷ O “saber local” de que nos fala Geertz (1999b) vem de encontro a essa noção, de acordo com o que pode se considerar como produção de conhecimento a partir da experiência local e histórica.

fazem os pescadores, que se situam de acordo com mapas mentais calcados sob determinados referenciais geográficos.

Face à fluidez, mobilidade e indivisão do mar, a divisão dos pescadores em mares, pontos de pesca e rotas podem ser consideradas analiticamente na perspectiva da “oposição entre espaços e lugares”, conforme sugere Michel de Certeau (2002:201), aferindo a noção de lugar uma “indicação de estabilidade”, o que remete a uma ordem frente à mobilidade do espaço marítimo. Enquanto condição de referência, a noção de lugar é importante para entender, por exemplo, as marcações de que falam os mestres, ou seja, os pontos pelos quais se orientam, segundo a idéia de “lugar próprio”, de uma “configuração instantânea de posições” (Certeau, 2002: 207). Nesse sentido, André Leroi-Gourhan (1987) converge com Certeau, em sua análises sobre tempo e espaço, ao considerar a perspectiva da mobilidade e do itinerário pelo qual um território é construído socialmente (Leroi-Gourhan, 1987:138-139). Portanto, através dos cadernos de anotações, repletos de coordenadas geográficas, que os mestres carregam consigo, organiza-se um primeiro referencial de sua marcação. Tratam de indicações, de lugares postulados, de opções de possíveis itinerários de busca dos cardumes. A estas representações de lugares, sucedem-se cadeias de operações espacializantes, produzidas pela experiência, formando um mapa mental do mar em zonas de pesca.

O conceito de espaço pode ser definido como “um lugar praticado”, onde vários movimentos se sobrepõem na realização de operações (Certeau, 2002: 207). Assim é o espaço do trabalho no ambiente marítimo, o espaço da embarcação. Conforme Michel de Certeau (2002:207), “lugar” implica referência, mas quando se age sobre o lugar se tem um “espaço”, ou seja, a ação, o fazer que diz respeito à temporalidade e conseqüentemente à indissociabilidade entre tempo e espaço.

CAPÍTULO 7

A TRAMA DO VIVER ENTRE A TERRA E O MAR SOB AS CONDIÇÕES DE RISCO E PERIGO

7.1. Do ir e vir: a dinâmica das relações de afinidade e parentesco no âmbito pesqueiro

No final da safra da anchova, Tiago e Neri desembarcaram do Alexandre II. Ambos haviam comunicado Nelinho com antecedência de suas saídas, possibilitando ao mestre encontrar a tempo um substituto para a próxima viagem. O contrato de parceria permitia ao proeiro sair do barco se assim o desejasse, embora essa atitude, quando realizada de forma brusca e sem uma justificativa aceitável, pudesse gerar o rompimento das relações com o mestre. Contudo, a relação entre eles poderia ser mantida se o proeiro avisasse de forma antecipada sobre sua intenção em desembarcar.

Após o desembarque, Neri ficou sem trabalhar durante alguns meses. Encontrava-o com frequência a perambular pela cidade. Depois não o vi mais. Somente no mês de janeiro, outros pescadores informaram que ele estava envolvido com a safra do camarão.

Tiago embarcou novamente, tendo voltado a trabalhar como proeiro em um barco pequeno. Geralmente o desembarque de proeiros ocorre devido à safra do camarão ou a algum desentendimento com o mestre.

Durante as viagens, as relações hierárquicas entre mestre e tripulação geram certo desgaste quando do retorno em terra. Entretanto, devo esclarecer que a saída de Neri não foi motivada por uma situação de conflito com Nelinho. Em relação a Tiago, não havia ocorrido uma desavença de fato, mas a rotina de dias intermináveis sob as ordens de Nelinho deixava o jovem proeiro insatisfeito. Segundo ele, a interferência do mestre em sua vida privada, através de aconselhamentos, causava certo desconforto. Para Tiago, outro fator considerado decisivo para o desembarque era a permanência por longos períodos no Alexandre II. Ao passar para um barco pequeno, ele se sentia mais integrado ao ritmo da vida em terra.

Certa vez, encontrei-o descendo uma ladeira em direção ao centro. Ele mora com sua mãe, uma irmã (de 7 anos) e um irmão (com cerca de 12 anos). A mãe de Tiago fazia parte

da rede de amizades de Nelinho, que havia prometido para ela que o colocaria no Alexandre II. Portanto, essa amizade familiar, aliada a experiência anterior de uma temporada de trabalho no barco Ideal, de mestre Grande, foi determinante para que Tiago tivesse obtido uma vaga como proeiro naquele barco. Perguntei a ele como estava o trabalho no “barco novo”. Revelou estar insatisfeito: “Se trabalha menos, mas ganha menos”, disse. Explicou que o vale que recebia nesse barco era de 50 reais por semana, praticamente metade do que recebia no Alexandre II. Além disso, o vale “atrasava”, conseqüência do insucesso nas pescarias. Após esse encontro, Tiago permaneceu durante um período relativamente curto no barco pequeno. Passados alguns meses, ele soube que havia uma vaga no Alexandre II. Então teve uma conversa com Nelinho, que aceitou seu retorno.

A habilidade e a experiência de trabalho, bem como as relações de parentesco e de afinidade são requisitos que orientam a escolha da tripulação pelo mestre. Há casos em que a importância dessas relações é identificada facilmente, como ocorreu com a tripulação de um barco que era formada quase que inteiramente por filhos e sobrinhos do mestre. É bastante freqüente encontrar proeiros que fazem parte, de uma forma ou de outra, da rede de afinidade do mestre, embora eles não sejam necessariamente parentes. Entre os proeiros também se observa a existência de uma rede de parentesco e de afinidade, uma vez que o mestre pode pedir a um dos seus homens de confiança a indicação de um substituto em caso de surgir uma vaga no barco. Pude observar tal situação no barco Santana. Durante aproximadamente um ano, parte do grupo foi modificada, sendo alguns dos pescadores que desembarcaram substituídos pelos irmãos. Vovô (gelador) desembarcou em dezembro para trabalhar na safra do camarão, dando lugar ao seu irmão, Touro. Passados alguns meses, Maí também desembarcou, sendo substituído por Tora, seu irmão. Em seguida, Touro saiu e Maí retornou ao barco. No primeiro barco em que Cláudio foi mestre, colocou seus irmãos Délcio, Capuz e Flávio, além do cunhado Nibo, como proeiros. Entretanto, a tripulação logo se desfez devido a uma série de desavenças entre Cláudio e alguns de seus irmãos. Estes alegavam que Cláudio era muito rigoroso e autoritário com eles. Após essa experiência, os três irmãos de Cláudio tornaram-se mestres de barco.

Mesmo podendo ocorrer situações de conflito familiar, a proximidade e o parentesco entre os embarcados se coadunam com as relações de companheirismo no barco, estando ligadas à busca de alianças por afinidade, conforme esclarece Nibo:

Tem parentesco que não servem junto. Às vezes, tem uns ritos assim, que é uns ritos de sacanagem. Não pode ter aquela guerra... Como é que se diz? Séria. Não! Mas já tem esse dado. Já no ano passado mesmo, teve um barco aí fora, que um deu um soco no outro, e aí o outro cravou a faca no cara. Mas era de Rio Grande. Aqui é mais difícil, mas... Às vezes, dá uns atritozinho! Mas é mais difícil já.

Aqui, embora não sejam da família... são afamiliarizado! Esses mesmos desse barco aqui agora: são tudo vizinho. Tudo vizinho! Então é uma irmandade né! Aquele que tava aqui, tem uma irmã dele que é minha afiliada. Ele é vizinho! E aquele ali, o velhote aquele, a casa dele passa, três ou quatro quadras da minha casa. Bem perto! Ele e os guri dele foram criado com esses aí. Tudo perto. A mulher dele foi criada junto com a minha mulher ali, tudo na volta. Então, a gente se considera uma família.

Às expressões como “afamiliarizado” e “irmandade” agrega-se uma outra: “aqui é como uma família”, freqüentemente utilizada na referência ao ambiente do barco, que sugere essa ordem do tradicional e do afetivo relativa ao ambiente familiar. Tais relações fazem parte da rede de solidariedade e de parentesco simbólico, no qual se baseiam as noções de “respeito” e de “confiança”.

7.2. Proeiros, mestres, armadores: solidariedade, reciprocidade e conflito

O caráter interpessoal das negociações entre o armador, o mestre e os proeiros diz respeito à lógica informal da atividade, característica das práticas de trabalho no âmbito pesqueiro. Assim, a prática de pagamentos através de vales apresenta um caráter clientelista, baseado em negociações diretas entre o armador e os pescadores e seus

familiares, apoiadas em interesses de ambas as partes⁹⁸. O caráter provisório dos vales estende-se para o comércio local, sobretudo através da alternativa de crédito na compra por fiado em armazéns locais, cujo “acerto” ocorre quando se recebe uma parte do dinheiro desta ou daquela safra de peixe ou do camarão. O mesmo ocorre em relação aos agricultores, uma vez que a cebola somente apresenta retorno financeiro após a colheita anual. Em um município que vive essencialmente da pesca e da agricultura, no qual há pouco dinheiro, os vales e o compra/venda fiado são meios que possibilitam a circulação de produtos alimentares (peixes e produtos agrícolas), tanto em relação aos armazéns quanto nas contrapartidas entre pescadores e agricultores.

As tripulações dos barcos passam mais tempo embarcadas do que em terra, cabendo às mulheres lidar com o dinheiro obtido pelos homens nas pescarias. Com frequência, frente à ausência dos maridos, acertam vales com o armador para suprir as despesas familiares, sobretudo em situações de emergência, como, por exemplo, uma eventual necessidade de medicamentos para um filho doente. Do mesmo modo, o armador, dependendo da sua relação com a comunidade, estabelece um elo entre os embarcados e seus familiares, na medida em que ele se comunica esporadicamente com o mestre, podendo receber ou enviar notícias sobre este ou aquele pescador. As mulheres, por sua vez, opinam a respeito deste ou daquele armador, se foi solícito ou não em um dos eventuais casos de emergência. O papel do armador também é importante para a definição do que significa trabalhar em um “barco bom”. Espera-se que o armador seja atencioso, se for solicitado em eventual emergência por algum familiar dos tripulantes, especialmente com as mulheres, para que administrem a vida em terra. A referência a “barco bom” diz respeito não somente às condições do barco, mas também do armador e do mestre, que deve ser matador de peixe, o que implica maiores chances de haver certa regularidade na produção e, conseqüentemente, vales melhores.

Os conflitos ocorrem quando há uma seqüência de insucessos nas pescarias e a produção do barco fica aquém das expectativas da tripulação e do armador. Nesse caso, o mestre encontra-se pressionado por dois lados, o que revela sua posição intermediária entre

⁹⁸ A relação entre armadores e pescadores remete a determinadas formas de compadrio e clientelismo que se aproximam da questão do clientelismo considerada analiticamente através do conceito de “mediador” conforme os estudos de Eric Wolf (1976) e de Silverman (In Schimidt, 1977), através de “relações diádicas”, que formam um sistema de “patrão-cliente” (Landé, In: Schimidt, 1977).

o armador e os proeiros. Estes últimos começam a questionar a capacidade do mestre em matar peixe e ficam contrariados com o armador, mas também indiretamente com o mestre, pelo conseqüente atraso ou diminuição do valor dos vales. Já o armador exige do mestre uma produção satisfatória.

Em barcos pequenos, essa situação é mais evidente, embora as expectativas sobre a produção sejam reduzidas, uma vez que as condições de trabalho são reconhecidamente mais precárias. Ao acompanhar os desembarques e perguntar sobre as quantidades de peixes capturados pelos barcos, chamava a atenção que a produção do Rio Piracicaba freqüentemente ficava aquém de uma produção mínima. A situação chegou ao ponto de, no final do ano, não restar outra saída a Zé Fernando, o armador, a não ser a venda do Rio Piracicaba. Fiquei sabendo do ocorrido pelos tripulantes. Eles revelaram que, quando reuniram-se para o acerto final da safra da corvina, cada um deles ficou devendo para Zé Fernando em torno de 400 reais, já que a produção não havia sido suficiente sequer para cobrir as despesas do barco. Sendo uma pessoa bastante envolvida com a comunidade e consciente das limitações do barco, Zé Fernando não cobrou esse dinheiro deles. Segundo Volnei, ele ainda deu um vale de 200 reais para cada membro da tripulação poder passar o natal com os familiares. Nesse caso, devido às condições do barco e a relação de “irmandade” entre os tripulantes, a situação crítica foi resolvida de forma surpreendente, através dos laços de coesão social do grupo. Flávio, o mestre, não foi questionado, pelo menos abertamente, pelo armador e tampouco pela tripulação.

Os acordos entre mestre e tripulação, baseados na categoria “respeito”, são sustentados por aspectos da organização social em terra, como relações de solidariedade e reciprocidade, conforme anunciadas por Marcel Mauss (2003), principalmente na versão de Claude Lévi-Strauss (In: Mauss, 2003:11-45), sob o qual se ordenam “deveres” e “obrigações” concebidos nas relações tradicionais de trabalho. Essa forma de socialização diferencia-se da lógica de mercado, sendo característica em sociedades tradicionais, o que não significa sua exclusão, mas, ao contrário, ambas são articuladas em formas tradicionais do clientelismo se aproximando das relações de “dívida dádiva” sugeridas por Marcos Lanna (1986) para explicar o modelo de patronagem no nordeste do Brasil.

Atualmente as relações entre proeiros, mestre e armadores em termos de solidariedade e reciprocidade são mais evidentes em relação à escolha dos proeiros de

acordo com redes de parentesco e afinidade, o sistema de crédito por vales, assim como a atuação do armador na eventual “ajuda” aos familiares dos proeiros, quando eles estão no mar. São como prestações que circulam na comunidade, entretanto, diferentemente do que apontam os estudos de Lanna (1989), nesse caso não se respaldam em uma ideologia hierárquica propriamente dita, mas algumas diferenciações em termos de poder e de prestígio, que estão sujeitas a rupturas. Tais formas, em face das dificuldades por que atravessa a pesca, estão sendo gradativamente desestruturadas, colocando o mestre em uma posição incômoda, ao ter que mediar situações de conflito entre a tripulação e o armador por conta da administração dos vales ou então perdendo seu prestígio em virtude das baixas quantidades capturadas, como desabafa Cláudio, mestre do barco Santana:

Quando não tão ganhando nada, eles cobram de ti, por que tu não dá um vale, por que tu não dá assistência, porque tu sabe que todo começo de safra tudo é... Tudo é caro, porque tem que abastecer o barco, fazer rede, pintar o barco. Depois, tu bota nove homens que, hoje em dia, são... 99% são casados. E se não são casados já tão engatados, tá entendendo? Então eles acham que se vai trabalhar contigo a responsabilidade é tua. E eles não têm responsabilidade contigo. Quando tu não tá matando peixe, quando tá ruim, eles: “Ah, eu preciso de 100 (reais)!” Tá! Tu precisa de 100, então começa a matar peixe, a ganhar um dinheirinho. Ah, e tu não pode falar nada enquanto ele tá te devendo. Hoje, 85% da tripulação dos barcos, enquanto tu tiver dando vale, tu não pode falar se ele chegou atrasado, se ele... “Ah, eu quero que tu faça isso, que tu faça aquilo”. Tu não pode dizer pra ele o que tá acontecendo! Que se tu disser o que tá acontecendo, tu perde o proeiro e perde o dinheiro! Comigo ainda não aconteceu isso daí, mas eu sou exceção. Eu e uns outros aí. No geral, o pessoal perdeu a responsabilidade a si próprio. Eles não agregam mais o respeito e a responsabilidade que tu tem com eles. Isso aí não existe mais! Vamos supor, se eu chegar perto de ti e falar: “Tô quebrado, tô mal, preciso de 100”. E tu te sensibiliza comigo: “Ó, 100 não tenho, mas vou te arrumar 50”. Eu me deparo com isso aí! Eu devo uma obrigação pra ti. Mesmo eu te pagando, eu devo uma obrigação pra ti! Só que isso aí hoje não existe mais.

Em um galpão de redeiros, tive uma conversa com Alexandre - armador do barco Alexandre II. Gravamos uma entrevista, na qual ele revelou sua visão acerca da relação informal de trabalho do armador com a tripulação, demonstrando de que forma essas relações são baseada no “respeito”:

A gente tem que respeitar as pessoas, porque a gente precisa deles e eles precisam da gente. É um todo da coisa. E hoje a gente questiona, entre os nossos armadores, que tá cada vez mais difícil o material humano, mas também, de repente porque existe o questionamento de leis e coisa... Mas também eu conheço embarcações que tem tudo regularizado, carteira assinada, que passa pelo décimo terceiro, e que, infelizmente, os caras pegam um adiantamento e às vezes nem vão para alto-mar. Principalmente em Rio Grande... a gente diz o porto, aqui onde as embarcações maiores, que são de Rio Grande, onde tem as empresas, existe muito esse problema: o material humano hoje não tá, assim, muita oferta. Tá cada vez mais difícil.

Os caras tão querendo cada vez mais direitos do que deveres, tá entendendo? Então é assim. De repente, nós levamos alguma vantagem em relação a isso aí...

Para Alexandre, a questão da diferenciação social, articulada com o conflito de interesses, pode causar rupturas nas relações baseadas no respeito e solidariedade em que se pautam pescadores e armadores. Entre os armadores, alguns deles já não mantêm os vínculos de caráter interpessoal com os pescadores:

Tem muitos armadores que travam uma guerra e diferenciam muito a questão do pescador e do armador. O próprio armador passa isso pra eles. E daqui um pouco, o próprio pescador que entra dentro de um barco desses, do cara que pensa assim, o pescador ele, como o armador, se comunicam e... tem cara que diz assim: “o mestre tal tá pegando o barco de fulano”. “Ah, mas ele não vai agüentar nem um mês! Ah, ele não vai agüentar porque fulano é assim, fulano é assado”. Então nós temos essa vantagem: eu tenho proeiro de oito, nove anos, eu tenho um mestre de nove anos, o

Nelinho. Quando construimos o barco, ele tava com nós. Então, é porque a gente tem alguma coisa de relação humana que é satisfatório pra eles e também a questão econômica que a gente... vamo usar um termo lógico: a gente não surrapeia nada da matemática. Aí não adianta a gente esconder que muito pescador reclama aí de muito armador... Como em todo o setor, tem isso daí. Então... Tem essa parte boa nessa questão toda.

Uma situação específica de conflito, relativa às fronteiras entre a autonomia do mestre em relação à pesca e os interesses do armador, surgiu a partir da viagem realizada junto ao Alexandre II. Na ocasião, pude observar que Nelinho dedicou-se à pesca da anchova, com rede alta, enquanto os demais barcos grandes estavam pescando com rede de fundo. Durante a viagem, perguntei a Nelinho por que ele havia optado primeiramente por utilizar rede alta ao invés de fazer como os outros barcos, mas ele tergiversou e acabou falando sobre outros assuntos. Aproveitei a ocasião da entrevista com Alexandre para indagar-lhe sobre essa questão, à qual deu a seguinte resposta:

Pra nós aqui é opção do mestre. E, às vezes, onde existe conflito entre o armador e o mestre é essa questão. Daqui um pouco, o armador diz assim: “pesca tal peixe”, mas o mestre diz: “quem pesca sou eu, eu que levo o barco, se quiser arruma outro”. [...] Ele até alega que o material não está em boas condições, mas é que não é a praia dele. Ele não gosta, ele adora pescar anchova, mas não tem... A maioria dos armadores aí já não tem rede de anchova, já cortaram e fizeram rede de peixe de fundo. Na pesca da anchova, tem que andar muito atrás dos cardumes. E nós não estamos aparelhados com sonar pra detectar cardumes. O sonar hoje tá muito caro. Essas traineiras estão usando sonar de 750 mil dólares. Então é opção do mestre. O nosso acho que prefere pescar corvina, prefere pescar anchova... É uma opção do mestre. E a questão da pesca de 100m, 110m ela é complicada. E lá, quando os temporais passam... Por isso que os barcos maiores é que têm que fazer esse tipo de pesca, ancora e agüenta o tranco, porque são embarcações mais firmes, maiores, mais bem protegidas. Mas

pra gente que é armador também é complicado. Eu não gosto muito também dessa pescaria, lá no fundo, né!

Em seguida, Alexandre referiu-se a uma traineira - a Rio-Pesca - que havia afundado recentemente, demonstrando preocupação com a possibilidade de perder o barco e a tripulação. A dimensão relativa ao risco de naufrágio, enquanto possibilidade sempre presente nas saídas ao mar, também remete à questão do respeito, seja no respeito ao mar pelo mestre, seja ligada à dimensão das relações hierárquicas entre a tripulação e o mestre, conforme esclarece Cláudio:

E esses acidentes que andou acontecendo por ai. São coisas que, às vezes, tem que acontecer, né! E, às vezes, é até imprudência do próprio ser humano. Eu mesmo, só não botei o barco pro fundo porque Deus não quis, tá entendendo? É que esse peixe que eu trouxe, o barco sustenta esse peixe que eu trouxe... E a quantidade de rede que eu tinha e a armação que foi feita... “Ah, o Cláudio foi ao fundo! Morreu todo mundo!” Mas primeiro tem que ver da maneira que tu fez, o que tu fez e o que não fez. No nosso caso, foi mal arrumado! Um porão daqueles ali, que tu caminha dentro, bota 25 toneladas de peixe... Safou e trazia 5 tonelada na malha embaixo... E aí tu bota 25 em cima do convés, como é que tu dá estabilidade a essa embarcação? Cansaram tudo! Ah? Quer dizer, ele tá pescado, mas em baixo não tem nada. Em baixo não tem nada! É mesma coisa que tu pesar 300 quilos. O teu pé não vai agüentar. Ah, quebrou! Quebrou porque tá com excesso de peso! Aí ficou assim, ó: tinha que güentar no leme. Aí ficava de lado, pergunta pro Everaldo... Quando dava o lado, o barco quebrava por cima. E aí tu tá lá em cima, manobrando e... “Olha, bota gelo!” “Olha, arruma isso aí! E faz isso aqui!” E eles: “Bah, tá, ah”... Aí eu é que tô sendo enjoado, tá entendendo? Aí, depois se acontece a merda, quem é o responsável sou eu, né! E eu: “Ei! Eu quero que se bote assim, assim e assim! É assim que se arruma!” E o Everaldo gritando lá na boca do porão: “O negão quer que arrume assim!” E o pessoal: “Ah, o negão que vai

tomar no dele, e aqui embaixo eu é que sou o gelador!” 25 toneladas, uma coisa vai acontecer. Aí fumo descarregar e... Eu não falei nada, só fui ver na chegada. Abri a tampa e fui ver... Eu fiquei assim, né! Só fiquei assim, olhando. E eles olharam pra mim. E eles não sabia onde enfiar a cabeça. Vou falar o quê? O meu silêncio foi a mijada pra eles, tá entendendo? É esse tipo de coisa que acontece.

O respeito e confiança da tripulação em relação ao mestre estão relacionadas à sua capacidade em tomar decisões no mar de forma a alcançar sucesso nas pescarias, mas sem correr riscos considerados:

Nós viemos lá do Chuí. Com 20, 30, já trouxe até 40 toneladas de peixe, bateu o nordeste e vou embora direto. Por quê? Porque tua embarcação tá bem estabilizada. Não cabe mais? “Ó, Nelinho! Pega aqui!” E o Nelinho vai lá, pega o resto da minha rede... Eu trabalhei naquele Cipriano (barco pequeno). A gente foi até 120 metros naquele Cipriano ali. Só que eu fui... Eu dei duas largada e carreguei o porão de anjo! Duas largada! Só que quando eu cheguei em terra... Eu tava lá no parcel do Pago, que fica 15 milhas lá por fora... Quando eu cheguei em terra, os caras: “Vais botar gelo?” E eu: “Não, tô parando!” “O que aconteceu? Por quê?” “Que eu tô muito longe, é assim e assado, é muito fundo, esse barco não oferece condições.” “Não, mas aqui por fora dá pra matar 2, 3 toneladas.” “Não, eu tô parando! Se é pra mim tá no mar pra ficar enganando, então eu paro!” É que nem aconteceu comigo agora no verão. Eu, pra tá no mar e... Hoje vou pro mar e... Dou vale, dou vale e não tem proeiro. Quando vem, “Se não der quero nada, quero vale, e se não der, vou embora”. Então o quê? Eu vou passar trabalho pra trabalhar? Tá entendendo? Fico em casa quietinho. E quando eles vir, eu faço uma boa tripulação, se Deus quiser. Digo isso com orgulho, que até hoje nunca trabalhei com gente desqualificada... E, por enquanto, não tô me incomodando.

Para Cláudio, estar “enganando” se refere à situação de mestres que não dispõem de certas condições de trabalho, consideradas indispensáveis por ele. Tais condições consistem, principalmente, no dispor de um barco suficientemente resistente e equipado para permanecer no mar durante o tempo de procura e de pescaria, assim como uma tripulação confiável, orientada por um sentido de responsabilidade e de respeito. Portanto, não basta ao mestre apenas a capacidade náutica em localizar pesqueiros, se o barco não consegue chegar e permanecer em determinadas áreas de pesca e, tampouco, se a tripulação não desempenhar de forma qualificada seu trabalho. Estes requisitos demonstram a importância da escolha acertada da tripulação por parte do mestre. O mesmo ocorre em relação aos armadores que dispõem dos melhores barcos, visto que preferem contar com mestres de reconhecida competência.

7.3. “O barco é minha segunda casa”: da relação de tempo/espaço na configuração local

A identificação da tripulação com o barco diz respeito, primeiramente, ao instrumento de trabalho que possibilita interagir com o ambiente marítimo. Em segundo lugar, revela a questão do tempo das viagens e pescarias. Portanto, o barco constitui um elo entre a terra e o mar, o estar “entre dois meios” por excelência.

Entretanto, os embarcados referiam-se não apenas ao ambiente familiar que identificavam no barco, mas também ao tempo das viagens e pescarias, que dava um outro sentido a uma expressão bastante recorrente entre eles: “o barco é minha segunda casa”. O tempo prolongado no mar implicava lidar com certo distanciamento em relação ao convívio familiar, aos amigos que ficavam em terra e a vida na cidade.

O ritmo do tempo entre a terra e o mar mostrava-se melhor distribuído no passado, quando as viagens eram mais curtas. Portanto, a situação de passar mais tempo no mar vinha acompanhada da questão da escassez de pescado, exigindo certa capacidade de adaptação, principalmente quanto ao distanciamento da vida em terra, conforme observado durante a viagem junto à tripulação do barco Alexandre II. Nessas circunstâncias, Piti manifestou sua impressão sobre a vida de embarcado:

A vida aqui não é muito boa. Muitos dias de mar (risos). Bah, tá louco! Passa muitos dias de mar, quinze, dezesseis dias. Passa dois dias em terra, aí já volta de novo... O cara não vive, vegeta! Mas também, o cara acostuma a tá no mar, né! Acostuma com o pessoal no barco, acostuma com tudo. Aí tu passa um mês, quinze dias em terra e diz: “Pô, tô louco pra ir pra fora, pra arrumar um serviço pra mim trabalhar”. Aí já tá pronto pra vim de novo já. Acostuma assim com o pessoal no barco, mas, ao mesmo tempo... Passa quinze, dezesseis dias... Bom, vendo todo o dia a mesma cara, aí tá louco pra ir pra terra, vê outras pessoa, jogar um bilhar, joga uma canastra, joga um snooker, dá vontade de fazer vários negócios.

Em sua fala, Piti deixava entrever a condição de ambigüidade que diz respeito a essa temporalidade pesqueira. Permanecer em alto mar, ou seja, “lá fora”, significa lidar com um ambiente, cuja relação de estranhamento e familiarização, em toda sua extensão de significados, é sempre interpretada a partir do referencial terrestre. Ao “ir prá fora” - esse impulso do movimento do trabalho e da sobrevivência - sucede o retorno, implicando em tempos de trabalho, agito, calma, repouso e lazer, presentes no movimento cíclico dos períodos em terra e no mar.

O tempo em terra, quando prolongado, levava muitos pescadores a buscarem uma transposição das relações de companheirismo do barco, para os espaços públicos dos bares. São espaços onde os pescadores se reúnem para jogar bilhar, canastra e beber cerveja, dando sentido à disposição na retomada das relações de companheirismo que caracterizam o cotidiano de trabalho no barco.

Havia também casos de pescadores que passavam uma temporada executando alguma outra atividade em terra. Como foi dito anteriormente, a mobilidade dos pescadores, entre botes/canoas e barcos, envolve também momentos em que muitos deles desempenharam algum outro trabalho, além das práticas agrícolas. Esse é o caso de Tartaruga, que certa vez contou que havia exercido outras atividades, tendo trabalhado em Florianópolis, cidade onde nasceu e passou boa parte de sua vida:

O cara que tá acostumado no oceano, em terra não se dá muito. Eu trabalhei em Florianópolis, num hotel lá. Aí, até ajudando uma mulher,

trabalhando de jardineiro. Ela dizia assim: “Seu Osmar, em que você trabalhava antes?” “Eu sempre trabalhei no mar”. “Ah, então você não vai ficar muito tempo aqui”. É que o cara que trabalha no oceano, ele é livre, entendesse? É livre! Não precisa bater cartão. Não tem horário pra comer. É livre! Chega em terra, pega o dinheiro dele e vai embora, pra onde quiser. Então, quando chega num dia de sair, ele pega a roupa dele e se vai. É 12, 13 dias, de trabalho lá, e chega em terra e é a mesma coisa. E é assim. Então o cara se acostuma. E anda sempre com dinheiro no bolso. Então tu vai no oceano e tu sabe que tu vai. Agora, tá sujeito a ganhar uma mixaria, mas tá sujeito também a vim com um troco legal no bolso. Tem esse lado aí. Em terra não, O cara tem que bater o cartão dele, o salário é aquele ali e não passa. É diferente, é. E tu sabe que ta em terra quatro, cinco dias, e tu sabe que tá ali pra ir pra uma festa, pra um baile, tomar cerveja, o escambau! Até o dia de sair.

O ritmo do ir e vir da pesca marítima remete a uma temporalidade diferenciada, marcada, entre outras coisas, por uma situação de instabilidade na produção. Tal ritmo se contrapõe à noção dos pescadores acerca do que consideram trabalho em terra, que apresenta a perspectiva do assalariamento - desejado por oferecer uma perspectiva de estabilidade e de regularidade, mas que se revela uma meta difícil de ser alcançada, devido aos entraves constituídos pelas exigências cada vez maiores do mercado de trabalho em termos de escolaridade e especialização profissional.

Por outro lado, a perspectiva do trabalho assalariado em terra também pode ser pensada de forma negativa, uma vez que se contrapõe à idéia de “liberdade” associada às pescarias⁹⁹. Um primeiro aspecto dessas diferenças reside nas relações tradicionais de trabalho marcadas pela informalidade que caracterizam a pesca, a pouco mencionadas. Em segundo lugar, para os pescadores, a experiência de trabalho terrestre consiste na temporalidade do assalariamento, que obedece a rotina de “bater cartão” para entrar e sair do trabalho, enquanto que na pesca há uma clara percepção de que o tempo livre em terra,

⁹⁹ De certo modo, a irregularidade na produção é algo inerente à atividade pesqueira, se for levado em conta a questão da imprevisibilidade do ambiente marítimo, sobretudo no que se refere à mobilidade dos cardumes de peixes.

embora reduzido, é usufruído com intensidade¹⁰⁰. Isto explica-se pelo fato de os embarcados viverem muitos dias enclausurados dentro do barco, fazendo com que, ao chegarem em terra, eles privilegiem o ambiente aberto das ruas da cidade, enquanto forma de extravasar sua sensação de liberdade. Ao retornarem, dedicavam-se ao convívio familiar, mas também passavam, na medida do possível, a freqüentar bares, bailões e domingueiras, no convívio com os amigos ou na alegria de poder jogar uma partida de futebol.

Contudo, a noção de liberdade também se faz sentir nas percepções dos pescadores frente à amplitude do mar, embora, paradoxalmente, estejam confinados ao espaço reduzido do barco durante longos períodos. Esse paradoxo revela uma relação dialética entre a clausura (representada pelo espaço limitado do barco e ao distanciamento que os isola fisicamente do mundo terrestre) e o espaço aberto (que simboliza a idéia de infinitude do oceano).

Para a comunidade, todo esse ritmo do viver e do trabalhar na pesca marítima diz respeito aos tempos de chegada e de partida, cuja dinâmica entre aqueles que vão e os que ficam envolvem relações de gênero. De certa forma, a vida em terra é preenchida pela divisão de espaços e papéis, assim como por negociações entre os pescadores e suas mulheres. Do ponto de vista feminino, o distanciamento torna-se bastante penoso para as mulheres. Edilaine mora na Barra, mas ela passa seguidamente junto aos familiares em São José do Norte. O convívio com Dona Neida, Dona Maria, Laís, Nadinho e Cláudia é mais intenso do que com o marido. Edilaine ressentida de um não-compartilhamento da vida em terra com o marido em relação à administração do orçamento familiar e a criação dos filhos, assim como no lazer, na impossibilidade de freqüentar o bailão. Das mulheres é exigido um comportamento voltado aos afazeres domésticos e ao convívio familiar. Para poder freqüentar as domingueiras, onde ficam olhando o movimento de pessoas na doca, é necessário estarem acompanhadas de parentes e afins, como ocorria com Edilaine, que somente saía acompanhada de Dona Neida, Cláudia ou Laís. Os parentes zelam pela integridade moral de uma mulher casada com um pescador. O ambiente festivo da cidade,

¹⁰⁰ A noção de liberdade relativa ao trabalho na pesca é um tema que apresenta certa recorrência nos estudos antropológicos sobre pescadores, ao mesmo tempo em que apresentam enfoques diferenciados. Entre esses estudos, o sentido aqui dado à noção de liberdade é análogo aquele desenvolvido por Lúcia Helena de Oliveira Cunha (In: Diegues, 2000:20).

sempre com o movimento dos bailões próximo à doca, requer “uma cabeça boa” dos embarcados e suas esposas, que se privam dessas festas durante as pescarias.

Os homens retornavam a qualquer momento, gerando atenção redobrada das mulheres, à espera da chegada dos maridos, dedicando-se à ordenação do lar. Simone, por exemplo, revelou que às vezes estava dormindo e, no meio da noite e sem qualquer aviso, deparava com Vaninho dentro de casa, recém desembarcado. Edilaine dizia que seu marido fazia a mesma coisa. Portanto, enquanto os homens estavam no mar, em terra as mulheres ficavam esperando esse retorno.

O jogo de canastra evidenciava bem esse tempo entre os pescadores e suas mulheres: enquanto os homens jogavam no barco, no tempo de espera entre uma pescaria e outra, as mulheres jogavam em terra, no tempo de espera do retorno dos maridos.

A situação entre o tempo de trabalho dos homens e o tempo de espera das mulheres também ocorria na pesca na Lagoa dos Patos quando, na safra do camarão, conforme esclarece Cláudia, mostrando todo o envolvimento das mulheres no acompanhamento desse ritmo pesqueiro:

Eu sei assim, quando a água enche, quando a água vasa, da lagoa, porque eu aprendi desde pequena, desde... Cinco, seis, sete anos, porque a gente adorava dormir com a mãe, na cama da mãe... de casal. Eu e os meus irmãos. Então, quando o pai pescava, nas safras de camarão, ele pescava de bote, nós íamos na praia pra ver se a água tava vazando ou se tava enchendo. Porque, com a vazante, o pai ia pro camarão. Ia pro saco, né, que dizem botar saco, e... dormia lá, pra cuidar a rede. E a gente dormia com a mãe, e ia pra beira da praia pra ver se vazava ou se enchia. Por isso, até hoje, quando eu olho pra aquela água, eu lembro daquele tempo que eu ia pra beira da praia cuidar da água. Parecia que eu era pescadora, sabes? Cuidando da água pra ver se vai dar camarão ou não, mas eu queria era dormir com a mãe.

Assim como Cláudia lembra que, em sua infância, acompanhava o ritmo da pesca na Lagoa dos Patos pela identificação do tempo do ir e vir de Cláudio na pesca do camarão, as mulheres dos pescadores embarcados também viviam um cotidiano ligado aos ritmos da

pesca marítima. Para elas, era importante que, eventualmente, recebessem alguma notícia do armador ou de outras mulheres de pescadores, assim como estarem a par do tempo de duração das pescarias e acompanharem pelo rádio as notícias acerca do clima na região.

Entretanto, esse envolvimento com a pesca estava sujeito a sofrer rupturas que colocavam em risco a ordem familiar. O fato de elas terem de suportar a ausência dos maridos gerava uma grande insegurança neles, sobretudo em relação à fidelidade conjugal, na qual a associação ao cação martelo é bastante esclarecedora. Presenciei um desses casos através dos comentários de pescadores sobre um proeiro embarcado, cuja esposa havia fugido com seus bens e um vale, tendo passado a viver com outro homem, enquanto ele estava no mar. Segundo os pescadores, havia um temor de que o proeiro fosse cometer “uma bravura”, ou seja, agredir fisicamente a ex-esposa, como forma de recuperar parte de sua “honra”, o que poderia tornar inviável uma ação judicial para que ele pudesse reaver seus bens. A intervenção do armador teve um papel importante para estabilizar essa situação, já que, ao saber do ocorrido, ele mobilizou os amigos e familiares desse proeiro com a finalidade de que o tal proeiro dispusesse de uma orientação através da acolhida de pessoas próximas.

Por outro lado, entre alguns pescadores, o desejo em viver intensamente o pouco tempo em terra às vezes ocasionava brigas e discussões entre eles, em meio a bebedeiras e disputas por outras mulheres¹⁰¹.

Portanto, se os conflitos familiares relacionados à infidelidade conjugal ocorriam de ambas as partes, tais situações pareciam ser mais frequentes entre os homens, uma vez que, para eles, ter relações com outras mulheres não apenas era considerado algo legítimo, como conferia certo prestígio. De modo geral, as relações extraconjugais dos pescadores estavam ligadas a uma busca em adquirir prestígio relacionado ao papel de provedores. Nesse sentido, há um reconhecimento entre eles tanto em relação aos que são provedores do núcleo familiar, como àqueles que mantêm “duas casas”, ou seja, dois relacionamentos,

¹⁰¹ Em relação ao alcoolismo, esse era um risco que podia desencadear conflitos em relação ao convívio familiar, inclusive comprometendo o trabalho junto à tripulação do barco, gerando também uma ruptura em relação ao mestre. Este, devido a sua posição de responsabilidade no comando da tripulação e na captura de pescado, exigia uma disciplina entre seus subordinados, às vezes lidando com situações de pescadores que trabalhavam embriagados, não apareciam ou se atrasavam no embarque. Por tal motivo, parte dos mestres não permitia que seus homens levassem bebidas alcoólicas e/ou drogas ilícitas para dentro da embarcação. Já o mestre “fracassava”, quando permanecia mais em terra do que no mar ou também se entregava ao alcoolismo.

mesmo que de forma provisória¹⁰². Quanto aos embarcados, pude perceber que essa busca de reconhecimento ocorria de forma mais clara em relação aos mestres, principalmente no que se refere aos matadores de peixe. Entre eles, a competição para ver quem havia matado mais peixe, ou seja, de quem era “o número um da doca”, assim como a disputa por mulheres, fazia parte dessa busca por prestígio. Assim, o reconhecimento através do desempenho de provedor era identificado no “bom armador” aquele que distribuía “bons vales” e era solícito com os familiares dos pescadores, enquanto para os mestres, esse modelo era seguido no esforço em serem tanto bons chefes de família como prestarem favores aos seus proeiros.

Embora essa situação ocorra tanto na pesca de botes/canoa como na embarcada, nesta última o tempo prolongado de mar implica distanciamento familiar, acentuando os conflitos, conforme revela Cláudia, ao se referir a Cláudio e as mudanças que ocorreram nas relações familiares atribuídas à sua passagem de encarregado de parrelha para mestre de barco:

Quando ele virou mestre, mudou muito, assim. Tanto o tempo fora que ele passava mais longe da gente, quanto em casa. Mudou muito. O pai não tinha tempo pra gente, sabes? O estresse era maior, dele, né? Porque muito mais pessoas eram envolvidas, não era mais um botezinho, ali, que ele levava com dois ou três tripulantes e voltava no mesmo dia. Um barco, às vezes grande, com várias pessoas, oito, sete, por aí... e aí a responsabilidade era maior nas costas dele. Ele ficava mais centrado com aquilo ali, mais preocupado com aquilo ali e às vezes mudava até com a gente. A maneira de nos tratar... A convivência. Até mesmo a vida deles, o casamento, foi piorando a partir daí. Lá em casa foi. Porque, não sei se tu notas nesses mestres. Eles têm tipo uma disputa, assim. Tanto no mar como em terra. No mar, na parte da pesca, ficam disputando quem ganha mais, quem mata mais peixe, sabes? E também a disputa de namorar, de ser o melhor em tudo. E tem muito disso, de dizer que agarrou mais mulheres do que o outro,

¹⁰² Tal situação ocorre de forma análoga àquela observada por Marcos Lanna (1986:164) acerca dos pescadores de uma região do litoral nordestino, cuja busca da condição de provedores das mulheres seguia o modelo da figura do “patrão” (dono de barco) enquanto provedor de seus pescadores.

entendesse? [...] Só que quando a gente morava lá na prainha, a gente ficava mais de fora do que acontecia, né? Porque era mais longe, a gente quase não saía de casa... Nós éramos menores. Mas depois a gente cresceu e veio morar aqui, aqui no centro... A gente veio em 91, 92. Foi. Quando a gente veio pro centro. 91, eu acho. Aí sim, nós maiores. A gente saía mais, porque era mais acessível, aqui pertinho, e a gente começou a saber mais coisas que aconteciam na vida do pai, a participar mais. Mesmo ele tando em terra, às vezes os bares que ele freqüentava, a gente começou a saber quais os bares e o que ele fazia. A partir daí, entendesse? Dessa mudança pra cá.

Na visão de Cláudio, tais conflitos evidenciavam a incompreensão do seu esforço em manter a educação e a preocupação com os filhos, apontando para as diferentes visões acerca das divisões de papéis e tarefas entre marido e mulher:

Tu tem que ter uma educação. E a Cláudia: “Bah, porque o pai era isso”, o Marcelo: “Ah, porque o pai não conversava!” Eu mesmo, passei 10, 20 dias no mar, depois que peguei barco grande, no caso né, chegava em casa e: “como é que tá o colégio?” Ficava todo mundo mudo. Ninguém me dizia nada. “E aí? Não vão falar como tão no colégio?” “Ah, tá bom”. Aí rodavam e não me diziam nada, tá entendendo? Então eu participo! A comida, a moradia, a veste, o remédio. Em tudo isso aí eu participo, então eu tenho que saber. Então parava na mesa pra conversar e a mulher dizia: “Ah, já começou o político.” Acho que até parte da educação hoje do pessoal passa até de dentro de casa, sabe? “Ah, já começou o político”. Quer dizer, quando eu tinha tempo pra conversar com os meu guri, era na hora do almoço, entendeu? Então vou largar o prato e vou lá pintar o barco, vou pro estaleiro, logo quando tu tá na ativa, né! Eu disse pra ela: “O negócio é o seguinte, tu assume a criação dos guri, que eu vou buscar o que comer e o que vestir”. Mas mesmo assim, o que acontecia? Eu perguntava. Os guris rodavam e eu não sabia de nada. E eu sempre fui um cara assim, que gostava de conversa. Então me irritava, né. Eu me

inrritava, inrritava... E chegava no fim e discutia. E, às vezes, passava o laço. Passava, não nego. Eu não queria criar eles igual a mim. Não queria porque eu passei muita fome, eu passei muito trabalho. E quando eu casei mesmo, fui morar com a minha mãe, comprei um dormitório e tive dois anos no SPC, juntando moedinha, pedindo emprestado pra um e pra outro, e as pessoas que tinham muito pouco me emprestavam. E, depois, Deus, graças a Deus, me ajudou. Eu sempre necessitava de empréstimo, e comprar por meses em crediário. Aí eu disse: “Quando termina a minha safra isso aqui vai pra lá, isso pra lá, e deu!” Tá entendendo? Pra mim... Depois daquela vez, me serviu e eu me administrei assim. Então passava isso pros guri. O Marcelo mesmo, meu guri, quando ele se formou e fez o primeiro grau, eu disse: “Tá Marcelo, para com isso aí e vamo trabalhar na pesca. Depois, quando tu começar a sentir o gosto de ganhar dinheiro, tu vai ver o que é viável pra ti. Depois que tu fez o primeiro grau, o segundo tu faz quando quer, que é três, quatro anos. A mãe dele dizia “Ih! Não, teu pai ganha, dá pra nós viver! E não precisa! Pra que o guri trabalhar?” O meu filho tá com 24 anos e agora é que foi assinar uma carteira, tá entendendo”? Eu sempre quis passar pra eles. [...] Eu preendi muita coisa. Graças a Deus. Não tenho muito, mas vivo, graças a Deus. E a pesca... Eu só quero que Deus me dê o fim da minha vida, que nem deu ao falecido Atanásio. Adoeceu, hospitalizou-se, operou e morreu. Se me der isso, eu fico tranqüilo.

Cláudio reconhecia certa dificuldade em participar mais ativamente da vida dos filhos em função do tempo prolongado em que passava no mar, sendo que procurava, na medida do possível, superar esse distanciamento entre ele e sua família através de uma maior participação durante os períodos em que estava em terra. Contudo, às vezes esse esforço em tornar-se mais ativo no âmbito familiar esbarrava em conflitos geracionais, principalmente no que diz respeito a diferentes visões, envolvendo projetos individuais assim como a dimensão do valor-trabalho¹⁰³. O caso de Marcelo revelava de forma bastante elucidativa

¹⁰³ Refiro-me especificamente às tensões entre a noção de projeto individual e a de projeto coletivo, conforme a perspectiva de Gilberto Velho (1999).

essa questão, visto que, para Cláudio, ele deveria seguir seu exemplo, ingressando na pesca, ou em alguma outra profissão, para ganhar dinheiro e administrar sua vida após ter concluído o primeiro grau. A família se opunha, considerando desnecessário que Marcelo trabalhasse, preferindo que apenas seguisse com os estudos. Cláudio, por sua vez, procurava reafirmar na educação dos filhos, sua trajetória de superação de dificuldades econômicas e aprendizado através da inserção no âmbito pesqueiro e de certos valores tradicionais que orientavam o universo familiar.

7.4. A elite dos mestres

No fim do ano, foi a vez de Piti desembarcar do Alexandre II. Ele havia recebido uma proposta para assumir como mestre em um outro barco. A perspectiva de ganhar mais dinheiro, sobretudo após o nascimento da segunda filha, era sua principal motivação para enfrentar o desafio de ser mestre em um barco que não apresentava as melhores condições para pesca e navegação. Entretanto, ele era pouco conhecido, não tinha experiência, sendo que precisava voltar com uma produção razoável, já nas primeiras viagens, a fim de convencer o armador de que poderia ter sucesso nas pescarias. Encontrei-o em um galpão próximo à doca, junto com sua nova tripulação, todos envolvidos com a preparação de redes para a próxima viagem.

Laís, que conhecia praticamente todos os armadores e mestres de barco da região, seguidamente reportava-se à existência de uma elite de mestres locais. Para ela, Piti teria dificuldades de se impor como mestre, visto que era muito jovem e ainda inexperiente. Pude constatar uma distinção em termos de prestígio entre o papel de mestre nas diferentes modalidades de pesca local. Abstraindo, momentaneamente, toda a circulação entre esses grupos, conforme foi demonstrado em outras situações, torna-se perceptível a diferenciação entre encarregados de parelha na lagoa, mestres de canoa/bote e mestres de barco. Na lagoa, os mestres de canoa/bote são mestres-proprietários, diferenciando-se dos encarregados de parelha por terem maior autonomia dentro do circuito de relação através das dívidas adquiridas em virtude do crédito junto aos armadores e intermediários. Entre os mestres de bote/canoa, há uma relação de dependência em relação aos intermediários, que financiam os custos com a compra e manutenção dos equipamentos de pesca, além de estabelecerem o preço do peixe ou camarão. Por outro lado, eles não estão vinculados a um

armador, sendo que o vale é administrado por esses mestres por conta própria. As tripulações pequenas (dois ou três homens), geralmente compostas por familiares, viabilizam a administração dos vales pelo mestre-proprietário.

Por outro lado, os mestres de barcos grandes mantêm uma relação mais próxima ao mercado da pesca, dispondo de embarcações maiores e mais potentes, destacando-se pelas quantidades capturadas, o que lhes confere prestígio enquanto matadores. O fato de esses mestres apresentarem uma trajetória em botes/canoas, tanto na lagoa quanto no oceano, implica reconhecimento de certa experiência pesqueira. Por fim, trabalhando em barcos grandes, tiveram uma relativa ascensão social em comparação aos demais pescadores, de acordo com a divisão dos ganhos no sistema de partes.

Entre os mestres de barco, Cláudio e Nelinho fazem parte de uma “elite de mestres”, cujo reconhecimento é calcado principalmente na capacidade de liderança e no êxito obtido nas pescarias, o que implica conhecimento do espaço marítimo voltado para a localização dos cardumes. Os mais jovens lutam para obter esse reconhecimento, que requer alguns anos de experiência. Além de matar peixe, esse prestígio estende-se à vida social, sobretudo quanto à identidade de provedores dos homens em relação à sua rede de parentesco e afinidade. O peixe, outrora distribuído por qualquer embarcação, agora se concentra nos barcos grandes, assim como os maiores vales, o que faz circular essa relação de “dívida-dádiva” de modo a manter o prestígio desses mestres. Embora seja o armador que distribui os vales, é o mestre quem escolhe a tripulação. Assim, o armador e o barco são essenciais para a definição dessa relação, na qual advém o prestígio de um mestre considerado matador.

Cláudio, considerado parte desse grupo de mestres que tinham maior prestígio, encontrava-se em desvantagem, devido às limitações do barco Santana. Contudo, seguia mantendo sua fama de matador entre os pescadores da doca, o que talvez não fosse possível se ele estivesse em um barco pequeno.

Como foi dito anteriormente, boa parte desses mestres deviam seu aprendizado a Seu Atanásio. Algumas características do comportamento do velho mestre eram freqüentemente lembradas pelos mestres que haviam trabalhado com ele. Por exemplo, Seu Atanásio tinha o hábito de levar cartões vermelhos e amarelos no bolso, como um juiz de futebol. Assim, lidava com eventuais problemas de indisciplina em relação aos proeiros através da

distribuição de cartões: o cartão amarelo (primeiro aviso) e depois o cartão vermelho (expulsão - desembarque). Além da fama de ser extremamente rígido com os proeiros, Seu Atanásio também era conhecido por não colaborar com os companheiros na captura do peixe. Por vezes, ele procurava fugir dos outros barcos apagando as luzes, uma medida que atualmente pode ser perigosa, devido ao maior trânsito de embarcações (principalmente próximo à barra), conforme relatou Nibo:

Ele saía e matava peixe. E os outros: “Vamo cuidar o Atanásio!”. Aí, quando chegava de madrugada, o Atanásio... prá fora, e os nego de trás! Aí, fazia que saía pro norte... mas saía pro sul. Pro sul e dá-lhe máquina! O barco trabalhava... Era o São José, que hoje é o Carijó. Ele largava e... a um certo ponto, desligava as luzes tudo, e saía pra um lado e desligava as máquinas. “Ah? Desapareceu o barco do Atanásio!” Ai ele deixava passar, tavam de olho mesmo neles, né? Aí se mandava.

Posteriormente, em conversa com Nelinho, ele retomou essa história:

Uma vez, meu falecido pai apagou as luzes toda do barco uma vez... apagou a luz toda e aí... disseram que tavam chamando ele que tava escuro... E ele: “Ah, não sabem pescar então se rala! Vai se fuder, se não sabem pescar!” Aí depois voltou carregado. Ficava três, quatro dias e voltava carregado. Uma vez, eu passei do lado dele. Ele tava com o barco carregado e viu eu chegando pro lado dele... madou os guri arriarem os peixe todinho pra baixo do porão. Os guri arriaram os peixe tudinho pra baixo do porão. E eu cheguei nele. Queria ver se tinha alguma coisa, e ele: “Não, não tem nada”. Quando eu saí de perto dele, botou tudo no lugar. Em pescaria, ninguém enrabava ele! Quem se deu na malha foi ele. Entre nós aqui, pescador que nem ele não tinha. Pra pescar que nem ele.

Fiquei pensando no que Nelinho e Nibo haviam falado sobre Seu Atanásio, em especial sobre o fato de que ele, diferentemente dos mestres atuais, não compartilhava, mesmo que parcialmente, suas informações sobre as pescarias com aqueles mestres que

faziam parte de suas relações de parentesco e afinidade. Essa questão foi retomada quando encontrei Cláudio, que então explicou a atitude do velho mestre da seguinte forma:

Mas ele fugia do pessoal... porque no mar tinha peixe por tudo. O mar era pouco explorado. Todo o lugar que tu botava rede, tinha peixe. E outra, na época ele tinha mais material do que qualquer um de nós. Ele tinha material bom. Então, quando ele achava, ele carregava. Então, quando ele achava pescaria de sarralho, ele sempre fazia diferença, era rede e material muito bom. Então ele disparava. E, naquela época, a turma não gostava de trabalhar muito longe da barra. A turma ia, no máximo, de Bojuru até o farol da Conceição. Já era um absurdo! Na enchova, o máximo que nós ia na enchova é até o Sarita ali. Porra! E pra lá tinha o dobro de mar! Então ele se jogava pra lá. A turma tinha medo de ir pro lado do Uruguai... barco pequeno... e ele já tinha um barco maior, então enfiava a cara! E naquela época, sempre teve peixe por tudo. Até as parelha. Naquela época, as parelha que fosse arrastar no Hermenegildo, naquela volta do Chuí era cabra macho! E a pesca é isso aí, é quem procura e tem sorte de achar. Não é que a gente se contenta com pouco, mas é que o pescador é o seguinte: quando tu tá sozinho no mar, o mar é grande pra ti. Quando tem três, quatro, dez, doze, o mar já fica pequeno. Então é aquela coisa: hoje, com a quantidade de barco que tem, hoje não tem pescador mais madeira aí. Hoje não tem! Hoje é na base da sorte! Hoje é bem poucos que não produzem. Hoje é mais na base da sorte... às vezes, quebra o motor. Hoje o pessoal tá correndo do Oiapoque ao Chuí. De primeiro, a gente esperava o rebojo pra matar peixe. Hoje o cara vai buscar na fonte, lá em cima da risca lá. Vem matando de lá pra cá. E antes aquilo ali lá não era mexido. Agora o cara trabalha no cascalho do Sarita, 40 milha da barra pra norte. O máximo que iam era até o Albardão, ninguém passava de lá, que tinham medo de largar a rede pra lá, ninguém conhecia. E aqueles dois ou três que conheciam, também não davam serviço. E aí, depois a turma foram escalando, foram indo, foram aprendendo. E hoje tá aí. Hoje tem guri novo, que recém tá

engatinhando na pesca que produz. Tem que ter um pouco de sabedoria... Isso aí tem. Tem que saber o que o peixe tá fazendo e o que não tá fazendo. Por exemplo, eu to largado... e tem quatro ou cinco barco largado. Eu sou o mais de terra. Se viajar do segundo barco por fora e todo mundo tirou, é porque aquele peixe não ta correndo pra terra, tá indo pra fora. No outro dia, tu tens que ver o sentido dele. Normalmente, o peixe nunca vai de bico pra fora, e nem vai de bico pra terra. Ele sempre corre em uma latitude, né! É de 90 pra 270 e é de 0 grau pra 180. O peixe, ele não vai assim, de bico pra fora. Ele navega no sentido norte-sul e leste-oeste.

Essa dimensão relaciona as melhores condições e trabalho ao prestígio do mestre, em um tempo em que os pescadores locais não se distanciavam muito da costa. Frente à escassez atual, as relações de confiança e companheirismo entre determinados grupos de mestres, mesmo articuladas com a competição, têm sido um elemento importante para o sucesso nas pescarias. O conhecimento do comportamento dos peixes e do ambiente marítimo em geral, atualmente ocorre com a ajuda dos equipamentos, mas continua sendo indispensável, uma vez que são maiores as dificuldades: peixes escassos e maior competição em razão do número crescente de barcos em determinadas áreas de pesca.

7.5. Mestre Amarildo - uma história de sorte e infortúnio

Alguns meses antes de iniciar o trabalho de campo, uma noticia bastante divulgada nos jornais e telejornais das principais redes de TV, relatava o caso de um barco de pescadores do Rio Grande do Sul, que havia sido detido pela Marinha uruguaia ao invadir a ZEE daquele país. A reportagem mostrava o porto de Rio Grande e fazia menção aos pescadores desse barco, que ficaram alguns dias presos na praia de La Paloma, no Uruguai, destacando que, apesar de um deles ter levado um tiro, a tripulação passava bem e logo seria liberada. Os esclarecimentos sobre o ocorrido surgiram mais tarde, quando, já em campo, sobretudo durante a viagem no barco Alexandre II, soube que se tratava de pescadores de São José do Norte, que o barco era o Dom Caetano III, o mestre chamava-se Amarildo e que Carlinhos havia levado um tiro no pé.

Seguidamente, Laís referia-se a Amarildo, sendo que os dois mantinham uma grande

amizade. Entretanto, um longo período se passou até que conseguisse conhecê-lo, já que, assim como Nelinho, ele dificilmente era encontrado em terra. A diferença era que Amarildo não dispunha de um barco confiável, uma vez que o Bolívar era uma embarcação bastante castigada pelas viagens no oceano. Além disso, embora não fosse pequeno, o Bolívar era de tamanho inferior ao Alexandre II ou ao Dom Caetano IV, o que não o impedia de permanecer temporadas longas no mar, dando uma dimensão, não apenas do heroísmo dessas pescarias, mas do risco eminente que se potencializava devido à extrapolação dos limites relativos às condições de trabalho oferecidas.

Aos poucos, fui identificando os embarcados que haviam feito parte da tripulação detida no Uruguai, como Forlan (que havia sido proeiro do Santana durante alguns meses) e Sem-pescoço (motorista do barco Dunas), entre outros. Entretanto, percebia que eles sentiam certo desconforto em relatar o ocorrido, devido ao fato de que esse assunto remetia a uma série de constrangimentos, ainda recentes, pelos quais eles haviam passado: a prisão no Uruguai e a dispensa, junto com o mestre, pelo armador do barco.

Somente Carlinhos mostrou-se disposto a relatar um pouco do ocorrido, em conversas que tivemos, por conta do período de convivência intensa durante a viagem no Alexandre II. Além de Carlinhos, colhi relatos de Laís e de outros embarcados, amigos daqueles que haviam se envolvido nesse incidente. Assim, soube que, após o incidente, esse armador havia demitido toda a tripulação, exceto Quinho - que tornou-se cozinheiro do Dom Caetano IV, o outro barco do armador. Quinho havia embarcado a poucos meses no Dom Caetano III (atualmente chamado de Duna I) enquanto os demais tripulantes trabalhavam com Amarildo há muitos anos. O fato de Quinho ter sido “preservado” pelo armador talvez fosse devido ao fato de que ele, enquanto recém ingresso, talvez não estivesse tão identificado com o mestre, portanto isento de uma relação de cumplicidade em relação a esse episódio. Entretanto, havia uma suspeita, compartilhada por alguns pescadores, de que, ao dispensar toda a tripulação, o armador havia na verdade se livrado de suas obrigações com eles, visto que, entre esses homens, alguns estavam trabalhando há dez anos, como era o caso de Amarildo e Carlinhos.

A alegação do armador de que desconhecia que Amarildo pescava com freqüência em águas uruguaias, culpando-o pelo ocorrido, também era bastante questionada. Embora o mestre não revelasse que tinha parte de sua marcação no outro lado da divisa, onde os

pescadores dizem haver mais peixes, os mestres de outros barcos observavam o movimento de Amarildo, assim como as quantidades capturadas. A falta de peixe gerou certo nivelamento entre os grandes mestres. Assim, quando algum deles retornava com uma produção muito acima dos demais e com peixes de maior valor – que geralmente eram encontrados próximos à divisa - como o cação e a merluza -, era indício de que havia pescado no Uruguai. “Se chega um com a rede cheia de cação, é que tava por lá. Que tem os peixes de lá, e aí a gente sabe”, disse certa vez um mestre na doca. Portanto, era notório que Amarildo praticava uma “pesca roubada”, assim como alguns outros barcos de Rio Grande.

Carlinhos, ao saber que havia sido dispensado, foi o único que tratou de garantir seus direitos na Justiça do Trabalho, processando o armador pelos prejuízos que sofreu durante a viagem, sobretudo por ter sido atingido por um disparo. Para os armadores, essa era uma atitude sem precedentes nas relações de trabalho locais, baseadas no respeito e confiança, embora tenha sido desencadeada pela demissão, considerada injusta, de toda a tripulação do barco. Em represália, o armador tentou boicotar seu embarque no Alexandre II. Contudo, a estratégia não surtiu efeito, pois Nelinho tinha total autonomia para escolher seus proeiros.

Laís mantinha grande amizade tanto com o armador - para o qual trabalhava como despachante - quanto com Amarildo. Ela lamentava a ruptura entre ambos, já que Amarildo era considerado um dos melhores mestres do lugar.

No final do inverno, Amarildo, ao desembarcar, telefonou para Laís e combinou que iria visitá-la à noite. Laís convidou-me para participar do encontro. Faria uma janta em sua casa, mas Amarildo ficou retido em Rio Grande, acompanhando o trabalho de descarregar a produção de pescado do Bolívar, sendo que somente chegaria a casa dela mais tarde. Amarildo aparentava ter menos de 40 anos. Ele trajava um casaco de couro preto, cujo bolso de dentro abrigava uma garrafa de uísque, que ele presenteou a Laís. A garrafa foi aberta naquele mesmo momento. Na mesa da sala, entre um trago e outro, a conversa tornou-se animada. Ao ser estabelecida uma relação de amizade, no fim do ano, iria encontrá-lo com frequência nas imediações da doca e nos bailões, visto que nessa época os barcos iam para o estaleiro. Na casa de Laís, Amarildo contou como havia sido a apreensão do barco e a prisão da tripulação no Uruguai, bem como os desdobramentos da ruptura entre ele e o armador. Assim como Laís, Amarildo lastimava ter sido dispensado

justamente quando o barco Dom Caetano IV estava praticamente pronto. Ele havia participado de todo o processo de construção desse barco, um dos maiores da doca e em melhores condições. Revelou que a embarcação havia sido feita de acordo com seus critérios, uma vez que o armador costumava pedir sua opinião sobre o barco, de modo a obter melhor desempenho no mar, valendo-se, portanto, da sua experiência de mestre. Havia uma relação de amizade e confiança entre ambos que fora quebrada com o incidente da apreensão do Dom Caetano III. Por trás do desejo em ser o mestre do Dom Caetano IV, havia a questão do prestígio e do potencial do barco, que se ajustava ao perfil de matador de peixe. Nessa conversa, Amarildo deixava claro que, se fosse o mestre do barco Dom Caetano IV, dificilmente ultrapassaria a divisa, visto que a condição desse barco permitia maior regularidade nas capturas, o que não acontecia com o barco anterior. Portanto, nesse contexto de dificuldades que os mestres lidavam para manter a fama de matadores ante a diminuição dos estoques pesqueiros, a capacidade do barco era decisiva para o sucesso nas pescarias. “Sempre pesquei bem. Não posso baixar meu padrão”, dizia, justificando as pescarias em águas uruguaias enquanto forma de diferenciação em relação aos outros mestres.

Essas pescarias eram realizadas por alguns mestres em um passado não muito distante, quando eram permitidas por acordos internacionais. Além dos barcos da pesca industrial, Seu Atanásio, por exemplo, também pescava na costa uruguiaia, tendo sido o precursor dessa rota para os mestres atuais. Por outro lado, ultrapassar a divisa obedecia ao que parece ser um princípio orientador da prática pesqueira de todos os mestres, e que se estende aos pescadores de modo geral: ir atrás do peixe, obedecendo à uma territorialidade simbólica, baseada nas convenções de respeito e cooperação local, mas que não se aplicavam às convenções impostas pelos “de fora”: outros pescadores e órgãos governamentais de gerenciamento do território marítimo e do setor pesqueiro (a Marinha uruguiaia, a Marinha brasileira e o IBAMA). Como foi demonstrado anteriormente, tanto em relação à pesca na Lagoa dos Patos, quanto na porção austral do oceano Atlântico, essa situação revelava uma relação de pouco contato e entendimento entre os pescadores e esses órgãos. O cumprimento dessas regras através da coerção devia-se muito mais a uma avaliação que os pescadores faziam acerca dos riscos em se quebrar a lei do que ao reconhecimento dessas regras enquanto algo que era imposto de forma legítima.

7.6. O cigarro, o balde e outras histórias

Após esse incidente, Amarildo continuava pescando em águas uruguaias, desta vez no barco Bolívar (Posteriormente ele seria preso mais uma vez pela marinha uruguaia e depois solto novamente), conforme pude constatar durante a viagem realizada no Alexandre II¹⁰⁴. Na doca, essa situação foi relatada por Tita, que partilhava de uma relação de amizade com praticamente todos os pescadores envolvidos no caso da prisão no Uruguai:

Só que esse barco que ele pegou é seguinte: o dono mesmo disse, né, “se pegar o barco, deu!” Não quer nem saber do barco. É que o cara produz, no caso. A produção lá, dentro das água dos homem é o que mais rende! Tanto cação, quanto peixe de fundo, enchova. O peixe vem todo de lá pra cá. A criação tá todinha lá dentro! Aí, quando esfria, nessa época mesmo, no inverno aí, o peixe vem todo de lá pra cá. Quando dá um vento rebojo e aí esfria, e aí que vem. Já a curvina, no caso, ela vem do norte, que já vem de lá pra cá, do calor, no caso, mas a pescarias de inverno é isso aí: os cara entra lá dentro, aí não têm permissão. Entram lá dentro, se pegá... Se fugir são totalmente metralhados. Ou tu pára ou te botam no fundo. E é arriscado porque pode matar todo mundo, né cara! Onde botar um barco daqueles no fundo, que lá nos 20 metros d água, se não se juntam e não vai ninguém, ainda mais com essas friagem aí, morre até encarangado!

Os pescadores alternavam relatos dramáticos com a habitual jocosidade ao se referirem a situações como a que pude observar quando Tita continuou sua fala, relatando o impacto da notícia sobre os familiares e amigos dos pescadores, ao mesmo tempo em que brincava com Sem-pescoço:

Tava todo mundo apavorado. Viram a reportagem. Passou na televisão, tinha jornalista e tudo! Aí disseram aqui no Norte que teve tiro lá e tinha até um sem pescoço! Aí todo mundo se apavorou! Tava uma confusão e aí veio uma mulher gritando: “O Sem-pescoço é meu marido! O sem-Pescoço é meu marido!”

¹⁰⁴ Sobre a apreensão do Barco Bolívar e a prisão de mestre Amarildo, ver reportagem em anexo.

Perguntei a Tita se ele já havia sofrido algum acidente no mar, obtendo a seguinte resposta, em meio às risadas de outros embarcados que estavam por perto, escutando nossa conversa:

Eu já caí lá fora no mar, mas foi na época em que se trabalhava à mão. Não tinha esses guincho aí. Era só o carretel pra puxá. Nós Tinha botado os peixes na beira. Aí fui pegar o cigarro e pisei em cima de uma arraia, que tava de barriga prá cima... e fui deslizando até cair dentro d'água. (risos) A sorte que a água tava parada! Aí o Vovô, que trabalhava com nós, me botou prá dentro e falou: “Vocês ainda vão morrer por causa do cigarro!”

Em uma outra conversa, dessa vez com Nibo, ele revelou que há alguns anos, os banheiros dos barcos não possuíam descarga, sendo necessário jogar um balde de água do mar no vaso sanitário. O balde ficava ao lado do banheiro, de modo que era jogado no mar e depois puxado de volta por uma corda. Quando o barco estava em movimento, esse sistema tornava-se perigoso, uma vez que, ao ser jogado na água, o balde criava um ponto de resistência, puxando quem estivesse segurando a corda. Assim, era comum algum proeiro desavisado cair no mar. Durante a vigia, esse risco era maior, visto que, se o proeiro caísse no mar, os demais tripulantes somente iriam perceber na troca de turno. Com a instalação de descargas em todos os barcos, esse problema foi solucionado. Contudo, outro tipo de acidente muito freqüente era o proeiro se enrolar em uma corda ou rede durante o trabalho no convés e cair no mar. Quando iniciei o trabalho de campo, havia um ambiente de consternação devido à morte de um proeiro, filho de um mestre de barco, ocorrida nessas circunstâncias. Ele havia preso o pé em uma rede que acabava de ser lançada ao mar, tendo caído do barco e se afogado. Nesses casos, os pescadores encontravam dificuldades em nadar quando estavam vestidos com roupa de olhado e botas. Segundo Nibo, tornava-se difícil tirar as botas, que ficavam pesadas e podiam se encher de água. Ele contou que recentemente havia caído do barco durante uma viagem. Como o mar estava calmo, procurou primeiramente boiar (apesar da roupa de olhado e das botas). Contou que, sem ficar nervoso, procurou nadar lentamente em direção ao barco, tendo se segurado em um bóia que os companheiros jogaram no mar. Quando ele contou essa história, estávamos

dentro do barco, junto com os demais tripulantes do Rio Piracicaba, que revelaram ter ficado bastante impactados com o ocorrido, sobretudo Bandido, que ficou bastante emocionado porque achou que Nibo não se salvaria.

No final do ano, quando o Alexandre I e o Alexandre II iriam passar um par de semanas no estaleiro, o armador promoveu um churrasco para a tripulação dessas duas embarcações. Laís também foi convidada para o churrasco, além de alguns ex-proeiros. Mestre Grande estava nesse churrasco. Na confraternização, fiquei sabendo que ele iria substituir o mestre do Alexandre I. Seu barco (o Ideal) era de tamanho inferior ao Alexandre I. Encontrei-o alguns dias depois na doca, onde gravamos uma entrevista, na qual revelou parte de sua trajetória na pesca embarcada e sua adaptação ao processo de transformações relativo ao distanciamento e ao tempo de mar:

Esse barco quando veio era um baita dum barcão. Agora já pequenininho! Aqui, aqui o pessoal não tava acostumado a trabalhar direto. Então, os caras que eram patrão de bote passaram pra patrão de barquinho. Então, se arrebetava rede, era pau e pau, mas esse negócio de pegar tempo não, porque era barquinho que ia só até a boca da barra. O tempo tava meio ruim e eles iam embora. Mas esses barco de firma não! [...] Mas era só barco grande. Aqueles barco que tem em Rio Grande, da Leal Santos. Só barcos grandes. Aqui no Norte, de pescador mais velho, de barco, tinha poucos. Se trabalhava em cebola e trabalhava na lagoa aqui. Que de primeiro todos os ano tinha peixe aqui na lagoa. Agora, de uns anos pra cá a lagoa pegou a negar. Já ficou difícil. Aí veio esses barquinho pequeno... e a pescaria foi indo, indo... E a pescaria foi ficando ruim e os barquinho indo cada vez mais longe. Eu fui conhecer pescaria com esses barco, com 28 anos de idade. E o Nelinho é meu cunhado. É irmão da minha mulhé. E eu fui conhecer essa pesca por ele. Eu plantava cebola. Aí me convidaram pra ir pra lá e fui. A cebola foi ficando ruim, ruim. Eu olhava esses barquinho indo pra fora e pensava: Tá lôco! Na primeira vez que eu fui pra fora, foi de cozinheiro com meu cunhado. Eu morava sozinho em Rio Grande. Sabia cozinhar, né cara! A primeira vez chegava a tremer as pernas antes de atravessar a barra. Chegou a dar uma tonteadinha, mas depois deu pra

bola! E também, eu já pescava na beira do oceano! Eu era magrinho pra caramba! Pesava 78 quilo. E fiquei assim. Isso aqui é um chiqueiro pra criar porco! Passa dez dias, oito trancado, só comendo!

Grande era bastante alto e pesava mais de 100 quilos. Certa vez, ao entrar no barco Ideal, do qual ele anteriormente era mestre, percebi que aquele barco era muito reduzido para o tamanho de Grande, que ocupava praticamente todo o espaço da cabine.

A seguir, Seriacó, outro mestre de barco, amigo de Grande, juntou-se a nós. Com a presença de Seriacó, surgiu um diálogo entre os dois sobre tempestades que passaram juntos no mar:

Grande - *Eu e esse aí mesmo, peguemo um temporal naquele Atlântico. Foi até ao fundo o barco, agora, no oceano! Abriu uma tábua e foi ao fundo. Peguemo um temporal que vou te contar uma coisa! Nunca mais queremos pegar um daqueles!*

Seriaco - *Tá lóco! Durou dois dias e duas noite.*

Grande - *Ventou uma vaga de mar, rapaz! Deu água que esse aqui se agarrou numas redes! Nem sei que ia fazer. (risos) Engraçado.*

Seriaco - *Sei eu o que pensei!*

Grande - *Encheu de água! Uma primeira porrada quebrou o banheiro e a porta. A segunda, a porta da frente foi parar na porta de trás! Deu água por aqui assim em nós (colocando as mãos na cintura). Molhou nossa roupa todinha! Dois dia e duas noite. O navio capeou um dia e uma noite. E o navio não podia viajar de tanto vento que era, de tanto mar! Eu me lembro que era 35 caixinha de leite e 12 garrafa de cachaça, nossa comida! (risos). E era um barco bom! O mestre era o Amarildo. Um baixinho! Mas pegou um bocado de merda aquele homem! E chorava que nem criança pequena! Que eu ia dizer pra ti... Pô, agora me passou... Ah! E aí peguemo o temporal todinho, né cara! Aí, quando viemo embora, quando entramo na boca da doca ali, quando foi fazer a volta ali... escapou a caixa, a caixa deu fora! E pifou o motor direto! Aquilo foi o velinho lá em cima, que disse: “Vocês não morreram porque eu não quis!” Quebrou todo o barco rapaz! Até o mastro*

ali em cima, caiu pra trás, ele levantou o convés! A nossa sorte foi o Edevaldo, o motorista. Um cara cancheiro! O cara brincava com nós, entendesse? Tava acostumado já com merda no oceano! O cara passava a conversa em nós, e ia rindo, brincando e... Sempre de sacanagem! Ainda cortou a mão o cara! Agora é mestre atuneiro! Tá bem de vida! Correndo de avião pra um lado e pro outro! Ficou rico o cara! “Vim agora aqui no Norte ver meus filho, vim de avião”, disse ele. Do nordeste, lá não sei da onde, veio de avião.

Seriaco - *Nós tava 120 metros e viemo pra 90 metro. O vento tava de noroeste.*

Grande - *Foi assim, nós tava no ferro e o Amarildo foi jogar uma canastra e... quando a gente viu já não dava mais! Dava ainda pra viajar mais umas 10 milhas pra terra. Mas ninguém adivinhava que ia ser um temporal daqueles! Mas agora tem a previsão do tempo e todo mundo sabe e dá pra se escapar. Mas naquele tempo, só tinha o barômetro! E, às vezes, o barômetro baixava e não dava! Passava em outro lugar.*

Seriaco - *E agora tem esse tal de Hamilton, que marca tudo, né?*

Grande - *O Hamilton dá em Torres, dá a previsão todos os dias. E a Bernardete, no Uruguai.*

Seriaco - *Dá toda a previsão pros barcos. Sabe o vento que vai dar amanhã, depois de amanhã... Como vai ser o mar, a força do vento, diz tudo! Só pega vento se quiser!*

Grande - *E a previsão é difícil de errar! Marcou e deu!*

Mas assim mesmo tem muita gente que não respeita. Cara empregado! O dono manda sair! Tem muita pressão! Ou tu sai ou dá a vaga pros outro. Tem cara que o vento tá caindo e tá saindo! Barco de firma não pode ficar amarrado! Aí do lado da cebola aqui, rapaz! Amarremo os cabo daquela ponta ali, ó! Rapaz! Um paredão do outro lado... Um rebojo... Aí ia sair na Barra e disse pro mestre: “Seu Juca” - até já morreu coitado do homem! “Seu Juca, o Sr não tá vendo que vai dar um temporal que não sei não, Seu Juca?”. E ele: “pois é ôo...”- Não me chamava de Grande, me chamava de

Itamar - “pois é ô Itamar, mas é barco de firma, tá abastecido, fazer o quê? Temo que sair”. Ele só dizia, “Vamo embora com Nossa senhora!” O velho (risos). Aí viajemo, rapaz! Chegemo lá nos 60 metros, aí caiu o vento! Tava fora, não tinha pra onde correr. O vento noroeste. De novo o desgraçado! É sempre o noroeste! O barco tava fora. Caiu o vento, caiu o vento. Rapaz! Deu um dia e uma noite. De novo! O velho só dizia: “Tomara que Nossa senhora que nos proteja e não sei o quê”. E ele dizia: “Pois é, é barco de firma, tem que sair. Não adianta”.

Ao passo que existe a percepção entre os pescadores de uma vivência constante com esses riscos, tais situações são relativizadas por eles, geralmente comparando esses perigos da vida no mar com a questão da violência urbana, cujos riscos de sofrer um acidente de trânsito ou ser atingido por algum disparo durante um assalto são para eles muito mais alarmantes. Conforme constatou certa vez Zé André, tais riscos fazem parte do viver, da luta cotidiana pela sobrevivência:

No mar, a gente pega mau tempo! A gente pega sufoco! Pega bom e pega ruim! Porque é uma vida inteira, e não há quem não tenha... A gente não pensa que vai morrer, só pensa em se defender. Dá um jeito, dá outro jeito, tira água, bota... Até que escapa. E se morre, morreu e pronto. Já morre naquela luta. Mas luta até poder! A gente... Se pensar na morte filho, você não trabalha! Você não dirige, você não vai ao mar, pescar, você não trabalha, você não faz nada! Porque a morte tá em toda a parte. E o perigo está em toda a parte! Onde está o homem trabalhando, está o perigo! E até agora, piorou, porque você sai por aí e, daqui a pouco, vem uma bala escondida por aí. Você morre e não sabe de quê.

A fala de Zé André apontava para uma compreensão acerca dessas situações enquanto eventos que sempre existiram, no sentido das discussões de Mary Douglas (1992) sobre a relação entre as noções de risco e de perigo, enquanto aspectos relacionais e culturais, demonstrando que cada sociedade tem seus riscos. Assim, a previsão e o gerenciamento dos riscos representam certa diversidade de aplicação desse termo em

conformidade com contextos sócio-culturais específicos, promovendo reações culturais diferentes, como o medo, o enfrentamento e a ritualização.

7.7. O incêndio no mar

O caso da pesca no Uruguai, assim como o breve relato de Grande sobre a tempestade que havia enfrentado quando fora proeiro de Amarildo, não eram as únicas histórias de situações de risco e de perigo de naufrágio, as quais este mestre estava envolvido. Havia outra história sobre um incêndio que se alastrou por todo o barco, quando ele estava no mar, no qual toda a tripulação foi salva. Uma primeira versão dessa história havia sido contada por Tita e Carlinhos:

***Tita** - Nós trabalhava no Dom Caetano (Dom Caetano II), e esse aqui (Carlinhos) era no Dunas (Dom Caetano III), no caso. Trabalhava o Cláudio, meu irmão, que é mestre do Santana. Ah, cara! Se tivesse que esperar nós, chegava a ir todo mundo! Nós tava distante, chegava a fazer sete milhas deles! Se via a claridade do estouro. Só se via a clareza, assim.*

***P-E** como foi que aconteceu?*

***Tita** - Tava viajando. Nós tava com rede n'água. Tava puxando o vento já, né. Tava marcando rebojo. E a gente tava viajando, e daqui a pouco deu no rádio que vinha uma frente fria. E nós perdemos um cachorro. Que o cara acompanhava o pastor dele há dez anos. O cachorro subiu a escada, e essa escada ficava lá em baixo, sabe... O cachorro morava no barco. Era de um motorista nosso. Nós tava colhendo rede e ele caiu na água...*

***Carlinhos** – E, no nosso barco, o que aconteceu foi que pegou fogo na casa de máquinas. Um troço rápido pra caralho! Aí nós pegamo e nos jogamo na água. Não deu tempo pra nada. Pegou na sala de máquina, que é o principal. Não tinha motor, não tinha água pra apagar, nada, que é tudo a bomba com o motor... como é que ia apagar? E já era de noite... onze horas ou dez e meia da noite. Meados de junho...*

Situações de risco e perigo no mar são frequentes e vão desde casos de acidentes, no quais algum proeiro pode cair do barco, até situações de naufrágio, devido a incêndios ou

tempestades. Todos os mestres de barco, em um determinado momento, passaram por alguma dificuldade dessa natureza. Porém, no caso de Amarildo (e de Carlinhos, que o havia acompanhado durante todas essas situações), elas pareciam surgir com maior frequência. Perguntei a Amarildo como havia sido o incêndio do barco (alguns meses antes dele haver sido preso no Uruguai), no qual por pouco não havia morrido. Esse incidente ocorreu em uma noite de junho de 2003. Amarildo relatou que navegava em torno de 20m de profundidade, quando foi surpreendido por uma explosão no porão na embarcação, provavelmente devido a um vazamento de gás na cozinha, que causou um incêndio na casa de máquinas. O fogo alastrou-se rapidamente. Em seguida, disse ter escutado outro estouro: era a mangueira do guincho. Amarildo ordenou a tripulação para que fosse para a proa do barco, enquanto quebrava o vidro da cabine na tentativa de fazer contato através do rádio, sem ter obtido êxito. A essa altura, o fogo já consumia a cabine do barco, enquanto o vento empurrava as chamas para a proa, quase alcançando a tripulação. Amarildo revelou que parte dos homens estava em pânico, visto que eles estavam sozinhos no mar, em uma noite fria de inverno, e o barco parecia que iria afundar. Então ele ordenou um dos proeiros para que amarrasse uma corda no barco e jogasse uma bóia grande no mar. Em seguida, todos se jogaram na água, segurando-se nessa bóia. Ele se jogou depois, com uma corda em uma outra bóia. Entretanto, contou que o proeiro estava muito nervoso, tendo amarrado mal a corda de Amarildo, que logo se soltou quando ele pulou no mar. O mestre teve que nadar e se segurar em uma bóia de sinalização, mais fácil de ser encontrada, mas que estava solta no mar. Passado algum tempo, um barco chegou para socorrer os pescadores, que então foram recolhidos. Amarildo foi resgatado algumas horas depois da tripulação, já com indícios de hipotermia. Segundo ele, não conseguia falar nem se mover. Os pescadores o jogaram sobre o motor do barco para reaquecer seu corpo e recobrar os sentidos.

Sobre a extrema tensão dessas situações dramáticas vividas pelos pescadores, Amarildo explicava a importância em dominar o pânico: “Dá um bagulho no cara... aí tu pega e pensa: não, não é assim. Tem que manter o sangue-frio”.

Enquanto a tripulação ficou tomada pelo medo, ele teve discernimento para avaliar que, naquelas circunstâncias, eles teriam que se jogar ao mar, ou então morreriam queimados ou mesmo afogados quando o barco afundasse. Essa situação demonstra, assim como a história contada por Grande, na qual um proeiro experiente brincava com eles

durante uma tempestade, como alguns pescadores desenvolvem um autocontrole emocional que os permite dominar o medo e agir racionalmente, através de um olhar distanciado, de fora, quando se deparam com situações específicas de perigo no mar, de acordo com o que Norbert Elias (1998) considera como relação entre “envolvimento” e “alienação”¹⁰⁵. Essa situação específica relativa aos perigos de naufrágio e o controle desses perigos estende-se para o contexto geral desse grupo, uma vez que a questão do risco e do perigo adquire uma dimensão mais ampla, que remete à situação de risco e vulnerabilidade dessa categoria e permite essas práticas de controle para sobreviver, como, por exemplo, ocorre em relação ao controle do enjôo, à mobilidade entre a terra, a lagoa e o mar, e, por fim, à organização social baseada nas relações familiares e de confiança. Portanto, o autocontrole, conforme sugere Norbert Elias (1998), diz respeito à idéia da “prática de si”, em conjunção com a possibilidade de relativo “controle do processo”, quando possível, remetendo às práticas de administração sobre esses riscos por parte dos pescadores, através da identificação de determinada configuração simbólica.

¹⁰⁵ O caso do incêndio no mar e a questão do autocontrole são utilizados aqui de forma análoga à metáfora de Norbert Elias (1998) sobre “Os pescadores e o turbilhão”, um conto de Edgar Allan Poe, que constrói a história desses pescadores, no qual, ao naufrágio, se sucede a formação de um redemoinho que lentamente vai arrastando o barco com dois irmãos para o abismo. Nessa situação dramática, um dos irmãos, através do distanciamento (alienação), consegue se acalmar e observar todo o contexto que envolve a situação, tomando a atitude correta de se amarrar a um barril, que ele constatou ser arrastado de forma mais lenta do que o barco, assim escapando da morte; enquanto o outro permanece totalmente envolvido na situação - tomado pelo medo a ponto de ficar sem reflexividade e domínio de si - e acaba morrendo. Nesse sentido, a importância de uma reflexividade, ou seja, de uma tomada de consciência na relação entre os processos de envolvimento e alienação abre a possibilidade de lidar com as situações de risco e de perigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse ponto que os dicionários descrevem como aquele onde se aplica a resultante de todas as ações do vento sobre as velas ele o construía na interseção desta força resultante com a força de resistência que o mar opõe ao avanço do navio. (Jean Lescure, 1963:13)

Concluir um trabalho, cuja força reside principalmente nas imagens relativas ao mundo da pesca e da pequena cidade de São José do Norte, lugares entrelaçados e em transformação constante, é, na verdade, apresentar uma finalização provisória, um desfecho parcial, uma vez que tais imagens têm vida própria e, portanto, abrem outras questões e perspectivas que, no entanto, foram evitados em razão do recorte necessário que requer a objetividade de uma pesquisa.

Conforme ensina Gaston Bachelard (1996:38), o saber racional e a criação poética encontram uma unidade através da imaginação criadora, de acordo com o princípio dinâmico e conflitante que resulta do embate das forças humanas com as forças naturais, possibilitando assim a formação da imaginação material através da ação do homem.

Através dos estudos de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert sobre memória (Eckert & Rocha, 2005), assim como nos diálogos junto aos núcleos de pesquisa BIEV e NAVISUAL, foi possível inspirar-me na fenomenologia bachelardiana e na teoria do imaginário de Gilbert Durand (2002), sendo que tanto no contexto das fotografias e montagens - que apresentam uma perspectiva da informação e do conhecimento através da emoção por meio de um movimento de fora para dentro -, quanto nas imagens suscitadas através do texto - que executam um movimento oposto, ou seja, de dentro para fora -, procurei costurar, a partir das imagens poéticas aqui reveladas, a questão da dinâmica da vida dos pescadores, moldada em determinados ritmos que são articulados através da memória, em um processo que permite reinventar o cotidiano e dar sentido ao modo de vida local.

A experiência etnográfica de deslocamento em relação à comunidade lingüística ao qual pertenço para o convívio junto aos pescadores e suas famílias, o posterior regresso e o lapso de tempo indispensável para rememorar e construir esta pesquisa etnográfica, diz respeito ao processo que vivenciei de adesão das imagens de terra/mar. Do mesmo modo, o estilo de escrita a que me propus para informar esses ritmos de tempo, assim como a

estética de ocupação do espaço em relação à vida da pequena cidade de São José do Norte e ao âmbito pesqueiro no qual está inserida também encontram-se imersos nesse processo.

Durante esse trajeto, deparei com várias paisagens que se descortinavam a minha frente, cujo surrealismo das imagens tornava-se perceptível através da sobreposição dos tempos. Assim, através da articulação da vida na cidade com o mundo da pesca foi possível desvendar certas conexões imagéticas que faziam pensar sobre a relação com o passado colonial. A sobreposição dos tempos e o contexto de conflito demonstrado ao longo deste trabalho apresentam uma dimensão da morfologia social e da identidade trilhadas a partir da expressão “guerreiro” que os pescadores utilizavam para se referirem uns aos outros.

Esse foi um indício acerca de uma visão da pesca enquanto “guerra” e seu pertencimento à classe de imagens relativas à fundação da cidade que fala de uma estrutura predatória e suas funções de ataque e de defesa. Entre os embarcados, a vida no mar enquanto metáfora da guerra torna-se bastante evidente quando se detêm sobre as relações hierárquicas que se manifestam no barco. Tais relações, diferentemente da perspectiva de Louis Dumont (1992), apresentam um forte componente de poder, relativamente ao comando do mestre naquela situação específica que exige o trabalho no ambiente marítimo e que, de certa forma, remete a uma lógica militar.

A metáfora da guerra pode ser vista como “batalha da sobrevivência”, do dia-a-dia, da luta cotidiana, tanto no que se refere às indagações acerca da continuidade dos pescadores enquanto categoria social, uma questão que permanece em aberto, assim como, mais especificamente, também diz respeito à imprevisibilidade do ambiente e da mobilidade dos peixes que caracterizam a pesca enquanto uma prática de caça (Diegues, 1995). A metáfora da guerra e o imaginário em relação ao ambiente marinho também se manifestam na religiosidade, sobretudo entre os pescadores que freqüentam os centros de umbanda e batuque, na representação de determinadas entidades e na busca de proteção frente às forças imprevisíveis da natureza. A relação entre pescadores e peixes, por sua vez, apresenta o campo das analogias sobre animais marinhos e a não-separação entre humanos e não-humanos (Descola, 1997; 2007). Nesse sentido, a atribuição de características humanas a peixes e crustáceos articula-se e estende-se para o contexto de guerra na referência “a matar peixe”. Ao invés de caçar ou pescar, “mata-se”, cria-se espaços da morte e atribui-se a identidade de matador ao mestre.

Mergulhando na espiral do tempo, observa-se que, assim como as imagens relativas à história dos deslocamentos ao longo do litoral, a velha estrada do mar, que estabelecia um elo ao longo dos séculos, no oceano, as fronteiras simbólicas em relação à divisa com o Uruguai também remete, de alguma forma, ao plano imagético das fronteiras do século XVIII e XIX, das guerras e batalhas que giravam em torno da mobilidade fronteiriça.

Como foi visto, a relação entre o símbolo e a imaginação pela via da poesia proposta por Bachelard (1996) é acrescida de uma organização simbólica, segundo a perspectiva das “estruturas antropológicas do imaginário” de Gilbert Durand (2002). Nessa perspectiva, de acordo com os estudos de Ana Luiza Carvalho da Rocha (1995; 2005), as “imagens diurnas” e as “imagens noturnas” formam dois regimes opostos, porém complementares - que se relacionam através do movimento cíclico e da roda do tempo-, onde a estrutura heróica de fundação da cidade pertence a uma estrutura diurna, especialmente em torno da “imagem do gládio”, referindo-se à conquista do espaço, ao heroísmo, ao tempo da fartura, à noção de progresso. A estrutura noturna, por sua vez, refuta a noção de progresso e leva à tona o tema do “engolimento”. Assim como o “maior engole o menor”, metáfora relativa aos peixes, a cidade grande engole a pequena e apresenta os riscos do desaparecimento. Há ainda o engolimento do homem pela natureza que atemorizava o colonizador europeu em relação aos trópicos e que é transposto para o temor dos pescadores em serem engolidos pelo mar, que os abraça através do tempo e do distanciamento que impõe a vida no barco.

O processo de distanciamento no mar remete à questão da mobilidade, que revela o contexto de transformações vivenciadas pelos pescadores de acordo com a perspectiva de Norbert Elias, sobretudo na questão da mudança em relação à configuração social, enquanto processos que estão continuamente em fluxo. A identificação dos “tempos de crise” revela de forma mais específica questões relativas aos dilemas ambientais, no contexto de tensão dos pescadores relativamente ao mercado da pesca e à política nacional de gerenciamento costeiro, no qual se procurou demonstrar como esses grupos apresentam determinadas estratégias de vida e práticas de controle com vistas a possibilitar sua reprodução social e sua identidade de pescadores. Tais noções encontram-se presentes nas representações acerca do ambiente marítimo, que associa a diminuição dos estoques com a problemática ambiental, sobretudo a pesca predatória e a noção de “poluição”, sendo constatado a apropriação por parte dos pescadores de um discurso ambiental quanto a

realização de estratégias de sobrevivência, que, de acordo com Norbert Elias (2000), dizem respeito à reflexividade e à “prática de si”.

Uma dimensão do movimento remete a imagem da praia como lugar-refúgio dos excluídos socialmente, ligada ao nomadismo da pesca. As relações de sociabilidade e reciprocidade ocorrem de acordo com os ritmos da vida social, girando em torno do trabalho e das relações com a natureza. Esta última é recriada nas relações sociais, onde o caráter itinerante do grupo é observado nos deslocamentos no tempo e espaço.

A situação de complexidade ecológica que envolve a região apresenta várias tensões, que foram abordadas no decorrer desta pesquisa como estudo voltado para as inter-relações entre ambiente, indivíduo e sociedade. Uma primeira dimensão do tempo para os pescadores diz respeito à suas práticas cotidianas, centradas no ritmo do barco, nas principais safras de peixes e nas condições do mercado, assim como em relação ao interesse dos intermediários e armadores, sendo também determinado por questões econômicas e políticas. A atividade pesqueira caracteriza-se por sua sazonalidade e, em certa medida, em uma condição de dependência em relação à natureza, sobretudo no que se refere às condições climáticas, o que implica pouco controle sobre os fenômenos naturais no que tange ao tempo da pesca. A relevância dessas condições que atuam na atividade, mesmo que não sejam completamente determinantes, formam um conjunto de processos que influenciam as relações entre homem e natureza, particularizando as formas de apropriação humana. Portanto, a condição de viver entre dois meios diz respeito, entre outras coisas, a apropriação do ritmo natural, decorrente de uma noção de temporalidade vivida e representada de forma singular, nos diversos aspectos que a pesca se realiza.

No diálogo entre a etnografia do texto e da imagem, nas oscilações do tempo e na paisagem textual da etnografia, certas imagens poéticas reverberam, estando ligadas ao fundo de imagens arquetípicas que expressam o problema em relação ao tempo, a angústia, a existência e a morte. Vale sempre repetir que a vida social continua nas e com as rupturas, na trama de transformações e durações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Cristina. *As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar*. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, v. 43, n. 2, São Paulo, AP, 2000.

ADOMILLI, Gianpaolo K. *Trabalho, Meio Ambiente e Conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe- RS*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2002.

_____. “Interações e Representações em Relação a Apropriação Social dos Recursos Naturais: o Caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe-RS”. In *The Commons in an Age of Global Transition: Challenges, Risks and Opportunities, the Tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property*. Oaxaca, Mexico, August 9-13, 2004. The digital Library of the commons. Indiana University. <http://www.iascp2004.org.mx>.

ANDRADE, M. I. C. *Contributo para o Estudo das Pescas Marítimas Brasileiras*. Ano do Centenário da Faculdade de Direito da UFMG. Editora da UFMG. Belo Horizonte, 1992.

ÁVILA MARTINS, C. A. *No trabalho dos pescadores artesanais a Lagoa dos Patos vive e dá vida*. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI n 119 (47), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-47.htm>

BACHELARD, Gaston. *A dialética da Duração*. São Paulo. Ática, 1988.

_____. *A Poética do Espaço*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

_____. *A Água e os Sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria*. Martins Fontes. São Paulo, 1998.

_____. *A Poética do Devaneio*. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

BARCELLOS, Lauro J. P., et al. *Relatório Sobre Otimização Bioeconômica dos Recursos Pesqueiros Marinhos do Rio Grande do Sul*. FURG - Museu Oceanográfico “Prof. Eliézer de C. Rios”. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Editora da Furg. Rio Grande, 1991.

BECK, Anamaria. *Lavradores e Pescadores. Um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório*. Florianópolis, UFSC, 1979.

BECK, Ulrich. GIDDENS, Anthony. LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo. Editora da UNESP, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Brasiliense. São Paulo, 2000.

BORDIEU, Pierre. *Sociologie de l'Algerie*. PUF, Paris, 1958.

BRETON, Yan. "L'anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs: Reflexions sur la naissance d'un sous-champ disciplinaire". In: *Anthropologie et Sociétés - Les Sociétés De Pêcheurs*. Vol. 5, n.1, Quebec, 1981.

BRITTO, Rosyan C. de Caldas. *Modernidade e tradição: Construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo -RJ*. Niterói, Editora UFF, 1999.

BUNSE, Heinrich A. W. *São José do Norte: Aspectos lingüísticos-etnográficos do antigo município*. Porto Alegre, Globo, 1982.

CALVINO, Ítalo. *Le città invisibili*. Oscar Mondatori, Milano, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo, Ed.34, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Morar, cozinhar*. Vol. II. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2005.

CHEVALIER, Sophie. "Uma sociedade em mudança. Antropologia de uma transição na Bulgária". In: *Horizontes Antropológicos*. Ufrgs/IFCH/PPGAS, Ano 7 n.15, Porto Alegre, 2001.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1996.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

CORBIN, Alain. *O Território do Vazio. A praia e o imaginário ocidental*. Companhia das letras, São Paulo, 1989.

CORDELL, J. *A Sea of Small Boats*, Cultural Survival. Inc.1989.

CORREA, Roberto L. & ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998.

CUNHA, Lúcia Helena de O. *O Tempo Natural e o Tempo Mercantil na Pesca Artesanal*. II Encontro das Ciências Sociais e o Mar no Brasil, IOUSP, F. FORD, UINC, 1988.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

DESCOLÀ, Philippe. *Par delà nature et culture*. Paris. Editions Gallinard, 2005.

_____. “Ecologia e cosmologia”. In: *Faces do trópico Úmido. Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Edna castro & Florence Pinton (Orgs). Editora Cejup. UFPA, 1997.

_____. *Estrutura ou sentimento: a relação com o animal. na Amazônia*. In: MANA 4(1): 23-45, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo, Ed. Ática, 1983.

_____. *Ilhas e Mares: Simbolismo e imaginário*. São Paulo, Editora Hucitec, 1988.

_____. *Povos e Mares: leituras em sócio-anthropologia marítma*. São Paulo, NUPAUB-USP, 1995.

_____. (Org.) *Ilhas e sociedades Insulares*. NUPAUB-USP, 1997.

_____. (Org.) *A Imagem das Águas*. São Paulo, NUPAUB-USP, 2000.

_____. *Ecologia Humana e planejamento em áreas costeiras*. NUPAUB-USP, 2001.

DIEGUES, Antônio. Carlos. S. & MOREIRA, André de Castro. C. (Orgs.) *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. NUPAUB-USP. São Paulo, 2001

DIEGUES, Antônio Carlos S. & RINALDO, S. V. A. *Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Ministério do Meio Ambiente – MMA. 2001.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Edições 70. Lisboa, 1992.

DOUGLAS, Mary. & WILDAVSKY, A. *Risk and Culture. An Essay on the Selection of Technological and Enviromental Dangers*. London, University of California Press, 1983.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre, IEL, 1961.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes do suor*. Niterói, Editora UFF, 1978.

_____. *Identidade Social e Padrões de Agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos*. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v. 36, 1981.

_____. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

DUMONT, Louis. *O individualismo, uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de janeiro, Rocco, 1985.

_____. *Homo Hierarchicus*. O sistema de castas e suas implicações. São Paulo, EDUSP, 1992.

- DURAND, Gilbert. *A Imaginação Simbólica*. Lisboa, Edições 70, 2003.
- _____. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo. Martins Fontes, 2002.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura*. São Paulo, Cosac Naify, 2004.
- ECKERT, Cornelia. *Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)*. Cadernos de Antropologia. Memória e Identidade. UFRGS - PPGAS, n.11, 1993.
- _____. “A cidade “com qualidade”: estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre”. *Revista Sociedade e Cultura*, fev. março 2007 (no prelo). Goiânia, UFG.
- ECKERT, Cornelia & ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “Etnografia de Rua: Estudo de antropologia Urbana” In: RUA, *Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp - NUDECRI – Campinas*, março 2003, n. 9, p.101-127.
- _____. *O tempo e a cidade*. Coleção Academia II - IFCH. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2005.
- _____. “Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração”. In: Koury, Mauro G P. (org.). *Imagem e Memória: Estudos em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.
- ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1998.
- _____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro, RJ, Jorge Zahar, 1997.
- _____. *A sociedade dos Indivíduos*. RJ. Jorge Zahar, 1994a.
- _____. *O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização*. RJ, Jorge Zahar Editor, 1994b.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2000.
- ETNOGRÁFICA. *Revista Semestral de Antropologia do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)*. Vol. III, n.2, Lisboa, Portugal, Ed. Celta, 1999.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- FERNANDÉZ, José Pascual *Antropologia Marítima: História, Ecologia, Organización Social y Cambio Económico entre los pescadores*. Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación. Madrid, 1991.

_____. (Org.) *Proceso de Apropriação y Gestión de Recursos Comunales*. Sta Cruz de Tenerife, Asociación Canária De Antropologia, VI Congresso De Antropologia, 1993.

FIÃO, José Antônio do Vale Caldre e. *O corsário: romance rio-grandense*. Ed. Movimento. Porto Alegre, 1979.

FIRTH, Raymond. *Nós os Tikopias: Um Estudo Sociológico do Parentesco na Polinésia Primitiva*. São Paulo, Edusp, 1998.

FISCHER, L. G.; PEREIRA, L. E. D.; VIEIRA, J. P. *Peixes estuarinos e costeiros*. Editora Ecocientia, Porto Alegre, 2004.

FORMAN, S. *The Raft Fishermen*. Bloomington, Indiana, University Press, 1970.

GARCEZ, D. S. & SANCHEZ-BOTERO, J. I. “Comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul”. In: *Atlântica*. Rio Grande, 27 (1):17-29, 2005

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1999a.

_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999b.

GILMORE, David. *Honor and shame and the unity of the Mediterranean*. AAA, Washington, 1987.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

_____. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo. Cia das Letras, 1989.

GODIO, Matias & RIAL, Carmem (Orgs). *PESCA E TURISMO. Etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul*. NUPE, CFH, UFSC, 2006.

HAIMOVICI, M. *Recursos Pesqueiros Demersais da Região Sul. Subsídios para o levantamento do estado da arte dos recursos vivos marinhos do Brasil- Programa REVIZEE- Fundação de Estudos do Mar (FEMAR)*. Rio de Janeiro, 1997.

HAIMOVICI, M.; KLIPPEL, S. *Diagnóstico da biodiversidade de teleósteos demersais marinhos e estuarinos do Brasil*. Ministério do Meio Ambiente/Programa Nacional de Biodiversidade (MMA/PROBIO) 1999 (Trabalho de divulgação científica).

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Centauro Editora. São Paulo, 2006.

HANNERZ, Ulf. *Transnational Conections. Culture, People and Places*. USA Routledge, 1996.

HEMINGWAY, Ernest. *O Velho e o Mar*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1997.

HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. *Antropologia visual*. UFRGS, PPGAS, N.2, Porto Alegre, 1995.

HUGO, Victor. *Os Trabalhadores do Mar*. Martin Claret. Rio de Janeiro, 1998.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens, o jogo como elemento da cultura*. São Paulo, Perspectiva, 1990.

IHERING, Hermann V. *A lagoa dos Patos no século XIX*. Rio Grande, Ed. Ecociencia, 2003.

KERN, Arno. A. *Antecedentes Indígenas*. Porto Alegre. Editora da universidade/ UFRGS. 1994.

KOTTAK, C. P. *The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community*, Tese de doutorado, University of Columbia, 1966.

LANNA, Marcos. P. D. *A Dívida Divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro*. Campinas São Paulo, Unicamp, 1995.

LANDÉ, Carl. H. "Introduction. The dyatic basis of clientelism". In: SCHIMIDT, S. W. et alii. *Friends, Followers and Factions: a reade in political clientelism*. Berkeley, Univ. of California Press, 1977.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Editora 34. São Paulo, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora Unicamp, São Paulo, 2003.

LEROI-GOURHAN, Andre. *O gesto e a palavra*. Lisboa, Ed. 70, 1987.

LÉVY-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas. Ed. Papirus, 1997.

LIMA, R. Kant de. PEREIRA, L. *Pescadores de Itaipu*. Rio de Janeiro, EDUFF, 1987.

LIMA, R. Kant de. "Carnavais, Malandros e Heróis: o dilema brasileiro do espaço público." In: Gomes, L.G., Barbosa, L. e Drumond, J. A. (orgs). *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, p.105-124. 2000.

_____. "Os cruéis modelos jurídicos de controle social". In. *Insight – Inteligência*, ano VI, n°25, abril-junho, 2004, p.131-147.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Trabalho apresentado no Simpósio "Natureza e Sociedade: Desafios Epistemológicos e Metodológicos para a Antropologia", na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de junho de 2002.

LUCCOCK, John. *Aspectos Sul-Riograndenses no I Quartel do Século XIX*. RJ, Record, 1935.

- MALDONADO, Simone. C. *Pescadores do Mar*. São Paulo. Editora Ática, 1986.
- _____. *Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo, Annablume editora, 1994.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, Pensadores, Editora Ática, 1976.
- MARQUES, Lilian. A.B. *O Pescador Artesanal do Sul*. Rio de Janeiro, MEC-SEAC-FUNARTE. Instituto Nacional do Folclore. 1980.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Cosacnaify. São Paulo, 2003.
- McGOODWIN, James R. *Crisis in the World's Fisheries: People, Problems, and Policies*. Stanford University Press. Stanford, California, 1990.
- MOURÃO, Fernando. A. *Os Pescadores do Litoral Sul de São Paulo*. São Paulo, NUPAUB/CEC, 2003.
- MUSSOLINI, Gioconda. “Aspectos da Cultura e da Vida social no Litoral Brasileiro”. In: *Revista de antropologia* n.1 (2), 1953:81-97.
- NETO, Antonio A. Vallado. Iemanjá. A grande mãe africana do Brasil: mito, rito e representação. Dissertação de Mestrado em Sociologia. FLCH- USP. São Paulo, 1999.
- NIEDERLE, P. A. & GRISA, C. *Transformações sócio-produtivas na pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos RS*. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. V16. Janeiro, junho, 2006. PPG Educação Ambiental – Furg. ISSN 1517-1256.
- OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo. A diversidade Cultural no Brasil-Nação*. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 1992.
- ORLANDO, A. M., RODRIGUES, JR.G. & SILVA, J. C. R da *A evolução da atividade pesqueira na região estuarina da Lagoa dos Patos*. 1989. (Não publicado).
- _____. *Alguns aspectos da pesca do camarão no estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil*. CIRM –FURG, 1988 (Não-publicado).
- PASQUARELLI JR, Vital. “Diálogo e pensamento por imagem - Etnografia e iniciação em *Las Enseñanzas de D.Juan*, de Carlos Castañeda”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais – ANPOCS*. n. 29 ano 10. Outubro de 1995. PP. 103-125.
- PRADO, Simone M. *Da anchova ao salário mínimo. Uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo*. Niterói, Ed. UFF, 2002.
- QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis, ed. Vozes, 1972.

REIS, E. G. “Classificação das atividades pesqueiras na Costa do Rio grande do Sul e qualidade das estatísticas de desembarque”. In: *Revista Atlântica*, Rio Grande. Editora da Furg, 1993. P. 107-114.

_____. “Pesca Artesanal de Teleósteos no Estuário da Lagoa dos Patos e Costa do Rio Grande do Sul”. In: *Revista Atlântica*, Rio Grande. Editora da Furg, 1994. P. 69-86.

RIAL, Carmem. S. *Mar de Dentro. A transformação do Espaço Social na Lagoa da Conceição*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. PPGAS-UFRGS. Porto Alegre, 1988.

ROCHA, Ana. Luiza C. da. *Le Sanctuaire de désorde: L’art de savoir vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques*. Tese de Doutorado em Antropologia. Univ. ParisV, 1994.

_____. *As Figurações de lendas e Mitos Históricos na Construção da Cidade Tropical*. Revista Eletrônica Iluminuras, n.34, 2001. Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Porto Alegre, PPGAS/UFRGS.

SAHLINS, M. *O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: Porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (segunda parte)*. In: *Mana* 3 (2). 1997.

_____. *Ilhas de História*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1999.

SCHAMON, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

SCHIMIDT, S. W. et alii. *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism*. Bekerley, Univ. of California Press, 1977.

SILVEIRA, Flávio L. da. *As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens. Estudo da memória coletiva de contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. PPGAS-UFRGS, 2004.

SIMMEL, Georg. *Concepto de la tragédia de la cultura y otros ensayos*. Madrid. Revista de Occidente, 1935.

_____. *Filosofia del dinero*. CEC, Madrid, 1976

_____. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983.

_____. “A filosofia da paisagem”. *Revista Política & Trabalho*, setembro de 1996a. PPGS/UFPB, 12. p15-24

_____. “A Ponte e a Porta”. Revista *Política & Trabalho*. João Pessoa: PPGS-UFPB. N.12 - Setembro/1996b. p10-14

Subcomissão Mista da Pesca e Piscicultura – Relatório 2002. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o Homem Selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura*. Paz e Terra. São Paulo, 1993.

TORRES, Luiz Henrique. “A fundação do Rio Grande na obra de Simão Pereira de Sá” In: *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: UFRG-SMEC, 1995.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1995.

_____. *Poderemos viver juntos? iguais e diferentes*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.

TURNER, Victor W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1974.

_____. *Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *Conservação da Diversidade Biológica e Cultural em Zonas Costeiras: Enfoques e experiências na América latina e no Caribe*. Florianópolis, APED, 2003.

VOOREN, M. C. & KLIPPEL, S. *Ações para conservação de tubarões e raias no sul do Brasil*. Ed. Igaré. Porto Alegre, 2005.

WOLF, Eric. R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Klass. *Hábitos e ideologias alimentares em grupos de baixa renda: relatório final de pesquisa*. Série Antropológica n.20. Brasília, 1978.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste*. Hucitec. Estudos Rurais-Edunb São Paulo, 1995.

_____. *O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa*. Brasília, Editora UNB, 1997.

Anexo 1 - ESCALA BEAUFORT (VENTOS)*

| VENTO | | | ASPECTO DO MAR |
|----------------------------------|--------------------------------|-------------------|---|
| Designação na Escala de Beaufort | Velocidade em metros p/segundo | Velocidade em nós | |
| 0. Calmaria | De 0 a 0,2 (0/2 km) | De 1 a 1 | Espelhado |
| 1. Bafagem | De 0,3 a 1,7 (3,5 km) | De 1 a 3 | Mar encrespado em pequenas rugas, com aparência de escamas. |
| 2. Aragem | De 1,8 a 3,3 (9 km) | De 4 a 6 | Ligeiras ondulações de 30cm, com cristas, mas sem arrebentação. |
| 3. Fraco | De 3,4 a 5,4 (15 km) | De 7 a 10 | Grandes ondulações de 60cm, com princípio de arrebentação. Alguns carneiros. |
| 4. Moderado | De 5,5 a 8,5 (25 km) | De 11 a 16 | Pequenas vagas, mais longas, de 1,50m, com freqüentes carneiros |
| 5. Fresco | De 8,5 a 11 (35 km) | De 17 a 21 | Vagas moderadas, de forma longa e 2,4m de altura. Muitos carneiros; possibilidade de alguns borrifos. |
| 6. Muito fresco | De 11 a 14,1 (45 km) | De 22 a 27 | Grandes vagas de 3,6 metros; muitas cristas brancas. Probabilidade de borrifos. |
| 7. Forte | De 14,2 a 17,2 (56 km) | De 28 a 33 | Mar grosso; vagas de 4,8m de altura; da espuma branca da arrebentação o vento arranca laivos de espuma. |
| 8. Muito forte | De 17,3 a 20,8 (68,5 km) | De 34 a 40 | Vagalhões regulares de 6 a 7,5m, com faixas de espuma branca e fraca arrebentação. |
| 9. Duro | De 20,9 a 24,4 (81,5 km) | De 41 a 47 | Vagalhões de 7,5 a 9m, com faixas de espuma densa. O mar rola. O borrifo começa a afetar a visibilidade. |
| 10. Muito duro | De 24,5 a 28,5 (95,5 km) | De 48 a 55 | Grandes vagalhões de 9 a 12m; o vento arranca as faixas de espuma; a superfície do mar é quase toda branca. A visibilidade é afetada. |
| 11. Tempestuoso | De 28,6 a 32,7 (110 km) | De 56 a 63 | Vagalhões excepcionalmente grandes, até 13,5m. A visibilidade é afetada. Os navios de tamanho médio somem no cavado das vagas. |
| 12. Furacão | De 32,8 a 36,8 (125 km) | De 64 a 71 | Mar branco de espuma; espuma e respingos saturam o ar. A visibilidade é seriamente afetada. |

* A velocidade em Km/h não consta na tabela, tendo sido colocado para melhor esclarecimento do leitor.

18 — TERÇA-FEIRA, 19 de outubro de 2004

CIDADES

CORREIO DO POVO

Retomada campanha SOS BR 287

Comunidades definem novas ações para exigir do governo federal o início da reconstrução da via

Foi reiniciado ontem o movimento em favor da recuperação da BR 287, que liga São Borja a Santa Maria, considerada pelos usuários praticamente intransitável em alguns pontos. No começo deste ano, municípios da região chegaram a se empenhar na realização de operação tapa-buracos, utilizando recursos federats. A decisão de retomar a mobilização surgiu em reunião da comissão permanente da campanha SOS BR 287, promovida pelo presidente do Centro Empresarial de Santiago, Elton Doeler, com a participação de prefeitos e representantes dos municípios de Santiago, Unistalda, São Borja, Jaguar, Nova Esperança do Sul e São Vicente do Sul.

Durante o encontro, ficou definida a marcação de audiências, no próximo dia 26, com o governador Germano Rigotto e o titular da unidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) no Estado, Marcos Ledermann. Na ocasião, serão cobradas ações efetivas em torno da reconstrução da estrada. O argumento é que, apesar dos anúncios feitos pelo Ministério dos Transportes sobre licitações e verbas, nenhuma obra está sendo realizada na BR 287, apesar da sua importância para o Mercosul e como ligação com o porto de Rio Grande.

A maioria dos prefeitos da região conseguiu se reeleger e muitos deles concordaram em, no dia 30 de outubro, coordenar duas grandes manifestações, nos municípios de São Borja e de Santiago, para protestar contra o abandono da via. A ideia é buscar o apoio da população das cidades por onde passa a BR 287. Serão colocadas placas e faixas nos trechos mais comprometidos manifestando a insatisfação das comunidades com o péssimo estado da rodovia. A Prefeitura de São Borja reclama que até agora não foi repassada uma das três parcelas de R\$ 251 mil referente à operação tapa-buracos realizada em 80 quilômetros.

Secretário municipal será eleito pela comunidade

Santa Cruz do Sul — O secretário de Educação do futuro governo municipal será escolhido pela comunidade escolar nos dias 25 e 26 de novembro. O prefeito eleito, José Alberto Wenzel, disse que a eleição será o primeiro compromisso de campanha que cumprirá. Quinta-feira haverá reunião na Câmara, às 18h, para apresentação das regras do processo. Cada partido da coligação Juntos por Santa Cruz (PSDB, PP, PFL e PFS) indicará três nomes.

Seminário em Santa Maria trata da prevenção à droga

Santa Maria — A prevenção ao uso de drogas é o principal tema de discussão no seminário aberto ontem na Escola Municipal de Aprendizagem Industrial em Santa Maria, localizada na avenida Rio Branco. Segundo os organizadores, o objetivo é trabalhar os itens prevenção, atenção integral ao usuário e aspectos jurídicos. O evento, promovido pelo Conselho Municipal de Entorpecentes, com apoio da Secretaria de Educação, segue até sexta-feira.

São Borja se prepara para receber turista argentino

São Borja — O Stidilhojas e a ACI preparam campanhas de divulgação na Argentina visando atrair a São Borja turistas do país vizinho no feriado argentino. A expectativa é de pelo menos o fluxo da ponte, quando 80 mil turistas passam pela Ponte da Lito...

Buracos castigam os usuários da rodovia federal



PASSO FUNDO

Colisão interrompe tráfego na 285

A colisão entre dois caminhões tanques, ocorrida na manhã de ontem na BR 285, em Passo Fundo, interrompeu o tráfego de veículos no local por três horas. Nenhum dos motoristas se feriu no acidente. Em consequência do choque, porém, 5 mil litros de diesel vazaram para uma das margens da estrada. Um dos veículos trafegava no sentido Carazinho-Lagoa Vermelha e o outro saía de uma rua do distrito industrial com uma carga de óleo quando aconteceu a batida. Com a colisão, o compartimento onde se achava o diesel se rompeu, causando o vazamento. Parte do óleo atingiu a pista, mas o maior volume dele escorreu para uma valeta do esgoto pluvial. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) solicitou uma retroscavadeira da prefeitura para erguer uma tampa, evitando que o produto se espalhasse ainda mais.

Os bombeiros tiveram que lavar a pista e colocar areia para a retirada do diesel. A PRF desviou o trânsito nos dois sentidos pelo perímetro urbano até a desobstrução da BR 285. O óleo derramado foi sugado para outro caminhão. Técnicos da Pepam fizeram o levantamento dos danos ao meio ambiente. O laudo da instituição deve ficar pronto nos próximos dias.

RIO GRANDE

Uruguai retém barco brasileiro

O pesqueiro Bolívar III, de Rio Grande, se encontra retido no porto de La Paloma, no Uruguai, desde a última sexta-feira. A embarcação estaria pescando irregularmente em águas jurisdicionais daquele país, a 20 quilômetros de Punta del Diablo, quando foi abordado pela Armada Uruguia. O barco foi apreendido e conduzido até o distrito de Rocha, onde deve permanecer até a Justiça uruguaia inspecioná-lo e definir quais providências serão tomadas.

Oito pescadores se achavam a bordo do Bolívar III. Eles foram liberados para retornar ao Brasil, porém permanecem na região para cuidar da embarcação. O mestre do barco, Amarildo Miguel, passou por experiência semelhante em 2003, quando trabalhava no pesqueiro Dom Caetano III, de São José do Norte. A embarcação e o Meridiano III, de Rio Grande, foram apreendidos pela Armada Uruguia em agosto, pelo mesmo motivo. O Meridiano III continua lá até hoje. Caso a Justiça uruguaia confirme que o Bolívar III operava em águas jurisdicionais do país, deverá confiscar o pescado e a rede e determinar o pagamento de multa para a liberação do barco.

RIO GRANDE

Uruguai retém barco brasileiro

O pesqueiro Bolívar III, de Rio Grande, se encontra retido no porto de La Paloma, no Uruguai, desde a última sexta-feira. A embarcação estaria pescando irregularmente em águas jurisdicionais daquele país, a 20 quilômetros de Punta del Diablo, quando foi abordado pela Armada Uruguia. O barco foi apreendido e conduzido até o distrito de Rocha, onde deve permanecer até a Justiça uruguaia inspecioná-lo e definir quais providências serão tomadas.

Oito pescadores se achavam a bordo do Bolívar III. Eles foram liberados para retornar ao Brasil, porém permanecem na região para cuidar da embarcação. O mestre do barco, Amarildo Miguel, passou por experiência semelhante em 2003, quando trabalhava no pesqueiro Dom Caetano III, de São José do Norte. A embarcação e o Meridiano III, de Rio Grande, foram apreendidos pela Armada Uruguia em agosto, pelo mesmo motivo. O Meridiano III continua lá até hoje. Caso a Justiça uruguaia confirme que o Bolívar III operava em águas jurisdicionais do país, deverá confiscar o pescado e a rede e determinar o pagamento de multa para a liberação do barco.

Índice de imagens e ilustrações

Devo fazer alguns esclarecimentos sobre as imagens e ilustrações no corpo da tese. Boa parte das imagens não apresenta legenda, ficando ao critério do leitor percorre-las por entre o texto, exceto aquelas que não são de minha autoria, assim como algumas que julguei necessário colocar alguma informação adicional. As referências a seguir foram organizadas de acordo com o número de página, obedecendo ao sentido da esquerda para a direita e de cima para baixo.

P.30.

Everaldo.

P.31.

- a) Plataforma.
- b) Seu Nelson com uma machadinha, “escamando” uma cascuda (corvina grande).
- c) Mapa do Rio Grande do Sul. Fonte: IBGE (sem escala).
- d) Mapa da península. Fonte: site da prefeitura de São José do Norte (sem escala).
- e) Ponto de carroças na entrada da cidade.

P.32.

Montagem.

- a) Tora, Everaldo e mestre Cláudio fazendo reparos no barco Santana.
- b) Mapa da região. Fonte: “Alguns aspectos da pesca do camarão no estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil”. (Orlando *et alii*, 1988).
- c) Desenhos de Luciano G. Fisher. Bagres-marinheiros e Anchovas. Extraído do livro “Peixes Estuarinos e costeiros” (2004).

P.33.

Seu Nibo recolhendo redes.

P.34.

- a) Vovô e Touro.
- b) Tripulação do barco Santana.

P.58.

Foto maior abaixo: pintura de Zémeco (sobre uma parede interna do bar-restaurant Atalaia).

P.67.

Dona Neida e Laís.

P.68.

- a) Dona Neida e suas vizinhas.
- b) Dona Neida e Seu Luis.

P.91.

- a) Gravura de Maria Conceição Menegassi (s/título - calcografia/1993 35,3x 40,0 cm);
- b) Solar dos Imperadores;
- c) Vista para Rio Grande (outra margem).
- d) Pernalonga remendando redes do barco Dom Caetano IV.
- e) Vaninho e Pernalonga conversando no mesmo barco.
- f) Carroceiro de São José do Norte.

P.96.

- a) Cidade Alta, vista para o canal.
- b) Intervenção sobre pinturas de Zémeco (foto-montagem). Fonte: pintura-mural sobre as paredes interiores do bar-restaurante Atalaia).

P.98.

Cidade de Rio Grande, do outro lado do canal, próximo à hidrovíaria.

P.112.

Almoço na casa de Cláudia e Nadinho. Foto maior: Nadinho, Cláudia e Sinara.

P.117.

“Arrastão”. Pintura-mural de Zémeco sobre uma das paredes internas do bar-restaurante Atalaia.

P.118.

- a) Zémeco com sua esposa, Hildete.
- b) Beira da Praia do Mar Grosso.
- c) “Pôr-do-sol na lagoa”. Pintura s/telha. Autor: Zémeco. Fonte: <http://olharvirtual.blogspot.com>.
- d) “Exatoria de São José do Norte - outra versão”. Autor: Zémeco. Fonte: <http://olharvirtual.blogspot.com>. (ver também fotografias desse prédio nas páginas 99-100).
- e) Canoa de parelha de praia do oceano.

P.119- 120.

Safra da tainha. Almoço com pescadores de parelha de praia (Mar Grosso).

P.131.

Mestre Cláudio, Cláudia e Luiza.

P.134.

Montagem fotográfica.

P.135.

- a) Mapa do Rio Grande do Sul - século XIX. Fonte: “Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul”(Dreys, 1961:14).
- b) “O Polvo gigante”. Gravura do século XVIII. Coleção particular (foto arquivo Arte - phot/Varga - Vergé- Franceschi). *La mer-les symboles*. Paris: Philippe Lebaud, 1997.

Fonte: “Ilhas e Mares: Simbolismo e imaginário”. (Diegues, 1988).

c) National Maritime Museum - Greenwich. Fonte: “O Território do Vazio. A praia e o imaginário ocidental”. (Corbin, 1989).

d) PJ. De Louthembourg. A batalha do glorioso Primeiro de Junho, 1795. National Maritime Museum Greenwich. Fonte: idem.

e) Ônibus de São José do Norte atolado na areia da Estrada do Inferno. Fotografia realizada por H. Bunse entre 1959 e 1960.

f) Retrato de Auguste de Saint-Hilaire.

g) Pescadores portugueses remendando redes na antiga praia de São José do Norte, às margens do canal. Fotografia realizada por H. Bunse em 1959 e 1960.

h) Beira da Praia do Mar Grosso.

P.148.

a) Gravura realizada pelo artista italiano Edoardo Matania, representando a o naufrágio da embarcação de Giuseppe Garibaldi (um dos poucos sobreviventes) na costa do Rio Grande do Sul, em 1839 (Guerra dos Farrapos). Fonte: acervo do Consulado Italiano de Porto Alegre - RS;

b) “Soldados Farrapos”. Autor: Zémeco. Fonte: <http://olharvirtual.blogspot.com>.

P.175.

Palometas. Desenhos de Luciano G. Fisher (2004)

P.176.

Montagem

a) Mapa da planície costeira (fonte desconhecida)

b) Arrastão na beira da praia na década de 1960. Fonte: Fotografia cedida por Jurema, moradora de São José do Norte.

c) “Palometas”. Desenhos de Luciano G. Fisher (2004)

P.175.

Fotos da Frigoria (fábrica de congelamento de pescado - década de 1970) e seus trabalhadores. Fonte: fotografias cedidas por Jurema.

P.193.

a) Rua da Prainha (atualmente área da doca). Autor: Zémeco. Fonte: <http://olharvirtual.blogspot.com>.

b) Pescadores. Autor: Zémeco. Fonte: idem.

c) Cláudio e Tampinha remendando redes.

d) Preto velho. Autor: Zémeco. Fonte: <http://olharvirtual.blogspot.com>.

e) sem título. Autor: Zémeco. Fonte: idem.

f) Bote. Ao fundo, a plataforma do cais.

P.195.

a) Montagem realizada com fotografias do próprio autor.

b) “Puerto de Montevideo”. Pintura de Torres Garcia.

c) Pescaria da corvina junto com Pé no canal da Lagoa dos Patos.

d) Idem.

P.227. Montagem realizada com desenhos de Luciano G. Fisher (2004).

P.231.

- a) Mestre Nelinho na cabine.
- b) Neri, Claudinho, Carlinhos e Piti na despesca.
- c) Carlinhos e Claudinho na despesca.

P.232.

- a) Bigode e Neri puxando as redes na popa do Alexandre II.
- b) Peixe-sapo.
- c) Tiago com um peixe-sapo.
- d) Limpando cação pequeno.
- e) Uma merluza e outros peixes.

P.234.

- a) Bigode no interior do Alexandre II, olhando para o mar.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)